

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**GLADSTON OLIVEIRA DOS PASSOS**

**UMA FONTE PARA O ESTUDO DOS NOVOS DIREITOS EM SERGIPE CONTEMPORÂNEO:  
O PROCESSO DE ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS VISANDO À ALTERAÇÃO DO SEU REGISTRO CIVIL**

**SÃO CRISTÓVÃO - SE**

**2015**

**GLADSTON OLIVEIRA DOS PASSOS**

**UMA FONTE PARA O ESTUDO DOS NOVOS DIREITOS EM SERGIPE CONTEMPORÂNEO:  
O PROCESSO DE ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS VISANDO À ALTERAÇÃO DO SEU REGISTRO CIVIL**

Monografia apresentada à disciplina Prática de Pesquisa, turma 03, ministrada pelo Professor Doutor Francisco José Alves no primeiro semestre de 2015.

**SÃO CRISTÓVÃO - SE**

**2015**



A minha avó, Marivalda de Oliveira, exemplo  
de força e superação.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, primeiramente, pela força adquirida ao longo dessa trajetória.

Ao Professor Doutor Francisco José Alves pela indicação do tema e pela orientação.

A Adriana Lohanna dos Santos, por ter me cedido sua história.

Aos meus familiares, em especial, meus pais que sempre me apoiaram, e minha tia Márcia Augusta, por ter sido tão solícita nos momentos que mais precisei.

Aos meus amigos, especialmente a Michelli Ferreira, Mônica Dantas e Rogério Fernandes, pois sem eles a caminhada teria sido bem mais difícil.

A minha amiga da Universidade e de estágio, Raianne Pereira, pela fotografia usada neste trabalho.

A todos que, direta e indiretamente, contribuíram para a realização desse trabalho.



**(Pichação na Didática II da cidade universitária José Aluísio de Campos, Jardim Rosa Elze, primeiro semestre de 2015).**

## **RESUMO**

Esta monografia edita o processo judicial movido por Adriano dos Santos, visando à retificação do seu registro civil, de Adriano dos Santos para Adriana Lohanna dos Santos. (de 03 de julho de 2009 a 30 de outubro de 2012). O trabalho é composto de duas partes básicas: uma introdução e a reprodução fac-similar do processo. A breve introdução resume e caracteriza o documento chamando atenção para sua importância e para as possibilidades de pesquisa permitidas pelo dossiê. A transcrição reproduz todas as peças do processo.

**Palavras-chave:** Transexualidade; Direito; Identidade Sexual; Sergipe.

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO .....   | 8   |
| NOTAS À INTRODUÇÃO.....  | 14  |
| O PROCESSO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL DE ADRIANO DOS SANTOS<br>(REPRODUÇÃO FAC-SIMILAR)..... | 15  |
| PETIÇÃO INICIAL.....   | 22  |
| RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA.....  | 47  |
| LAUDO PSICOSSOCIAL.....  | 67  |
| PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....   | 184 |
| SENTENÇA.....  | 238 |
| RECURSO DE APELAÇÃO.....   | 244 |
| REFORMULAÇÃO DA SENTENÇA.....  | 305 |

## INTRODUÇÃO

Esta monografia edita o processo judicial movido por Adriano dos Santos, visando à retificação do seu registro civil, de Adriano dos Santos para Adriana Lohanna dos Santos.

O processo é formado das seguintes peças: petição inicial do requerente, declaração de hipossuficiência, mandado de intimação, petição de juntada de documentos do requerente, carta precatória expedida pelo juízo de Direito da 6ª vara privativa de Aracaju, parecer do Ministério Público, instrumento particular de procuração do requerente, Agravo de instrumento, petição de cumprimento de sentença, recurso de apelação do Ministério Público e do requerente, relatório de avaliação psicológica, laudo psicossocial e atestado médico.

Vejamos brevemente um histórico do processo.

O processo de Adriano dos Santos se inicia no dia 03 de Julho de 2009. Através da petição inicial, o requerente ajuíza uma ação de Retificação de Registro Civil. Argumenta que, apesar de possuir uma “personalidade feminina”, seu Registro Civil lhe atribui um nome masculino. Sendo assim requer a modificação da certidão de nascimento, pleiteando que o seu nome Adriano seja substituído por Adriana Lohanna e que o seu gênero seja registrado como feminino. (Fl.8) Requer ainda o benefício da Assistência Judiciária Gratuita, uma vez que é pobre sem condições financeiras para arcar com as despesas e custas processuais. (Fl.2)

Frente ao pedido, no dia 14 de julho de 2009, a juíza Heloísa de Oliveira Castro Alves marca a audiência de instrução e julgamento. (Fl.17) O requerente é intimado a comparecer ao Tribunal, acompanhado de testemunhas, no dia 04 de setembro de 2009, às 8 horas. (Fl. 18)

Neste momento, o processo sofre um contratempo. A juíza Érica Magri Melani suspende a audiência alegando à falta de documentos comprobatórios dos fatos alegados na petição inicial. Determina outra data para a audiência, a ser realizada no dia 03 de novembro de 2009, às 8 horas e 30 minutos. Determina que no prazo de 20 (vinte) dias o requerente anexe os documentos comprobatórios necessários. Além disso, solicita que psicólogos e assistentes sociais do tribunal realizem um estudo psicossocial do caso. (Fl. 21)

Dando prosseguimento a demanda, no dia 16 de Setembro de 2009, Adriano dos Santos requer tratamento psicoterapêutico no Centro de Referência em Direitos Humanos e

Prevenção e Combate a Homofobia de Aracaju. No final de Setembro, a Juíza autoriza a assistente social para que realize o estudo social e psicológico do requerente. (Fl. 38)

No dia 05 de outubro de 2009, A juíza Heloísa de Oliveira Castro Alves da comarca da 6ª vara privativa de Aracaju, autoriza o pedido para a realização do laudo psicossocial de Adriano dos Santos. Entretanto, na ocasião a juíza Jocelaine Ramires de Oliveira invoca a substituição do fórum de Aracaju ao de Aquidabã.

Com o advento do declínio de competência, no dia 21 de janeiro de 2010, o Juiz Roberto Flávio Conrado de Oliveira, discorda argumentando que a competência se determina no momento da propositura da ação, sendo irrelevante a mudança posterior de endereço da parte autora. Assevera que o juízo da Comarca de Aquidabã é incompetente para conhecer e julgar o feito, e que o processo deve correr na comarca de Aracaju. (Fls. 51/52)

Diante do impasse, o caso é encaminhado para a desembargadora Suzana Maria Carvalho Oliveira. No dia 23 de junho de 2010, o magistrado julga o conflito de competência improcedente. (Fl. 83/86)

Solucionado o conflito, o processo judicial segue normalmente. No dia 17 de agosto de 2010, a promotora Ana Claudia Machado Costa Moraes intima o requerente para que ele se manifeste acerca do laudo psicossocial. (Fl. 92) Três dias depois, o defensor público de Adriano dos Santos, responde ao pedido da promotora e pede o prosseguimento do feito com designação de audiência de instrução e julgamento. (Fl. 96/97)

No mês seguinte, dia 01 de setembro de 2010, a Juíza Jocelaine Costa Ramires de Oliveira designa audiência de instrução para o dia 05 de outubro de 2010 às 9 horas. (Fl.111) Todavia, o defensor público da parte interessada solicita a modificação da data, visto que o requerente estará impossibilitado de comparecer naquela data. (Fl. 112)

Atendida a demanda, a audiência é transferida para o dia 29 de outubro de 2010, às 8 horas e 30 minutos. (Fl. 121) Na ocasião além do defensor público Miguel dos Santos Cerqueira, o requerente passa a ser representado também pelo advogado Thenisson Santana Dória. Este pede a juíza um prazo para expedir ofício ao Hospital Universitário Pedro Ernesto, solicitando um laudo detalhado da evolução psicológica, psiquiátrica e cirúrgica para a mudança de sexo. (Fl. 123)

A demanda enviada no dia 15 de Junho de 2011 ao Ministério Público, que se manifesta a favor da demanda concede a retificação do registro civil no tocante ao nome, mas manifesta-se contrário quanto à alteração do registro de gênero. O gênero, conforme a promotora Ana Cláudia Machado Costa Moraes, poderá ser alterado somente após a transgenitalização do requerente. (Fl. 159/ 167)

Frente à posição do Ministério Público, a juíza Aidil Oliveira Teixeira manifesta-se contrariamente, entendendo que é necessária a comprovação da mudança de sexo para alteração do registro civil. Pede que se aguarde a realização da cirurgia de transgenitalização para que a demanda seja atendida. (Fl. 169)

O processo prossegue, e o momento mais aguardado pelo autor se inicia. A sentença da ação judicial é exarada em 24 de Maio 2012. O pedido de Adriano dos Santos é negado pela juíza Aidil Oliveira Teixeira alegando que o atendimento do pleito somente poderá ser realizado após a cirurgia de transgenitalização do pleiteante. (Fl.222/224)

Inconformado com a decisão da Juíza, o Ministério Público propõe recurso de apelação. Alega que está comprovado o transtorno de identidade de gênero do requerente. Argumenta ainda que o solicitante é reconhecido pela sociedade como Adriana Lohanna, manifestando discrepância entre seu registro civil e a sua identidade social. (Fl. 226/249)

Após isto, o processo entra em fase de recurso, que se encerra em 30 de outubro de 2012. Nesta data, o Desembargador Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima, contrariando a posição da juíza Aidil Oliveira Teixeira, autoriza a efetivação do pleito do requerente. Argumenta que a demanda é justa e que deve ser deferida. Lembra ainda que não se trata de um pedido descabido, uma vez que o prenome Adriana se harmoniza com os demais nomes das irmãs do requerente (Aline, Amanda, Adriele e Adriene), e que é por este nome que o requerente é socialmente reconhecido. (Fl. 280/284)

Assim, após a tramitação de um longo processo (de 03 de julho de 2009 a 30 de outubro de 2012), Adriano dos Santos pôde ter o seu registro civil alterado. Agora ele passou a ser social e civilmente Adriana Lohanna dos Santos.

O processo aqui editado pertence ao acervo do Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, sob o número nº 200930600618, caixa 66, proveniente da 6ª Vara Privativa, comarca de Aracaju.



A edição do processo de Adriano dos Santos visando à modificação do seu registro civil se justifica por algumas razões.

Primeiramente, pela sua raridade. Trata-se de um dos poucos casos em que a Justiça concedeu o direito de modificar o registro civil de gênero, mesmo sem o requerente ter antes realizado a mudança de sexo.

Um segundo motivo, é fornecer ao público acadêmico um documentário importante para o estudo dos embates do gênero em Sergipe.

O processo de Adriano dos Santos aqui editado poderá subsidiar diversas pesquisas.

No campo da psicologia propicia investigações que abordam questões relativas à identidade, sobretudo o descolamento entre o sexo biológico e o gênero. Os relatórios de processos terapêuticos, laudos técnicos, estudos psicológicos presentes no processo, podem subsidiar pesquisadores no estudo das questões de identidade de gênero e suas transformações em Sergipe e no Brasil Contemporâneo.

No campo do Direito, o material reunido no processo tem também sua relevância.

Ele possibilita ver os embates na jurisprudência quanto ao direito à mudança de identidade. Mostra o conflito entre uma visão calcada na biologia (sexo biológico) e a abordagem calcada na psicologia e na antropologia.

Alguns aspectos notáveis do testemunho aqui editados são: o embate entre o modelo heteronormativo e o paradigma da plurissexualidade e o conflito entre dois modelos de identidade sexual: o fisiológico e o psicossocial.

No que tange o embate entre a o modelo heteronormativo e o paradigma da plurissexualidade, nota-se, no processo de Adriano dos Santos, que predomina no meio jurídico sergipano uma visão heteronormativa da sexualidade. A heterossexualidade é concebida como padrão normativo. Esta visão esta muito presente em alguns documentos do processo. Como exemplo, podemos citar a argumentação da juíza Aidil Oliveira Teixeira indeferindo o pleito do requerente<sup>1</sup>.

Além da decisão tomada pela juíza Aidil Oliveira Teixeira, essa mesma visão foi partilhada pelo desembargador Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima, no início do trâmite

processual. Diz ele “(...) vejo que não merece agasalho a pretensão do recorrente, muito embora, entenda que não deva ser fácil conviver com tal situação, diante do preconceito social. (Fl.199)”.

Na verdade, este biologismo manifestado em alguns agentes do direito sergipano tem larga história...

O Código Civil Brasileiro de 1916, por exemplo, manifesta esta ideia biologistica. Assim sendo, o Código considera herdeiros somente os filhos biológicos e não os adotivos. A filiação tinha um sentido totalmente diferente dos tempos atuais. Deste modo, nesta época os operadores de direito no Brasil, diferenciavam os filhos gerados pelos pais biológicos dos de “criação” ou adotivos.

É perceptível que o valor jurídico do afeto como fonte de filiação não era reconhecido. Inexistia totalmente a filiação socioafetiva. A distinção entre filhos “legítimos” e “ilegítimos” é a prova do quanto à biologização estava presente na doutrina e nas leis. Sendo assim, a filiação era caracterizada apenas pela genética. Neste contexto, a relação consanguínea assumia total relevância, desconsiderava-se a modalidade de paternidade, fundada em fatores afetivos. Essa só veio a ser aceita quando a Constituição de 1988 entrou em vigor, que impossibilitou qualquer tipo de discriminação entre os filhos, independente da origem, seja biológica ou afetiva.

Não haveria mais classificações, haveria apenas o estado de filho. Assim dispõe o artigo 227, parágrafo 6º da Constituição Federal da República de 1988: “Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”.

Com a evolução do conceito de família, alguns doutrinadores priorizam a questão da afetividade, principalmente nos casos da menoridade, pois entendem que a verdade biológica não é suprema e que não prevalece sobre as demais. Segundo Jacqueline Filgueras Nogueira “O vínculo de sangue tem um papel definitivamente secundário para a determinação da paternidade; a era da veneração biológica cede espaço a um novo valor, que se agiganta: o afeto”. (2015, p.535).

Sendo assim, ampliou-se o conceito de paternidade, que compreende o parentesco psicológico, que prevalece sobre a verdade biológica e a realidade legal, como diz Maria Berenice Dias<sup>2</sup>. Na sua concepção, essa mudança contribuiu dentre outras coisas para o reconhecimento da união homoafetiva. Diz ela: “Foi a Constituição que elegeu o afeto como elemento constitutivo da união estável.” (2009, p.178).

Do mesmo modo, o jurista Paulo Luiz Netto Lôbo afirma que o modelo contemporâneo de família não é o galgado apenas na biologia<sup>3</sup>.

No plano da identidade psicossocial, as peças do processo mostram o conflito entre dois paradigmas de identidade sexual: o fisiológico e o psicossocial. Nota-se, um embate ferrenho entre os adeptos das duas doutrinas. No que tange a sexualidade humana, alguns agentes do Direito consideram somente o aspecto biológico. Em tal visão, a fisiologia tem papel determinante. Assim, deverá adotar uma identidade masculina quem nasceu com os órgãos genitais viris e feminina aquela que nasceu com a genitália de fêmea. Vejamos como a visão biologista da identidade de gênero comparece nas peças aqui reunidas. Notemos o que diz a juíza Aidil Oliveira Teixeira, negando o pleito do requerente “(...) observa-se, que o nome do requerente condiz com seu estado físico, posto que incontroverso que o demandante ainda não se submeteu a cirurgia de modificação do sexo” (Fl. 223/224).

Na atualidade, essa postura de alguns agentes do Direito sergipano tende a ser ultrapassada. Deste modo, o conceito de identidade sexual requer que se leve em consideração uma análise pluridimensional, considerando além do componente biológico, o psicossocial. Conforme essa nova vertente, a identidade sexual é uma combinação de vários elementos: o sexo biológico, a orientação sexual, e o comportamento ou papel sexual.

Para essa nova orientação sobre a identidade sexual, muito contribuíram os estudos antropológicos.

Neste campo, destacam-se os estudos da antropóloga Margaret Mead sobre as culturas dos Mares do Sul. A estudiosa observa que entre aqueles povos não é somente a genitália que define a identidade sexual.

Nas trilhas abertas por Margaret Mead segue Peter Fry. Conforme ele “(...) os papéis sociais de “homem” e “mulher” variam de cultura para cultura e de época para época (...). Ninguém hoje em dia acredita que as diferenças de comportamento entre os dois sexos possam ser explicadas apenas em termos de diferenças biológicas” (FRY, 1985, p. 10-11).

Esta concepção da antropologia e psicologia chega ao Direito. Assim, uma jurista brasileira contemporânea, Maria Berenice Dias, assegura que hoje em dia a identidade sexual não é unicamente determinada pela genitália<sup>4</sup>.

Ecos deste debate se observam no processo ora examinado.

Ao indeferir o pedido do requerente, a juíza Aidil Oliveira Teixeira toma como fundamento para a sua decisão, a incompatibilidade do sexo físico do pleiteante com o novo nome pleiteado pelo requerente. Nota-se que na visão da juíza a identidade sexual deve ser determinada pela biologia. Ela desconsidera a lição dos antropólogos e psicólogos atuais que acreditam que os papéis masculino e feminino não decorrem unicamente da genitália e que variam no espaço tempo e no espaço.

Pelas suas características, o trabalho aqui efetuado se enquadra na chamada edição paleográfica, Assim sendo, conservaram-se todas as características textuais do documento original.

## NOTAS À INTRODUÇÃO

<sup>1</sup> No caso em tela, não tendo o apelante (Adriano dos Santos) se submetido à cirurgia denominada Neovaginoplastia, nem havendo qualquer erro de fato ou de direito no registro civil, não há como conceder seu pleito. Registre-se, que não há que se falar em ofensa a dignidade da pessoa humana, consoante alegado pelo recorrente. Ao revés, haveria sobredita ofensa se o nome não correspondesse ao sexo da pessoa. (Fl. 224).

<sup>2</sup> A desbiologização da paternidade – expressão cunhada por João Batista Villela – identifica pais e filhos não biológicos, não consanguíneos, mas que construíram uma filiação psicológica. (DIAS, Maria Berenice. **União Homoafetiva: O preconceito & a justiça**. 4Ed. São Paulo: Ed. RT, 2009, p 178).

<sup>3</sup> O modelo tradicional e o modelo científico partem de um equívoco de base: a família atual não é mais, exclusivamente, a biológica. (...) No âmbito jurídico, encerrou definitivamente seu ciclo após o advento da Constituição de 1988. O modelo científico é inadequado, pois a certeza da origem genética não é suficiente para fundamentar a filiação, uma vez que outros são os valores que passaram a dominar esse campo das relações humanas. (Costa, Juliana Olívia Silva. **Os Efeitos Jurídicos da Posse de Estado de Filho no Processo de Adoção Judicial**, Juatuba, 2010, p. 26).

<sup>4</sup> Escreve ela: “A medicina admite ser o sexo uma conjugação de elementos que deve manter harmonia entre si, sendo eles o elemento biológico, o elemento psicológico e o elemento comportamental do indivíduo. Logo, para o diagnóstico completo e exato da sensualidade, importante atentar ao seu aspecto plurivetorial: o sexo biológico – formado pelo sexo morfológico, sexo genético e sexo endócrino -, o sexo psíquico e o sexo civil”. (DIAS, Maria Berenice. **União Homoafetiva: O preconceito & a justiça**. 4Ed. São Paulo: Ed. RT, 2009, p.231)

O PROCESSO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL DE ADRIANO DOS SANTOS

(REPRODUÇÃO FAC-SIMILAR)

200930600618

RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO

**200930600618**

Número Único: 0001784-18.2009.8.25.0082

200930600618  
39 o. Distribuidor  
Distribuído em 03/07/2009**Dados Gerais**

66-5v

09

**Comarca de ARACAJU****6ª Vara Privativa**

Juiz(a) de Direito Jocelaine Costa Ramires de Oliveira

**Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil**

\*\*\* SEGREDO DE JUSTIÇA \*\*\*

**ASSUNTOS**DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita  
REGISTROS PÚBLICOS - Registro Civil das Pessoas Naturais - Retificação de Nome**REQUERENTE**

ADRIANO DOS SANTOS

Advogado(a): THENISSON  
SANTANA DORIA - 1512/SE  
Advogado(a): MARCIO SANTANA  
DORIA - 1947/SE  
Defensor(a): MIGUEL DOS  
SANTOS CERQUEIRA - 2040-/BA  
Advogado(a): JÚLIO CARRERA  
CORREIA - 4327/SE  
Advogado(a): JULIANA BARBOSA  
FREIRE - 4528/SE

**REQUERIDO**

Não possui

66

09



200930600618

200930600618

RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE

200930600618

Estado de Sergipe  
Poder Judiciário200930600618  
39 o. Distribuidor  
Distribuído em 03/07/2009

## Dados Gerais

Comarca de ARACAJU

6ª Vara Privativa

Juiz(a) de Direito Heloisa de Oliveira Castro Alves

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil

\*\*\* SEGREDO DE JUSTIÇA \*\*\*

## ASSUNTOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita  
REGISTROS PÚBLICOS - Registro Civil das Pessoas Naturais - Retificação de Nome

## REQUERENTE

ADRIANO DOS SANTOS

Defensor(a): MIGUEL DOS SANTOS  
CERQUEIRA - 20404/BA

## REQUERIDO

Não possui



200930600618

2010105764

CONFLITO DE COMPETÊNCIA (TRIBUNAL PLENO) - 0059/2

TRIBUNAL PLENO - 2a. ESCRIVANIA

2010105764



2010105764

Número Único: 0002452-07.2010.8.25.0000

## &lt; IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO &gt;

CÂMARA.....: TRIBUNAL PLENO  
 ESCRIVANIA.....: 2a. ESCRIVANIA

RECURSO.....: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (TRIBUNAL PLENO)  
 NÚMERO DO RECURSO...: 0059/2010  
 CLASSE DO CNJ.....: Conflito de competência  
 ASSUNTOS 2º GRAU....: => Competência  
 ASSUNTOS 1º GRAU....: => Retificação de Nome  
 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2010 - 10:58:42  
 PROCESSO(S) ORIGEM...: 200960000971  
 PROCEDÊNCIA.....: AQUIDABÃ  
 RELATOR(A).....: DESA. SUZANA MARIA CARVALHO OLIVEIRA  
 PROCURADOR(A).....: DR. RODOMARQUES NASCIMENTO

## &lt; IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES &gt;

SUSCITANTE.....: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE AQUIDABA/SE  
 SUSCITADO.....: JUIZO DE DIREITO DA 6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTEN  
 IA JUDICIARIA DA COMARCA DE ARACAJU





2010105764

Poder Judiciário  
Estado de Sergipe

2010105764

Número Único: 0002452-07.2010.8.25.0000

2010105764

CONFLITO DE COMPETÊNCIA (TRIBUNAL PLENO) - 0059/20

TRIBUNAL PLENO - 2a. ESCRIVANIA

## &lt; IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO &gt;

CÂMARA.....: TRIBUNAL PLENO  
ESCRIVANIA.....: 2a. ESCRIVANIARECURSO.....: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (TRIBUNAL PLENO)  
NÚMERO DO RECURSO...: 0059/2010  
CLASSE DO CNJ.....: PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO >> Conflito de com  
ASSUNTOS 2º GRAU.....: => Competência  
ASSUNTOS 1º GRAU.....: => Retificação de Nome  
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2010 - 10:58:42  
PROCESSO(S) ORIGEM...: 200960000971  
PROCEDÊNCIA.....: AQUIDABÁ  
RELATOR(A).....: DESA. SUZANA MARIA CARVALHO OLIVEIRA

## &lt; IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES &gt;

SUSCITANTE.....: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE AQUIDABÁ/SE  
SUSCITADO.....: JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA PRIVATIVA DE ASSIST  
IA JUDICIÁRIA DA COMARCA DE ARACAJU

200960000971

RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE

**200960000971**Estado de Sergipe  
Poder  
Judiciário200960000971  
600 o. Distribuidor  
Distribuído em 18/11/2009

Dados Gerais

Comarca de AQUIDABA

**Aquidabã**

Juiz(a) de Direito Roberto Flávio Conrado de Almeida

**Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil**

\*\*\* SEGREDO DE JUSTIÇA \*\*\*

**ASSUNTOS**

REGISTROS PÚBLICOS - Registro Civil das Pessoas Naturais - Retificação de Nome

**REQUERENTE**

ADRIANO DOS SANTOS

**REQUERIDO**

Não possui



200960000971



2012214127

Poder Judiciário  
Estado de Sergipe

2012214127

Número Único: 0001784-18.2009.8.25.0082

## &lt; IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO &gt;

CÂMARA.....: 2a. CÂMARA CÍVEL  
ESCRIVANIA.....: 3a. ESCRIVANIA

RECURSO.....: APELAÇÃO CÍVEL

NÚMERO DO RECURSO....: 5751/2012

CLASSE DO CNJ.....: Apelação

ASSUNTOS 2º GRAU.....: =&gt; Recurso

ASSUNTOS 1º GRAU.....: =&gt; Assistência Judiciária Gratuita

=&gt; Retificação de Nome

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 02/07/2012 - 18:29:05

PROCESSO(S) ORIGEM...: 200930600618

PROCEDÊNCIA.....: 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária de A

GRUPO.....: IV

RELATOR(A).....: DES. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA

REVISOR.....: DESA. MARILZA MAYNARD SALGADO DE CARVALHO

MEMBRO.....: DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO

DIST. VINCULADO AO...: 2011220363

SEGREDO DE JUSTIÇA...: Sim

## &lt; IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES &gt;

APELANTE.....: M.P.

APELANTE.....: A.D.S.

ADVOGADO.....: THENISSON SANTANA DORIA

APELADO.....: M.P.

APELADO.....: A.D.S.

ADVOGADO.....: THENISSON SANTANA DORIA

2a. CÂMARA CÍVEL - 3a. ESCRIVANIA

- 5751/2012

[PETIÇÃO INICIAL]



**GOVERNO DE SERGIPE**  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE

02

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA  
PRIVATIVA DA COMARCA DE ARACAJU-SERGIPE

**ADRIANO DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, acadêmico, portador do RG nº: 3.114.395-4/SSP-SE e CPF nº: 014.200.075-21, residente e domiciliado à Rua B, nº 104, Conjunto Maria do Carmo, bairro América, em Aracaju, SE, por intermédio da Defensoria Pública do Estado de Sergipe, **NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS MINORIAS E PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL**, através do Defensor Público subscritor, vem, respeitosamente, a presença de V. Exª propor a presente **AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL**, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

**- DAS RAZÕES FÁTICAS E JURÍDICAS -**

1. O requerente é filho de **MARIA JOSÉ DOS SANTOS** e **ADELSON DOS SANTOS**, tendo nascido em 28 de agosto de 1986, na cidade de Própria/SE, xerocópia do documento em anexo.

2. O assentamento de seu nascimento foi realizado junto ao **CARTÓRIO DO TERCEIRO OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E TABELIONATO DO TERMO SEDE DA COMARCA DE AQUIDABÃ/SE, LIVRO A-18, fls.274v., NÚMERO DE ORDEM 14660.**

**SEDE ADMINISTRATIVA**  
Rua Vila Cristina, 382 - São José  
CEP: 49.015-000 - Telefone: (79) 3179-7440  
(79) 3179-7445 - Fax: (79) 3179-7446  
www.defensoria.se.gov.br

**CENTRAL DE ATENDIMENTO**  
Praça da Bandeira / Av. Barão de Marim, 20  
Centro - CEP: 49.015-020  
Telefone: (79) 3179-7454



**GOVERNO DE SERGIPE**  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE

03

3. Ocorre que o assento do seu nome, quando do registro civil por seu genitor, em virtude de possuir características biológicas masculinas, foi feito em nome de "ADRIANO DOS SANTOS",

4. Em que pese o Autor ter sido registrado com nome masculino, desde o ingresso na adolescência que se identifica como sendo psicologicamente e estruturalmente do sexo feminino, ou seja, é um indivíduo transexual, sendo socialmente conhecida pelo nome de **ADRIANA LOHANNA**.

5. O transexual, segundo a CID-10, Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde, que corresponde ao item F64.0, caracteriza-se por: *"um desejo de viver e ser aceito como um membro do sexo oposto, usualmente acompanhado por uma sensação de desconforto ou impropriedade de seu próprio sexo anatômico e um desejo de se submeter a tratamento hormonal e cirurgia para seu corpo tão congruente quanto possível com o seu sexo preferido."*

6. Segundo Delton Croce:

**"no transexualismo não ocorre nenhuma alteração anatômica ou hormonal; a genitália externa e os testículos ou os ovários mostram desenvolvimento normal. Dessarte, é nossa opinião concorde com Harry Benjamin: os transexuais não são doentes, mas são normais sob todos os aspectos, além do que a sua identidade de gênero é bem definida e normal."** (CROCE, Delton. **Manual de medicina legal**. (trechos) 4ª ed., São Paulo: Saraiva, 1998)

Logo no concernente à retificação do registro civil para a substituição do nome civil do indivíduo pelo nome social pelo qual é conhecido, necessário submeter-se a questão ao crivo do art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil.

7. Destarte, tal dispositivo orienta que o juiz, ao aplicar a lei, deve atender às exigências do bem comum, sendo este, segundo entendimento doutrinário, não apenas o bem da comunidade, mas também o do próprio indivíduo, na medida em que não há bem comum se há afronta a dignidade humana de um dos indivíduos do grupo. Dessa forma, se um indivíduo escolheu determinada identidade sexual, deve tê-la respeitada e não pode ser impedido de exercê-la, de forma plena, em todas as esferas sociais, sob pena de ser afrontado o princípio da dignidade da pessoa humana.

**SEDE ADMINISTRATIVA**

Rua Vila Cristina, 382 - São José  
CEP: 49.015-000 - Telefone: (79) 3179-7440  
(79) 3179-7445 - Fax: (79) 3179-7446  
[www.defensoria.se.gov.br](http://www.defensoria.se.gov.br)

**CENTRAL DE ATENDIMENTO**

Pça da Bandeira / Av. Barão de Maruim, 20  
Centro - CEP: 49.015-020  
Telefone: (79) 3179-7454



**GOVERNO DE SERGIPE**  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE

04

8. Deveras, o transexual não se confunde com o travesti ou com o **homossexual**. No travestismo, a característica principal é o uso de roupa cruzada, por fetichismo ou por defesa; na **homossexualidade**, a identificação é feita pelo relacionamento sexual com pessoas do mesmo sexo. Também não se confunde com o hermafroditismo verdadeiro ou com o pseudo-hermafroditismo, logo é indivíduo de características determinadas.

9. Esclarece, a respeito, Carlos Fernandez Sessarego:

*"El primero de ellos, como lo señala la literatura especializada es un síndrome que se caracteriza "por la presencia simultánea, en el mismo individuo, de la gónada masculina y de aquella femenina", cuya coexistencia "influye, de modo variable, sobre la conformación de los genitales externos, el aspecto somático y el comportamiento síquico. El pseudo hermafroditismo, tanto masculino como femenino, representa la carencia, en un mismo individuo, de homogeneidad entre los órganos genitales externos y el sexo genético. Esta situación se diferencia del transexualismo en tanto en éste no se presentan anomalías a nivel de la gonada o en lo que atañe a los genitales externos" ("El cambio de sexo y su incidencia en las relaciones familiares", in Revista de Direito Civil, vol. 56, pág. 7).*

10. Sexo, segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, é a "conformação particular que distingue o macho da fêmea, nos animais e nos vegetais, atribuindo-lhes um papel determinado na geração e conferindo-lhe certas características distintivas".

11. Noutra senda, necessário se faz observar que no fim do século retrasado, quando principiou a obrigatoriedade do registro civil, a distinção entre os dois sexos baseava-se na conformação da genitália. Mas, com o desenvolvimento científico e tecnológico, pode-se afirmar que, hoje, existem vários elementos identificadores do sexo, apontando Tereza Rodrigues Vieira os seguintes: o cromossômico ou genético; o cromatínico, o gonádico, o anatômico, o hormonal, o social, o jurídico e o psicológico ("Direito à adequação de sexo do transexual", in Repertório IOB de Jurisprudência, n. 3/96, pág. 51). Adverte Aracy Klabin que qualquer dos critérios poderia ser tomado isoladamente para determinar o sexo da média das pessoas, podendo, no entanto, qualquer deles pode falhar em relação a alguns indivíduos. ( Aracy Klabin, "Aspectos jurídicos do transexualismo", in Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, vol. 90, 1995, pág. 197).

**SEDE ADMINISTRATIVA**  
Rua Vila Cristina, 382 - São José  
CEP: 49.015-000 - Telefone: (79) 3179-7440  
(79) 3179-7445 - Fax: (79) 3179-7446  
www.defensoria.se.gov.br

**CENTRAL DE ATENDIMENTO**  
Pça da Bandeira / Av. Barão de Marilim, 20  
Centro - CEP: 49.015-020  
Telefone: (79) 3179-7454



**GOVERNO DE SERGIPE**  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE

05

12. No caso vertente, há evidente dissonância entre o sexo biológico e o sexo psicológico do indivíduo, o autor, acredita firmemente ter o sexo feminino, erroneamente envolvido num corpo masculino, que ele alterou. Como transexual e em face da crença firme de pertencer ao sexo feminino, o relacionamento sexual ocorre com pessoas do sexo oposto, ou seja, do sexo masculino, podendo-se dizer que o transexual masculino é um heterossexual, do ponto de vista do sexo psicológico.

13. Assevere-se, ainda, que no caso em apreço, embora não tenha o Autor se submetido à intervenção cirúrgica para mudança de sexo, ou seja, operacionalizado a sua transgenitalização no sentido de no lugar do órgão masculino ser instalado órgão feminino, nem por isso pende qualquer óbice à retificação de seu nome de registro civil, vez que inequívoca que a sua personalidade é feminina, porém submetida ao ridículo de nome masculino.

14. Não há no Direito Brasileiro norma proibitiva de alteração do prenome do autor, sendo indubitosa que uma pessoa com o fenótipo (aparência) mulher e prenome masculino seja alvo de chacotas. **E a Imutabilidade do prenome, como se sabe, não é absoluta**, admitindo o art. 58 da Lei no. 6015/73 sua substituição por apelidos públicos e notórios. Permite, ainda, no parágrafo único do art. 55 da Lei 6.015/73, a alteração do prenome quando sujeitar o portador ao ridículo.

15. Sendo o nome um meio de reconhecimento do cidadão no Estado, injusto seria que a lei obrigasse o indivíduo a manter prenome capaz de despertar sarcasmo e deboche, diante da aparência relativa ao sexo oposto. Assim, não havendo impedimento para a mudança de prenome, esta mudança também deve ser deferida.

16. Destarte, inexorável que no caso em apreço a alteração do prenome e do sexo que deve constar no registro civil do postulante, mencionando-se apenas nas certidões que se seguirem que **"o assento foi modificado por decisão judicial, em ação de retificação de registro civil"**, resguardando-se o segredo de Justiça, sem a afronta ao artigo 21 da Lei de Registros Públicos.

17. Deveras, inquestionável que negar o direito de alguém ter o nome que mais condiz com sua condição sexual, é segundo decisão recente de que se tem notícia da MM. Juíza de Direito ANA MARIA GONÇALVES LOUZADA, do Distrito Federal, **"sonegar o direito de ser feliz, de ter esperança, de acreditar na vida, de viver com dignidade"** e buscar meios de adequação dos transexuais na sociedade, baseado no princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), é um objetivo a ser traçado por toda a população brasileira, seja com a alteração do prenome e sexo, seja com o combate aos preconceitos enraizados na comunidade.

**SEDE ADMINISTRATIVA**  
Rua Vila Cristina, 382 - São José  
CEP: 49.015-000 - Telefone: (79) 3179-7440  
(79) 3179-7445 - Fax: (79) 3179-7446

**CENTRAL DE ATENDIMENTO**  
Pça da Bandeira / Av. Barão de Maruim, 20  
Centro - CEP: 49.015-020



**GOVERNO DE SERGIPE**  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE

06

18. A Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, deixa evidente que, como regra, o assento de nascimento é inalterável. No art. 58 afirma que "o prenome será imutável", abrindo exceções ao erro de grafia (art. 58, par. único) e aos nomes capazes de expor a ridículo seus portadores (art. 55, par. único). Permitindo a retificação de qualquer outro elemento do assento, por ordem do juiz (art. 109), sendo, portanto, possível a alteração do sexo.

19. Inquestionável que são imensuráveis as humilhações que um transexual, mesmo se identificando e sendo identificado como mulher, passa ao ter que apresentar seu nome de registro civil nas diversas relações sociais do cotidiano, inclusive, obrigando-o a abandonar os estudos e a exclusão do mercado de trabalho formal.

20. Eis porque, identifica-se uma violação ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, obrigar um indivíduo a carregar um nome que não condiz com seu estado físico-psíquico. Vale ressaltar, que um autêntico Estado Democrático de Direito reconhece, respeita e faz cumprir todos os direitos dos seus cidadãos, inclusive, o direito a uma nova identidade sexual.

21. Demais disso, a tendência que se observa no mundo é a de alterar-se o registro adequando-se o sexo jurídico ao sexo aparente. O jornal "El Mundo", edição de 18 de março de 2000, anunciou:

**"Um juez ordena el cambio de nombre del primer transexual operado por la Seguridad Social". Embora a manchete aluda apenas à mudança do nome, a alteração envolveu também o sexo, esclarecendo que o Juizado n. 21, de Primeira Instância de Sevilha - Espanha -, ordenou a alteração do nome e do sexo de Suzana G. G., o primeiro transexual operado na Espanha pela Previdência Social, acrescentando: "La sentencia recoge que há quedado debidamente acreditado que Susana, antes Antonio, há 'assumido y ejercitado desde su infancia roles claramente femeninos', que solo se han manifestado em su comportamiento, relaciones, o forma de vestir, sino que incluso le llevaron a 'intentos de mutilación por la aversión y repugnância que sentia hacia sus órganos genitales masculinos, existiendo una disociación entre tales órganos y sus sentimientos'".**

SEDE ADMINISTRATIVA  
Rua Vila Cristina, 382 - São José  
CEP: 49.015-000 - Telefone: (79) 3179-7440  
(79) 3179-7445 - Fax: (79) 3179-7446  
www.defensoria.se.gov.br

CENTRAL DE ATENDIMENTO  
Pça da Bandeira / Av. Barão de Marim, 20  
Centro - CEP: 49.015-020





**GOVERNO DE SERGIPE**  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE

23. De semelhante modo os Tribunais pátrios antes refratários às mudanças nos costumes que antecedem às leis, fechavam os olhos para a realidade e se negavam a reconhecer a realidade da existência do transexual; contudo, ultimamente os tribunais têm percorrido caminhos diferentes, possibilitando a alteração do nome, substituindo-o por apelido notório, nos termos dos artigos 56 e 58 da Lei de Registros Públicos, aplicando-se a teoria da aparência e a relevância que a pessoa assume no meio social.

Colacionamos jurisprudências:

Ementas do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

**Apelação Cível NÚMERO: 70013909874 RELATOR: Maria Berenice Dias**

**EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ALTERAÇÃO DO NOME E AVERBAÇÃO NO REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALIDADE. CIRURGIA DE TRANSGÊNERALIZAÇÃO.** O fato de o apelante ainda não ter se submetido à cirurgia para a alteração de sexo não pode constituir óbice ao deferimento do pedido de alteração do nome. Enquanto fator determinante da identificação e da vinculação de alguém a um determinado grupo familiar, o nome assume fundamental importância individual e social. Paralelamente a essa conotação pública, não se pode olvidar que o nome encerra fatores outros, de ordem eminentemente pessoal, na qualidade de direito personalíssimo que constitui atributo da personalidade. Os direitos fundamentais visam à concretização do princípio da dignidade da pessoa humana, o qual, atua como uma qualidade inerente, indissociável, de todo e qualquer ser humano, relacionando-se intrinsecamente com a autonomia, razão e autodeterminação de cada indivíduo. Fechar os olhos a esta realidade, que é reconhecida pela própria medicina, implicaria infração ao princípio da dignidade da pessoa humana, norma esculpida no inciso III do art. 1º da Constituição Federal, que deve prevalecer à regra da imutabilidade do prenome. Por maioria, proveram em parte. (SEGREGADO DE JUSTIÇA) (Apelação Cível Nº 70013909874, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Maria Berenice Dias, Julgado em 05/04/2006)

**SEDE ADMINISTRATIVA**  
Rua Vila Cristina, 382 - São José  
CEP: 49.015-000 - Telefone: (79) 3179-7440  
(79) 3179-7445 - Fax: (79) 3179-7446

**CENTRAL DE ATENDIMENTO**  
Praça da Bandeira / Av. Barão de Marim, 20  
Centro - CEP: 49.015-020



**GOVERNO DE SERGIPE**  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE

08

Apelação Cível 70000585836

Rel.: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves

Decisão: 31/05/2000 - 7ª Câmara Cível

**REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALIDADE. PRENOME. ALTERAÇÃO. POSSIBILIDADE. APELIDO PÚBLICO E NOTÓRIO. O FATO DE O RECORRENTE SER TRANSEXUAL E EXTERIORIZAR TAL ORIENTAÇÃO NO PLANO SOCIAL, VIVENDO PUBLICAMENTE COMO MULHER, SENDO CONHECIDO POR APELIDO, QUE CONSTITUI PRENOME FEMININO, JUSTIFICA A PRETENSÃO JA QUE O NOME REGISTRAL É COMPATÍVEL COM O SEXO MASCULINO. DIANTE DAS CONDIÇÕES PECULIARES, NOME DE REGISTRO ESTÁ EM DESCOMPASSO COM A IDENTIDADE SOCIAL, SENDO CAPAZ DE LEVAR SEU USUÁRIO A SITUAÇÃO VEXATORIA OU DE RIDÍCULO. ADEMAIS, TRATANDO-SE DE UM APELIDO PÚBLICO E NOTÓRIO JUSTIFICADA ESTA A ALTERAÇÃO. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 56 E 58 DA LEI N. 6015/73 E DA LEI N. 9708/98. RECURSO PROVIDO.**

24. Destarte, a falta de previsão legal que discipline a matéria, não pode ser pretexto para o exercício de posturas, por vezes, conservadoras e preconceituosas. É evidente que o legislador não pode prevê e disciplinar todos os aspectos da vida social. Por mais que se esmere para adequar leis para suprir as exigências de uma sociedade globalizada que se transforma rapidamente, muitas leis entram em vigor já anacrônicas. Ademais, como demonstrado, no concernente a possibilidade de retificação de registro civil para mudança de nome por indivíduo travesti, nossa jurisprudência tem se mostrado progressista ao reconhecer ao transexual o direito a uma nova identidade sexual e social.

**- DO PEDIDO-**

Diante do exposto, pede e requer se digno V. Exa. de julgar **TOTALMENTE PROCEDENTE A PRESENTE AÇÃO** para retificar o apontamento relativo à seu prenome nos termos em que mencionado no bojo do presente requerimento, bem como determinar:

a) a intimação do órgão do Ministério Público para o acompanhamento do feito;

**SEDE ADMINISTRATIVA**  
Rua Vila Cristina, 382 - São José  
CEP: 49.015-000 - Telefone: (79) 3179-7440  
(79) 3179-7445 - Fax: (79) 3179-7446  
www.defensoria.sp.rn.br

**CENTRAL DE ATENDIMENTO**  
Pça da Bandeira / Av. Barão de Marilim, 20  
Centro - CEP: 49.015-020



**GOVERNO DE SERGIPE**  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE

09

b) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, isentando a Requerente do dever de pagar taxas, custas e quaisquer outros emolumentos, nos termos da Lei nº: 1.060/50;

c) a expedição do competente mandado de retificação, por ofício, CARTÓRIO DO TERCEIRO OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E TABELIONATO DO TERMO SEDE DA COMARCA DE AQUIDABÁ/SE, determinando que o Ilmo. Oficial de Registro Civil retifique o erro encontrado, fazendo constar na certidão de nascimento do Requerente como sendo o seu prenome **ADRIANA LOHANNA** e o seu sexo **FEMININO**.

Protesta-se, provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em nosso Direito, notadamente, oitiva de testemunhas, juntada de documentos e expedições de ofícios, se necessário.

Dá-se à causa o valor de R\$ 100,00 (cem reais) a título de efeitos meramente fiscais.

Pede deferimento.

Aracaju, 03 de julho de 2009.

*Miguel dos Santos Cerqueira*  
Miguel dos Santos Cerqueira

Defensor Público

**SEDE ADMINISTRATIVA**  
Rua Vila Cristina, 382 - São José  
CEP: 49.015-000 - Telefone: (79) 3179-7440  
(79) 3179-7445 - Fax: (79) 3179-7446  
[www.defensoria.se.gov.br](http://www.defensoria.se.gov.br)

**CENTRAL DE ATENDIMENTO**  
Pça da Bandeira / Av. Barão de Maruim, 20  
Centro - CEP: 49.015-020  
Telefone: (79) 3179-7454

## DECLARAÇÃO / PROCURAÇÃO

Outorgado: **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE**

Outorgante: ADRIANO DOS SANTOS

Adriano dos Santos RGnº 3.114.395-4, inscrição  
no CPF nº 014.200.075-21, residente e domiciliado(a) na  
Rua B, 104, 1º andar bairro Américo, cidade de  
Aracaju, Estado de Sergipe, CEP 49000-000, nos termos do artigo 1º  
da Lei 7.115, de 29.08.83, **DECLARA**, sob pena de infringir o artigo 299 do Código  
Penal Brasileiro, que é pessoa pobre, na acepção jurídica do termo, e não auferir  
rendimentos econômicos e financeiros que sejam suficientes para arcar com despesas  
e custas processuais, sem que imponha sacrifícios a si mesmo e a sua família.  
Outrossim, **AUTORIZA** a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE**,  
através do **NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS MINORIAS E PROMOÇÃO**  
**DA INCLUSÃO SOCIAL**, por defensor titular e/ou substitutos a requerer o  
benefício da **ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA** e ingressar em Juízo com  
**AÇÃO JUDICIAL** ou **INTERPOR RECURSO JUNTO À TURMA RECURSAL**,  
outorgando-lhe os poderes, com fulcro na parte final do artigo 47, X, da Lei  
Complementar Estadual nº 70 de 15 de maio de 2002, combinado com a parte final do  
art. 38 CPC, podendo, transigir, desistir, acordar, renunciar, receber, dar quitação,  
firmar compromisso, reconhecer a procedência do pedido, prestar compromisso de  
inventariante, requerer o que for necessário para defesa dos direitos do (a) (s)  
declarante(s) outorgante(s).

Aracaju, 03/Julho/2009

Adriano dos Santos



## Cartório Terceiro Ofício

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
TABELIONATO DO TERMO SEDE DA COMARCA DE AQUIDABÃ/SERGIPE.

**BEL. ERALDO MACHADO DE ANDRADE**

Titular

Sônia Maria de Andrade  
Substituta

Maria José Santos Andrade  
Escrevente

Avenida Mainard Gomes, nº 944 - CEP. 49.790-000

Telefone (0xx79) 341 - 1458

Aquidabã - Sergipe.

Válido somente com o  
selo de autenticidade

## CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que às fls. 274v do Livro A-18, sob número de ordem 14.660 foi lavrado o assento do nascimento de **ADRIANO DOS SANTOS**, do sexo masculino nascido(a) no dia vinte e oito (28) de agosto de mil novecentos e oitenta e seis (1986) às 12h20, em Propriá-Se., na maternidade São Vicente de Paula, filho(a) de Adelson dos Santos e de d. Maria José dos Santos, sendo avós paternos Pedro Alexandre dos Santos e d. Lindaura dos Santos e avós maternos José Alves de Matos e d. Lucila Alves Manguiera.

O assento foi lavrado em 13 de setembro de 1986, tendo sido declarante o genitor e serviram de testemunhas Averaldo Melício dos Santos e Sivanilde Nunes de Souza.

Observações:

O referido é verdade e dou fé.

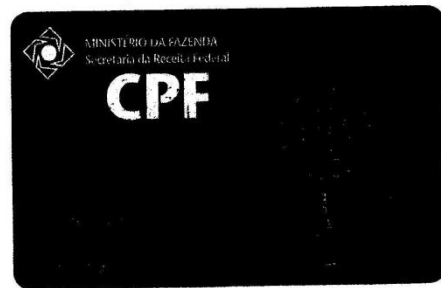
Aquidabã/SE, 05 de junho de 2006.

*Eraldo Machado de Andrade*

Oficial

Bel. Eraldo Machado de Andrade  
Oficial do Reg. Civil - Aquidabã - SE  
Mat. 597





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

|  |         |                                  |
|--|---------|----------------------------------|
| REGISTRO<br>GERAL 3.114.395-4                                    | 2.ª VIA | DATA DE<br>EXPEDIÇÃO 15/10/2001  |
| NOME<br>ADRIANO DOS SANTOS                                       |         |                                  |
| FILIAÇÃO<br>ADELSON DOS SANTOS<br>MARIA JOSE DOS SANTOS          |         |                                  |
| NATURALIDADE<br>AQUIDABA-SE                                      |         | DATA DE NASCIMENTO<br>26/06/1988 |
| DOC ORIGEM<br>CT. NASCIM. NR 14660 LV AND F. 27.º                |         |                                  |
| PART DIST COM AQUIDABA-SE  |         |                                  |
| CARLOS ROBERTO CARVALHO DE SA<br>Diretor Assessoria de Diretoria |         |                                  |
| LEI Nº 7.116 DE 29/08/83   |         |                                  |



13


**DESO**  
 COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE

 RUA CAMPO DO BRITO, 331 - P. 13 de Julho - 49.020-380 - Aracaju/SE  
 CNPJ 13.016.171/0001-90 - INSC. EST. 27.051.036-2 - site: www.deso-se.com.br  
 e-mail: deso@deso-se.com.br - PABX (79) 3226-1000 - FAX (79) 3226-1003  
 08000-790195

**FATURA MENSAL DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO**

|   |                     |   |
|---|---------------------|---|
| Localidade  | Matrícula           | Nome do Cliente                                 |
| 030710.6  | 030710.6            | ANTONI ANTANA GAMA                              |
| Endereço  | Res. Com. Ind. Pub. |   |
| RUA B JD RES-PARAIPIA N ALMEIDA   |                     |   |
| CEP 49000-000   | UF SE               | CEP 49000-000                                   |
| 614   | 603                 | 11  |
| 04/06/2009  | 28                  |   |
| Descrição dos serviços  |                     | Valores   |
| Água  |                     | 20.24   |
| Esgoto  |                     | 16.19   |
| 24 ATUALIZ  | 0101 03/2009        | 0.32  |
| 50 MULTA PO   | 0101 03/2009        | 1.04  |
| 62 JUROS  | 0101 03/2009        | 1.00  |
| Responsável   |                     | Histórico de Consumos/m³                        |
| 000000  |                     | 05/2008 04/2008 03/2008 02/2008 01/2008 12/2007 |
| Motivo da Ausência de Emissão   |                     | 13 Código Auxiliar                              |
| Débito do Exercício   |                     | 12200   |
| Débito do Exercício Anterior  |                     |   |
| J F M A M J J A S O N D   |                     |   |
| Caso tenha pago ulteriores parcelas:  |                     |   |
| A E S R   |                     | Mês / Ano                                       |
| 3 3 35 57   |                     | 06/2009   |
| VENCIMENTO  |                     | 18/06/2009                                      |
| TOTAIS  |                     | 38.79   |
| VALORES EM R\$  |                     |   |
| ÁGUA  |                     | 20.24   |
| ESGOTO  |                     | 16.19   |
| SERVIÇOS  |                     | 2.36  |
| TOTAL   |                     | 38.79   |
| Decreto Federal nº 5.402/2005 - Art. 9º inciso I  |                     |   |
| Qualidade da Água Distribuída   |                     | Turbidez Cor Cloro Flúor                        |
| Nº Máximo de Análises Exigidas  |                     | 218 218 218 218                                 |
| Nº de Análises Realizadas   |                     | 218 218 218 218                                 |
| Nº de Análises em Conformidade com a Portaria 180/04  |                     | 218 218 218 218                                 |
| (Significado dos Parâmetros de Controle: Vide verso)  |                     | 218 218 218 218                                 |
| PARA OS PARÂMETROS DIVERGENTES DA LEGISLAÇÃO, MEDIDAS FORAM TOMADAS PARA RESTABELECER A QUALIDADE DA ÁGUA.              |                     |   |
| Vigilância Sanitária do Município - Telefone:   |                     | (79) 2106-3766                                  |
| Mensagem:   |                     |   |
| RECLAMAÇÕES, SUGESTÕES E DENÚNCIAS  |                     |   |
| ACESSE E-MAIL: OUVIDORIA@DESO-SE.COM.BR   |                     |   |
| Cuidado com a dengue começa na sua casa. Não deixe locais que possam acumular água limpa e parada. A dengue pode matar. |                     |   |
| Favor Autenticar no Verso   |                     |   |



| Matrícula | Ano Mês DV | Vencimento | TOTAL A PAGAR |
|-----------|------------|------------|---------------|
| 030710.6  | 06/2009 8  | 18/06/2009 | 38.79         |

COMPROVANTE DA DESO

82690000009 387900418204 030710606200 091234567815





14

## RECEBIMENTO

Recebi nesta data o Processo n° 618 /2009 do  
distribuidor.

Aracaju/Se, 06/07/2009.

Adriana A. Vaz de Andrade  
Escrivã

## CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de  
Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária  
de Aracaju.

Aracaju/Se, 06/07/2009.

Adriana A. Vaz de Andrade  
Escrivã



**PODER JUDICIÁRIO**  
**SEXTA VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE ARACAJU-SE**  
Rua Serafim Bomfim, nº 440 - Santos Dumont.

**Processo nº 200930600618**


R. Hoje.

Defiro os benefícios da gratuidade judiciária,  
ante as disposições do art. 5º, inciso LXXIV da CF/88 e Lei  
1.060/50.

Vistas ao Ministério Público.

Aracaju, 06 de julho de 2009.

  
Heloisa de Oliveira Castro Alves  
Juíza de Direito

| DATA  |  |
|---|--|
| Recebi estes autos da MM. Juíza de Direito.   |  |
| Aracaju, 06 de 07 de 2009.  |  |
|  |  |
| Técnico(a) Judiciário(a)  |  |

## TERMO DE VISTA

Faço vista dos presentes autos ao

M. P.

Aracaju 07 de 07 de 09

Chefe do Secretária

MM. Juíza,

O Ministério Público, através do seu representante legal, pugna pela designação de audiência instrutória.

Em 04/04/09.  
 P. P. P.  
 MP

RECEBIDO  
 do MP  
 Aracaju 20 de 07 de 09  
 Chefe do Secretária

36

**CONCLUSÃO**

Nesta data faço os autos conclusos a MM. Juíza de  
Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da  
Comarca de Aracaju/SE.

Aracaju, 10 de 07 de 2009.

Técnica Judiciária

12



**PODER JUDICIÁRIO**  
**SEXTA VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE ARACAJU-SE**  
**Rua Serafim Bomfim, nº 440 - Santos Dumont**

**Processo 200930600618**

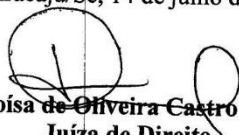
R. Hoje


Designo, audiência de instrução e julgamento para o  
**dia 04 de setembro de 2009, às 08 horas.**

Intimações necessárias, devendo a parte autora  
comparecer acompanhada de suas testemunhas.

Notifique-se o Ministério Público.

Aracaju/Se, 14 de julho de 2009.

  
**Heloisa de Oliveira Castro Alves**  
**Juíza de Direito**

| DATA  |             |
|---|-------------|
| Recebi estes autos da MM. Juíza de Direito.   |             |
| Aracaju, 14 de  | 05 de 2009. |
|  |             |
| Técnico(a) Judiciário(a)  |             |



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Juízo de Direito 6ª Vara Privativa  
Av. Serafim Bomfim, 440,(PRÉDIO DO SESI)  
Bairro - Santos Dumont Cidade - Aracaju

AUGUSTO CEZAR RESENDE DE LIMA



200930604299

18  
SR

PROCESSO....: 200930600618  
NATUREZA....: Retificação  
REQUERENTE...: ADRIANO DOS SANTOS  
REQUERIDO....:

### MANDADO DE INTIMAÇÃO

A Dra. Heloisa de Oliveira Castro Alves, Juíza de Direito da(o) 6ª Vara Privativa da Comarca de Aracaju, Estado de Sergipe,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda a intimação da parte abaixo qualificada para comparecer à audiência de instrução e julgamento.

**Em hora da audiência:** 04/09/2009 às 08:00, **Local:** Av. Serafim Bomfim, 440,(PRÉDIO DO SESI) , Santos Dumont - Aracaju, CEP: 49087-610.Devendo a parte autora comparecer acompanhada de suas testemunhas.

#### Qualificação da parte :

Nome : ADRIANO DOS SANTOS  
Residência : RUA B 104 CONJ. MARIA DO CARMO  
Bairro : AMERICA C.E.P: 49080-010  
Cidade : ARACAJU - SE

Aracaju, 21 de julho de 2009

Adriana Aparecida Vaz de Andrade  
Escrivão(ã)/ Chefe de Secretaria, de ordem

#### CERTIDÃO:

Certifico que cumpri o presente, conforme item \_\_\_\_ (\_\_\_\_) abaixo.

- 1) - Intimada, ficou ciente, recebendo contrafé.
- 2) - Intimada, negou o ciente, aceitando a contrafé.
- 3) - Intimada, negou o ciente, não aceitando a contrafé.
- 4) - Não foi intimada. Motivo: \_\_\_\_\_

Dou fé. Em,

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Ciente \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Oficial de Justiça

\_\_\_\_\_  
Parte Intimada

ATENÇÃO: NÃO EFETUAR PAGAMENTO PELO CUMPRIMENTO DESTES MANDADOS

MD01802



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Juízo de Direito 6ª Vara Privativa  
Av. Serafim Bomfim, 440, (PRÉDIO DO SESI)  
Bairro - Santos Dumont Cidade - Aracaju

AUGUSTO CEZAR RESENDE DE LIMA



200930604299

PROCESSO....: 200930600618  
NATUREZA....: Retificação  
REQUERENTE...: ADRIANO DOS SANTOS  
REQUERIDO....:

### MANDADO DE INTIMAÇÃO

A Dra. Heloisa de Oliveira Castro Alves, Juíza de Direito da(o) 6ª Vara Privativa da Comarca de Aracaju, Estado de Sergipe,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda a intimação da parte abaixo qualificada para comparecer à audiência de instrução e julgamento.

**I e hora da audiência:** 04/09/2009 às 08:00, **Local:** Av. Serafim Bomfim, 440, (PRÉDIO DO SESI), Santos Dumont - Aracaju, CEP: 49087-610. Devendo a parte autora comparecer acompanhada de suas testemunhas.

#### Qualificação da parte:

Nome : ADRIANO DOS SANTOS  
Residência : RUA B 104 CONJ. MARIA DO CARMO  
Bairro : AMERICA C.E.P: 49080-010  
Cidade : ARACAJU - SE

Aracaju, 21 de julho de 2009

Adriana Aparecida Vaz de Andrade  
Escrivão(a) / Chefe de Secretaria, de ordem

#### CERTIDÃO:

Certifico que cumpri o presente, conforme item (4) abaixo.

- 1) - Intimada, ficou ciente, recebendo contrafé.
- 2) - Intimada, negou o ciente, aceitando a contrafé.
- 3) - Intimada, negou o ciente, não aceitando a contrafé.

4) - Não foi intimada. Motivo: NÃO FOI LOCALIZADO NAS DIVERSAS ENDEREÇAMENTOS  
FEITAS, EM TEMPO INDEVIDO QUE ANULOU A SUA INTIMAÇÃO PRIMA  
RELEVANTE, O DIA E HORA DA DETERMINADA AUDIÊNCIA

Dou fé. Em,

21/07/09

Ciente 1 / 1 /

Oficial de Justiça

Parte Intimada

ATENÇÃO: NÃO EFETUAR PAGAMENTO PELO CUMPRIMENTO DESTE MANDADO

MD01802



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA  
Rua Serafim Bomfim, nº 440 – Bairro Santos Dumont - Aracaju/SE - Fone (79) 3226-3817.

Processo nº 618/09

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé que nesta  
sessão de julgamento em audiência  
o representante ficando satisfeito  
com o resultado da audiência  
e que deverá fazer os seus  
trabalhos no dia 04/09/09  
as 8h.

Adriana de Souza

Aracaju, 20 / 08 / 2009

Adriana Aparecida Vaz de Andrade  
Escrivã





PODER JUDICIÁRIO

6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA  
Rua Serafim Bomfim, nº 440 – Bairro Santos Dumont - Aracaju/SE - 3226-3856

200930600618 - Retificação - 6ª Vara Privativa

Requerente ADRIANO DOS SANTOS

**Termo de Audiência**

Ao(s) 04 (quatro) dia(s) do mês de setembro de 2009, às 08:00 horas, nesta cidade de Aracaju (SE), na sala de audiências da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju (SE), onde presente se achava a MM. Juíza Substituta, Dra. Érica Magri Milani, comigo Adriana Aparecida Vaz de Andrade, escrivã desta Vara, que este subscreve. Presente a representante do Ministério Público, Dra. Ana Cláudia M. Costa Moraes, declarada aberta a audiência e apregoadas as partes, patrono(s) e respectivo(s) Defensor(es): Presente o requerente. Presente o Defensor(a) Público(a) Dr. Antônio Carvalho da Cunha. Pela MM. Juíza foi dito que: Considerando o adiantado da hora e que não foram acostados aos autos documentos comprobatórios dos fatos alegados na inicial e o requerimento do requerente de prazo para juntá-los, suspendo a presente audiência redesignando-a para o dia **03 de novembro de 2009, às 08h30min**. Assim sendo concedo ao requerente prazo de 20 dias para junta dos documentos que entender necessários. Além disso determino o estudo psicossocial do caso, devendo o respectivo laudo ser apresentado no prazo de 20 dias, oficie-se. Intimados os apresentados, inclusive as testemunhas. Audiência encerrada. Eu,

*Adriana* Adriana Aparecida Vaz de Andrade, Escrivã subscrevo.

*Erica Magri Milani*  
ÉERICA MAGRI MILANI  
Juíza Substituta

*ANA CLAUDIA M. COSTA MORAES*  
ANA CLÁUDIA M. COSTA MORAES  
Promotora de Justiça

*ANTONIO CARVALHO DA CUNHA*  
ANTÔNIO CARVALHO DA CUNHA  
Defensor(a) Público(a)

*Adriano dos Santos*

*Antônio Gomes dos Santos*  
*Comila de Almeida Pereira*  
*João Carlos Lima*  
*João Ademir da Silva*



**GOVERNO DE SERGIPE**  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA  
SEXTA VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DESTA  
COMARCA DE ARACAJU-SE**

**AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL  
AUTOS Nº: 200930600618**

**ADRIANO DOS SANTOS, (ADRIANA LOHANNA)**, qualificado nos autos em epígrafe, em atendimento a Vosso Respeitável despacho, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio do Defensor Público, Coordenador do Núcleo de Defesa das Minorias e Promoção da Inclusão Social, abaixo assinado, requerer a **Juntada dos Seguintes Documentos**:

- 01. Relatório de Avaliação Psicológica expedida pelo Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia;**
- 02. Requerimento/solicitação de Intervenção Cirúrgica para Transgenitalização;**
- 03. Relação de Provas e Atividades Acadêmicas com o Uso do Nome Social (ADRIANA LOHANNA);**
- 03. Notas Fiscais com o Uso do Nome Social (ADRIANA LOHANNA);**
- 04. Comprovantes de Endereço com o Uso do Nome Social (ADRIANA LOHANNA).**

Documentos esses que comprovam o divórcio entre o fenótipo do Autor e a sua identificação civil, bem como que o mesmo está sendo obrigado a carregar um nome que não condiz com seu estado físico-psíquico.

**SEDE ADMINISTRATIVA**  
Rua Vila Cristina, 382 - São José  
CEP: 49.015-000 - Telefone: (79) 3179-7440  
(79) 3179-7445 - Fax: (79) 3179-7446  
[www.defensoria.se.gov.br](http://www.defensoria.se.gov.br)

**CENTRAL DE ATENDIMENTO**  
Pça da Bandeira / Av. Barão de Maruim, 20  
Centro - CEP: 49.015-020  
Telefone: (79) 3179-7454

Formulário Inicializado em: 12/07/2019 12:14:00

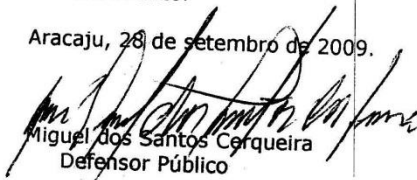


**GOVERNO DE SERGIPE**  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE

Pelo exposto, requer ainda que tais documentos sejam apreciados por Vossa Excelência em conjunto com os fundamentos da petição inicial e laudos médico-psicológicos já juntados nos autos em epígrafe, para que o Autor possa ver reconhecida a sua condição de transexual e o direito à retificação do seu registro civil para a adoção do prenome **ADRIANA LOHANA** e o seu sexo **FEMININO, COM DEVIDA AVERBAÇÃO DA CONDIÇÃO DE TRANSEXUL.**

Termos em que  
P. Deferimento.

Aracaju, 28 de setembro de 2009.

  
Miguel dos Santos Cerqueira  
Defensor Público

**SEDE ADMINISTRATIVA**  
Rua Vila Cristina, 382 - São José  
CEP: 49.015-000 - Telefone: (79) 3179-7440  
(79) 3179-7445 - Fax: (79) 3179-7446  
[www.defensoria.se.gov.br](http://www.defensoria.se.gov.br)

**CENTRAL DE ATENDIMENTO**  
Pça da Bandeira / Av. Barão de Maruim, 20  
Centro - CEP: 49.015-020  
Telefone: (79) 3179-7454



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Centro Médico

Nome:

Terapia de 18 sessões?  
história de vida } - relato da infância?  
- adolescência?  
- desde qdo a paciente  
tem "cetera" que é  
uma mulher?

tempo  
muito curto  
abordagem  
atual sem  
relato do passado

CENTRO MÉDICO E TECNOLÓGICO  
Rua Pacatuba, n.º 55  
Tels: 0XX(79)3226.3400 / 3414

Aracaju, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## [RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA]



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS PREVENÇÃO E COMBATE À HOMOFOBIA

Aracaju 24 de Setembro 2009

NOME: Adriano dos Santos (Adriana Lohanna dos Santos)

AUTOR/RELATOR: Cláudia Amélia Silveira Andrade.

FINALIDADE: Avaliação Psicológica para ser anexado ao processo de Retificação de Registro Civil

IDADE: 23

ESCOLARIDADE: 3º Grau Incompleto

PROFISSÃO: Professor

INTERESSADO: Drª. Érica Magri Milani

ASSUNTO – Solicitação de Avaliação Psicológica

## RELATÓRIO

Conforme solicitado em audiência, encaminhamos este relatório que objetiva transmitir informações sobre andamento do processo terapêutico da paciente Adriana Lohanna dos Santos, cujo nome cartorial é Adriano dos Santos, que está sendo realizado no Centro de Combate à Homofobia. O Centro atua diretamente com a promoção de acolhimento e atendimento psicológico, jurídico e social à população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), mediante enfoque multidisciplinar, com escopo de assegurar os direitos da cidadania homossexual.

A paciente esteve no Centro de Referência solicitando atendimento psicoterapêutico por não aceitar sua imagem de si mesma, uma vez que esta não coincide com sua aparência física, ou seja, seu sexo anatômico, e identificar uma necessidade de submeter-se a processos cirúrgicos que adequarão os desejos afetivos e sexuais da paciente ao sexo biológico. Segundo a última classificação americana dos transtornos mentais (DSM-IV-TR) foi retirado dos seus diagnósticos os termos transexualismo, travestismo e homossexualismo. Ao invés disso, adotou-se o termo Transtornos da Identidade de Gênero, que é visto como menos



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS PREVENÇÃO E COMBATE À HOMOFOBIA

preconceituoso ou discriminatório. Além de apresentar outra configuração deste desejo, que se baseia no anseio de viver abertamente de maneira coerente com o outro gênero, deixando o caráter puramente sexual, antes atribuído as relações homoafetivas.

Após a primeira entrevista deu-se início ao processo terapêutico no dia 08 de maio de 2009. Durante os cinco meses de terapia, realizamos 18 sessões terapêuticas. Inicialmente foi feito um levantamento da história de vida da paciente, esquadrinhando conteúdo referente a momentos significativos do seu desenvolvimento psicosexual. Diante das informações obtidas decidiu-se começar a trabalhar na terapia a auto-imagem e o autoconceito da paciente, uma vez que, pôde-se perceber que a pressão social e a não aceitação da sexualidade da paciente, por parte de pessoas do seu convívio social, é um fator que desencadeia sofrimento à mesma.

O processo terapêutico está seguindo a vertente do Psicodrama, "psicologia que investe na capacidade de superação e criatividade de cada ser humano perante os obstáculos ao crescimento" mobilizando assim a paciente vivenciar a realidade a partir do reconhecimento das diferenças e dos conflitos, facilitando a busca de alternativas para a resolução do que é revelado, expandindo os recursos disponíveis para trabalhar essas questões que no momento foram escolhidas como prioridade no trabalho psicológico com a paciente.

As técnicas utilizadas nas terapias baseiam-se em recursos espontâneos e criativos como uma forma de suscitar conteúdos de maneira que seja menos angustiante para a paciente trazer dados importantes e significativos sem que estes mobilizem muita angústia ou sofrimento. Através destas estão sendo trabalhadas a autoimagem, autoestima, autoconceito e valorização do corpo. Especialmente por encontrarmos nos relatos da paciente sinais de baixa auto-estima decorrente das diversas pressões e discriminações as quais tem sido submetida rotineiramente.

Diante dos constrangimentos que a paciente tem vivenciado a cada concurso que presta, quando fiscais tem dificuldade de reconhecer que o documento de identidade pertence a ela, uma vez que o nome masculino exposto neste documento não corresponde a imagem feminina que está diante deles. Das vezes em que ao




**GOVERNO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS PREVENÇÃO E COMBATE À HOMOFOBIA**


chegar às unidades de saúde e outros atendimentos públicos, é chamada por um nome masculino que não corresponde a sua apresentação social "identidade de gênero". Das proibições às quais tem sido submetida na Instituição de Ensino Superior onde estuda, de quando seu organismo demanda o uso do banheiro, e ao dirigir-se ao banheiro masculino não é aceita pelo público deste recinto pois não se traja e se porta como homem, e não é permitida fazer uso do banheiro feminino pela instituição.

Gostaríamos de esclarecer que não foi possível realizar um parecer social, pois no momento em que a paciente solicitou os serviços deste centro não foi requerido a tempo esse atendimento, o qual será iniciado a partir da solicitação judicial. Com isso, o tempo para avaliação do caso não permite que seja elaborado um relatório como solicitado pelo poder judiciário, porém será encaminhado após visitas técnicas a partir da data solicitada um parecer da equipe de serviço social deste centro.

Concluimos que uma decisão que possibilite a coerência entre a maneira como se enxerga, sente-se, comporta-se, e é tratada pelas pessoas do seu convívio social se amplie à sociedade garantindo tratamento de maneira igualitária a todos. Assim declaramos que somos favoráveis a mudança do nome e do sexo da paciente.

Atenciosamente,

  
**Cláudia Amélia Silveira Andrade,**  
Coordenadora/Psicóloga do Centro de Referência  
CRP- 03/04646

  
**Ellen Ingrid Souza Aragão**  
Estagiária de Psicologia

67

Aquidabã – SE. 16 de Setembro de 2009.

SAUDE

SPI

Ofício 002/2009  
Ref. Requerimento / Solicitação

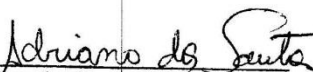
020.000.16522/2009-8

17/09/09

Considerando a Portaria GM/MS nº 1707, de 18 de agosto de 2008, onde define as Diretrizes Nacionais do Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde – SUS, bem como a portaria do Ministério da Saúde nº 457 de 19 de agosto do mesmo ano. Sirvo-me do presente para requerer o meu encaminhamento A Unidade de Atenção Especializada mais próxima, competente a realizar o tratamento do processo Transexualizador.

Outrora solicito resposta, documental deste, momento em que coloco meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

  
Adriano dos Santos (Adriana Lohanna)  
RG: 3.114.395-4 CPF: 014.200.075-21

Ao Excelentíssimo Sr.  
Dr. Rogério Carvalho Santos  
Secretário de Estado da Saúde  
Aracaju - SE

Adriano dos Santos – Rua Dr. José Rollemberg Leite, 66 – Centro – Aquidabã – SE  
Cep : 49790-000 – Tel: (79) 3341-1818/ 9902-6680/99606564  
Email: lohannafashion.com@hotmail.com





Nome do(a)  
Paciente:

Indira Leilianne de Jesus

Rf.

① Varicela 1 amp 1 cano  
Uso: Ora, 01 amp ao dia  
por 30 dias



② Varicela 2 amp cano  
Uso: Ora, 01 amp ao dia  
ou o mesmo.

170809  
Dr. Rafael P. Oliveira  
Médico  
CRM 2171

Prescrever pelo nome genérico é legal - Lei nº 9.787/99

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Sergipe, nº 1310 - Bairro Siqueira Campos - Aracaju - Sergipe - CEP: 49075-540  
Fone: (79) 3179-1014 - Fax: (79) 2106-9711

**Colégio Estadual Francisco Figueiredo**  
**Série: 3º Curso: Ensino Médio Normal Turma: "A" Turno: Vespertino**  
**Disciplina: Língua Portuguesa e Redação**  
**Professora: Adriana Lohanna**  
**Data: 21/08/2009**

### ATIVIDADES

1. Complete as frases seguintes com a forma apropriada do determinante colocado entre parênteses. Indique os casos em que mais de uma CONCORDÂNCIA é possível.

- a) Ele adora usar óculos ( ) (escuro)
- b) ( ) estive em todos os países ( ) . (latino-americano)
- c) Dedica-se ao estudo das culturas ( ) . (latino-americano)
- d) ( ) atitude e comportamento são ( ) (seu / deplorável)
- e) ( ) comportamento e atitude são ( ) (seu/ deplorável)
- f) ( ) foi ( ) () viagem. (aquele/um/melancólico)
- g) Divisavam-se ( ) mangueiras e abacateiros. (robusto)
- h) Divisavam-se ( ) abacateiros e mangueiras. (robusto)
- i) É profundo conhecedor de plantas e animais ( ) (marinho)
- j) É profundo conhecedor de animais e plantas ( ) (marinho)
- l) Ela se exhibe na praia, desfilando com seu corpo e cabelo ( ) (dourado)
- m) Estou à procura de uma casa com portões e janelas ( ) (branco)
- n) Estou à procura de uma casa com janelas e portões ( ) (branco)

2. Comente a clareza obtida em cada uma das frases seguintes.

- a) Age sempre com calma e rigor britânico.
- b) Age sempre com calma e rigor britânicos.

3. Complete as frases seguintes com a forma apropriada do determinante entre parênteses.

- a) Estuda a língua e a literatura ( ) (francês)
- b) Estuda o idioma e a literatura ( ) . (suêco)
- c) Sempre deixa ( ) livros e revistas sobre a mesa. (muito)
- d) Sempre deixa ( ) revistas e livros sobre a mesa. (muito)
- e) Considero ( ) os trabalhos da comissão. (inútil)
- f) Considero os trabalhos da comissão ( ) (inútil)
- g) São ( ) a altura e o peso do lutador. (excessivo)
- h) É ( ) a altura e o peso do lutador. (excessivo)
- i) Considero ( ) a altura e o peso do lutador. (excessivo)
- j) O talento e a habilidade desse músico são ( ) (famoso)
- l) É ( ) o talento e a habilidade desse músico. (famoso)
- m) São ( ) o talento e a habilidade desse músico. (famoso)
- n) O time principal e o time de juniores terminaram ( ) o campeonato. (vitorioso)
- o) Terminaram ( ) o time principal e o time de juniores. (vitorioso)
- p) Terminou ( ) o time principal e o time de juniores. (vitorioso)

03 03 09

30

Colégio Estadual Francisco Siqueira  
1º ano do curso normal

Disciplina: Língua Portuguesa / Redação

Professora: Adriana

Aluno: Leilane Vinícius Porto Silva

## A importância da leitura

- \* A leitura é importante para desenvol-
- \* ver nossos cérebros e nos proporcionar de
- \* conhecimentos viajar em outro mundo.
- \* Sem a leitura não somos nada, quan-
- \* do começamos a estudar o professor já
- \* começa a ensinar a ler, com a lei-
- \* tura nossos malabares, é também uma
- \* forma de interação com as pessoas.



Jolie®

Colégio Estadual "Francisco Figueredo"  
1º ano de curso normal  
Disciplina: Língua Portuguesa/Redação  
professora: Adriana  
Aluna: Lucília Ruivo dos Santos  
data: 03/03/09

### A importância da leitura

A leitura é muito importante porque nos ajuda a aprender a ler, escrever, interpretar um vocabulário, adquirir vocabulários, concepções, conhecimento, a ler cartas formais, revistas, cartazes e outros.

A leitura nos ajuda a gente no nosso futuro porque afinal ler, também é um exercício.

2023

Colégio Estadual Francisco Figueiredo  
 Série: 1ª Curso: Ensino Médio Normal Turma: "B" Turno: Vespertino  
 Disciplina: Língua Portuguesa e Redação  
 Professora: Adriana Lohanna ( Adriano dos Santos)  
 Data: 22/04/2009

Aluno:

Nota:

#### Avaliação de Língua Portuguesa e Redação

1- Coloque V para verdadeiro e F para falso. (1,5)

- a) ( ) As pessoas para se comunicarem utilizam o código lingüístico como melhor lhes convém, no entanto, para que aconteça a comunicação não é necessário que a língua (o código lingüístico) seja de conhecimento de ambas as partes emissor e receptor.
- b) ( ) Falando-se de Língua e Linguagem, é certo colocar que a linguagem possui significado mais amplo, do que a língua, pois a língua se concretiza através da linguagem.
- c) ( ) A linguagem coloquial é usada em situações formais de uso da linguagem, tomando como exemplos, palestra, livros e textos para publicações.
- d) ( ) Se o significante é o elemento material ou a imagem acústica, e o significado é a idéia contida no significante, é certo afirmar que significante é em suma a palavra escrita ou falada, e o significado é a idéia, o conceito que esta palavra representa.

2-De acordo com o novo acordo ortográfico marque a alternativa em que a palavra esteja grafada de forma incorreta. (0,5)

- a) além-túmulo                      c) super-otimismo  
 b) ex-aluno                          d) sem-terra                      e) pós-graduação

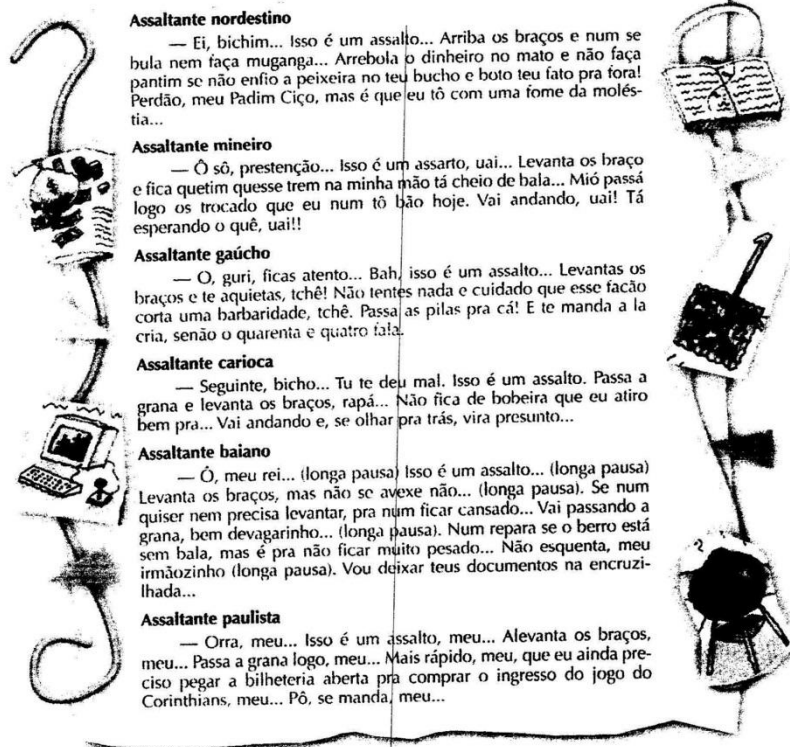
3- Com relação ao novo acordo ortográfico indique a alternativa em que todas as palavras estão corretas: (0,5)

- a) qüinqüênio/cinquenta  
 b) experiência/enjôo  
 c) coco/lingüiça  
 d) Tatuí / Grajaú  
 e) mülleriano/lingüeta

4- Enumere a segunda coluna de acordo com a primeira. (0,5)

- |                            |   |
|----------------------------|---|
| (1) função emotiva         | ( ) o sol é o centro do nosso sistema planetário. |
| (2) função fática          | ( ) o que é o amor? É fogo que arde sem se ver.   |
| (3) função referencial     | ( ) "ser, ou não ser, eis a questão"              |
| (4) função poética         | ( ) meu maior sonho é ver o mundo viver em paz.   |
| (5) função metalingüística | ( ) oi ! meu amor, tudo bem ? como vai vc?        |

Texto para a 5ª e 6ª Questão.



**Assaltante nordestino**

— Ei, bichim... Isso é um assalto... Arriba os braços e num se bula nem faça muganga... Arrebola o dinheiro no mato e não faça pantim se não enfio a peixeira no teu bucho e boto teu fato pra fora! Perdão, meu Padim Ciço, mas é que eu tô com uma fome da moléstia...

**Assaltante mineiro**

— Ô sô, prestenção... Isso é um assalto, uai... Levanta os braços e fica quietim quesse trem na minha mão tá cheio de bala... Mió passá logo os trocado que eu num tô bão hoje. Vai andando, uai! Tá esperando o quê, uai!!

**Assaltante gaúcho**

— O, guri, ficas atento... Bah, isso é um assalto... Levantas os braços e te aquietas, tchê! Não tentes nada e cuidado que esse facão corta uma barbaridade, tchê. Passa as pilas pra cá! E te manda a la cria, senão o quarenta e quatro tala.

**Assaltante carioca**

— Seguinte, bicho... Tu te deu mal. Isso é um assalto. Passa a grana e levanta os braços, rapá... Não fica de boeira que eu atiro bem pra... Vai andando e, se olhar pra trás, vira presunto...

**Assaltante baiano**

— Ô, meu rei... (longa pausa) Isso é um assalto... (longa pausa) Levanta os braços, mas não se avexe não... (longa pausa). Se num quiser nem precisa levantar, pra num ficar cansado... Vai passando a grana, bem devagarinho... (longa pausa). Num repara se o berro está sem bala, mas é pra não ficar muito pesado... Não esquenta, meu irmãozinho (longa pausa). Vou deixar teus documentos na encruzilhada...

**Assaltante paulista**

— Orra, meu... Isso é um assalto, meu... Alevanta os braços, meu... Passa a grana logo, meu... Mais rápido, meu, que eu ainda preciso pegar a bilheteria aberta pra comprar o ingresso do jogo do Corinthians, meu... Pô, se manda, meu...

5- O texto retrata várias cenas de assalto cada uma delas situada em um Estado ou região diferente do país. A fala do assaltante tem sempre o mesmo conteúdo, enquanto o uso da linguagem e o modo como o assalto é conduzido mudam de uma situação para outra. Identifique em cada uma das cenas, duas palavras ou expressões próprias do: (1,0)

a) nordestino;

d) carioca;

b) mineiro;

e) baiano;

c) gaúcho;

f) paulista;

6- Além da linguagem, o texto também revela comportamentos ou hábitos que supostamente caracterizam o povo de diferentes estados ou regiões. O que caracteriza, por exemplo: (1,0)

a) o nordestino?

b) o baiano?

c) o paulista?

Proposta de redação:

Uma questão de tempo:

Por Miguel Sanches Neto

Demorei para aprender ortografia. E essa aprendizagem contou com a ajuda dos editores de texto, no computador. Quando eu cometia uma infração, pequena ou grande, o programa grifava em vermelho meu deslize. Fui assim me obrigando a escrever minimamente do jeito correto.

Mas de meu tempo de escola trago uma grande descoberta, a do monstro ortográfico. O nome dele era Qûeqûi Gûegûi. Sim, esse animal existiu de fato. A professora de Português nos disse que devíamos usar trema nas sílabas qûe, qûi, gûe e gûi quando o u é pronunciado. Fiquei com essa expressão tão sonora quanto enigmática na cabeça. Quando meditava sobre algum problema terrível – pois na pré-adolescência sempre temos problemas terríveis –, eu tentava me libertar da coisa repetindo em voz alta: “Qûeqûi Gûegûi”. Se numa prova de Matemática eu não conseguia me lembrar de uma fórmula, lá vinham as palavras mágicas.

Um desses problemas terríveis, uma namorada, ouvindo minha evocação, quis saber o que era esse tal de Qûeqûi Gûegûi.

– Você nunca ouviu falar nele? – perguntei.

– Ainda não fomos apresentados – ela disse.

– É o abominável monstro ortográfico – fiz uma falsa voz de terror.

– E ele faz o quê?

– Atrapalha a gente na hora de escrever.

Ela riu e se desinteressou do assunto. Provavelmente não sabia usar trema nem se lembrava da regrinha.

Aos poucos, eu me habituei a colocar as letras e os sinais no lugar certo. Como essa aprendizagem foi demorada, não sei se conseguirei escrever de outra forma – agora que teremos novas regras. Por isso, peço desde já que perdoem meus futuros erros, que servirão ao menos para determinar minha idade. – Esse aí é do tempo do trema.

( Manual da Nova Ortografia , Nova Escola, Ed. Abril, São Paulo-2008. Pg. 14)

- “Baseando-se na leitura do texto, como também nas discussões e debates feitos em sala de aula a cerca do novo acordo ortográfico, redija um texto colocando a sua opinião sobre o assunto” . (mínimo dez linhas). (3,0)

[illegible]



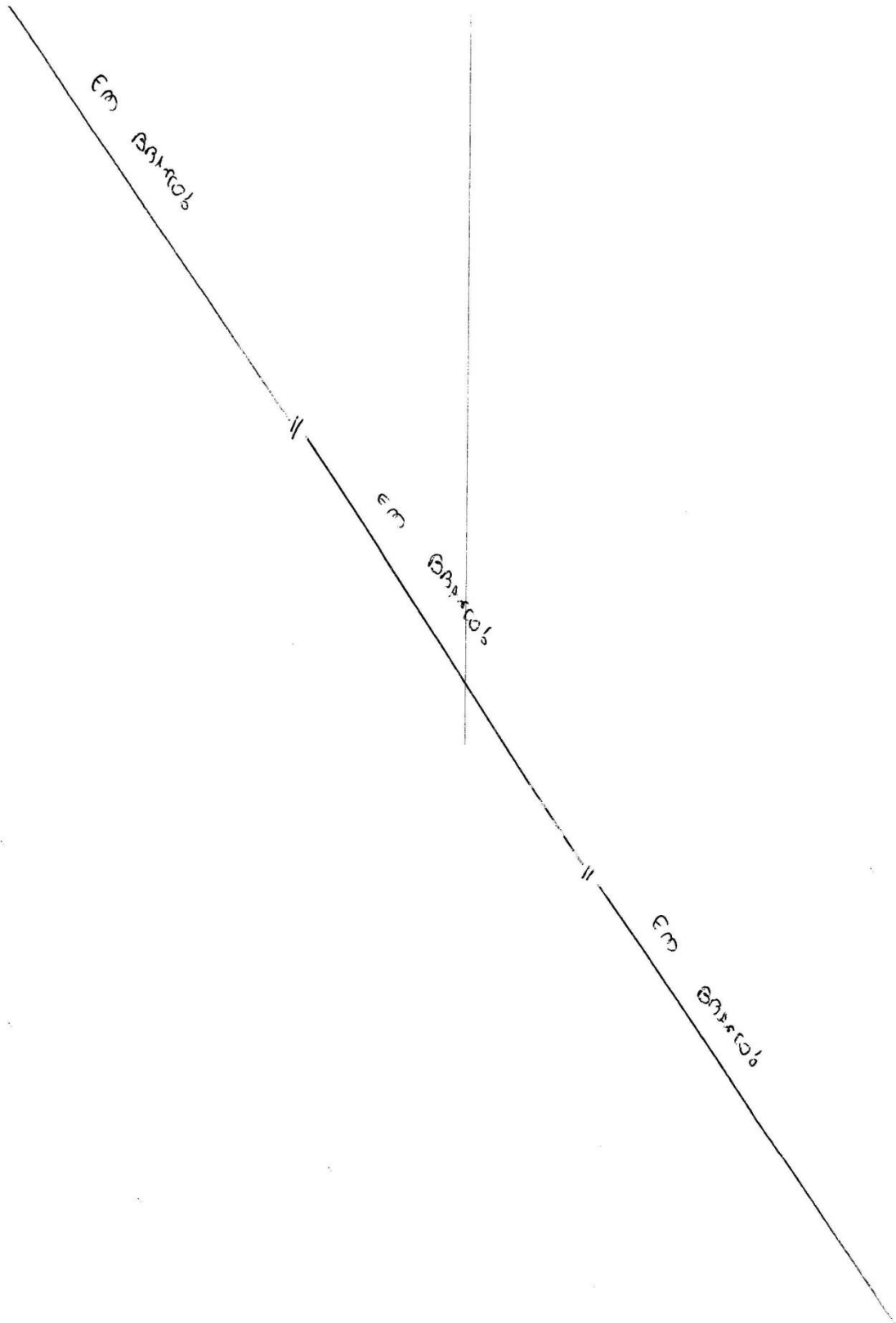
3

REGISTRADO URGENTE  
REGISTERED PRIORITY

AL ☐ PESO / WEIGHT (kg) VALOR DECLARADO / INSURED VALUE

RO 9 9 2 3 1 9 8 4 . 9 . BR







ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA  
Rua Serafim Bomfim, nº 440- Santos Dumont - Aracaju/SE

PROCESSO : 200930600618  
NATUREZA : RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL  
REQUERENTE : ADRIANO DOS SANTOS


Ofício nº 1303/2009

Aracaju, 30 de Setembro de 2009

**Senhora Assistente Social,**

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria que se proceda o **ESTUDO SOCIAL**, com a maior brevidade possível, no domicílio do requerente ADRIANO DOS SANTOS, residente na Rua "B", nº 104, Conj. Maria do Carmo, Bairro América, nesta Capital.

Atenciosamente,

  
Érica Magri Milani  
Juíza substituta

*Ilm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup>*  
*Assistente Social do Fóruns Integrados I*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Juízo de Direito 6ª Vara Privativa  
Av. Serafim Bomfim, 440, (PRÉDIO DO SESI)  
Bairro - Santos Dumont Cidade - Aracaju

GUIA DE TRAMITAÇÃO



200930605877

PROCESSO.....: 200930600618  
NATUREZA.....: Retificação  
REQUERENTE...: ADRIANO DOS SANTOS  
REQUERIDO....:

Ofício nº 1304/2009

Aracaju, 30 de Setembro de 2009

Senhor Psicólogo,

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria que se proceda o **ESTUDO PSICOLÓGICO**, com a maior brevidade possível, no domicílio do requerente ADRIANO DOS SANTOS, residente na Rua "B", nº 10 Conj. Maria do Carmo, Bairro América, nesta Capital.

Atenciosamente,

Érica Magri Milani

Juíza substituta

Sr(a).  
SETOR DE PERÍCIAS  
SETOR CENTRO ADMINISTRATIVO AUGUSTO FRANCO FORUM  
GUMERSINDO BESSA  
CAPUCHO C.E.P: 49081-000  
ARACAJU - SE

MD03500

40  
7

Autos n. **200930600618**

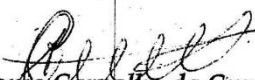
MM. Juíza,

Requer a parte autora a atualização de seu endereço: rua Dr. José Rollemberg Leite, n. 66, Centro, Aquidabã/SE, CEP 49790-000, tels.: 33411818 (Aquidabã)/9960-6564.

Requer, outrossim, seja informado à Assistente Social ao Psicólogo o novo endereço, bem como os números supracitados.

Termos em que pede deferimento.

Aracaju (SE), 30 de setembro de 2009.

  
**Antonio Carvalho da Cunha**

Defensor Público do Estado de Sergipe

Processo nº 200930600618  
Data de entrada: 30/09/2009 09:44:00 (09/09/2009 17:52)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Juízo de Direito 6ª Vara Privativa  
Av. Serafim Bomfim, 440, (PRÉDIO DO SESI)  
Bairro - Santos Dumont Cidade - Aracaju

GUIA DE TRAMITAÇÃO



200930606064

PROCESSO....: 200930600618  
NATUREZA....: Retificação  
REQUERENTE..: ADRIANO DOS SANTOS  
REQUERIDO...:

### CARTA PRECATÓRIA

**DEPRECANTE**.....: Juízo de Direito do Juízo de Direito 6ª Vara Privativa

**DEPRECADO** .....: Juízo da comarca de 1ª Vara Cível E Criminal de Propriá

Depreca ao(a) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Juízo acima identificado, para que p...da ao **ESTUDO SOCIAL** da parte abaixo qualificada, conforme despacho a seguir transcrito.

**Despacho:** Pela MM. Juiza foi dito que: Considerando o adiantado da hora e que não foram acostados aos autos documentos comprobatórios dos fatos alegados na inicial e o requerimento do requerente de prazo para juntá-los, p...pendo a presente audiência redesignando-a para o dia 03 de novembro de 2009, às 08h30min. Assim sendo concedo ao requerente prazo de 20 dias para junatda dos documentos que entender necessários. Além disso determino o estudo psicossocial do caso, devendo o respectivo laudo ser apresentado no prazo de 20 dias. Intimados os apresentados, inclusive as testemunhas.

#### Qualificação da parte:

**Nome** : ADRIANO DOS SANTOS  
**Residência** : RUA DR JOSÉ ROLLEMBERG LEITE 66 TELS: 3341-1818 AQUIDABÃ/ 9960-6564  
**Bairro** : CENTRO C.E.P: 49790-000  
**Cidade** : AQUIDABA - SE

Aracaju, 05 de outubro de 2009

**Heloisa de Oliveira Castro Alves**  
Juiz (a) de Direito

**CERTIFICO** ser autêntica a assinatura da(o) MM. Juiz(a) de Direito do  
6ª Vara Privativa DA COMARCA DE Aracaju/SE

Adriana Aparecida Vaz de Andrade  
Escrivão(ã)/ Chefe de Secretaria

MD01961



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Centro Médico

Nome:

Faltam elementos de  
histórico da feminização:

- somente aos 7 anos começou  
a sentir-se feminino?

- de 1993 a 2007 como  
ocorreram as experiências  
da paciente?

- No trabalho sofre discriminações? Se sim é PROFESSORA?

CENTRO MÉDICO E TECNOLÓGICO  
Rua Pacatuba, n.º 55  
Tels: 0XX(79)3226.3400 / 3414

Aracaju, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

e as pessoas da família  
do contato cotidiano?  
Este em Jussip?



[LAUDO PSICOSSOCIAL]



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE  
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PROPRIÁ

10º NÚCLEO PSICOSSOCIAL

LAUDO PSICOSSOCIAL

**I IDENTIFICAÇÃO**

**Carta Precatória Nº.:** 200956501590 referente ao **Processo Nº.:** 200930600618

**Procedência:** Carta Precatória da 6ª Vara Privativa

**Objetivo:** RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL

**Requerente:** Adriano dos Santos (23 anos, 28/08/1986)

**Endereço:** Rua Dr. José Rollemberg Leite, nº 66, Aquidabã/SE (Próximo ao PAX Atalaia) Tel: (79) 33411818 e Cel (79) 99026680

**Requerido:** Justiça Pública

**II DESCRIÇÃO DA DEMANDA**

O *Sr. Adriano dos Santos*, filho de Adelson dos Santos e de Maria José dos Santos, apresenta-se diante deste juízo com o intuito de retificar o seu nome para *Adriana Lohanna dos Santos* tendo em vista que desde o início de sua adolescência percebia-se diferente dos demais meninos de sua idade, identificando-se mais tarde como transexual, passando a ser conhecida socialmente como *Fashion* e a denominar-se Adriana.

**III PROCEDIMENTO**

Este estudo visa conhecer e analisar a situação social na qual se encontra o Requerente com o fim de opinar sobre a conveniência ou não do pedido. Para tanto, foram realizadas entrevistas e visita domiciliar no dia 23 de outubro do corrente ano e avaliação do conteúdo processual, nos quais foram colhidas informações através de instrumental técnico e específico do Serviço Social e da Psicologia.

*Adriana dos Santos*

*Adriana dos Santos*

44  
J

#### IV AVALIAÇÃO SOCIAL

No dia 23 de outubro foi realizada entrevista com a Requerente, a **Sr<sup>a</sup> Adriana Lohanna**, 23 anos (28/08/1986), graduada em Letras pela Universidade Tiradentes, cursa o 4º período de Serviço Social Noturno também na UNIT, relatou que reside no endereço supramencionado há 3 anos, numa casa de alvenaria, pertencente ao avô. Com ela residem: a irmã Maria Aline (20 anos); o cunhado Genilson (24 anos) e o sobrinho Kauê Gabriel (2 anos).

Contratada do Governo Estadual, Adriana leciona no Ensino Médio da Escola Estadual Francisco Figueiredo dioturnamente, deste trabalho auferir renda mensal de R\$ 500,00, conta com a ajuda da genitora que dispõe mais R\$ 500,00 para a subsistência da família e com o salário mínimo percebido pelo cunhado em prol de seu trabalho como servente de pedreiro.

Adriana relata que teve uma infância normal, possui 04 irmãs, e é a mais velha. A mãe sempre foi doce e atenciosa, e, após algumas tentativas de dar à luz, nasceu seu primeiro filho -Adriano -, em quem a mãe depositou muitas expectativas. Já o pai, extremamente rigoroso, na infância o obrigava a fazer trabalhos de homem, trabalhos de roça, coisas que muito o desagradavam.

Desde os 07 anos que Adriano não se sentia bem com brincadeiras masculinas e dividia - às escondidas -, “brincadeiras de menina” com um primo; foi na quarta série que foi chamado pela primeira vez de “viadinho”, atributo que repeliu veementemente, pois além de não aceitar-se homossexual, tinha terror da reação agressiva do pai; além disso, este título não compatibilizava com sua participação ativa nas atividades da igreja católica. Ainda hoje participa das atividades religiosas, mas não assume nenhum cargo, e seus amigos da igreja o chamam de Adriano, e isto não a ofende, pois sabe que a mudança será gradativa.

A assunção à sua transexualidade ocorreu em 2007, concomitante a outras situações significativas à construção de sua identidade social, tais como: a doença do pai que o impossibilitou de exercer seu senso crítico e agressividade; a primeira relação que foi homoafetiva, e o resultado de pesquisas sobre homoafetividade, pois embora, a esta altura, já tivesse certeza de que não era heterossexual, não via em suas relações promiscuidade, e também não se identificava com a homossexualidade, experienciou uma relação heterossexual e percebeu que tinha horror ao seu órgão sexual e se identificava com a figura feminina; características da transexualidade.

Há dois meses Adriana assumiu o namoro com Rafael, 18 anos

*Rafael*

45  
6

(08/01/1991), sendo este seu primeiro namorado. Rafael trabalha na roça e estudou até a 5ª série do Ensino Fundamental. Ele afirma que já olhava para Adriana há algum tempo, e que se afeiçoou a ela porque houve “química” entre ambos. Afirmou ainda que a percebe como mulher, nem como homem, homossexual ou transexual.

## V AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

É do saber psicológico que existe a diferenciação entre transexual, travesti e homossexual, ou seja, enquanto o travesti e o homossexual aceitam a sua realidade anatômica e biológica, isto é, se satisfazem com seu órgão, ao transexual incomoda esta realidade, sentindo vergonha da sua genitália, levando-o muitas vezes a cirurgias para modificação do sexo, a transgenitalização.

No caso em apreço, o requerente não se identifica simbolicamente com a identidade masculina, estando compatível com a transexualidade. Ficou evidente no seu discurso, na sua postura, na forma de relacionar-se afetivamente com as pessoas, a identificação feminina.

É fato o desgaste emocional que a imposição do nome masculino a uma estrutura feminina tem causado, tendo por muitas vezes comprometido a sua vida com a dignidade que é direito de todos. Utilizando-se de mecanismos de defesa para enfrentamento de situações adversas.

Foi observado ainda que o requerente tem bom nível de esclarecimento, capacidade de elaboração das vivências traumáticas, determinação e auto-controle. A sua postura diverge da promiscuidade e exibicionismo encontrados em alguns casos de travestismo e homossexualismo.

## VI CONCLUSÃO

Ao longo da entrevista, constatou-se que o Requerente tem segurança acerca da ação em questão, e na apreciação do pedido o mesmo procurou levar em conta as conseqüências da concretização de seu ideal na vida familiar. Sabe que devido à sua escolha, a genitora tem sofrido muito, principalmente porque não aceita a nova condição do filho, além do fato de ter vergonha da sua exposição social. Mesmo estando explícita a caracterização feminina de Adriano, sua genitora não aceita como normal tal

Laurenço  
P. G. Leite

46/

escolha, segundo a entrevistada, a mãe chegou a queimar todas as suas roupas femininas em protesto a esta situação.

Parte da comunidade em que Adriana vive não aceita sua transexualidade, muitos ainda a reconhecem como Adriano. Entretanto, a Requerente adquiriu todos os aparatos femininos, inclusive os comportamentais, tendo por principais constrangimentos o nome constante em seus documento e seu órgão sexual, aos quais repele veementemente.

Sabe-se hoje que o sexo não se restringe ao sexo biológico e sim a identidade de gênero, lembrando o objetivo da OMS (Organização Mundial de Saúde) ao definir saúde, ou seja, desenvolver ao máximo possível o nível de saúde de todos os povos, Paulo Dalgalarondo (p.33)<sup>1</sup> refere-se ao conceito de saúde da OMS como um *“estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simplesmente como ausência de doença”*. É pertinente para a saúde biopsicossocial do Sr. Adriano que o mesmo possa modificar o registro civil.

Destarte, do ponto de vista psicossocial, não há dúvidas em relação à forma como a Requerente se percebe, sua transexualidade é definida pelos trejeitos e hábitos femininos.

Propriá, 30 de outubro de 2009.

  
CLAUDIA ALMEIDA OLIVEIRA  
ASSISTENTE SOCIAL  
CRESS 1151

  
CRISTIANE MARIA GUEDES FONTES  
PSICÓLOGA  
CRP 03/05327

<sup>1</sup> Dalgalarondo, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2ª Ed. Porto Alegre: Artemed, 2008.



PODER JUDICIÁRIO

**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA****Rua Serafim Bomfim, nº 440 – Bairro Santos Dumont - Aracaju/SE - 3226-3856**200930600618 - Retificação - 6ª Vara Privativa**Requerente** ADRIANO DOS SANTOS**Defensor(a):** MIGUEL DOS SANTOS  
CERQUEIRA - 20404/BA**Termo de Audiência**

Ao(s) 03(três) dia(s) do mês de novembro de 2009, às 08 horas e 30 minutos, nesta cidade de Aracaju (SE), na sala de audiências da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju (SE), onde presente se achava a MM. Juíza de Direito, Dra. Jocelaine C. Ramires de Oliveira,, comigo Adriana Aparecida Vaz de Andrade, escrivã desta Vara, que este subscreve e a representante do Ministério Público, Dra. Ana Cláudia M. Costa Moraes. Declarada aberta a audiência e apregoada as partes, patrono(s) e respectivo(s) Defensor(es). Presente a parte acompanhada pela Defensora e com assistência do advogado. Inicialmente foi informado pela parte que somente neste feito, será acompanhada por um advogado, THENISSON SANTANA GLÓRIA – OAB/SE 1512, como assistente da Defensoria neste ato. O mesmo requereu a juntada de 01 (hum) atestado da endocrinologista. Pela MM Juíza foi dito que: Defiro o pedido da parte autora. Foi constatado que a autora reside na cidade de Aquidabã/SE e por tal razão falece competência para esta Vara Privativa para prosseguir na instrução e julgamento do feito, devendo o mesmo ser remetido para aquela Comarca. Audiência encerrada. Eu, .....  
Adriana Aparecida Vaz de Andrade, Escrivã subscrevo.

*[Assinatura]*  
**JOCELAINE C. RAMIRES DE OLIVEIRA**  
Juíza de Direito

*[Assinatura]*  
**ANA CLÁUDIA M. COSTA MORAES**  
Promotora de Justiça

*[Assinatura]*  
**LIZA MONTE ALEGRE TAVARES ANDRADE**  
Defensora Pública

x *[Assinatura]*  
Adriano dos Santos

*[Assinatura]*  
03/11/09 1512..



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE PROPRIÁ**  
**10º NÚCLEO PSICOSSOCIAL**

**Carta Precatória Nº.:** 200956501590 referente ao **Processo Nº.:** 200930600618  
**Procedência:** Carta Precatória da 6ª Vara Privativa  
**Objetivo:** **RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL**  
**Requerente:** Adriano dos Santos (23 anos, 28/08/1986)  
**Requerido:** Justiça Pública

Propriá, 30 de outubro de 2009.

Of. nº 094/2009

MM. Sr. Dr. Juiz de Direito,

Em atenção à respeitável determinação de Vossa Excelência, venho informar que foi realizado o estudo social do caso supramencionado, cujo laudo apresenta-se anexo.

Respeitosamente,

  
**CLAUDIA ALMEIDA OLIVEIRA**  
ASSISTENTE SOCIAL  
CRESS 1151

  
**CRISTIANE MARIA GUEDES FONTES**  
PSICÓLOGA  
CRP 03/05327

Ao MM. Sr. Dr.  
**RÔMULO DANTAS BRANDÃO**  
Juiz de Diretor do Fórum de Propriá  
2ª Vara Cível e Criminal de Propriá/SE



Nome do(a) Paciente: *Wanderson de Jesus*

*Laudo Médico*

*O paciente temo e' portador de  
Transtorno de identidade de  
gênero e nasceu de natante em  
centro especializado com equipe  
multidisciplinar com experiência  
no transtorno psicológico, clínico e  
energético do paciente.*

*CRO 10 : F64.9*

*02.10.09*

PRODUTOS  
CRUSE 2731

Prescritor

Prescrever pelo nome genérico é legal - Lei nº 9.787/99

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Sergipe, nº 1310 - Bairro Siqueira Campos - Aracaju - Sergipe - CEP: 49075-540  
Fone: (79) 3179-1014 - Fax: (79) 2106-9711



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Juízo de Direito 6ª Vara Privativa  
Av. Serafim Bomfim, 440, (PRÉDIO DO SESI)  
Bairro - Santos Dumont Cidade - Aracaju

43  
GUIA DE TRAMITAÇÃO

200930606888

PROCESSO.....: 200930600618  
NATUREZA.....: Retificação  
REQUERENTE...: ADRIANO DOS SANTOS  
REQUERIDO....:

Ofício Nº 1513/2009

Senhor(a) Distribuidor(a),

Encaminho, em anexo, os autos acima epigrafados para que tome as providências cabíveis, tendo em vista o declínio da competência deste juízo para julgar o feito.

Atenciosamente,

Sr(a).  
Juízo da comarca de Aquidabã  
RUA EDUARDO CHAVES, Nº 93  
CENTRO C.E.P: 49790-000  
AQUIDABA - SE

MD03500



49  
2

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE SERGIPE  
COMARCA DE AQUIDABÃ

Processo 200960000971

Vistas ao Ministério Público.

Aquidabã, 24 de novembro de 2009.

Roberto Flávio Conrado de Almeida  
Juiz de Direito

G

**DATA**

Nesta data recebi estes autos do/a  
MM. Juiz de Direito desta Comarca.

Aquidabã, 24 de 11 de 2009

Técnico Judiciário

**VISTAS**

Nesta data faço vistas destes autos do/a  
Representante do Ministério Público.

Aquidabã, 24 de 11 de 2009

Representante do Ministério Público


**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**

 I  
50  
2

AUTOS: 200960000971

**Manifestação do Ministério Público**

SR. Juiz,

Trata-se de ação de retificação de registro civil em que o autor visa a modificação do seu prenome e sexo.

Verifica-se que a mencionada ação foi ajuizada na comarca de Aracaju, sendo que posteriormente foi remetido os presentes autos para essa comarca pelo fato de o autor ter se mudado para Aquidabã, fl. 47.

Ocorre que, muito embora o processo civil moderno preze pela utilidade, celeridade e economia processual, regras básicas devem ser respeitadas, a exemplo da norma insculpida no art. 87 do CPC, qual seja, a competência determina-se no momento do ajuizamento da ação, sendo irrelevantes as modificações de fato supervenientes.

Assim, sem mais delongas, manifesta-se o Ministério Público pela incompetência desse Juízo para apreciar o feito.

~~gratias.~~

Aquidabã, 15 de dezembro de 2009.

PAULO JOSÉ FRANCISCO ALVES FILHO  
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Nesta data recebi estes autos do/a  
Representante do Ministério Público.

Aquidabã 18 de 10 de 2009

Tácpico ludo



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE AQUIDABÃ

51  
2

Processo nº 200960000971

SENTENÇA

Trata-se de Ação de Retificação de Registro Civil movida por Adriano Santos, visando obter mudança do seu nome em seu registro de nascimento, o qual deveria constar “Adriana Lohanna dos Santos”.

A ação teve início perante a 6ª Vara de Assistência Judiciária de Aracaju-Se, tendo sido declinada a competência em 03/11/2009 (fl.47), face o autor ter mudado de endereço e passado a residir nesta cidade e comarca de Aquidabã.

Instado a se manifestar, o Ministério Público pugnou pela incompetência deste Juízo.

**É o relatório.**

**Decido.**

Conforme preceitua o art.87 do Código de Processo Civil, a competência se determina no momento da propositura da ação, sendo irrelevante a mudança posterior de endereço da parte autora.

Vejamos entendimento do Tribunal do Distrito Federal:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. MUDANÇA DE ENDEREÇO DA PARTE DEPOIS DE DISTRIBUÍDA A AÇÃO. IRRELEVANTE NA COMPETÊNCIA FIXADA QUANDO DA DISTRIBUIÇÃO DO FEITO – ARTIGO 87, DO CPC.(Agravado Instrumento 20090020103575AGI)**

1. Restando comprovado nos autos que o recorrente ajuizou a ação no foro de domicílio do consumidor indicado no contrato, eventual mudança posterior deste não interfere na competência territorial estabelecida, conforme exegese do artigo 87, do Código Instrumental Civil. 2. Recurso conhecido e provido.

Com efeito, em que pese entendimento da ilustre magistrada da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária de Aracaju, entendo que este Juízo de Direito da



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE AQUIDABÃ

52

Comarca de Aquidabã é incompetente para conhecer e julgar o feito, pelas razões supracitadas.

Posto isso, com fulcro nos arts. 115, inciso II e 118, inciso I do CPC, suscito conflito negativo de competência.

Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.

Dê-se baixa na distribuição.

P.R.I.

Aquidabã, 21/01/2010.

**Roberto Flávio Conrado de Almeida**  
Juiz de Direito

u e p

1

**DATA**

Nesta data recebi estes autos do/a  
MM. Juiz de Direito desta Comarca.

Aquidabã, 02 de 03 de 2010

Técnico Judiciário

REABERT  
Nesta data para a Remessa  
destes autos ao Egrégio Tribunal  
de Justiça de Sergipe.  
Em 14/04/2010



Poder Judiciário  
Estado de Sergipe

53  
L

#### RECEBIMENTO

Foram-me, hoje, entregues estes autos

Aju, 20/04/2010.

Chefe da Central de Protocolo do 2º Grau

#### DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO

Nesta data, foram estes autos (X) Distribuídos/( ) Redistribuídos,  
sendo a seguinte composição:

RELATOR(A): DESA. SUZANA MARIA CARVALHO OLIVEIRA

( ) 1ª Câm. Cível; ( ) 2ª Câm. Cível; Grupo  
( ) Câm. Criminal; ( ) Câm. Cív. Reunidas; (X) Trib. Pleno  
Faço remessa a 2a. Escrivania

Aju, 20/04/2010.

Chefe da Central de Protocolo do 2º Grau

#### RECEBIMENTO

Foram-me, hoje, entregues estes autos

Aju, 20/04/2010.

Escrivão(ã) da 2a. Escrivania

#### CONCLUSÃO

Faço conclusão ao(a) Exmo(a) Sr(a) Desembargador(a)

Relator(a)

Aju, 20/04/2010.

Escrivão(ã) da 2a. Escrivania



### **CONFLITO DE COMPETÊNCIA nº 0059/2010**

|            |  |
|------------|--|
| PROCESSO   | : 2010105764   |
| SUSCITANTE | : JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE AQUIDABÁ/SE   |
| SUSCITADO  | : JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA COMARCA DE ARACAJU/SE |
| RELATORA   | : DESEMBARGADORA SUZANA MARIA CARVALHO OLIVEIRA  |

Vistos.

Sejam solicitadas as informações ao suscitado, na forma do art. 210, do RITJES, no prazo de 10(dez) dias.

Comunique-se e expeça-se o ofício de praxe.

Após, à Procuradoria de Justiça.

Cumpra-se.

Aracaju, 22 de abril de 2010.

**Desembargadora SUZANA MARIA CARVALHO OLIVEIRA**  
**RELATORA**

TJSE  
Fl. 55  
22

### TERMO DE RECEBIMENTO

Recebi estes autos nesta data.

Aracaju, 23 de 4 de 2010.



Servidor

### CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que, em \_\_/\_\_/20\_\_, foi publicado no Diário da Justiça, o  
aviso/despacho/decisão **intimando** o (a):

- ☐ A(s) parte(s) interessada(s) do despacho/decisão (fls. \_\_\_\_\_)
- ☐ Agravado(s), artigo 527, V do C.P.C.
- ☐ Agravante
- ☐ Recorrido (artigo 542 c/c art. 508 do C.P.C.)
- ☐ Agravado (Resolução nº 140 do S.T.F., artigo 2º e Resolução nº 01 do S.T.J., artigo 2º)
- ☐ Recorrido (artigo 508 do C.P.C.)
- ☐ Embargado (artigo 531 do C.P.C.)
- ☐ A(s) parte(s) interessada(s) do edital
- ☐ Outros \_\_\_\_\_

O referido é verdade e dou fé.

Aracaju, 1/ /2010.



Bela. Sandra Maria Vieira Ramos  
Escrivã



Praça Fausto Cardoso, nº 112, Bairro – Centro – Aracaju-se – Fone/Faz: 3226-3251

56  
9

Ofício n.º:52 /2010

Aracaju, 23 de abril de 2010

|                               |  |
|-------------------------------|--|
| Tipo do Recurso               | Conflito de Competência  |
| Número do Processo no 2º Grau | 2010105764   |
| Número do Recurso             | 0059/2010  |
| Nº do Processo de Origem      | 200960000971   |
| Procedência                   | Aquidabã   |
| Suscitante                    | Juízo de Direito da Comarca de Aquidabã/SE   |
| Suscitado                     | Juízo de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência<br>Judiciária da Comarca de Aracaju |

Senhor(a) Magistrado(a),

Através do presente, requirito a Vossa Excelência, para instruir o processamento do feito em epígrafe, as necessárias informações sobre o alegado na petição inicial, cuja cópia segue em anexo, nos termos do disposto no artigo 210, do RITJES, no prazo de 10 (dez) dias.

Favor mencionar o número do processo na resposta ao presente expediente.

Atenciosamente,

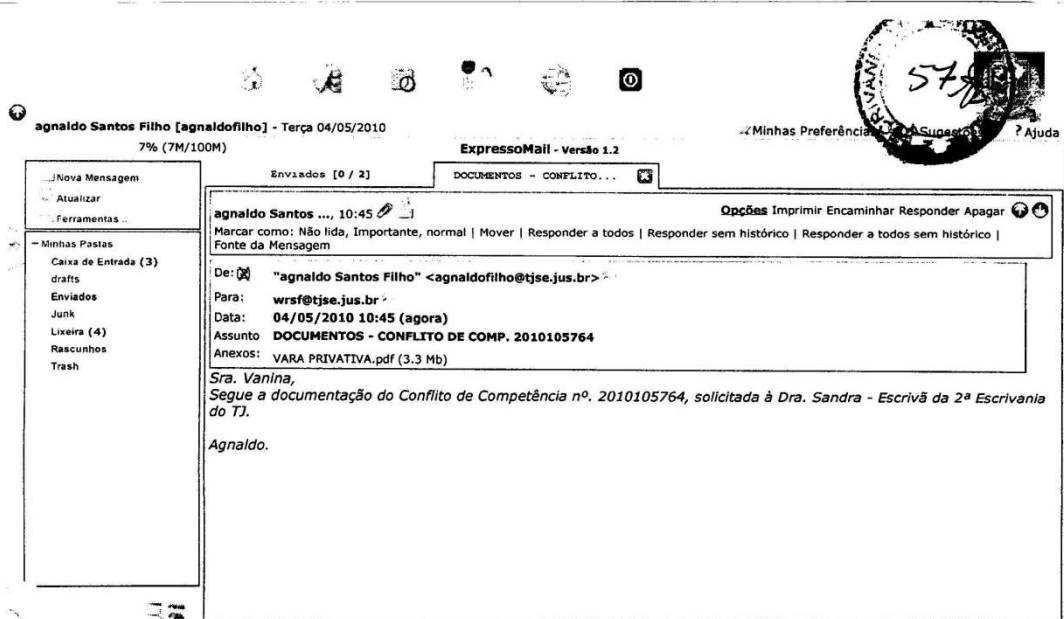
Suzana Maria Carvalho Oliveira  
Desembargadora Relatora

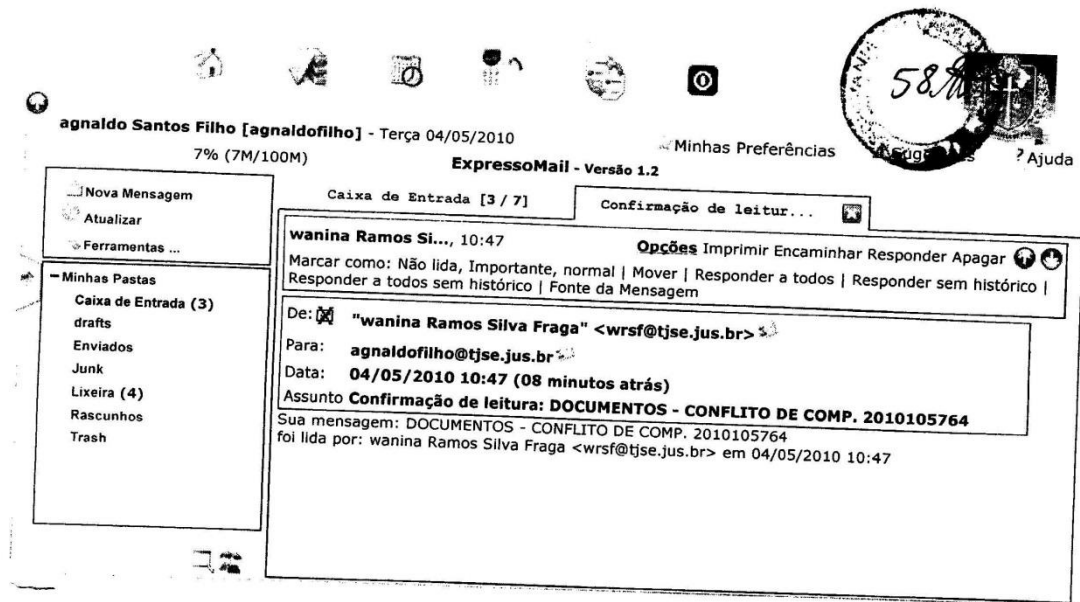
Sr(a). Magistrado(a)

MM Juízo de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju/SE

Protocolo  
Recebido em 22/04/2010  
Mat. 9621

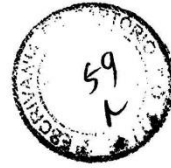








Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Juízo de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária  
Comarca de Aracaju



Ofício nº 003/2010 GJ

Aracaju, 05 de maio de 2010

Processo nº. 2010105764

Recurso nº 0059/2010- Conflito de Competência

Relator- Des. Suzana Maria Carvalho Oliveira

Suscitante- Juízo de Direito da Comarca de Aquidabã/Se

Suscitado- Juízo de Direito da 6ª Vara privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju/Se

Senhor Relator,

Através do presente, presto as necessárias informações para instruir o processamento e julgamento do CONFLITO DE COMPETÊNCIA em epígrafe.

O requerente, Adriano dos Santos, ingressou com Ação de Retificação de Registro Civil visando a alteração do seu nome em seu registro, o qual deveria constar como sendo "Adriana Lohanna", bem como a alteração do sexo para que passasse a constar como "sexo feminino".

Ao promover a demanda, o autor informou residir na cidade de Aracaju, mais precisamente no Bairro América, de modo que, nos termos da Resolução nº 14/08 deste Tribunal, o Juízo da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária desta Capital seria o competente para processar o presente feito, uma vez que o endereço do autor estaria abrangido pela jurisdição deste Juízo.

Todavia, analisando-se os documentos acostados aos autos pelo requerente, a exemplo de requerimento de intervenção cirúrgica formulado pelo autor, bem como notas fiscais e comprovante de entrega de correspondência, verificou-se que, de fato, desde o momento da propositura da ação, o autor residia na cidade de Aquidabã/Se.

Ademais, o próprio autor, quando da realização da visita domiciliar pelos profissionais de Serviço Social e Psicologia deste Tribunal, informou residir no endereço situado na cidade de Aquidabã há 03 anos, conforme observa-se no laudo psicossocial adunado aos autos.

Assim, diante da informação de que, desde a propositura da demanda, o autor residia em outra comarca, o que, inclusive, fora confirmado pelo mesmo em audiência, este Juízo entendeu ser incompetente para processar o presente feito, remetendo os autos para o Juízo de Direito da Comarca de Aquidabã/Se.

São estas as informações.

Atenciosamente,

Jocelaine Costa Ramires de Oliveira  
Juíza de Direito

PROTOCOLADO EM 11/05/2010 11:00:00



Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Juízo de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária  
Comarca de Aracaju



PROTOCOLO INTERAGUOS TISE 11/05/2010 11:12:0002072 24/04/2010

Ofício nº 003/2010 GJ

Aracaju, 05 de maio de 2010

Processo nº. 2010105764

Recurso nº 0059/2010- Conflito de Competência

Relator- Des. Suzana Maria Carvalho Oliveira

Suscitante- Juízo de Direito da Comarca de Aquidabã/Se

Suscitado- Juízo de Direito da 6ª Vara privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju/Se

Senhor Relator,

Através do presente, presto as necessárias informações para instruir o processamento e julgamento do CONFLITO DE COMPETÊNCIA em epígrafe.

O requerente, Adriano dos Santos, ingressou com Ação de Retificação de Registro Civil visando a alteração do seu nome em seu registro, o qual deveria constar como sendo "Adriana Lohanna", bem como a alteração do sexo para que passasse a constar como "sexo feminino".

Ao promover a demanda, o autor informou residir na cidade de Aracaju, mais precisamente no Bairro América, de modo que, nos termos da Resolução nº 14/08 deste Tribunal, o Juízo da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária desta Capital seria o competente para processar o presente feito, uma vez que o endereço do autor estaria abrangido pela jurisdição deste Juízo.


Todavia, analisando-se os documentos acostados aos autos pelo requerente, a exemplo de requerimento de intervenção cirúrgica formulado pelo autor, bem como notas fiscais e comprovante de entrega de correspondência, verificou-se que, de fato, desde o momento da propositura da ação, o autor residia na cidade de Aquidabã/Se.

Ademais, o próprio autor, quando da realização da visita domiciliar pelos profissionais de Serviço Social e Psicologia deste Tribunal, informou residir no endereço situado na cidade de Aquidabã há 03 anos, conforme observa-se no laudo psicossocial adunado aos autos.

Assim, diante da informação de que, desde a propositura da demanda, o autor residia em outra comarca, o que, inclusive, fora confirmado pelo mesmo em audiência, este Juízo entendeu ser incompetente para processar o presente feito, remetendo os autos para o Juízo de Direito da Comarca de Aquidabã/Se.

São estas as informações.

Atenciosamente,

  
Jocelaine Costa Ramires de Oliveira  
Juíza de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE  
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PROPRIÁ

10º NÚCLEO PSICOSSOCIAL



LAUDO PSICOSSOCIAL

**I IDENTIFICAÇÃO**

Carta Precatória N.º.: 200956501590 referente ao Processo N.º.: 200930600618

Procedência: Carta Precatória da 6ª Vara Privativa

Objetivo: **RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL**

Requerente: Adriano dos Santos (23 anos, 28/08/1986)

Endereço: Rua Dr. José Rollemberg Leite, nº 66, Aquidabã/SE (Próximo ao PAX Atalaia) Tel: (79) 33411818 e Cel (79) 99026680

Requerido: Justiça Pública

**II DESCRIÇÃO DA DEMANDA**

O Sr. *Adriano dos Santos*, filho de Adelson dos Santos e de Maria José dos Santos, apresenta-se diante deste juízo com o intuito de retificar o seu nome para *Adriana Lohanna dos Santos* tendo em vista que desde o início de sua adolescência percebia-se diferente dos demais meninos de sua idade, identificando-se mais tarde como transexual, passando a ser conhecida socialmente como *Fashion* e a denominar-se Adriana.

**III PROCEDIMENTO**

Este estudo visa conhecer e analisar a situação social na qual se encontra o Requerente com o fim de opinar sobre a conveniência ou não do pedido. Para tanto, foram realizadas entrevistas e visita domiciliar no dia 23 de outubro do corrente ano e avaliação do conteúdo processual, nos quais foram colhidas informações através de instrumental técnico e específico do Serviço Social e da Psicologia.

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



#### IV AVALIAÇÃO SOCIAL

No dia 23 de outubro foi realizada entrevista com a Requerente, a *Sr.<sup>a</sup> Adriana Lohanna*, 23 anos (28/08/1986), graduada em Letras pela Universidade Tiradentes, cursa o 4º período de Serviço Social Noturno também na UNIT, relatou que reside no endereço supramencionado há 3 anos, numa casa de alvenaria, pertencente ao avô. Com ela residem: a irmã Maria Aline (20 anos); o cunhado Genilson (24 anos) e o sobrinho Kauê Gabriel (2 anos).

Contratada do Governo Estadual, Adriana leciona no Ensino Médio da Escola Estadual Francisco Figueiredo dioturnamente, deste trabalho auferir renda mensal de R\$ 500,00, conta com a ajuda da genitora que dispõe mais R\$ 500,00 para a subsistência da família e com o salário mínimo percebido pelo cunhado em prol de seu trabalho como servente de pedreiro.

Adriana relata que teve uma infância normal, possui 04 irmãs, e é a mais velha. A mãe sempre foi doce e atenciosa, e, após algumas tentativas de dar à luz, nasceu seu primeiro filho -Adriano -, em quem a mãe depositou muitas expectativas. Já o pai, extremamente rigoroso, na infância o obrigava a fazer trabalhos de homem, trabalhos de roça, coisas que muito o desagradavam.

Desde os 07 anos que Adriano não se sentia bem com brincadeiras masculinas e dividia - às escondidas -, "brincadeiras de menina" com um primo; foi na quarta série que foi chamado pela primeira vez de "viadinho", atributo que repeliu veementemente, pois além de não aceitar-se homossexual, tinha terror da reação agressiva do pai; além disso, este título não compatibilizava com sua participação ativa nas atividades da igreja católica. Ainda hoje participa das atividades religiosas, mas não assume nenhum cargo, e seus amigos da igreja o chamam de Adriano, e isto não a ofende, pois sabe que a mudança será gradativa.

A assunção à sua transexualidade ocorreu em 2007, concomitante a outras situações significativas à construção de sua identidade social, tais como: a doença do pai que o impossibilitou de exercer seu senso crítico e agressividade; a primeira relação que foi homoafetiva, e o resultado de pesquisas sobre homoafetividade, pois embora, a esta altura, já tivesse certeza de que não era heterossexual, não via em suas relações promiscuidade, e também não se identificava com a homossexualidade, experienciou uma relação heterossexual e percebeu que tinha horror ao seu órgão sexual e se identificava com a figura feminina; características da transexualidade.

Há dois meses Adriana assumiu o namoro com Rafael, 18 anos

*Adriana Lohanna*



(08/01/1991), sendo este seu primeiro namorado. Rafael trabalha na roça e estudou até a 5ª série do Ensino Fundamental. Ele afirma que já olhava para Adriana há algum tempo, e que se afeiçãoou a ela porque houve "química" entre ambos. Afirmou ainda que a percebe como mulher, nem como homem, homossexual ou transexual.

#### V AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

É do saber psicológico que existe a diferenciação entre transexual, travesti e homossexual, ou seja, enquanto o travesti e o homossexual aceitam a sua realidade anatômica e biológica, isto é, se satisfazem com seu órgão, ao transexual incomoda esta realidade, sentindo vergonha da sua genitália, levando-o muitas vezes a cirurgias para modificação do sexo, a transgenitalização.

No caso em apreço, o requerente não se identifica simbolicamente com a identidade masculina, estando compatível com a transexualidade. Ficou evidente no seu discurso, na sua postura, na forma de relacionar-se afetivamente com as pessoas, a identificação feminina.

É fato o desgaste emocional que a imposição do nome masculino a uma estrutura feminina tem causado, tendo por muitas vezes comprometido a sua vida com a dignidade que é direito de todos. Utilizando-se de mecanismos de defesa para enfrentamento de situações adversas.

Foi observado ainda que o requerente tem bom nível de esclarecimento, capacidade de elaboração das vivências traumáticas, determinação e auto-controle. A sua postura diverge da promiscuidade e exibicionismo encontrados em alguns casos de travestismo e homossexualismo.

#### VI CONCLUSÃO

Ao longo da entrevista, constatou-se que o Requerente tem segurança acerca da ação em questão, e na apreciação do pedido o mesmo procurou levar em conta as conseqüências da concretização de seu ideal na vida familiar. Sabe que devido à sua escolha, a genitora tem sofrido muito, principalmente porque não aceita a nova condição do filho, além do fato de ter vergonha da sua exposição social. Mesmo estando explícita a caracterização feminina de Adriano, sua genitora não aceita como normal tal

*Roberto*  
*Roberto*



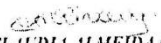
escolha, segundo a entrevistada, a mãe chegou a queimar todas as suas roupas femininas em protesto a esta situação.

Parte da comunidade em que Adriana vive não aceita sua transexualidade, muitos ainda a reconhecem como Adriano. Entretanto, a Requerente adquiriu todos os aparatos femininos, inclusive os comportamentais, tendo por principais constrangimentos o nome constante em seus documento e seu órgão sexual, aos quais repele veementemente.

Sabe-se hoje que o sexo não se restringe ao sexo biológico e sim a identidade de gênero, lembrando o objetivo da OMS (Organização Mundial de Saúde) ao definir saúde, ou seja, desenvolver ao máximo possível o nível de saúde de todos os povos. Paulo Dalgalarondo (p.33)<sup>1</sup> refere-se ao conceito de saúde da OMS como um *"estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simplesmente como ausência de doença"*. É pertinente para a saúde biopsicossocial do Sr. Adriano que o mesmo possa modificar o registro civil.

Destarte, do ponto de vista psicossocial, não há dúvidas em relação à forma como a Requerente se percebe, sua transexualidade é definida pelos trejeitos e hábitos femininos.

Propriá, 30 de outubro de 2009.

  
**CLAUDIA ALMEIDA OLIVEIRA**  
 ASSISTENTE SOCIAL  
 CRFSS 1151

  
**CRISTIANE MARIA GUEDES FONTES**  
 PSICÓLOGA  
 CRP 03 05327

<sup>1</sup> Dalgalarondo, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

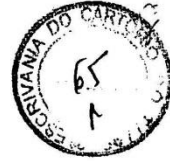




PODER JUDICIÁRIO

**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Rua Serafim Bomfim, nº 440 – Bairro Santos Dumont - Aracaju/SE - 3226-3856

200930600618 - Retificação - 6ª Vara PrivativaRequerente **ADRIANO DOS SANTOS**Defensor(a): MIGUEL DOS SANTOS  
CERQUEIRA - 20404/BA**Termo de Audiência**

Ao(s) 03(três) dia(s) do mês de novembro de 2009, às 08 horas e 30 minutos, nesta cidade de Aracaju (SE), na sala de audiências da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju (SE), onde presente se achava a MM. Juíza de Direito, Dra. Jocelaine C. Ramires de Oliveira., comigo Adriana Aparecida Vaz de Andrade, escrivã desta Vara, que este subscreve e a representante do Ministério Público, Dra. Ana Cláudia M. Costa Moraes. Declarada aberta a audiência e apregoadas as partes, patrono(s) e respectivo(s) Defensor(es). Presente a parte acompanhada pela Defensora e com assistência do advogado. Inicialmente foi informado pela parte que somente neste feito, será acompanhada por um advogado. THENISSON SANTANA GLÓRIA – OAB/SE 1512, como assistente da Defensoria neste ato. O mesmo requereu a juntada de 01 (hum) atestado da endocrinologista. Pela MM Juíza foi dito que: Defiro o pedido da parte autora. Foi constatado que a autora reside na cidade de Aquidabã/SE e por tal razão falece competência para esta Vara Privativa para prosseguir na instrução e julgamento do feito, devendo o mesmo ser remetido para aquela Comarca. Audiência encerrada. Eu, .....  
Adriana Aparecida Vaz de Andrade, Escrivã subscrevo.

*Jocelaine C. Ramires de Oliveira*  
JOCELAINE C. RAMIRES DE OLIVEIRA  
Juíza de Direito

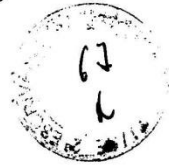
*Ana Cláudia M. Costa Moraes*  
ANA CLÁUDIA M. COSTA MORAES  
Promotora de Justiça

*Liza Monte Alegre Tavares Andrade*  
LIZA MONTE ALEGRE TAVARES ANDRADE  
Defensora Pública

x *Adriano dos Santos*

*03/11/09 1512..*





THE  
LIBRARY OF THE  
CONGRESS

PHOTODUPLICATION SERVICE  
UNIVERSITY MICROFILMS INTERNATIONAL

Aquidabã - SE, 16 de Setembro de 2009.

SAÚDE

020.000.16522/2009

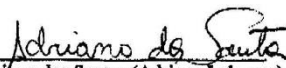
170905

Ofício 002/2009  
Ref. Requerimento / Solicitação

Considerando a Portaria GM/MS nº 1707, de 18 de agosto de 2008, onde define as Diretrizes Nacionais do Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde - SUS, bem como a portaria do Ministério da Saúde nº 457 de 19 de agosto do mesmo ano. Sirvo-me do presente para requerer o meu encaminhamento A Unidade de Atenção Especializada mais próxima, competente a realizar o tratamento do processo Transexualizador.

Outrora solicito resposta, documental deste, momento em que coloco meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

  
Adriano dos Santos (Adriana Lohanna)  
RG: 3.114.395-4 CPF: 014.200.075-21

Ao Excelentíssimo Sr.  
Dr. Rogério Carvalho Santos  
Secretário de Estado da Saúde  
Aracaju - SE

Adriano dos Santos - Rua Dr. José Rollemberg Leite, 66 - Centro - Aquidabã - SE  
Cep : 49790-000 - Tel: (79) 3341-1818/ 9902-6680/99606564  
Email: lohannafashion.com@hotmail.com

[illegible]

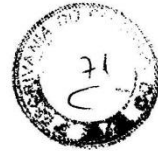
FL. 20  
K

### TERMO DE VISTA

Faço esses autos com vista ao **Exmo. Sr.**  
**Procurador Geral da Justiça.**

Aracaju, 13 de 05/2010.

Escrivã da 2ª Escrivania do TJSE



**A T O**  
**DE 01 DE ABRIL DE 2009**

Delega atribuições processuais à  
Procurador de Justiça.

**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, notadamente as previstas no art. 35, inciso I, alínea "i", da Lei Complementar nº 02/90, resolve

**DELEGAR**

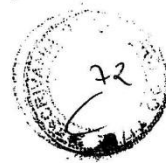
Ao Procurador de Justiça **Rodomarques Nascimento** as atribuições processuais originariamente confiadas ao Procurador-Geral de Justiça pelo ordenamento jurídico vigente para atuação junto ao Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, revogando-se as disposições em contrário.

Aracaju, 01 de abril de 2009; 188º da  
Independência e 121º da República.

Assinatura manuscrita de Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça.  
**Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça**  
**PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA**



ESTADO DE SERGIPE  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
CARTÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL



**TERMO DE RECEBIMENTO**

Aos 13 de 05 de 2010, neste Cartório da Procuradoria Geral de Justiça, foram-me entregues estes autos e para constar lavrei este termo.

*Edson dos Santos*  
DIRETOR DO CARTÓRIO

**TERMO DE CONCLUSÃO**

Aos 14 de 05 de 2010 nesta Procuradoria Geral de Justiça, faço estes autos conclusos ao Exmº Senhor **PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA em Exercício**, e para constar lavrei este termo.

*Edson dos Santos*  
DIRETOR DO CARTÓRIO

Devolvo os presentes autos com a inclusa manifestação, digitada e assinada em 03 lauda(s), de um só lado.

Em 18 / 05 / 2010

*Rodomarques Nascimento*  
Rodomarques Nascimento  
Procurador Geral de Justiça  
(por delegação)

**TERMO DE REMESSA**

Aos 20 de 05 de 2010 nesta Procuradoria Geral de Justiça remeto estes autos para os fins necessários do Senhor Escrivão do Tribunal de Justiça, e para constar lavrei este termo.

*Edson dos Santos*  
DIRETOR DO CARTÓRIO



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA-RELATORA,  
EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DESEMBARGADORES.

TRIBUNAL PLENO

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº. 0059/2010

SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE AQUIDABÃ

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE ARACAJU

RELATORA: DESA. SUZANA MARIA CARVALHO OLIVEIRA

2ª ESCRIVANIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*CONFILTO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL - REGRA DE COMPETÊNCIA DE NATUREZA RELATIVA - DECLARAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA DE OFÍCIO - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 33 DO STJ - MUDANÇA DE ENDEREÇO DO REQUERENTE, QUE NÃO TEM O CONDÃO DE MODIFICAR A COMPETÊNCIA PARA O PROCESSO E JULGAMENTO DA AÇÃO - INTELIGÊNCIA DO ART. 87 DO CPC - PELA COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.*

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, na qualidade de *custos legis*, intimado a se manifestar nos autos do Conflito de Competência nº. 0059/2010, vem fazê-lo nos termos propostos pelo eminente Promotor de Justiça-Assessor Carlos Augusto Alcântara Machado, *verbis*:

“Em exame Conflito de Competência envolvendo o Juízo de Direito da Comarca de Aquidabã (Suscitante) e o Juízo de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju (Suscitado).

Alega o Suscitante (fls. 51/52), em síntese, que a mudança do endereço do Requerente após o ajuizamento da demanda é irrelevante para a modificação da competência, tendo em vista a regra estampada no art. 87 do CPC.

O Suscitado, por sua vez, (fl. 59), sustenta que o Demandante reside na cidade de Aquidabã há pelo menos 03 (três) anos, competindo àquele Juízo o processamento e julgamento da demanda.

É o que se tem a relatar.

SENHORA DESEMBARGADORA-RELATORA,  
SENHORES DESEMBARGADORES.

Conforme já decidiu esse E. Tribunal de Justiça, “... a ação para retificação de registro civil pode ser proposta em Comarca diversa daquela em que foi lavrado o assento a

PROTOCOLADO EM 21/06/2010 09:54 00006387 23/06

## PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

24

*ser retificado nos termos do art. 109, § 5º, da Lei nº. 6.015/73, não havendo impedimento para ajuizamento da demanda no foro do domicílio do autor...*" (Ap. Cível nº 3317/2009).

Eis a ementa do julgado:

Apelação Cível. Ação de Retificação de Registro Civil. Registro efetivado em outro Estado. Competência Jurisdicional. Local de Residência do Autor/Apelante. Aplicação do art. 109, § 5º, da Lei de Registro Público. A ação para retificação de registro civil pode ser proposta em Comarca diversa daquela em que foi lavrado o assento a ser retificado nos termos do art. 109, § 5º, da Lei nº. 6.015/73, não havendo impedimento para ajuizamento da demanda no foro do domicílio do autor. Recurso Provido. Decisão unânime. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 3317/2009, 6ª VARA CÍVEL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Relator: DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA, Julgado em 23/06/2009).

No mesmo sentido:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. CERTIDÃO DE ÓBITO. FORO COMPETENTE. COMARCA DA LAVRATURA DO ASSENTO OU DO DOMICÍLIO DO AUTOR. ART. 109, § 5º, DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS. 1. A ação para retificação de registro civil (registro de óbito) pode ser proposta em comarca diversa daquela em que foi lavrado o assento a ser retificado (art. 109, § 5º, da Lei 6.015/1973), não havendo óbice para ajuizamento da demanda no foro de domicílio do autor, pessoa interessada na retificação. 2. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 2ª Vara de Família da Regional do Méier, Rio de Janeiro/RJ, o suscitante. (CC 96.309/RJ, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/04/2009, DJe 29/04/2009).


É sabido, que nos termos do Direito Processual Civil, quatro são os critérios de repartição de competência: *material, funcional, territorial e valor da causa*. Os dois primeiros de natureza absoluta e inderrogável, os outros dois de natureza relativa, ou seja, derogáveis pela ausência de oposição das partes litigantes.

Em se tratando de competência relativa/territorial, na hipótese de o réu não opor a exceção declinatória de foro, conforme previsão do art. 112 do Estatuto Civil dos Ritos, em obediência ao comando do art. 114 do mesmo diploma legal, estará automaticamente prorrogada, incidindo o instituto da preclusão.

Sabe-se, todavia, que a competência territorial, excepcionalmente, pode vir a ter *status* de competência absoluta, por expressa previsão legal, como é o caso, *verbi gratia*, do disposto no art. 80 do Estatuto do Idoso; no art. 209, do Estatuto da Criança e do Adolescente; ou mesmo a parte final do art. 95, do CPC.

Afora as exceções legais, predomina a regra geral que afirma a relatividade da competência territorial.

Note-se que a fixação da competência territorial como relativa leva em conta, essencialmente, o interesse das partes.

Cite-se, nesse particular, o escólio de Fredie Didier Junior: 

"... as partes podem modificar a regra de incompetência relativa, quer pelo foro de eleição, quer pela não-oposição da exceção de incompetência" (in DIDIER Jr., Fredie. *Direito Processual Civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento*. Salvador: JusPODIVM, 6ª edição, 2006, p.117).

## PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Em assim sendo, ao Magistrado não é permitido invocar, de ofício, incompetência relativa do Juízo.

A propósito:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO DA EXECUTADA. INCOMPETÊNCIA RELATIVA. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 33 E 58/STJ. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL ONDE FOI PROPOSTA A DEMANDA. 1. O art. 578 do Código de Processo Civil estabelece que a execução fiscal será ajuizada no foro do domicílio do réu. Não obstante isso, cumpre ressaltar que a competência territorial é relativa, e, portanto, só poderia a incompetência ser argüida por meio de exceção (CPC, art. 112). 2. Feita a escolha e ajuizada a ação, ficou definida a competência do Juízo Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Tocantins (CPC, art. 87), não podendo ser reconhecida ex officio eventual incompetência do Juízo, nos termos do enunciado da Súmula 33/STJ. (...) (STJ - CC 53750 / TO- Rel: Ministra DENISE ARRUDA - DJ 15.05.2006 p. 147).

Diante dos inúmeros precedentes, o Superior Tribunal de Justiça consagrou tal entendimento no verbete sumular nº 33 de sua jurisprudência dominante, a qual tem a seguinte redação:

**"A INCOMPETÊNCIA RELATIVA NÃO PODE SER DECLARADA DE OFÍCIO".**


Reportando-se à demanda em espécie, nota-se que a ação ventilada não traz em seu bojo qualquer elemento que justifique a arguição de incompetência *ex officio*, tratando-se de ação fundada em direito pessoal, situação em que se encontra plenamente justificada a regra da perpetuação da jurisdição.

Registre-se, por fim, que a notícia da mudança do endereço do Requerente foi trazida aos autos no curso da ação, o que não tem o condão de modificar a competência para a demanda, *ex vi* do disposto no art. 87 do Código de Processo Civil.

Assim, forte em tais argumentos, manifesta-se o Ministério Público do Estado de Sergipe no sentido de que a competência para processar e julgar o feito objeto do presente conflito é do Juízo de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju (Suscitado). É o parecer. Aracaju, 18 de maio de 2010. Carlos Augusto Alcântara Machado. Promotor de Justiça-Assessor".

Este, o Parecer da instância superior do Ministério Público.

Aracaju, 18 de maio de 2010.

  
Rodomarques Nascimento  
Procurador de Justiça  
(por delegação)

TJSE  
Fl. 76**TERMO DE RECEBIMENTO**

Recebi estes autos nesta data.

Aracaju, 24 de 05 de 2010.

  
Servidor**TERMO DE CONCLUSÃO**Faço estes autos conclusos a (o) Exmo (a). Sr (a). Des (a).  
Relator (a).

Aracaju, 24 de 05 de 2010.

  
Bela. Sandra Maria Vieira Ramos  
Escrivã



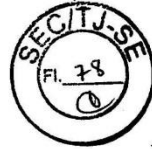
**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0059/2010**

Designo para julgamento a primeira sessão desimpedida.

Aracaju, 16 de junho de 2010.

  
Desembargadora **SUZANA MARIA CARVALHO OLIVEIRA**  
**RELATORA**

Sessão Ordinária realizada no dia 23/06/2010



**TRIBUNAL PLENO**

Presidência do Exmo. Sr.  
DES. ROBERTO EUGENIO DA FONSECA PORTO  
Presentes os Exmos. Srs.  
DR(A) IOLANDA SANTOS GUIMARÃES  
DR(A) ANA LUCIA F. DE A. DOS ANJOS  
DES. CLÁUDIO DINART DÉDA CHAGAS  
DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA  
DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO  
DESA. MARIA APARECIDA SANTOS GAMA DA SILVA  
DES. NETÔNIO BEZERRA MACHADO  
DES. EDSON ULISSES DE MELO  
DESA. SUZANA MARIA CARVALHO OLIVEIRA  
DR(A) JOSÉ DOS ANJOS

Procurador de Justiça: DRA. MARIA CONCEIÇÃO DE  
F. ROLLENBERG  
Secretaria Judiciária: BELA. IVANA ROCHA MELO  
REZENDE

**JULGAMENTO**

CONFLITO DE COMPETÊNCIA (TRIBUNAL PLENO)

ESCRIVANIA.....: 2a.  
No. DO PROCESSO....: 2010105764  
**No. DO FEITO.....: 0059/2010**  
PROCEDÊNCIA.....: AQUIDABÃ  
RELATOR.....: DESA. SUZANA MARIA  
CARVALHO OLIVEIRA  
PROCURADOR.....: DR. RODOMARQUES NASCIMENTO  
SUSCITANTE.....: JUIZO DE DIREITO DA  
COMARCA DE AQUIDABA/SE  
SUSCITADO.....: JUIZO DE DIREITO DA 6ª  
VARA PRIVATIVA DE ASSISTENCIA JUDICIARIA DA  
COMARCA DE ARACAJU  
JULGAMENTO:

**À unanimidade, foi conhecido o conflito para declarar competente o suscitado, Juízo de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju. Não participaram do julgamento por estarem impedidos, o Desembargador Edson Ulisse de Melo e a Juíza convocada Dra. Ana Lúcia Freire de Almeida dos Anjos.**

ARACAJU, 23 DE JUNHO DE 2010

*p/ Rollettos*  
**IVANA ROCHA MELO REZENDE**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**



Acórdão nº 6036/2010

### **CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0059/2010**

SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE AQUIDABÃ/SE  
 SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA  
 DA COMARCA DE ARACAJU/SE  
 RELATORA : DESEMBARGADORA SUZANA MARIA CARVALHO OLIVEIRA

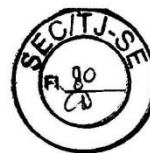
### **EMENTA**

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA -  
 RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL - MUDANÇA DE  
 ENDEREÇO POSTERIOR AO AJUIZAMENTO DA  
 DEMANDA - COMPETÊNCIA RELATIVA -  
 INTELIGÊNCIA DO ART. 87 DO CPC - DECLARAÇÃO DE  
 INCOMPETÊNCIA DE OFÍCIO - IMPOSSIBILIDADE -  
 SÚMULA 33 DO STJ - COMPETÊNCIA DO JUÍZO  
 SUSCITADO - DECISÃO UNÂNIME.  
 - Eventual mudança de endereço do autor posterior ao  
 ajuizamento da demanda, não interfere na  
 competência territorial estabelecida, a teor do que  
 dispõe o art. 87 do Código de Processo Civil;  
 - A Súmula 33 do Superior Tribunal de Justiça afirma  
 que "a incompetência relativa não pode ser declarada  
 de ofício".

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os  
 membros deste Egrégio Tribunal de Justiça, em sessão plenária e à  
 unanimidade, **sob a presidência do Excelentíssimo Senhor  
 Roberto Eugenio da Fonseca Porto, em conhecer do conflito e**

*Cen*

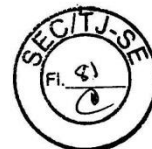


**julgá-lo procedente, declarando competente o Juízo suscitado,**  
em conformidade com o relatório e voto, constantes dos autos, que  
ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Aracaju, 23 de junho de 2010.

  
**Desembargadora SUZANA MARIA CARVALHO OLIVEIRA**  
**RELATORA**





### **RELATÓRIO**

#### **DESEMBARGADORA SUZANA MARIA CARVALHO**

**OLIVEIRA (RELATORA)**: Cuidam os autos de conflito negativo de competência entre o Juízo de Direito da Comarca de Aquidabã/Se e o Juízo da 6ª Vara Privativa da Comarca de Aracaju/Se.

A M.M. Juíza da 6ª Vara Privativa da Comarca de Aracaju/Se declarou-se incompetente para julgar o feito, face a mudança de endereço da parte autora, determinando a remessa dos autos para a Comarca de Aquidabã/Se, doc. de fl. 47.

O M.M. Juiz da Comarca de Aquidabã/Se, suscitou o conflito negativo de competência, através da decisão de fls. 51/52, por entender que a competência se determina no momento da propositura da ação, sendo irrelevante a mudança posterior de endereço da parte autora, consoante o disposto no art. 87 do Código de Processo Civil.

Desta forma, suscitou que quando da distribuição dos presentes autos, a 6ª Vara Privativa da Comarca de Aracaju/Se era competente para processar e julgar a Ação de Retificação de Registro Civil.

À fl. 59 o Juízo suscitado apresentou informações.

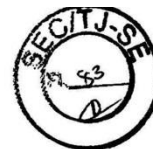


A Procuradoria de Justiça manifestou-se pelo reconhecimento da competência do juízo suscitado, nos termos do parecer de fls. 73/75.

É o relatório.



**VOTO**



**DESEMBARGADORA SUZANA MARIA CARVALHO**

**OLIVEIRA (RELATORA):** Conheço do conflito, por atendidos os pressupostos de sua admissibilidade.

Entendo que o presente conflito não enseja maiores delongas, restando evidente a competência do juízo suscitado para processar e julgar o feito em comento.

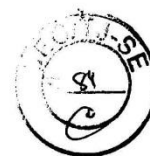
Explico o porquê.

Discute-se, no presente, a competência para processamento e julgamento da Ação de Retificação de Registro Civil.

Nos informes de fl. 59, a Juíza Suscitada aduziu que ao analisar no curso da ação a documentação acostada aos autos, especialmente o requerimento da intervenção cirúrgica, notas fiscais, comprovantes de entrega de correspondência e o Laudo Psicossocial, concluiu que a parte autora residia na cidade de Aquidabã/Se desde o momento da propositura da ação.

Ocorre que, da análise dos autos, verifica-se que a referida ação foi ajuizada em Aracaju na data de 03/07/2009 perante a 6ª Vara Privativa da Comarca de Aracaju/Se, onde consta na inicial e na Procuração o endereço fornecido pela parte autora – Rua B, nº 104, Conj. Maria do Carmo, bairro América, Aracaju/Se (fls. 02/10).

Com efeito, o fato da parte autora ter mudado de endereço



posteriormente ao ajuizamento da ação e passado a residir na Comarca de Aquidabã/Se, não interfere na competência territorial estabelecida, consoante o disposto no art. 87 do Código de Processo Civil, in verbis:

*"Art. 87 - Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterem a competência em razão da matéria ou da hierarquia."*

Dessa forma, considerando que a parte residia, à época do ajuizamento da ação, na Cidade de Aracaju, tenho que a ação deve ser processada em uma das varas localizadas nesta Capital, o que já afasta a competência do juízo suscitante.

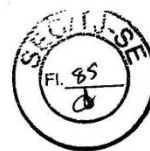
Ademais, em se tratando de competência relativa territorial, cabe a parte interessada argüir a aludida incompetência através de exceção de incompetência prevista no *caput* art. 112 do Código de Processo Civil, sob pena de configurar o instituto da preclusão e haver a perpetuação da competência, consoante o disposto no art. 114 do mesmo Diploma Legal. Registre-se:

***"Art. 112. Argui-se, por meio de exceção, a incompetência relativa."***

***"Art. 114. Prorrogar-se-á a competência se dela o juiz não declinar na forma do parágrafo único do art. 112 desta Lei ou o réu não opuser exceção declinatória nos casos e prazos legais." (Grifo nosso)***

Assim, infere-se que a incompetência do juízo não poderia ser decretada de ofício pela magistrada *a quo*, uma vez que restou caracterizado o instituto da preclusão. Ademais, a Súmula 33 do

am



Superior Tribunal de Justiça afirma que **"a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício"**.

Diante dessas considerações, a competência para processar e julgar o feito não é da Comarca de Aquidabã/Se, e sim, da 6ª Vara Privativa da Comarca de Aracaju/Se.

A propósito, transcrevo a seguinte decisão desta Colenda Corte de Justiça:

**"Conflito de Competência - Ação de Exoneração de Alimentos - Artigo 100, inciso II do Código de Processo Civil - Foro do domicílio do alimentando - Competência territorial relativa - Impossibilidade de reconhecimento de ofício - Súmula 33 do Superior Tribunal de Justiça - Ocorrência do instituto da preclusão - Conflito conhecido - Competência do Juízo Suscitado.** 1. O artigo 100, inciso II do Código de Processo Civil, o qual disciplina a competência territorial, preceitua que é competente para processar e julgar as ações de alimentos o foro do domicílio ou residência do alimentando; 2. A ação que envolva alimentos pode ser ajuizada em outro foro, cabendo a parte interessada arguir a aludida incompetência através de exceção de incompetência prevista no artigo 112 do Código de Ritos, sob pena de configurar o instituto da preclusão e haver a perpetuação da competência; 3. **Dessa forma, infere-se que a incompetência do juízo não poderia ser decretada de ofício pelo magistrado, uma vez que restou caracterizado o instituto da preclusão. Ademais, a súmula 33 do Superior Tribunal de Justiça afirma que "a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício."** (TJSE - CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0005/2008, Rel. Des. Maria Aparecida Gama e Silva Foz Mendonça, J. em 11/02/2009). (Grifo nosso)

O eminente Procurador de Justiça Rodomarques Nascimento, no parecer lançado às fls. 73/75, comunga com o mesmo entendimento, *in verbis*:

**"Reportando-se à demanda em espécie, nota-se que a ação ventilada não traz em seu bojo qualquer elemento que**



*justifique a arquivção de incompetência ex officio, tratando-se de ação fundada em direito pessoal, situação em que se encontra plenamente justificada a regra de perpetuação da jurisdição.*

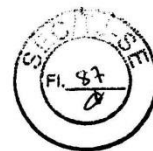
*Registre-se, por fim, que a notícia da mudança de endereço do Requerente foi trazida aos autos no curso da ação, o que não tem o condão de modificar a competência para a demanda, ex vi do disposto no art. 87 do Código de Processo Civil."*

Ante o exposto, **julgo procedente o conflito negativo de competência** e, por conseguinte, declaro a 6ª Vara privativa da Comarca de Aracaju/Se competente para processar e julgar o presente feito.

É como voto.

Aracaju, 23 de junho de 2010.

*[Assinatura]*  
Desembargadora **SUZANA MARIA CARVALHO OLIVEIRA**  
**RELATORA**



### CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, foi enviado o acórdão para publicação no DJ eletrônico.

Aju, 06/07/2010.

*[Signature]*  
Secretária Judiciária

### ENTREGA

Nesta data, foram entregues estes autos à respectiva Escrivania.

Aju, 06/07/2010.

*[Signature]*  
Secretária Judiciária

### RECEBIMENTO

Nesta data, recebi os presentes autos do Tribunal Pleno.

Aju, 07/07/2010.

*[Signature]*  
Escrivão(a) Técnico(a) Judiciário(a)

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a conclusão do acórdão retro N° \_\_\_\_\_ foi disponibilizado do DJ eletrônico de 07/07/2010 sendo considerado publicado no primeiro dia útil seguinte.

Aracaju, 07/07/2010.

*[Signature]*  
Escrivão



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
**CARTÓRIO DA SEGUNDA ESCRIVANIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Praça Fausto Cardoso, 112, 1º andar - Centro - CEP 49010-080 - Aracaju/SE

Ofício nº. 0322/2010-2ª.ESC.


Aracaju, 27 de julho de 2010.

FEITO: CONFLITO DE COMPETÊNCIA 0059/2010 (2010105764)  
PROCESSO DE ORIGEM: 200960000971  
SUSCITANTE(S): JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE AQUIDABÃ  
SUSCITADO(S): JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA  
JUDICIÁRIA DA COMARCA DE ARACAJU

Meritíssimo(a) Juiz(a) :

Através deste, encaminhamos a Vossa Excelência, para os fins de direito, cópia do **Acórdão nº 6036/2010**, no qual foi declarado competente para julgar e processar o feito, o juízo de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju.

Atenciosamente.

  
Bela Sandra Maria Vieira Ramos  
Escrivão

A

Sua Excelência

**JUIZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE AQUIDABÃ**

Aquidabã - SE

Recebi em 20/07/10  
R. / 2010  
Microclima / Adm. / Mat.



TJSE  
Fl. 89**CERTIDÃO**

Certifico que decorreu o prazo legal sem interposição de recurso.

O referido é verdade e dou fé.

Aracaju, 05 de 08 de 2010

Bela. Sandra Maria Vieira Ramos  
Escrivã da 2ª Escrivania/TJSE

**TERMO DE REMESSA**

Faço remessa destes autos, em definitivo, ao Juízo de Direito da 6ª Vara Criminal de Aracaju, através do cartório ou secretaria competente.

Aracaju, 05 de 08 de 2010

Bela. Sandra Maria Vieira Ramos  
Escrivã da 2ª Escrivania/TJSE

90  
L**CONCLUSÃO**

Nesta data, faço estes autos conclusos a M. M.  
Juíza de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência  
Judiciária de Aracaju.

Aracaju, 20 de 02 de 2010.

ph  
Técnico Judiciária/Escrivã

Ao M.P.

12/08/10  


91  
L

**TERMO DE VISTAS**

Nesta data faço vistas dos presentes autos

ao

- ( ) Advogado da parte autora
- ( ) Advogado da parte requerida
- ( x ) Ministério Público
- ( ) Defensoria Pública
- ( ) Perito(a)
- ( ) Procurador do INSS

Aracaju, 16 108 /2010.

*pih*  
Técnico(a) Judiciário(a)

**DATA**

Nesta data retornaram os presentes autos,  
a esta secretaria vindos do(a)

- ( ) Advogado da parte autora
- ( ) Advogado da parte requerida
- ( x ) Ministério Público
- ( ) Defensoria Pública
- ( ) Perito(a)
- ( ) Procurador do INSS

- ( x ) Com manifestação
- ( ) Sem manifestação

Aracaju, 17 08 /2010.

*pih*  
Técnico(a) Judiciário(a)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

**PROCESSO Nº.: 618/2009**  
**RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL**  
**REQUERENTE: ADRIANO DOS SANTOS**

*MM. Juíza,*

Analisando os autos, verifica-se que não houve manifestação da parte Autora acerca do Laudo Psicossocial acostado às fls. 42/46 dos autos, conforme despacho exarado no termo de audiência de fl. 21. Assim, o Ministério Público do Estado de Sergipe, através de sua representante legal, requer seja intimado o Requerente para que se manifeste acerca do referido Laudo.

Aracaju, 17 de agosto de 2010.

*MM. J.ª*

**Ana Cláudia Machado Costa Moraes**  
**Promotora de Justiça**

25  
2

## CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a M. M. Juíza de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária de Aracaju.

Aracaju, 18 de 08 de 2010.

**Técnico(a) Judiciário(a)/Escrivã**

54




**PODER JUDICIÁRIO**  
**SEXTA VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE ARACAJU-SE**  
Rua Serafim Bomfim, nº 440 - Santos Dumont.


**Processo nº 200930600618**

R. Hoje

Defiro cota promotorial. Intime-se a parte autora, para que, em 10 (dez) dias, através de sua defensora, se manifeste sobre o laudo psicossocial de fls. 42/46.

Aracaju, 18 de agosto de 2010.

  
**Jocelaine Costa Ramires de Oliveira**  
**Juíza de Direito**

| DATA  |
|---|
| Recebi estes autos do (a) MM. Juiz (a) de Direito.<br>Aracaju, <u>19</u> de <u>08</u> de 2010.                    |
| <br>Técnico (a) Judiciário (a) |

95  
2

**TERMO DE VISTAS**

Nesta data faço vistas dos presentes autos

ao

- ☐ Advogado da parte autora
- ☐ Advogado da parte requerida
- ☐ Ministério Público
- ☒ Defensoria Pública
- ☐ Perito(a)
- ☐ Procurador do INSS

Aracaju, 19 / 08 / 2010.

Técnico(a) Judiciário(a)

**DATA**

Nesta data retornaram os presentes autos,  
a esta secretaria vindos do(a)

- ☐ Advogado da parte autora
- ☐ Advogado da parte requerida
- ☐ Ministério Público
- ☒ Defensoria Pública
- ☐ Perito(a)
- ☐ Procurador do INSS

- ☒ Com manifestação
- ☐ Sem manifestação

Aracaju, 29 / 08 / 2010.

Técnico(a) Judiciário(a)

96  
L

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 6ª  
VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA COMARCA DE  
ARACAJU-SE

Autos do Processo nº 200930600618

**MANIFESTAÇÃO SOBRE LAUDO PSICOSSOCIAL**

**ANDRIANO DOS SANTOS**, já qualificado nos autos da Lide de Retificação de Registro, processo indicado em testilha em tramitação perante esta D. Sexta Vara Privativa, por seu paráclito signatário, Defensor Público Coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Promoção da Inclusão Social, vem, com o súpero acatamento perante a conspícua presença de Vossa Excelência, na oportunidade que lhe conferiu o r. despacho de fls. 94, antepadamente, dizer e requerer sobre o

**LAUDO PERICIAL PSICOSSOCIAL**, o quanto segue:

Destarte, com singular brilhantismo o Laudo Pericial de fls. 42 usque 46, ofertado pelas Ilustres Peritas, Srª. Claudia Almeida Oliveira e Cristiane Maria Guedes Fontes, respectivamente, Assistente Social e Psicóloga, nomeadas para o exercício do múnus da avaliação das características psicológicas e sociais da demandante, conclui no sentido de que referida pessoa, **ADRIANO DOS SANTOS**, é de fato transexual, que o seu biótipo físico discrepa da sua conformação psicológica, nos termos exigidos pela OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, para a caracterização da transexualidade.



97  
2

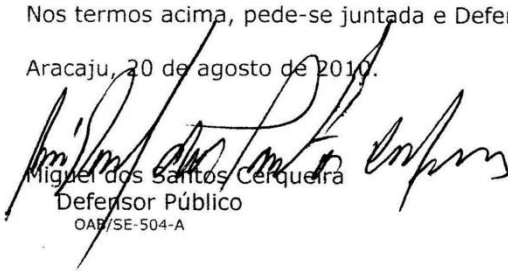
Assim, desde logo, o demandante adota o teor do laudo como suporte probatório para asseverar a veracidade dos fatos já bem detalhados na sua vestibular.

Ademais, com o fito de corroboração com o apurado na perícia, promove a juntada de xerocópias dos documentos a seguir - **GUIAS MÉDICOS, LAUDO DE AVALIAÇÃO DE TRANSGENITALIZAÇÃO, SOLICITAÇÃO DE EXAMES PARA ADAPTAÇÃO DE GENITÁLIA**, dentre outros.

Por fim, requer o Demandante, após a manifestação do Ministério Público, o prosseguimento do feito com designação de audiência de instrução e julgamento.


Nos termos acima, pede-se juntada e Deferimento.

Aracaju, 20 de agosto de 2010.

  
Miguel dos Santos Cerqueira  
Defensor Público  
OAB/SE-504-A


98  
2

**CARTÃO DE AMBULATÓRIO** *SANTOS*

|   |                                  |  |
|---|----------------------------------|--|
| NOME: <i>ADRIANA LOHANNIA DOS</i>   |                                  | REG: <i>1705538</i>  |
| EST. CIVIL: <i>-</i>  | DATA NASC. <i>28/8/86</i>        |  |
| ENDEREÇO:   |                                  |  |
| BAIRRO:   | CEP:                             | TEL:   |
| CONDIÇÃO DO SEGURADO:   |                                  |  |
| SEGURADO <input type="checkbox"/>   | CONJUGE <input type="checkbox"/> | FILHO <input type="checkbox"/> OUTROS <input type="checkbox"/> |
| IDENTIDADE Nº:  | SERIE: <i>-</i>                  | ORG. EXP:  |
| <b>SEGURADO</b>   |                                  |  |
| NOME:   |                                  |  |
| ENDEREÇO:   |                                  |  |
| PIS/PASEP/CART. PROF:   |                                  | VÍNCULO  |
|  |                                  | EMPREGADO <input type="checkbox"/>                             |
|   |                                  | EMPREGADOR <input type="checkbox"/>                            |
|   |                                  | PERSONEIRA <input type="checkbox"/>                            |
| AUTÔNOMO <input type="checkbox"/>   |                                  | OUTROS <input type="checkbox"/>                                |
| APOSENTADO <input type="checkbox"/>   |                                  |  |
| DATA: <i>06, 7, 10</i>  | FUNÇÃO: <i>Q</i>                 |  |

99  
2

802

 HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO  
NÚCLEO DE ESTUDOS DA SAÚDE DO ADOLESCENTE  
CONTROLE DE CONSULTA

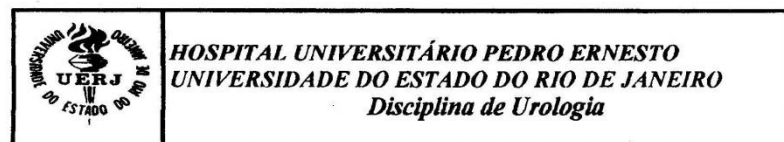
O Sr (a) ADRIANA DOS SANTOS  
matrícula nº \_\_\_\_\_ está com consulta  
marcada para o dia 15 105 1010 15/06/010.

NA CLÍNICA MIGUEL CARLOS

NA SALA \_\_\_\_\_ DO AMBULATÓRIO.

25117 Rio, 05105 1010

IMPORTANTE: Apresentar este impresso para o atendimento sem o qual perderá o direito à consulta marcada.

400  
h

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2010.

Serviço de Urologia

Laudo Médico

Declaro para os devidos fins, que Adriano dos Santos, que se apresenta pelo nome de Adriana, Reg: 1705538 (HUPE), encontra-se atualmente em acompanhamento no ambulatório de Urologia Reconstutora Genital (Programa de Atenção Integral de Saúde Trans).

Atenciosamente,

Prof. Eloisio Alessandro da Silva

Médico

JOL  
L

Discente de Propriá vai representar Sergipe em evento nacional  
27/11/2009

A aluna do 4º período do curso de Serviço Social do Campus Propriá da Universidade Tiradentes Adriana Lohanna vai representar os estudantes da educação superior de Sergipe na Conferência Nacional de Educação, que acontecerá em 2010.

A eleição foi realizada no dia 25 de novembro, durante a Conferência Estadual de Educação. O evento foi aberto no Teatro Tiradentes, Campus Aracaju Centro, no último dia 23 e seguiu durante três dias, no Radisson Hotel. As discussões envolvem seis eixos temáticos que servirão para implementar o novo Plano Nacional de Educação. A eleição de Adriana comprova, mais uma vez, a competência do corpo discente da Unit.



Adriana (esquerda) representará sergipanos



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

SUA VOZ PODE  
CALAR O CRIME

SUA IDENTIDADE PRESERVADA, SUA SEGURANÇA GARANTIDA.



SECRETARIA DE POLÍCIA  
DE SEGURANÇA PÚBLICA



### CORREGEDORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

RUA DUQUE DE CAXIAS, SÃO JOSÉ FONE: (79)3211-6883

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2010/06527.0-000109

#### DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE AQUIDABÃ

Endereço: AV. PARAGUAI, CENTRO 49790970 FONE: (79)3341-1238

#### FATO

Data e Hora do Fato: 05/06/2010 - 00:00 até 05/06/2010 - 00:00

Endereço: PRAÇA DE EVENTOS Número: Complemento: CEP: 49790-000

Bairro: CENTRO Cidade: AQUIDABA - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE AQUIDABÃ

Tipo de local: VIA PÚBLICA Meio Empregado: AGRESSÃO FÍSICA

#### VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: ADRIANO DOS SANTOS

Nome do pai: ADELSON DOS SANTOS Nome da mãe: MARIA JOSE DOS SANTOS

Pessoa: Física CPF/CGC: 014.200.075-21 RG: 311439548 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: PRÓPRIA Data de nascimento: 28/08/1986 Sexo: Masculino Cor da pele: Parda

Profissão: ESTUDANTE Estado civil: Solteiro Grau de instrução: 3º Grau Incompleto

Endereço: RUA DR JOSE ROLEMBERG LEITE Número: 66 Complemento:

CEP: 49.790-000 Bairro: CENTRO Cidade: AQUIDABA UF: SE

Proximidades: Telefone: 99026680

#### PERÍCIAS E ATENDIMENTO HOSPITALAR

Perícia: IML

Descrição: LESÕES CORPORAIS - ADRIANO DOS SANTOS

#### HISTÓRICO

Relata a vítima, de nome social ADRIANA LOHANNA, que na noite de 05/06/2010 participava de um evento na cidade de Aquidabã/SE, com as amigas JAQUELINE e a travesti MILA, quando foi apresentada por estas a alguns rapazes, os quais estavam dançando, quando um deles, cujo nome não recorda, sem nenhuma justificativa, levantou o seu vestido, momento em que a mesma se assustou e virou-se rapidamente, derrubando a cerveja do mesmo. Diz a declarante que ao questioná-lo sobre o motivo de tal atitude, este não se justificou e a mesma voltou a dançar com JAQUELINE. Que em seguida o mesmo lhe esmurrou, provocando uma fratura em sua mandíbula, sendo socorrida por um amigo de nome ANDRÉ. QUE ao procurar os policiais militares na festa, o sargento FRANCISCO lhe disse que, por se tratar de um flagrante e a delegacia estar sem delegado, nada poderia fazer no momento, podendo apenas no dia seguinte, um boletim de ocorrência. Que pediu para ser levada ao hospital local, sendo conduzida pelo soldado CANUTO, onde foi atendida e encaminhada ao Hospital Joao Alves Filho, onde foi constatada, após alguns exames, fratura na mandíbula direita, além de escoriações pelo corpo devido a queda. Que foi encaminhada ao Hospital Cirurgia, onde será realizado procedimento cirurgico, estando de dieta líquida e sem poder falar direito até o dia da cirurgia, cuja data ainda será confirmada. Pede as providências que o caso requer.

Data e hora da comunicação: 07/06/2010 às 09:07

Última Alteração: 07/06/2010 às 09:09.

ADRIANO DOS SANTOS  
Responsável pela comunicação

Elisângela da Silva Brito  
Responsável pelo preenchimento

dos  
L

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO

RECEITUÁRIO

NOME

*Regina Maria Vieira*

REG.

*1705338*

SERVIÇO

*Psicologia - Urologia*

SALA

*07*

RECEITA Nº

*A paciente acima referida  
tem consulta marcada para o  
dia 15/06/2010 às 14:00h.  
Sem mais*

Regina Maria Vieira  
Psicóloga  
CRP 05/15567

MÉDICO

DATA *15/6/2010*

0003-0143



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO  
RECEITUÁRIO

NOME Adriano dos Santos (Adriano) REG. 1705314  
SERVIÇO Neurologia Reconstructiva SALA \_\_\_\_\_  
RECEITA Nº \_\_\_\_\_

Declaro que a presente receita é válida  
para o paciente no Neurologia Reconstructiva.  
Foi emitida pelo Dr. Sérgio de Sá no dia  
15/10/2010.

[Assinatura]  
MÉDICO

DATA 05/01/11

0003-0143



PELO SUS

## Transexual sergipano vai mudar de sexo

O primeiro transexual sergipano a conseguir, via SUS, o sinal verde para mudar de sexo viaja no dia 4 de maio para o Rio de Janeiro para fazer a primeira cirurgia de uma série de outras que irá se submeter para mudar de sexo. Adriano dos Santos, ou Adriana Lohana, 23, como prefere ser chamada, conseguiu a autorização e embarca com passagem e ajuda de custo para a capital do Rio de Janeiro. "Foi uma grande luta", disse.

O processo de resignificação sexual pelo SUS dura cerca de dois anos. Conforme portaria 467/2008, que aprova a regulamentação do processo transexualizador no SUS, os procedimentos se iniciam com o acompanhamento psicológico e com a administração hormonal. Em seguida, começam as cirurgias.

Segundo Lohana, essas duas etapas já foram vencidas em Aracaju. Ela disse que está com o acompanhamento psicológico desde o ano passado e que já vem fazendo o controle hormonal. "Como os meus hormônios estão ótimos, acredito que a primeira cirurgia aconteça ainda em maio", disse.

A primeira cirurgia, conforme a portaria consiste na retirada dos testículos (orquiectomia bilateral), na amputação peniana e na construção de uma neovagina a partir da bolsa escrotal. Em seguida, vêm as cirurgias de pescoço, garganta (para raspagem do ponto de adão), face, entre outras.

Lohana disse que assim que chegar ao Rio de Janeiro, vai fazer os exames iniciais. Ela falou que vai levar os resultados e laudos dos procedimentos que já vem fazendo em Aracaju para encurtar caminhos. "Acredito que ainda em maio possa fazer a primeira cirurgia", falou.

O transexual que mora em Aquidabã e estuda Serviço Social, disse que tem o apoio da família e que no intervalo desses dois anos vai ficar entre a cidade onde mora e o Rio de Janeiro. Apenas o custo da estadia sairá do bolso da estudante. Os demais gastos serão cobertos pelo Sistema Único de Saúde.

Ela disse que a sua luta para mudar de sexo começou há dois anos quando encaminhou ofício às secretarias municipal e estadual de saúde solicitando os benefícios da portaria aprovada em agosto de 2008. Em setembro do ano passado chegou a autorização da viagem. Apenas quatro estudos realizam essa cirurgia: Rio de Janeiro; São Paulo; Rio Grande do Sul e Goiás. Lohana vai fazer a cirurgia e os exames dela no Hospital Universitário Pedro Ernesto Piva.



ADRIANA LOHANA conseguiu autorização



206  
w**CONCLUSÃO**

Nesta data, faço estes autos conclusos a M. M. Juíza de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária de Aracaju.

Aracaju, 25 de 08 de 2010.

plh  
Técnico(a) Judiciário(a)/Escrivã

107  
f

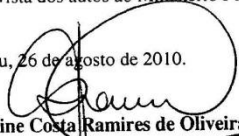
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SEXTA VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE ARACAJU-SE**  
Rua Serafim Bomfim, nº 440 - Santos Dumont.


Processo nº 200930600618

R. Hoje

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público.

Aracaju, 26 de agosto de 2010.

  
Jocelaine Costa Ramires de Oliveira  
Juíza de Direito

| DATA  |
|---|
| Recebi estes autos do (a) MM. Juiz (a) de Direito.<br>Aracaju, 31 de 08 de 2010..                                 |
| <br>Técnico (a) Judiciário (a) |

100  
A

### TERMO DE VISTAS

Nesta data faço vistas dos presentes autos

ao

- ☐ Advogado da parte autora
- ☐ Advogado da parte requerida
- ☒ Ministério Público
- ☐ Defensoria Pública
- ☐ Perito(a)
- ☐ Procurador do INSS

Aracaju, 31 / 08 / 2010.

Técnico(a) Judiciário(a)

### DATA

Nesta data retornaram os presentes autos,  
a esta secretaria vindos do(a)

- ☐ Advogado da parte autora
- ☐ Advogado da parte requerida
- ☒ Ministério Público
- ☐ Defensoria Pública
- ☐ Perito(a)
- ☐ Procurador do INSS
- ☒ Com manifestação
- ☐ Sem manifestação

Aracaju, 31 / 08 / 2010.

Técnico(a) Judiciário(a)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

**PROCESSO Nº.: 618/2009  
RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL  
REQUERENTE: ADRIANO DOS SANTOS**

*MM. Juíza,*

O Ministério Público do Estado de Sergipe, através de sua representante legal, manifesta-se pela **designação de audiência instrutória.**

Aracaju, 31 de agosto de 2010.

  
**Ana Cláudia Machado Costa Moraes**  
**Promotora de Justiça**

No

**CONCLUSÃO**

Nesta data faço os autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju/SE.

Aracaju, 01 de 09 de 2010.

Técnica Judiciária



**PODER JUDICIÁRIO**  
**SEXTA VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE ARACAJU-SE**  
**Rua Serafim Bomfim, nº 440 - Santos Dumont.**


**Processo nº 200930600618**

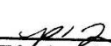
Designo audiência de instrução para o dia 05 de Outubro de 2010 às 9h.

Intimações necessárias.

Notifique-se ao Ministério Público.

Aracaju/SE, 01 de Setembro de 2010.

  
**JOCELAINE COSTA RAMIRES DE OLIVEIRA**  
**Juíza de Direito**

| DATA   |
|--|
| Recebi estes autos da MM. Juíza de Direito.  |
| Aracaju, <u>02</u> de <u>09</u> de 2010.   |
| <br><b>Técnico(a) Judiciário(a)</b> |

LIB

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUÍZ (A) DE DIREITO DA  
TERCEIRA VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA COMARCA DE  
ARACAJU/SE

AUTOS DO PROCESSO DE Nº 200930600618

**ADRIANO DOS SANTOS**, melhor qualificado à vestibular, através da  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE**, por intermédio Defensor  
Público subscritor, com o devido acatamento e mui respeitosamente, vem à  
presença de Vossa Excelência, aduzir e requer o seguinte:

-Que confirme faz prova a documentação acostada, na data e horário  
designados para a realização de audiência de instrução e julgamento, em 06 de  
outubro de 2010, deverá comparecer ao Hospital Universitário Pedro Ernesto,  
na Capital e Estado do Rio de Janeiro, para realização de consulta e  
procedimentos conclusivos de cirurgia de transexualização, que foram marcadas  
no mês de março do andante;

- Que em razão da colisão entre referida consulta e a audiência de instrução  
marcada, estará impossibilitado de comparecer a essa.

Pelo exposto, diante o relevante motivo fático apresentado, requer Vossa  
Excelência si digne a determinar designação de nova data para a realização da  
audiência.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Aracaju, 15 de setembro de 2010.

Miguel dos Santos Cerqueira

Defensor Público





UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO  
RECEITUÁRIO

613  
2

NOME Adriana Lohana Santos REG. \_\_\_\_\_

SERVIÇO Psicologia / Urologia SALA \_\_\_\_\_

RECEITA Nº \_\_\_\_\_

Paciente grávida com parto  
para o dia 05/10/2010 às  
14:00h.

sem mais


*[Signature]*  
Rogério Maria Vieira  
Psiquiatra  
CRP 05/15567

DATA 10/08/2010

0003-0143

MÉDICO

114  
2

 **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
Hospital Universitário Pedro Ernesto

**CONTROLE DE CONSULTA**

O Sr. (a) Adriana dos Santos

matrícula nº 1705538 está com consulta

marcada para o dia 5 / 10 / 2020

CLÍNICA Prof.º Chelento

Nº SALA                      DO AMBULATÓRIO

En.º Lucrecio Lino Rio, 06 / 07 / 2020

**IMPORTANTE :** Apresentar este impresso para o atendimento sem o qual perderá o direito à consulta marcada.

Impresso DORAMEN - C.S.B. 013

**Santana Dória**

ADVOGADOS ASSOCIADOS

LLS  
2

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 6.ª VARA PRIVATIVA DE  
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE ARACAJU/SE.**

**Processo n.º 200930600618**

**ADRIANO DOS SANTOS**, já qualificado nos autos da Ação de Retificação de Registro Civil, processo em epígrafe, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por conduto de seu procurador abaixo firmado, com endereço para intimações na Rua Dr. Leonardo Leite n.º 368, Bairro São José, na cidade de Aracaju/SE, CEP: 49015-000, requerer a juntada do **INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO**, não deixando de pleitear que seja inserido o nome do subscritor da peça em epígrafe nas publicações vindouras.

Igualmente, requer o **ADIAMENTO** da audiência designada para o próximo dia 05 de outubro de 2010, às 09h, uma vez que a parte interessada já tem marcado para o mesmo dia consulta psicológica na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Matriz:  
Rua Dr. Leonardo Leite 368, São José  
Aracaju/SE 49015-000 (antiga Rua Vila Cristina)  
Fone (79) 3214-5015

Filial:  
Av. Prefeito Nelson Melo 950, Centro  
Propriá/SE 49900-000 Fone (79) 3322-2666

[www.santanadoria.com.br](http://www.santanadoria.com.br)



**Santana Dória**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

2

116  
2

enquanto no dia subsequente se submeterá a exames ambulatoriais, a fim de que seja dado prosseguimento ao procedimento preparatório para cirurgia de mudança de sexo, que se realizará naquela cidade, como se infere dos documentos anexos.

Termos pelos quais,  
Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, quarta-feira, 08 de setembro de 2010.

**Thenisson Santana Dória**  
OAB/SE n.º 1.512

Matriz:  
Rua Dr. Leonardo Leite 368, São José  
Aracaju/SE 49015-000 (antiga Rua Vila Cristina)  
Fone (79) 3214-5015

Filial:  
Av. Prefeito Nelson Melo 950, Centro  
Propriá/SE 49900-000 Fone (79) 3322-2666

[www.santanadoria.com.br](http://www.santanadoria.com.br)

**SantanaDória**  
Advogados Associados

117  
e

**PROCURAÇÃO PARTICULAR**

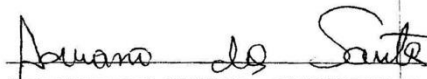
**OUTORGANTE: ADRIANO DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, estudante universitário, nascido aos 28.08.1986, residente e domiciliado na Rua B nº. 104, Conjunto Maria do Carmo, Bairro América, CEP: 49.080-403, na cidade de Aracaju/SE, portadora da CI n.º 314.395-4 SSP/SE e do CPF n.º 014.200.075-21.

**OUTORGADOS: THENISSON SANTANA DÓRIA**, solteiro, OAB/SE n.º 1.512, CPF n.º 353.882.425-87; **MÁRCIO SANTANA DÓRIA**, casado, OAB/SE n.º 1.947, CPF n.º 456.132.655-34; **JÚLIO CARRERA CORREIA**, solteiro, OAB/SE n.º 4.327, CPF n.º 008.506.505-69; **JULIANA BARBOSA FREIRE**, solteira, OAB/SE n.º 4.528, CPF n.º 004.445.555-01, todos brasileiros, advogados, com endereço para intimações na sociedade de advogados **SANTANA DÓRIA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sediada na Rua Dr. Leandro Leite n.º 368, Bairro São José, na cidade de Aracaju/SE, CEP: 49.015-000. Tel. / fax.: (079) 3214-5015, portadora do CNPJ/MF n.º 11.830.790/0001-59, [www.santanadoria.com.br](http://www.santanadoria.com.br).

**PODERES:** Todos os poderes da *cláusula ad judicium et extra*, para o foro em geral, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo uma e outras até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os; agindo em conjunto e/ou separadamente, como também os poderes por mais especiais que sejam, inclusive confessar, desistir, transigir, firmar compromissos e acordos, podendo receber e dar quitação, tanto a sociedade quanto os profissionais que a compõe; substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de poderes, ao que tudo será dado por bom, firme e valioso.

**FINALIDADE ESPECIAL:** Acompanhar a Ação de Retificação de Registro Civil Proc. n.º 200930600618, em curso perante a 6.ª Vara Privativa dos Juizados Especiais da Comarca de Aracaju/SE, até o trânsito em julgado do feito.

Aracaju (SE), quarta-feira, 08 de setembro de 2010.



**ADRIANO DOS SANTOS – OUTORGANTE**



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO  
RECEITUÁRIO

NOME Adriana Lohana Santos REG. \_\_\_\_\_  
SERVIÇO Psicologia / Psicologia SALA \_\_\_\_\_  
RECEITA Nº \_\_\_\_\_

! Paciente guine para psiquiatria  
para o dia 05/10/2010 às  
14:00h.

Seu mais

Regina Maria Vieira  
Psicóloga  
CRP 05/15567


*[Handwritten signature]*

MÉDICO

DATA 10.08.2010

0003-0143

119  
2

 UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Hospital Universitário Pedro Ernesto

**CONTROLE DE CONSULTA**

O Sr. (a) Adriana dos Santos  
matrícula nº 1705538 está com consulta  
marcada para o dia 5 / 10 / 2010

NA CLÍNICA Prof. = Chefe de

NA SALA  DO AMBULATÓRIO

Enf. Luciana Lima Rio, 06 / 07 / 2010


**IMPORTANTE : Apresentar este impresso para o atendimento sem o qual perderá o direito à consulta marcada.**

Impresso: DGRA/UNERJ - C.G.S. 013

**CONCLUSÃO**

Nesta data faço os autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju/SE.

Aracaju, 16 de 09 de 2010.

Técnica  Judiciária





PODER JUDICIÁRIO  
SEXTA VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE ARACAJU-SE  
Rua Serafim Bomfim, nº 440 - Santos Dumont.

Processo nº 200930600618

R. Hoje

Defiro pleito retro. Redesigno audiência de instrução para o dia 29 de outubro de 2010, às 08 horas e 30 minutos.

Intimem-se as partes.

Notifique-se o Ministério Público.

Aracaju/SE, 17 de setembro de 2010.

Jocelaine Costa Ramires de Oliveira  
Juíza de Direito

| DATA   |
|--|
| Recebi estes autos do (a) MM. Juiz (a) de Direito.<br>Aracaju, 20 de 09 de 2010. |
| <br>Técnico (a) Judiciário (a)   |



201030606020

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
 Juízo de Direito 6ª Vara Privativa  
 Av. Serafim Bornfim, 440, (PRÉDIO DO SESI)  
 Bairro - Santos Dumont Cidade - Aracaju



AUDIÊNCIA

PROCESSO....: 200930600618  
 NATUREZA....: Retificação  
 REQUERENTE...: ADRIANO DOS SANTOS  
 REQUERIDO....:

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**

A Dra. Jocelaine Costa Ramires de Oliveira, Juíza de Direito da(o) 6ª Vara Privativa da Comarca de Aracaju, Estado de Sergipe,

**MANDA** o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda à intimação da parte infra qualificado(a) para o cumprimento da finalidade abaixo descrita e/ou sobre o teor do despacho/sentença prolatado(a) no processo acima mencionado, conforme cópia em anexo ou nos seguintes termos: Redesigno audiência de instrução para o dia 29 de outubro de 2010, às 08 horas e 30 minutos. Intimem-se as partes. Notifique-se o Ministério Público.

|                     |              |              |           |                     |
|---------------------|--------------|--------------|-----------|---------------------|
| <b>Qualificação</b> | <b>da</b>    | <b>Parte</b> | <b>ou</b> | <b>Advogado:</b>    |
| Nome                |              | ADRIANO      | DOS       | SANTOS              |
| Residência          | CONJUNTO     | MARIA        | DO        | 104                 |
| Bairro              | OLARIA       |              | CARMO     | RUA B               |
| Cidade              | ARACAJU - SE |              |           | C. E. P.: 49092-540 |

Aracaju, 22 de setembro de 2010

Adriana Aparecida Vaz de Andrade  
 Escrivão(a)/ Chefe de Secretaria, de ordem

**CERTIDÃO:**

Cumprido o presente, conforme item \_\_\_\_\_ ( ) abaixo:

- 1) - Intimada, ficou ciente, recebendo o contraditório.
- 2) - Intimada, negou o cliente, aceitando o contraditório.
- 3) - Intimada, negou o cliente, não aceitando o contraditório.
- 4) - Não foi intimada. Motivo: \_\_\_\_\_

Dou fé, Em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Oficial de Justiça

Ciente \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Parte Intimada

ATENÇÃO: NÃO EFETUAR PAGAMENTO PELO CUMPRIMENTO DESTES MANDADOS

MD01704



PODER JUDICIÁRIO

**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**  
**Rua Serafim Bomfim, nº 440 – Bairro Santos Dumont - Aracaju/SE - 3226-3817**

200930600618 - Retificação - 6ª Vara Privativa

**Requerente:** ADRIANO DOS SANTOS

**Advogado(a):** THENISSON SANTANA DÓRIA - 1512/SE

**Advogado(a):** MÁRCIO SANTANA DÓRIA - 1947/SE

**Defensor(a):** MIGUEL DOS SANTOS CERQUEIRA - 20404/BA

**Advogado(a):** JÚLIO CARRERA CORREIA - 4327/SE

**Advogado(a):** JULIANA BARBOSA FREIRE - 4528/SE

**Termo de Audiência**

Ao(s) 29 (vinte nove) dia(s) do mês de outubro de 2010, às 08 horas 30 minutos, nesta cidade de Aracaju (SE), na sala de audiências da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju (SE), onde presente se achava a MM. Juíza de Direito, Dra. Jocelaine C. Ramires de Oliveira, comigo Adriana Aparecida Vaz de Andrade, escritã desta Vara, que este subscreve e a representante do Ministério Público, Dra. Ana Cláudia M. Costa Moraes. Declarada aberta a audiência e apregoada as partes, patrono(s) e respectivo(s) Defensor(es). Presente a parte autora. Presente o bel. Thenisson Santana Dória 1512/SE. Foi tomado o depoimento pessoal do autor e das testemunhas, conforme termos próprios. Em seguida pediu a palavra o advogado do autor que assim se manifestou: requer prazo para juntada de certificado de extensão, emitido pela UNIT, com reconhecimento do nome social adotado pelo autor. Ainda, a fim de tornar a prova mais robusta e, não obstante a presença do aludo de avaliação psicológica de fls. 24/26 e do laudo psicossocial, fls. 42/46, requer se digne V. Exa. expedir ofício ao hospital Universitário Pedro Ernesto, solicitando que dita instituição forneça ao juízo laudo detalhado da evolução psicológica, psiquiátrica e cirúrgica, desde quando o requerente passou a se submeter a acompanhamento antecipatório da cirurgia de mudança de sexo. Para tanto requer o prazo de 05 dias para fornecer o exato endereço da instituição. Por fim, também pede que seja expedido ofício solicitando relatório psicológico até o dia que o requerente se manteve sob assistência do centro de combate a homofobia, situado na rua Campos nº 82, bairro São José, CEP: 49.000-000. Pela MM. Juíza foi dito que: Defiro o pedido, após conclusos. Audiência encerrada. Eu, ..... Adriana Aparecida Vaz de Andrade, Escrivã subscrevo.

**JOCELAINE C. RAMIRES DE OLIVEIRA**  
 Juíza de Direito

**ANA CLÁUDIA M. COSTA MORAES**  
 Promotora de Justiça

**THENISSON SANTANA DÓRIA 1512/SE**  
 Advogado do Autor

*Adriano dos Santos (Roberto)*



PODER JUDICIÁRIO

6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Rua Serafim Bomfim, nº 440 – Bairro Santos Dumont - Aracaju/SE – Fone: 3226 3817

200930600618 - Retificação - 6ª Vara Privativa**Requerente:** ADRIANO DOS SANTOS

Advogado(a): THENISSON SANTANA DORIA - 1512/SE

Advogado(a): MÁRCIO SANTANA DÓRIA - 1947/SE

Defensor(a): MIGUEL DOS SANTOS CERQUEIRA - 20404/BA

Advogado(a): JÚLIO CARRERA CORREIA - 4327/SE

Advogado(a): JULIANA BARBOSA FREIRE - 4528/SE

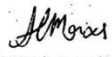
**TERMO DE DEPOIMENTO DO AUTOR**


Ao(s) 29 (vinte nove) dia(s) do mês de outubro de 2010, às 08 horas 30 minutos, nesta cidade de Aracaju (SE), na sala de audiências da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju (SE), onde presente se achava a MM. Juíza de Direito, Dra. Jocelaine Costa Ramires Oliveira, comigo Adriana Aparecida Vaz de Andrade, Escrivã desta Vara, que este subscreve e a representante do Ministério Público, Dra. Ana Cláudia Machado Costa Moraes, compareceu: **ADRIANO DOS SANTOS**, qualificado nos autos, às perguntas respondeu: que desde os 07 anos de idade se percebeu diferente dos demais meninos, quando não se sentia à vontade em participar das brincadeiras típicas destes preferindo brincar com sua irmã e com a filha da vizinha; que nessa época era tachada de "menininha" pelos colegas das escola em virtude dos seus trejeitos e preferências mais femininas; que quando ingressou na 5ª série começou a perceber que gostava de meninos, apesar de também ser um menino, iniciando-se um conflito interno em virtude disso; que iniciou então um estudo a respeito de sua sexualidade e se viu como homossexual assumindo uma postura feminina; que nessa época ingressou num curso de jornalismo comunitário onde trabalhava com moda pegando então o apelido de "Fashion" contando então com 14 anos de idade; que o maior problema que tem em casa foi com seu genitor que não admitia a homossexualidade e sempre castigava o declarante, inclusive com agressões físicas; que os problemas com seu genitor se resolveram no final do ano de 2005 quando por questões de saúde seu pai se submeteu a uma cirurgia que afetou o seu discernimento, não entendendo dessa forma o que acontecia com o requerente; a partir de então se sentiu mais a vontade para assumir o que era; que a sociedade lhe aceita mas sabe que existe um preconceito velado; que pretendo realizar cirurgia de mudança de sexo por questões próprias, porque quer se sentir bem consigo mesma e não por causa da sociedade porque tem consciência que sempre será vista como transsexual; que seu maior problema hoje é sem dúvida ser chamado de Adriano e depois começar um relacionamento amoroso e sofrer um rompimento porque possui órgão genital masculino, fato que não é aceito por alguns homens pelos quais se apaixonou; uma vez realizada a cirurgia, seu passado como homem será enterrado e não pretendo comentar tal fato com ninguém porque se vê como mulher que possui um defeito físico; que espera ansiosamente a cirurgia para que possa ter "uma noite de amor como mulher", que acredita inclusive que seus problemas amorosos se acabarão com a cirurgia e principalmente os civis; que já foi barrada na prova do Enem porque acreditavam que queria se passar por outra pessoa; que se por acaso for lhe deferido a mudança de nome, mas não a mudança de sexo ficará um pouco aliviada, mas não totalmente porque não vai retratar a sua real condição psicológica; que já foi agredida fisicamente por sua condição transsexual; que inclusive recentemente foi agredida em uma festa por rapaz que não aceitava sua transsexualidade; que é muito constrangedor quando

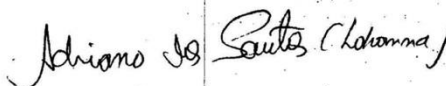
wp

175  
 está em local público onde todos já lhe viram como mulher e é chamado de Adriano, causando assim um burburinho entre os presentes, sem falar que lhe agride psicologicamente ter que usar o nome masculino; que o seu relacionamento atualmente com sua mãe é ótimo, tanto que a mesma compra roupas femininas para lhe dar de presente e se emprestam acessórios e roupas. Declarações encerradas.

  
**JOCELAINE COSTA RAMIRES OLIVEIRA**  
 Juíza de Direito

  
**ANA CLÁUDIA M. COSTA MORAES**  
 Promotora de Justiça

  
**THENISSON SANTANA DÓRIA 1512/SE**  
 Advogado do Autor

  
**Adriano de Santos (Adrianna)**

**JOCELAINE COSTA RAMIRES OLIVEIRA** **ANA CLÁUDIA M. COSTA MORAES**



PODER JUDICIÁRIO

6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Rua Serafim Bomfim, nº 440 – Bairro Santos Dumont - Aracaju/SE – Fone: 3226 3817

200930600618 - Retificação - 6ª Vara Privativa

Requerente: ADRIANO DOS SANTOS

Advogado(a): THENISSON SANTANA DÓRIA - 1512/SE

Advogado(a): MÁRCIO SANTANA DÓRIA - 1947/SE

Defensor(a): MIGUEL DOS SANTOS CERQUEIRA - 20404/BA

Advogado(a): JÚLIO CARRERA CORREIA - 4327/SE

Advogado(a): JULIANA BARBOSA FREIRE – 4528/SE

#### TERMO DE OITIVA DE TESTEMUNHA

Ao(s) 29 (vinte nove) dia(s) do mês de outubro de 2010, às 08 horas 30 minutos, nesta cidade de Aracaju (SE), na sala de audiências da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju (SE), onde presente se achava a MM. Juíza de Direito, Dra. Jocelaine Costa Ramires Oliveira, comigo Adriana Aparecida Vaz de Andrade, Escrivã desta Vara, que este subscreve e a representante do Ministério Público, Dra. Ana Cláudia Machado Costa Moraes, compareceu: **JOSÉ ALDEMIR DA SILVA, portador do RG nº 1483771 2ª via SSP/SE**, Compromissado respondeu: que conhece Adriana há 04 anos da cidade de Aquidabã onde moram e todos os dias viajam juntos para a cidade de Propriá em virtude de cursos que ambos fazem na cidade; que na verdade conheceu Adriana no transporte para a cidade de Propriá e sempre a vê em festa na cidade e sempre se apresentando da mesma forma; que Adriana ensina em rede pública de ensino; que na comunidade a requerente é conhecida como "Lohana Fashion"; que acredita que o apelido é devido o próprio nome que a requerente adota; que a requerente se relaciona com homens amorosamente, que não sabe informar se atualmente a requerente tem algum companheiro. Dada a palavra ao advogado da autora, as perguntas respondeu: que até onde sabe a requerente não tem nenhum conflito com a família. Dada a palavra a representante do Ministério Público, as perguntas feitas respondeu: que ouviu falar por comentários locais que o requerente sempre teve comportamento feminino, inclusive desde a infância; que sempre viu a requerente com aspecto feminino; que o requerente sempre fala que deseja ser mulher e o depoente já viu falar de estar sendo preparado uma cirurgia para mudança de sexo, inclusive a notícia saiu em jornal escrito na cidade de Aracaju. Nada foi perguntado. Depoimento encerrado.

JOCELAINE COSTA RAMIRES OLIVEIRA  
Juíza de Direito

ANA CLÁUDIA M. COSTA MORAES  
Promotora de Justiça

THENISSON SANTANA DÓRIA 1512/SE  
Advogado do Autor

x José Ademir da Silva



PODER JUDICIÁRIO

6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Rua Serafim Bomfim, nº 440 – Bairro Santos Dumont - Aracaju/SE – Fone: 3226 3817

200930600618 - Retificação - 6ª Vara Privativa

Requerente: ADRIANO DOS SANTOS

Advogado(a): THENISSON SANTANA DÓRIA - 1512/SE

Advogado(a): MÁRCIO SANTANA DÓRIA - 1947/SE

Defensor(a): MIGUEL DOS SANTOS CERQUEIRA - 20404/BA

Advogado(a): JÚLIO CARRERA CORREIA - 4327/SE

Advogado(a): JULIANA BARBOSA FREIRE - 4528/SE

## TERMO DE OITIVA DE TESTEMUNHA

Ao(s) 29 (vinte nove) dia(s) do mês de outubro de 2010, às 08 horas 30 minutos, nesta cidade de Aracaju (SE), na sala de audiências da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju (SE), onde presente se achava a MM. Juíza de Direito, Dra. Jocelaine Costa Ramires Oliveira, comigo Adriana Aparecida Vaz de Andrade, Escrivã desta Vara, que este subscreve e a representante do Ministério Público, Dra. Ana Cláudia Machado Costa Moraes, compareceu: JOSA BARROS LIMA, portador do RG nº 2.368.941-2 SSP/SE, Compromissado respondeu: que conhece Adriana há uns 12 anos quando passou a viver em Aquidabã, tendo de início apenas contato mais profissional porque de vez em quando consertava o computador do requerente, depois passou a ter conhecimento mais próximo quando começou a frequentar a mesma faculdade; que desde esse primeiro contato o depoente já visualizou o requerente do mesmo modo em que se apresenta hoje, sempre o conhecendo com aspecto feminino; na época conhecia com o nome "Fashion" e posteriormente ao ingressar na faculdade foi que o requerente informou se chamar "Lohana Fashion"; que a sociedade aceita plenamente o requerente como mulher não havendo qualquer tipo de discriminação a respeito e inclusive a própria família do depoente nem sabe que o sexo do requerente é masculino; que soube que o requerente trabalhava ensinando; que na faculdade todos também a vêem como mulher; que. Dada a palavra ao advogado do autor, as perguntas feitas respondeu: que quando conheceu o requerente ele era adolescente; que já ouviu falar pelo próprio requerente que esta pretende realizar uma cirurgia de mudança de sexo porque se sente mulher e quer realizar o seu desejo; que a família do requerente não possui qualquer rejeição a este inclusive a genitora o apoia em todos os sentidos; que nunca ouviu falar de qualquer incidente de ter a mãe do requerente queimado suas coisas; que todos só relacionamentos amorosos da requerente era sempre com homens; que a requerente nunca expressou qualquer conflito quanto a sua sexualidade. Dada a palavra a representante do Ministério Público, nada foi perguntado. Depoimento encerrado.

JOCELAINE COSTA RAMIRES OLIVEIRA  
Juíza de Direito

ANA CLÁUDIA M. COSTA MORAES  
Promotora de Justiça

THENISSON SANTANA DÓRIA 1512/SE  
Advogado do Autor

Josa Barros Lima

**Santana Dória**

ADVOCADOS ASSOCIADOS

128  
2

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 6.ª VARA  
PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE ARACAJU/SE.**

**Processo n.º 200930600618**

**ADRIANO DOS SANTOS**, já qualificado nos autos da Ação de Retificação de Registro Civil, processo em epígrafe, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por conduto de seu procurador abaixo firmado, no prazo ofertado em audiência, ofertar o endereço da instituição de saúde onde o Requerente está a se submeter a tratamento psicológico, psiquiátrico e cirúrgico antecipatórios da cirurgia de mudança de sexo, a saber:

**Hospital Pedro Ernesto - Setor de Urologia Reconstructora**

**Responsável - Dr. Elpísio Alexsandro**

**Boulevard 28 de setembro, 77 - Vila Isabel**

**Rio de Janeiro/RJ - CEP.: 20.551-030**

**Telefone (21) 2587-6164 (21) 2587-6222**

**e-mail: uroalex@bol.com.br**

Matriz:  
Rua Dr. Leonardo Leite 368, São José  
Aracaju/SE 49015-000 (antiga Rua Vila Cristina)  
Fone (79) 3214-5015

Filial:  
Av. Prefeito Nelson Melo 950, Centro  
Propriá/SE 49900-000 Fone (79) 3322-2666

[www.santanadoria.com.br](http://www.santanadoria.com.br)



**Santana Dória**

ADVOGADOS ASSOCIADOS

2 128

Assim, cumprida a medida que lhe fora imposta, o **Requerente renova o pedido de expedição de ofício a respectiva unidade de tratamento, a fim de que seja requisitado relatório médico do quadro psicológico, psiquiátrico e cirúrgico, detalhado e atualizado**, do Requerente com o intuito de balizar a decisão de Vossa Excelência.

Termos pelos quais,  
Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, quarta-feira, 03 de novembro de 2010.



**Thenisson Santana Dória**  
**OAB/SE n.º 1.512**

Matriz:  
Rua Dr. Leonardo Leite 368, São José  
Aracaju/SE 49015-000 (antiga Rua Vila Cristina)  
Fone (79) 3214-5015

Filial:  
Av. Prefeito Nelson Melo 950, Centro  
Propriá/SE 49900-000 Fone (79) 3322-2666

[www.santanadoria.com.br](http://www.santanadoria.com.br)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Juízo de Direito 6ª Vara Privativa  
Av. Serafim Bomfim, 440, (PRÉDIO DO SESI)  
Bairro - Santos Dumont Cidade - Aracaju



201030607220

OFÍCIO Nº: 1598/10

Aracaju, 16 de novembro de 2010

PROCESSO.....: 200930600618  
NATUREZA.....: Retificação  
REQUERENTE...: ADRIANO DOS SANTOS  
REQUERIDO....:


Prezado(a) Senhor(a),

Através do presente, ( ) DETERMINO ou ( ) SOLICITO que seja cumprida a finalidade abaixo transcrita:

**Finalidade:** Solicitar a Vossa Senhoria o encaminhamento a este Juízo, COM URGÊNCIA, DE LAUDO DETALHADO DA EVOLUÇÃO PSICOLÓGICA, PSIQUIÁTRICA, CIRÚRGICA, desde quando o Sr. ADRIANO DOS SANTOS, portador de R.G. 3.114.395-4 SSP/SE, nascido em 28/08/1986, filho de Adelson dos Santos e de Maria José dos Santos, PASSOU A SE SUBMETER A ACOMPANHAMENTO ANTECIPATÓRIO DA CIRURGIA DE MUDANÇA DE SEXO. Agradecendo a Vossa Senhoria antecipadamente a colaboração para o atendimento do presente.

Na resposta ao presente, favor mencionar o número deste processo.

Atenciosamente,



Jocelaine Costa Ramires de Oliveira  
Juiz (a) de Direito

MD03001

Ilmo. Sr(a)

Nome : HOSPITAL PEDRO ERNESTO-SETOR DE UROLOGIA RECONSTRUTORA  
Residência : BOULEVARD 28 DE SETEMBRO 77 RESPONSÁVEL DR. ELÍSIO ALEXSANDRO  
Bairro : VILA ISABEL C.E.P.: 20511-010  
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Juízo de Direito 6ª Vara Privativa  
Av. Serafim Bomfim, 440, (PRÉDIO DO SESI)  
Bairro - Santos Dumont Cidade - Aracaju



201030607222

OFÍCIO Nº: 1600/10

Aracaju, 16 de novembro de 2010

PROCESSO.....: 200930600618

NATUREZA.....: Retificação

REQUERENTE...: ADRIANO DOS SANTOS

REQUERIDO....:

Prezado(a) Senhor(a),

Através do presente, ( ) DETERMINO ou ( ) SOLICITO que seja cumprida a finalidade abaixo transcrita:

**Finalidade:** Solicitar a Vossa Senhoria o encaminhamento a este Juízo, COM URGÊNCIA, DE RELATÓRIO PSICOLÓGICO do Sr. ADRIANO DOS SANTOS, portador de R.G. 3.114.395-4 SSP/SE, nascido em 28/08/1986, filho de Adelson dos Santos e de Maria José dos Santos, até o dia em que o mesmo se manteve sob a assistência deste Centro de Combate à Homofobia. Agradecendo a Vossa Senhoria antecipadamente a colaboração para o atendimento do presente.

Na resposta ao presente, favor mencionar o número deste processo.

Atenciosamente,

Jocelaine Costa Ramires de Oliveira  
Juiz(a) de Direito

MD03001

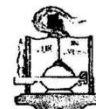
Ilmo. Sr(a)

Nome : CENTRO DE COMBATE À HOMOFOBIA  
Residência : RUA CAMPOS 82  
Bairro : SAO JOSE C.E.P.: 49015-220  
Cidade : ARACAJU - SE

Recebido em 28/01/11 JPS/CRM  
135  
25



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS**  
**HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO**  
**Serviço de UROLOGIA**



**LAUDO MÉDICO**

Referente ao processo 200930600618, do Tribunal e Justiça do Estado de Sergipe

Atesto para os devidos fins que Adriano dos Santos, que se apresenta como Adriana dos Santos, Registro Hospitalar no. 1705538, vem em acompanhamento no Serviço de Urologia deste Hospital desde 05 de maio de 2010, com diagnóstico de Transtorno de Identidade do Gênero (DSM-IV 302) e transtorno de identidade sexual (CID F64.0). Atualmente segue processo transexualizador demonstrando interesse em submeter-se à cirurgia de transgenitalização de masculino para feminino.

Paciente apresenta relatório de acompanhamento no Centro de Referência em Direitos Humanos Prevenção e Combate à Homofobia da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Governo de Sergipe, Aracaju, assinada por Cláudia Amélia Silveira Andrade, CRP 03/04646, no setor da psicologia desde 08 de maio de 2009.

Thiago Nobre de Souza  
Médico  
CRM - 5219719-5

**Thiago Nobre Soares de Souza**  
Médico Residente de Urologia do Hospital Universitário Pedro Ernesto sob supervisão do Prof. Eloísio Alexandro da Silva  
Rio de Janeiro, 24 de Janeiro de 2011.

**ATO ORDINATÓRIO**

Renove-se o ofício de fls. 130.

Aracaju, 8 de fevereiro de 2011.



**Escrivã/Técnica Judiciária**

133  
e

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Juízo de Direito 6ª Vara Privativa  
Av. Serafim Bomfim, 440, (PRÉDIO DO SESI)  
Bairro - Santos Dumont Cidade - Aracaju



201130600631

OFÍCIO Nº: 172/2011

Aracaju, 08 de fevereiro de 2011

PROCESSO.....: 200930600618

NATUREZA.....: Retificação

REQUERENTE...: ADRIANO DOS SANTOS

REQUERIDO....:

Prezado(a) Senhor(a),

Através do presente, ( ) DETERMINO ou ( ) SOLICITO que seja cumprida a finalidade abaixo transcrita:

**Finalidade:** Solicito a Vossa Senhoria o encaminhamento a este Juízo, COM URGÊNCIA, DE RELATÓRIO PSICOLÓGICO do Sr. ADRIANO DOS SANTOS, portador do RG nº 3.114.395-4 SSP/SE, nascido em 28/08/1986, filho de Adelson dos Santos e Maria José dos Santos, até o dia em que o mesmo se manteve sob a assistência deste Centro de Combate à Homofobia. Agradecendo a Vossa Senhoria antecipadamente a colaboração para o atendimento do presente.

Na resposta ao presente, favor mencionar o número deste processo.

Atenciosamente,

Jocelaine Costa Ramires de Oliveira  
Juiz (a) de Direito

MD03001

Ilmo. Sr(a)

Nome : CENTRO DE COMBATE À HOMOFOBIA  
Residência : RUA CAMPOS, 82  
Bairro : SAO JOSE C.E.P: 49015-000  
Cidade : ARACAJU - SE

134  
2**CONCLUSÃO**

Nesta data faço os autos conclusos a MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju/SE.

Aracaju, 02 de 03 de 2011.

Técnica Judiciária 

121

**Poder Judiciário do Estado de Sergipe**  
**Juízo de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária**  
**Comarca de Aracaju**

**Processo nº200930600679**

R. Hoje

Face à informação emanada do Hospital Universitário Pedro Ernesto no sentido de que o relatório de acompanhamento do requerente encontra-se no Centro de Referência de Direitos Humanos Prevenção e Combate à Homofobia, intime-se a parte autora, para, no prazo de 10 (dez) dias, informar o correto endereço daquela instituição, uma vez que o indicado em termo de audiência de fls. 123 não foi localizado pelo Correio.

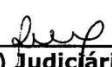
Com a resposta, oficie-se à Instituição mencionada com a finalidade de enviar a este Juízo relatório psicológico do requerente, no prazo de 05 (cinco) dias.

Após, ao Ministério Público.

Aracaju, 03 de março de 2011.

  
**Aidil Oliveira Teixeira**  
**Juíza de Direito**

A

|  |
|--|
| <b>DATA</b>  |
| <b>Recebi estes autos do (a) MM. Juiz (a) de Direito.</b>  |
| Aracaju, <u>03</u> de <u>03</u> de 2011.   |
| <br><b>Técnico (a) Judiciário (a)</b> |





**Santana Dória**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

138

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 6.<sup>a</sup> VARA  
PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE ARACAJU/SE.

Fórum Integrais 1 (22/09/2011 11:02:00) 00014735 (Aracaju)

Processo n.º 200930600618

ADRIANO DOS SANTOS, já qualificado nos autos da Ação de Retificação de Registro Civil, processo em epígrafe, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por conduto de seu procurador abaixo firmado, no prazo ofertado, dizer, inicialmente, que o endereço do Centro de Referência de Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia indicado na assentada de f. 123 está CORRETO. Porém, a instituição indicada, por se tratar de órgão público, funciona das 08h às 14h, impossibilitando a recepção da intimação postal caso a tentativa de entrega tenha ocorrido após o expediente.

Assim, em não havendo o que retificar, pede que Vossa Excelência observe a peculiaridade apontada e, entendendo pela impossibilidade de renovação da intimação postal, pleiteia se digne intimar o Centro de Combate à Homofobia por meio de oficial de Justiça, nos precisos termos do art. 239, do Código de Processo Civil.

Matriz:  
Rua Dr. Leonardo Leite 368, São José  
Aracaju/SE 49015-000 (antiga Rua Vila Cristina)  
Fone (79) 3214-5015

Filial:  
Av. Prefeito Nelson Melo 950, Centro  
Propriá/SE 49900-000 Fone (79) 3322-2666

[www.santanadoria.com.br](http://www.santanadoria.com.br)



**Santana Dória**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

2

139  
2

Termos pelos quais,  
Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, segunda-feira, 21 de março de 2011.

**Thenisson Santana Dória**  
OAB/SE n.º 1.512

Matriz:  
Rua Dr. Leonardo Leite 368, São José  
Aracaju/SE 49015-000 (antiga Rua Vila Cristina)  
Fone (79) 3214-5015

Filial:  
Av. Prefeito Nelson Melo 950, Centro  
Propriá/SE 49900-000 Fone (79) 3322-2666

[www.santanadoria.com.br](http://www.santanadoria.com.br)

140  
e**CONCLUSÃO**

Nesta data faço os autos conclusos a MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju/SE.

Aracaju, 23 de 03 de 2011.

Técnica Judiciária

141



PODER JUDICIÁRIO  
SEXTA VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE ARACAJU-SE  
Rua Serafim Bomfim, nº 440 - Santos Dumont.

**Processo nº 200930600618**


R. Hoje

Defiro o pleito de fls. 138 e 139.

Expeça-se ofício, que deve ser entregue via Oficial de Justiça, ao Centro de Referência de Direitos Humanos Prevenção e Combate à Homofobia, com a finalidade de que seja enviado a este Juízo relatório psicológico do requerente, no prazo de 05 (cinco) dias.

Aracaju/Se, 24 de março de 2011.

  
**AIDIL OLIVEIRA TEIXEIRA**  
Juíza de Direito

| DATA   |
|--|
| <b>Recebi estes autos da MM. Juíza de Direito.</b>   |
| Aracaju, <u>28</u> de <u>03</u> de 2011.   |
| <br><b>Técnico(a) Judiciário(a)</b> |



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Juízo de Direito 6ª Vara Privativa  
Av. Serafim Bomfim, 440, (PRÉDIO DO SESI)  
Bairro - Santos Dumont Cidade - Aracaju



201130601583

PROCESSO.....: 200930600618  
NATUREZA.....: Retificação  
REQUERENTE...: ADRIANO DOS SANTOS  
REQUERIDO....:

#### MANDADO DE INTIMAÇÃO

A Dra. Aldil Oliveira Teixeira, Juíza de Direito da(o) 6ª Vara Privativa da Comarca de Aracaju, Estado de Sergipe,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, INTIME a parte abaixo identificada, para cumprir o/a despacho/decisão/cota promotorial exarada nos autos, na forma da finalidade adiante.

Prazo: 05 DIAS

Finalidade: Solicito a V. Sa. que encaminhe para este juízo, no prazo de 05 dias, relatório psicológico de ADRIANO DOS SANTOS, RG nº 3.114.395-4 SSP/SE, nascido em 28.08.1986, filho de Adelson dos Santos e Maria José dos Santos, até o dia em que o mesmo se manteve sob a assistência desse centro.

Qualificação da parte a ser intimada:

Nome : CENTRO DE COMBATE À HOMOFOBIA  
Residência : RUA CAMPOS 82  
Bairro : SAO JOSE C.E.P: 49015-220  
Cidade : ARACAJU - SE

Aracaju, 01 de abril de 2011

Adriana Aparecida Vaz de Andrade  
Escrivão(ã)/ Chefe de Secretaria, de ordem

#### CERTIDÃO:

Certifico que cumpri o presente, conforme item ( ) abaixo.

- 1) - Intimada, ficou ciente, recebendo contrafé.
- 2) - Intimada, negou o ciente, aceitando a contrafé.
- 3) - Intimada, negou o ciente, não aceitando a contrafé.
- 4) - Intimada, a parte acima qualificada na pessoa de seu(a) representante legal, Sr(a) \_\_\_\_\_, função \_\_\_\_\_

5) - Não foi intimada. Motivo: \_\_\_\_\_

Dou fé. Em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Ciente \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Oficial de Justiça

\_\_\_\_\_  
Requerido(a)

MD01406



## Forums Integrados 1 (12/2002/2011 12:10 0006185)

## RELATÓRIO

Rua Campos, n.º 82 – Bairro São José, CEP 49.000-000 – Tele-Fax: (79) 3213-7941.  
E-mail: [centro.combateahomofobia@ssp.se.gov.br](mailto:centro.combateahomofobia@ssp.se.gov.br)





**GOVERNO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS PREVENÇÃO E COMBATE À**  
**HOMOFOBIA**

As técnicas usadas na terapia baseiam-se em recursos espontâneos e criativos como forma de suscitar conteúdos de maneira que seja menos angustiante para a paciente trazer dados importantes e significativos sem que estes mobilizem muita angústia ou sofrimento. Através destas foram trabalhadas a auto-imagem, auto-estima, auto-conceito e a valorização do corpo. Especialmente por encontrarmos nos relatos da usuária sinais de baixa auto-estima decorrente das diversas pressões e discriminações as quais tem sido vítima rotineiramente.

Concluimos que, entendendo saúde como o bem-estar físico, psíquico e social (Organização Mundial de Saúde), é necessário uma intervenção que possibilite a coerência entre a maneira como a paciente se enxerga, comporta-se e é tratada pelas pessoas de seu convívio social.

*Cláudia Amélia Silveira Andrade*  
**Cláudia Amélia Silveira Andrade**  
Psicóloga e Coordenadora do Centro de Referência  
Crp – 03/04646



/ 10

**TERMO DE VISTAS**

Nesta data faço vistas dos presentes autos ao

- ☐ Advogado da parte autora  
☐ Advogado da parte requerida  
☒ Ministério Público  
☐ Defensoria Pública  
☐ Perito(a)  
☐ Procurador do INSS

Aracaju, 15 / 04 /2011.

Técnico(a) Judiciário(a)

**DATA**

Nesta data retornaram os presentes autos, a esta secretaria vidos do(a)

- ☐ Advogado da parte autora  
☐ Advogado da parte requerida  
☒ Ministério Público  
☐ Defensoria Pública  
☐ Perito(a)  
☐ Procurador do INSS

- ☒ Com manifestação  
☐ Sem manifestação

Aracaju, 19 / 04 /2011.

Técnico(a) Judiciário(a)





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

**PROCESSO Nº.: 618/2009**  
**RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL**  
**REQUERENTE: ADRIANO DOS SANTOS**

*MM. Juíza,*

O Ministério Público do Estado de Sergipe, através de sua representante legal, manifesta-se pela intimação da parte autora para se manifestar sobre os documentos de fls. 143/144, assim como para informar sobre a realização da cirurgia.

Aracaju, 19 de abril de 2011.

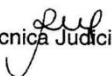
*Amoraes*

**Ana Cláudia Machado Costa Moraes**  
**Promotora de Justiça**

147  
2**CONCLUSÃO**

Nesta data faço os autos conclusos a MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju/SE.

Aracaju, 19 de 04 de 2011.

  
Técnica Judiciária

148



PODER JUDICIÁRIO  
SEXTA VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE ARACAJU-SE  
Rua Serafim Bomfim, nº 440 - Santos Dumont.

Processo 200930600618

R. Hoje

Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, manifestar-se sobre os documentos de fls. 143 e 144, bem como para informar sobre a realização da cirurgia.

Aracaju/Se, 20 de abril de 2011.

**ÉRICA MAGRI MILANI**  
Juíza de Direito

| DATA  |
|---|
| Recebi estes autos da MM. Juíza de Direito.<br>Aracaju, 25 de 04 de 2011. |
|   |
| Técnico(a) Judiciário(a)  |

## TERMO DE VISTAS

Nesta data faço vistas dos presentes autos ao

- ☒ Advogado da parte autora
- ☐ Advogado da parte requerida
- ☐ Ministério Público
- ☐ Defensoria Pública
- ☐ Perito(a)
- ☐ Procurador do INSS

Aracaju, 27 / 04 / 2011.

Técnico(a) Judiciário(a)

## DATA

Nesta data retornaram os presentes autos, a esta secretaria  
vindos do(a)

- ☒ Advogado da parte autora
- ☐ Advogado da parte requerida
- ☐ Ministério Público
- ☐ Defensoria Pública
- ☐ Perito(a)
- ☐ Procurador do INSS

- ☒ Com manifestação
- ☐ Sem manifestação

Aracaju, 06 / 05 / 2011.

Técnico(a) Judiciário(a)

**SantanaDória**  
Advogados Associados

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 6.ª VARA  
PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE ARACAJU/SE.

Processo n.º 200930600618

ADRIANO DOS SANTOS (ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS), já qualificada nos autos da Ação de Retificação de Registro Civil, processo em epígrafe, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por conduto de seu procurador abaixo firmado, no prazo ofertado às f. 148, manifestar-se acerca do relatório emanado do Centro de Referência em Direitos Humanos, Prevenção e Combate à Homofobia, encartado às f. 143/144, nos seguintes termos:

O documento em apreço transmite informações sobre o andamento do processo terapêutico da paciente Adriana Lohanna dos Santos, como socialmente é conhecida a parte autora, iniciado aos 08 de maio de 2009 a abril de 2010, tendo se submetido a 40 sessões terapêuticas.

Conclui o relatório que a saúde está intimamente ligada ao o bem-estar físico, psíquico e social, opinando pela necessidade de uma intervenção que possibilite a coerência entre a maneira como a paciente se enxerga, comporta-se e é tratada pelas pessoas de seu convívio social.

Portanto, a procedência do pedido formulado na vestibular, independentemente da realização de cirurgia, só irá possibilitar à Requerente ser reconhecida juridicamente do mesmo modo como se sente e socialmente é tratada o que, sobremaneira, irá reforçar sua (dela) autoestima.

Rua Dr. Leonardo Leite n.º 368, Bairro São José, Fone/Fax.: (079) 3214-5015  
Aracaju – Sergipe / CEP.: 49.015-000  
www.santanadoria.com.br

**SantanaDória**  
**Advogados Associados**

151  
e

2

Há de ser observado que a paciente encerrou o acompanhamento psicológico realizado pelo Centro de Referência em Direitos Humanos, Prevenção e Combate à Homofobia no mês de abril/2010, tendo em vista que a partir de maio/2010 se inscreveu no programa de cirurgia de transgenitalismo do Hospital Pedro Ernesto da EERJ, estando submetida, desde então, a acompanhamento psicológico, psiquiátrico, urológico e endocrinológico, devendo ser submetida à cirurgia supra a partir de julho de 2012, tudo como se infere dos atestados médico e psicológico, datados de 05.04.2011, ora encartados.

Ainda, requer a juntada do Certificado de Extensão com apresentação do trabalho intitulado "Conferência Nacional de Educação: A reviravolta do sistema educacional racista, misógino e homofóbico?", onde a instituição de ensino certificadora – UNIT – o emitiu em favor da autora sob o nome social, o que demonstra a necessidade de o mesmo tratamento ser estendido aos demais atos da vida civil; o que será possível após o deferimento do pedido lançado na exordial.

Assim, feitas as considerações acerca do relatório psicológico confeccionado pelo Centro de Referência em Direitos Humanos, Prevenção e Combate à Homofobia, requer se digne Vossa Excelência mandar acostar aos autos os atestados médico e psicológico e o certificado de extensão de curso, anexos.

Termos pelos quais,  
Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, quinta-feira, 05 de maio de 2011.



**Thenisson Santana Dória**  
**OAB/SE n.º 1.512**



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO  
UNIDADE DOCENTE-ASSISTENCIAL DE PSIQUIATRIA

**ATESTADO MÉDICO**

Atesto, a pedido da própria, que Adriano dos Santos (Adriana Lohanna) está inscrita no programa de cirurgia de transgenitalismo do Hospital Pedro Ernesto da UERJ, fazendo acompanhamento psicológico, psiquiátrico, urológico e endocrinológico, devendo ser submetida à cirurgia a partir de julho de 2012.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2011.

Prof. Miguel Chalub  
Perito Psiquiatra

MIGUEL CHALUB  
Professor Associado  
UERJ - Matrícula 1593-3  
CREMER 52-10016-7



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO

RECEITUÁRIO

NOME Adriano de Santo REG. 1705538  
SERVIÇO Psicologia SALA 07  
RECEITA Nº

Declaro para o devido, fins  
que Adriano de Santo (Johi-  
anna Johanna de Santo) está  
sendo acompanhada pela psico-  
logia com fins de constatações  
de diagnóstico de F.64.0. Transtorno  
limbo para futura cirurgia  
de transsexualização.  
Sem mais

DATA 05,04,2011

0003-0143

MÉDICO

Regina Maria Vieira  
Psicóloga  
CRP 05/15567



# CERTIFICADO DE EXTENSÃO



Sergipe

Certificamos que Adriana Lohanna dos Santos participou do(a)

9ª Semana do Assistente Social e 4º Encontro de Egressos da UNIT

(Apresentação de Trabalho), realizado no período de

12 a 15 de Maio de 2010, promovido pelo(a) Coordenação do Curso de

Serviço Social

[Assinatura]  
Pró-Reitor Acadêmico

[Assinatura]  
Coordenador  
do Evento

[Assinatura]  
Pró-Reitor Adjunto de  
Assuntos Comunitários e Extensão

| CONTEÚDO PROGRAMÁTICO   | PROFESSOR ORIENTADOR       | CARGA HORÁRIA |
|---|----------------------------|---------------|
| <b>APRESENTAÇÃO DE TRABALHO ORAL</b><br>Tema: Conferência Nacional de Educação: A reviravolta do sistema, educacional racista, misógino e homofóbico? | Adriana Lohanna dos Santos |               |
| Pró-Reitoria Acadêmica - PROAC   Pró-Reitoria Adjunta de Assuntos Comunitários e Extensão - PAACE   |                            |               |
|   |                            | 062765        |

156  
2**CONCLUSÃO**

Nesta data faço os autos conclusos a MM. Juíza de  
Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da  
Comarca de Aracaju/SE.

Aracaju, 09 de 05 de 2011.

  
Técnica Judiciária

157

x



**PODER JUDICIÁRIO**  
**SEXTA VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE ARACAJU-SE**  
**Rua Serafim Bomfim, nº 440 - Santos Dumont.**


**Processo nº** 100930600618

R. Hoje.

Vista ao Ministério Público.

Aracaju/Se, 12 de maio de 2011.

  
**AÍDL OLIVEIRA TEIXEIRA**  
**Juíza de Direito**

| DATA   |
|--|
| Recebi estes autos da MM. Juíza de Direito.<br>Aracaju, <u>16</u> de <u>05</u> de 2011.                                |
| <br><b>Técnico(a) Judiciário(a)</b> |

158

f

**TERMO DE VISTAS**

Nesta data faço vistas dos presentes autos ao

- ( ) Advogado da parte autora
- ( ) Advogado da parte requerida
- (x) Ministério Público
- ( ) Defensoria Pública
- ( ) Perito(a)
- ( ) Procurador do INSS

Aracaju, 17 / 05 / 2011.

Técnico(a) Judiciário(a)

**DATA**

Nesta data retornaram os presentes autos, a esta secretaria

vindos do(a)

- ( ) Advogado da parte autora
- ( ) Advogado da parte requerida
- ( ) Ministério Público
- ( ) Defensoria Pública
- ( ) Perito(a)
- ( ) Procurador do INSS

- ( ) Com manifestação
- ( ) Sem manifestação

Aracaju, / / 2011.

Técnico(a) Judiciário(a)

[PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO]



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

PROCESSO Nº: 200910600618  
AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL.  
REQUERENTE: ADRIANO DOS SANTOS

*PARECER*

Versam os presentes autos sobre **AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL COM ALTERAÇÃO DE SEXO E PRENOME** ajuizada por ADRIANO DOS SANTOS, devidamente qualificado na exordial pelas razões fáticas e de direito a seguir delineadas:

Narra a exordial que o Requerente, nasceu em 28 de agosto do ano de 1986, na Cidade de Propriá/Sergipe, tendo sido registrado como do sexo masculino, vez que possuía todas as características biológicas.

No entanto, aduz ser transexual, na medida em que, mesmo possuindo características biológicas e nome masculinos, identifica-se, desde a adolescência, psicológica e estruturalmente, com sendo do sexo feminino, sendo reconhecido no ambiente social em que vive como ADRIANA LOHANA.

Afirma ainda que, o transexualismo, atualmente, já é classificado pela Organização Mundial de Saúde como uma doença correspondente ao CID-10 F64.

160  
2.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Às fls. 22/37, a Requerente peticionou acostando diversos documentos, dentre os quais cópia da solicitação para intervenção cirúrgica de transgenitalização (fl. 27).

Em seguida, às fls. 43/46, foi juntado laudo psicossocial, concluindo não haver dúvidas quanto a transexualidade da Requerente.

Na audiência realizada no dia 03 de novembro de 2009, constatou-se que a parte autora reside no Município de Aquidabã, sendo os autos remetidos àquele Juízo que, por sua vez, também se julgou incompetente, conforme decisão constante à fl. 51.

Diante do conflito de competência instaurado, os autos foram remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Sergipe que, julgando o conflito procedente, declarou competente a 6ª Vara Privativa da Comarca de Aracaju para julgar o presente feito, conforme consta no acórdão de fls. 78/86.

Assim, foi designada audiência de instrução e julgamento, sendo tomado o depoimento da parte autora e a oitiva de duas testemunhas que confirmaram, em suma, ser o Sr. Adriano dos Santos reconhecido como mulher pela sociedade.

Às fls. 131, foi juntado laudo médico da Universidade do Estado do Rio de Janeiro atestando que Adriano dos Santos está em acompanhamento pelo Serviço de Urologia em razão de ser portador de Transtorno de Identidade do Gênero (DSM-IV 302) e Transtorno de Identidade Sexual (CID F64.0), tendo interesse em submeter-se a cirurgia de transgenitalização.

Em seguida, às fls. 143/144, foi acostado relatório da avaliação psicológica da parte autora realizado pelo Centro de Referência em Direitos Humanos Prevenção e Combate à Homofobia do Estado de Sergipe, o qual, expressamente, concluiu ser necessária “uma intervenção que possibilite a coerência entre a maneira como a paciente se enxerga, comporta-se e é tratada pelas pessoas do seu convívio social.”

Ren

361  
2

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Por fim, o Requerente peticionou informando que se encontra em acompanhamento psicológico, psiquiátrico, urológico e endocrinológico para realização da cirurgia de transgenitalização que deverá ocorrer a partir do mês de julho de 2012, conforme se observa na petição de fls. 150/151 e nos documentos de fls. 152/153.

É o relatório.

Na exordial, o Requerente alega que o nome masculino ADRIANO não retrata a sua identidade social que é feminina, tendo sido juntado diversos documentos que comprovam a utilização do nome social de Adriana Lohana, como por exemplo certificado de participação em congresso (fl. 154/155), provas aplicadas aos seus alunos (fls. 29/34) e nota fiscal (fl. 35).

Nesse sentido, afirma ainda que sua aparência é de mulher e que todas as pessoas de seu convívio lhe tratam como tal, sendo um grande constrangimento toda vez que tem que se identificar pelo seu nome registral. Tais afirmações foram corroboradas pelas testemunhas, **JOSÉ ALDEMIR DA SILVA** e **JOSA BARROS LIMA**, ouvidas na instrução processual quando declararam, respectivamente:

“que conhece Adriana há 04 anos da cidade de Aquidabã onde moram e todos os dias viajam juntos para a cidade de Propriá em virtude de cursos que ambos fazem na cidade; que na verdade conheceu Adriana no transporte para a cidade de Propriá e sempre a vê em festa na cidade e sempre se apresentando da mesma forma; que Adriana ensina em rede pública de ensino; que na comunidade a requerente é conhecida como “Lohana Fashion”; que acredita que o apelido é devido o próprio nome que a requerente adota; que a requerente se relaciona com homens amorosamente, que não sabe informar se atualmente a requerente tem algum companheiro. Dada a palavra ao advogado da autora, as perguntas respondeu: que até onde sabe a requerente não tem nenhum conflito com a família. Dada a palavra a representante do Ministério Público, as perguntas feitas respondeu: que ouviu falar por comentários locais que o requerente sempre teve comportamento feminino, inclusive



163  
2

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

desde a infância; que sempre viu a requerente com aspecto feminino; que o requerente sempre fala que deseja ser mulher e o depoente já viu falar de estar sendo preparado uma cirurgia para mudança de sexo, inclusive a notícia saiu em jornal escrito na cidade de Aracaju”

“que conhece Adriana há uns 12 anos quando passou a viver em Aquidabã, tendo de início apenas contato mais profissional porque de vez em quando consertava o computador do requerente, depois passou a ter conhecimento mais próximo quando começou a frequentar a mesma faculdade; que desde esse primeiro contato o depoente já visualizou o requerente do mesmo modo em que se apresenta hoje, sempre o conhecendo com aspecto feminino; na época conhecia com o nome “Fashion” e posteriormente ao ingressar na faculdade foi que o requerente informou se chamar “Lohana Fashion”; que a sociedade aceita plenamente o requerente como mulher não havendo qualquer tipo de discriminação a respeito e inclusive a própria família do depoente nem sabe que o sexo do requerente é masculino; que soube que o requerente trabalhava ensinando; que na faculdade todos também a vêem como mulher; que. Dada a palavra ao advogado do autor, as perguntas feitas respondeu: que quando conheceu o requerente ele era adolescente; que já ouviu falar pelo própria requerente que esta pretende realizar uma cirurgia de mudança de sexo porque se sente mulher e quer realizar o seu desejo; que a família do requerente não possui qualquer rejeição a este inclusive a genitora o apoia em todos os sentidos; que nunca ouviu falar de qualquer incidente de ter a mãe do requerente queimado suas coisas; que todos só relacionamentos amorosos da requerente era sempre com homens; que a requerente nunca expressou qualquer conflito quanto a sua sexualidade.”

A parte Autora juntou laudo médico atestando ser portador de Transtorno de Identidade do Gênero (DSM-IV 302) e de Transtorno de Identidade Sexual (CID F64.0), sendo este caracterizado como:

“um desejo imenso de viver e ser aceito como membro do sexo oposto, usualmente acompanhado por uma sensação de desconforto ou impropriedade de seu próprio sexo anatômico e o

RM

163



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

desejo de se submeter a tratamento hormonal e cirurgia, para seu corpo ficar tão congruente quanto possível com o sexo preferido.”

Diante das alegações suscitadas e dos pedidos constantes na peça inicial, pode-se perceber que a questão cinge-se a dois pontos distintos: a retificação do registro civil quanto ao prenome e a retificação quanto ao sexo, devendo tais questões serem analisadas separadamente, haja vista não existir relação de dependência entre elas, já que não há impedimento para procedência de um e improcedência de outro.

A dinâmica dos tempos hodiernos reserva-nos diversas situações ainda não previstas no sistema jurídico, dada a velocidade da evolução da sociedade, não acompanhada pelos legisladores em suas prognoses.

Atualmente, o sexo não é visto apenas na sua aceção morfológica, posto que :

“a medicina admite ser o sexo uma conjugação de elementos que deve manter harmonia entre si, sendo eles o elemento biológico, o elemento psicológico e o elemento comportamental do indivíduo. Logo, para o diagnóstico completo e exato da sensualidade, importante atentar ao seu aspecto plurivetorial: o sexo biológico – formado pelo sexo morfológico, sexo genético e sexo endócrino -, o sexo psíquico e o sexo civil”<sup>1</sup> (colocar rodapé pag. 232;233)

Desta feita, a identidade sexual não deve se limitar única e exclusivamente a aquela estabelecida no nascimento pela aparência externa, posto que “o sexo civil ou jurídico deve espelhar e coincidir com o sexo vivido socialmente pela pessoal.”<sup>2</sup>

1 DIAS, Maria Berenice. União Homoafetiva: o preconceito & a justiça. 4 ed. - São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009, p. 232 e 233.

2 Idem, p. 232.

REM

164  
2

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Logo, há algum tempo era inimaginável, tanto fisicamente, quanto socialmente, a radical mudança de sexo através de cirurgia. Mas, devido a evolução da medicina nesta seara, tal procedimento é plenamente possível.

Assim, sob o aspecto filosófico-constitucional a análise da adequação da sexualidade passa, necessariamente, pelo princípio da dignidade da pessoa humana, o qual informa, nas palavras de KANT<sup>3</sup>, que *"o homem, e, duma maneira geral, todo o ser racional, existe como fim em si mesmo, não só como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade"*.

Nesse sentido, a tradição sociocrático-cristã, que sempre se sustentou na depreciação da vida e desprezo ao corpo, deve ser superada, para que possam ser erigidos, nos dizeres de NIETZSCHE<sup>4</sup>, *"valores voltados para o florescimento e intensificação da vida humana"*.

Por isso, exige-se do jurista contemporâneo, em relação a sexualidade, soluções que respeitem a dignidade da pessoa humana, superando-se uma visão embaçada pelo preconceito.

Sob o aspecto sócio-psicológico, o transexual deseja uma mudança para que possa haver uma adaptação entre o seu sexo biológico e o psico-social. Trata-se de uma busca que

*"em razão desse sentimento de inadequação vive na infelicidade, pois não se aceita como pessoa do sexo em que nasceu e a sociedade que não o aceita por apresentar uma identidade sexual e características distintas de seu sexo biológico"*<sup>5</sup>.

Assim, para que tal descompasso se ajuste, o transexual tem direito a submeter-se a cirurgia de readequação sexual, independentemente de autorização judicial. O Conselho Federal de Medicina, inclusive, editou a

3 KANT, I., Immanuel - Fundamentação da Metafísica dos Costumes, p. 68.

4 NIETZSCHE, Friedrich. A TRANSVALORAÇÃO DOS VALORES.

5 GRUNEICH, Danielle Fermiano dos Santos. Direitos sociais, transexualidade e princípio da dignidade da pessoa humana: uma análise interdisciplinar in <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=166>.

16<sup>c</sup>  
e

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

resolução de n. 1.652/02 que autoriza a realização de cirurgias de mudanças de sexo, em caso de transexualismo comprovado.

A jurisprudência que outrora já se encontrou dividida, havendo entendimento no sentido da impossibilidade de retificação do registro por motivo de erro essencial em relação ao transexual, hoje encontra-se pacificada. Prevalece o entendimento no sentido de que se permita a redesignação do estado sexual e do nome, sem qualquer referência ao status anterior da pessoa. O Superior Tribunal de Justiça atualmente pronunciou-se nesse sentido:

“A Turma entendeu que, no caso, o transexual operado, conforme laudo médico anexado aos autos, convicto de pertencer ao sexo feminino, portando-se e vestindo-se como tal, fica exposto a situações vexatórias ao ser chamado em público pelo nome masculino, visto que a intervenção cirúrgica, por si só, não é capaz de evitar constrangimentos. Assim, acentuou que a interpretação conjugada dos arts. 55 e 58 da Lei de Registros Públicos confere amparo legal para que o recorrente obtenha autorização judicial a fim de alterar seu prenome, substituindo-o pelo apelido público e notório pelo qual é conhecido no meio em que vive, ou seja, o pretendido nome feminino. Ressaltou-se que não entender juridicamente possível o pedido formulado na exordial, como fez o Tribunal a quo, significa postergar o exercício do direito à identidade pessoal e subtrair do indivíduo a prerrogativa de adequar o registro do sexo à sua nova condição física, impedindo, assim, a sua integração na sociedade. Afirmou-se que se deter o julgador a uma codificação generalista, padronizada, implica retirar-lhe a possibilidade de dirimir a controvérsia de forma satisfatória e justa, condicionando-a a uma atuação judicante que não se apresenta como correta para promover a solução do caso concreto, quando indubitável que, mesmo inexistente um expresse preceito legal sobre ele, há que suprir as lacunas por meio dos processos de integração normativa, pois, atuando o juiz supplendi causa, deve adotar a decisão que melhor se coadune com valores maiores do ordenamento jurídico, tais como a dignidade das pessoas”. REsp 737.993-MG, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 10/11/2009.

*sem*

166  
2

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Como se pode perceber o fundamento autorizador da mudança de sexo, alteração do nome e do registro civil é de ordem constitucional, pois, através da tutela jurisdicional e da intervenção cirúrgica, busca-se assegurar ao transexual a preservação de sua dignidade, adequando a vida do indivíduo, na medida do possível, a sua condição de ser e sentir.

Todavia, o caso em apreço apresenta uma peculiaridade relevante, qual seja, o Requerente ainda não ter se submetido a cirurgia de transgenitalização, fato este que não apresenta um empecilho para alteração do nome registral, conforme se observa nos julgados abaixo transcritos:

**Ementa:** APELAÇÃO. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALISMO. TRAVESTISMO. ALTERAÇÃO DE PRENOME INDEPENDENTEMENTE DA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO. DIREITO À IDENTIDADE PESSOAL E À DIGNIDADE. A demonstração de que as características físicas e psíquicas do indivíduo, que se apresenta como mulher, não estão em conformidade com as características que o seu nome masculino representa coletiva e individualmente são suficientes para determinar a sua alteração. A distinção entre transexualidade e travestismo não é requisito para a efetivação do direito à dignidade. Tais fatos autorizam, mesmo sem a realização da cirurgia de transgenitalização, a retificação do nome da requerente para conformá-lo com a sua identidade social. DERAM PROVIMENTO. (Apelação Cível Nº 70030504070, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 29/10/2009)

**Ementa:** APELAÇÃO CÍVEL. ALTERAÇÃO DO NOME E AVERBAÇÃO NO REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALIDADE. CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO. O fato de o apelante ainda não ter se submetido à cirurgia para a alteração de sexo não pode constituir óbice ao deferimento do pedido de alteração do nome. Enquanto fator determinante da identificação e da vinculação de alguém a um determinado grupo familiar, o nome assume fundamental importância individual e social. Paralelamente a essa

plm



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

conotação pública, não se pode olvidar que o nome encerra fatores outros, de ordem eminentemente pessoal, na qualidade de direito personalíssimo que constitui atributo da personalidade. Os direitos fundamentais visam à concretização do princípio da dignidade da pessoa humana, o qual, atua como uma qualidade inerente, indissociável, de todo e qualquer ser humano, relacionando-se intrinsecamente com a autonomia, razão e autodeterminação de cada indivíduo. Fechar os olhos a esta realidade, que é reconhecida pela própria medicina, implicaria infração ao princípio da dignidade da pessoa humana, norma esculpida no inciso III do art. 1º da Constituição Federal, que deve prevalecer à regra da imutabilidade do prenome. Por maioria, proveram em parte. (SEGredo DE JUSTIÇA) (Apelação Cível Nº 70013909874, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Maria Berenice Dias, Julgado em 05/04/2006)

Vale destacar que, a retificação do registro de nascimento do indivíduo tem como base legal o artigo 55 da Lei de Registros Públicos, o qual prescreve ser vedado o emprego de prenome que exponha seu portador ao ridículo.

No caso em apreço, particularmente, pode-se constatar que o nome constante no registro civil da parte autora não corresponde a sua aparência física, o que lhe causa constrangimento e consequente aviltamento de sua dignidade, além de um sentimento de total inadaptação.

Nesse sentido, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

“Nesse contexto, tendo em vista os direitos e garantias fundamentais expressos da Constituição de 1988, especialmente os princípios da personalidade e da dignidade da pessoa humana, e levando-se em consideração o disposto nos arts. 4º e 5º da Lei de Introdução ao Código Civil, decidiu-se autorizar a mudança de sexo de masculino para feminino, que consta do registro de nascimento, adequando-se documentos, logo facilitando a inserção social e profissional”. REsp 737.993-MG, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 10/11/2009.

*delm*

167  
2

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Logo, após análise dos autos, observa-se que restou comprovado que o Sr. Adriano dos Santos, ora Requerente, sofre de Transtorno de Identidade de Gênero (DSM-IV 302) e Transtorno de Identidade Sexual (CID F64.0), como também que é reconhecido pela sociedade sergipana como Adriana Lohanna, havendo, pois, uma discrepância entre seu nome registral masculino e o seu nome social feminino, sendo este a forma como se vê e se apresenta para a sociedade.

Diante do exposto, este Órgão Ministerial manifesta-se favoravelmente a retificação do registro civil do Requerente no tocante ao nome, passando a constar **ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS**. Ressalta que tal modificação deve ser feita apenas no livro de registros, não podendo conter nas certidões do registro público competente referência de que a aludida alteração se oriunda de decisão judicial para que se evite situações constrangedoras e discriminatórias.

Outrossim, manifesta-se, no momento, desfavoravelmente a alteração do registro civil quanto ao gênero, devendo permanecer o sexo masculino, o qual poderá ser alterado posteriormente após a conclusão do processo de transgenitalização já iniciado pelo Requerente.

É o parecer.

Aracaju(SE), 15 de junho de 2011.

**Ana Cláudia Machado Costa Moraes**  
**Promotora de Justiça**

168  
2**CONCLUSÃO**

Nesta data faço os autos conclusos a MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju/SE.

Aracaju, 6 de 08 de 2011.

  
Técnica Judiciária



169



**PODER JUDICIÁRIO**  
SEXTA VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE ARACAJU-SE  
Rua Serafim Romfim, nº 440 - Santos Dumont.

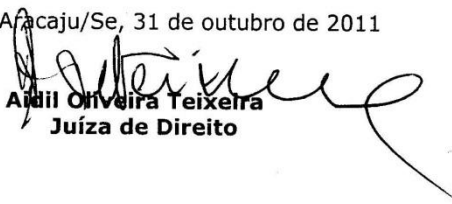
**Processo nº 200930600618**


R. Hoje

Havendo a necessidade de comprovação da mudança de sexo para alteração do Registro Civil, aguarde-se a realização da cirurgia de transgenitalização e Relatório Médico, comprovando-a.

Estando nos autos, as informações, intime-se o Ministério Público.

Aracaju/Se, 31 de outubro de 2011

  
**André Oliveira Teixeira**  
**Juíza de Direito**

| DATA   |
|--|
| Recebi estes autos da MM. Juíza de Direito.<br>Aracaju, <u>31</u> de <u>11</u> de 2011.                                |
| <br><b>Técnico(a) Judiciário(a)</b> |



**Santana Dória**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

110  
2

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 6ª VARA PRIVATIVA DE  
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA COMARCA DE ARACAJU, ESTADO DE SERGIPE.

PROC. Nº 200930600618


Formas Interiores : 15/10/2011 10:00:00 0000123 7424

ADRIANO DOS SANTOS, já qualificado, por seu advogado ao final assinado, nos autos da AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL, vem, perante Vossa Excelência, com fulcro no art. 526, informar o que segue:

O Requerente, inconformado com o despacho proferido às f. 169, interpôs Agravo de Instrumento, conforme documentos em anexo, constando cópia integral dos autos do processo supra. Neste desiderato vem, por meio desta, informar a este Douto juízo, tal interposição, para que, se assim entender, possa se retratar quanto ao despacho proferido.

Termos pelos quais,  
Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, 16 de novembro de 2011.

  
THENISSON SANTANA DÓRIA  
OAB/SE 1.512

Matriz:  
Rua Dr. Leonardo Leite 368, São José  
Aracaju/SE 49015-000 (antiga Rua Vila Cristina)  
Fone (79) 3214-5015

Filial:  
Av. Prefeito Nelson Melo 950, Centro  
Propriá/SE 49900-000 Fone (79) 3322-2666

[www.santanadoria.com.br](http://www.santanadoria.com.br)

135

COPIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE.



2011111403011

14.11.14  
 17 h 53 m 41 s

AUTOS ORIGINAIS: 200930600618  
 PROCEDÊNCIA: 6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA COMARCA DE ARACAJU – ESTADO DE SERGIPE  
 AGRAVANTE: ADRIANO DOS SANTOS  
 AGRAVADO: 6º JUÍZO PRIVATIVO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA COMARCA DE ARACAJU-ESTADO DE SERGIPE

ADRIANO DOS SANTOS, já qualificado, por seu advogado ao final assinado, nos autos da **AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO** não se conformando, *data maxima venia* com a decisão de f. 169 dos autos acima referidos, proferida pelo Juízo da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju/Estado de Sergipe, que suspendeu o andamento processual, condicionando o seu andamento à realização da cirurgia de transgenitalização e relatório médico, por entender que a alteração do Registro Civil fica condicionada à comprovação da mudança de sexo, como será transcrita adiante, vem perante este Egrégio Tribunal, interpor o presente AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO, com espeque no artigo 475-M, § 3º e 522 e seguintes do CPC, pelos substratos fáticos e de direito expostos nas razões em anexo.

17  
2

*Prima facie*, insta esclarecer que o Agravo apresentado nesta data é tempestivo, uma vez que a decisão de f. 169 foi disponibilizada no sítio do Tribunal de Justiça através do Diário de Justiça Eletrônico no dia 03.11.2011, chegando ao *dies ad quem* no dia em apreço, de propositura do presente remédio recursal.

Ainda, o Agravante encarta aos autos certidão de intimação do conteúdo da decisão de f. 139, deixando de acostar a guia de recolhimento da taxa de preparo, uma vez que lhe fora deferido os benefícios da gratuidade judiciária, conforme despacho exarado às f. 15, abaixo transcrito:

Processo nº 200930600618

Defiro os benefícios da gratuidade judiciária, ante as disposições do art. 5º, inciso LXXIV da CF/88 e Lei 1.060/50.

Vistas ao Ministério Público.

Aracaju, 06 de julho de 2009.

Heloisa de Oliveira Castro Alves

Juíza de Direito

Nome e endereço para intimações dos advogados do Agravante:

THENISSON SANTANA DÓRIA, inscrito na OAB/SE sob o nº 1.512, JÚLIO CARRERA CORREIA, inscrito na OAB/SE sob o nº 4.327, MÁRCIO SANTANA DÓRIA, inscrito na OAB/SE nº 1.947 e JULIANA BARBOSA FREIRE, inscrita na OAB/SE nº 4.528, todos advogados, com endereço profissional à Rua Dr. Leonardo Leite, 368 – Bairro São José, Aracaju/SE, ainda, atuando no feito o senhor Defensor Público, MIGUEL DOS SANTOS CERQUEIRA, inscrito na OAB/BA sob o nº 20.404.


Por fim, reitera a informação de estar o presente agravo instruído com o inteiro teor dos autos e certidão de publicação do despacho agravado, tendo-se devidamente atendido o disposto no art. 525, quanto à juntada dos documentos obrigatórios, requerendo

173  
2

o Agravante seja o mesmo recebido e, apreciadas as razões de fato e direito que seguem, no sentido de reformar-se a decisão fustigada, de acordo com o pedido formulado ao final, concedendo-se, de imediato, efeito suspensivo ativo ao recurso.

Termos pelos quais,  
Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, segunda-feira, 14 de novembro de 2011.



THENISSON SANTANA DÓRIA  
OAB/SE 1.512

JÚLIO CARRERA CORREIA  
OAB/SE 4.327

124

**RAZÕES DO AGRAVANTE**

**AUTOS ORIGINAIS: 200930600618**

**PROCEDÊNCIA: 6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA COMARCA DE ARACAJU – ESTADO DE SERGIPE**

**AGRAVANTE: ADRIANO DOS SANTOS**

**AGRAVADO: 6º Juízo Privativo de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju-Estado de Sergipe**

**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA/SE,**

**COLEDA CÂMARA CÍVEL,**

**ÍNCLITOS JULGADORES,**

O Agravante interpõe o presente agravo de instrumento para que seja revista a decisão que suspendeu o andamento do feito em epígrafe, condicionando o seu regular processamento e, por conseguinte, a alteração do Registro Civil, à comprovação de realização da cirurgia de transgenitalização e Relatório Médico, que comprovem a mudança de sexo, nos termos da decisão abaixo transcrita:

175  
2

Processo nº 200930600618

R. Hoje

Havendo a necessidade de comprovação da mudança de sexo para alteração do Registro Civil, aguarde-se a realização da cirurgia de transgenitalização e Relatório Médico, comprovando-a.

Estando nos autos, as informações, intime-se o Ministério Público.

Aracaju/Se, 31 de outubro de 2011.

Aidil Oliveira Teixeira

Juiza de Direito

#### BREVE SÍNTESE DOS FATOS

O Agravante promoveu a **AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL**, pugnando, em apertada síntese, que lhe fosse deferida a retificação do Registro Civil das Pessoas Naturais e Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato do Termo Sede da Comarca de Aquidabã/SE, a fim de fazer constar na certidão de nascimento do Requerendo como sendo o seu prenome **ADRIANA LOHANA** e o seu sexo (gênero) **FEMININO**. Considera-se transexual, não obstante as características biológicas e nome masculinos identifica-se, desde a adolescência, psicológica e corporalmente, como sendo do sexo feminino. É reconhecida socialmente pelo prenome acima referido, Adriana Lohana.

Acostou aos autos, junto a vestibular, Certidão de Nascimento e comprovantes de inscrição no Registro Geral e no Cadastro de Pessoas Físicas. Na primeira assentada, ocorrida aos 04 de setembro de 2009, f. 21, o eminente Juízo determinou a realização de estudo psicossocial, bem como concedeu o prazo de 20 dias para que a parte autora acostasse os documentos que entendesse como necessários ao deslinde do feito.

Desse modo, foram colacionados pelo Requerente, ora Agravante, às f. 22, os seguintes documentos:

176  
e

- a. Relatório de Avaliação Psicológica expedido pelo Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia (f. 24/26);
- b. Requerimento/solicitação de Intervenção Cirúrgica de Transgenitalização (f. 27);
- c. Relação de Avaliações e Atividades Acadêmicas aplicadas aos alunos do Agravante, com o uso do nome social - ADRIANA LOHANA (f. 29/34);
- d. Notas fiscais emitidas em favor do Agravante, contendo no nome social (f. 35);
- e. Correspondência endereçada ao Requerente, sob o nome social (f. 36v.).

O laudo psicossocial foi encartado aos autos às f. 43/46, merecendo destaque, salientando-se que o original não possui grifos, o subseqüente:

Parte da comunidade em que Adriana vive não aceita sua transexualidade, muitos ainda a reconhecem como Adriano. Entretanto, a Requerente adquiriu todos os aparatos femininos, inclusive os comportamentais, tendo por principais constrangimentos o nome constante em seus documento (sic) e seu órgão sexual, aos quais repele veementemente.

[...] É pertinente para a saúde biopsicossocial do Sr. Adriano que o mesmo possa modificar o registro civil.

Destarte, do ponto de vista psicossocial, não há dúvida em relação à forma como a Requerente se percebe, sua transexualidade é definida pelos trejeitos e hábitos femininos.

Propria, 30 de outubro de 2009.

CLAUDIA ALMEIDA OLIVEIRA  
ASSISTENTE SOCIAL  
CRESS 1151

CRISTIANE MARIA GUEDES FONTES  
PSICOLOGA  
CRP 03/05327

Na assentada do dia 03 de novembro de 2009, (f. 47), indago o Agravante acerca do atual domicílio, o Juízo, a fim de não firmar posicionamento acerca da matéria, de ofício, se considerou incompetente para prosseguir com a instrução, ao tempo em que remeteu o feito para a Comarca de Aquidabã, atual domicílio do Agravante. Após parecer do Ministério Público (f. 50), o Juízo da Comarca de Aquidabã suscitou o conflito negativo de competência, nos termos da decisão de f. 51/52. Prestada as informações pelo Juízo



177  
2

Suscitado (f. 59/60), emitido parecer pelo Ministério Público (f. 73/75), finalmente o Conflito Negativo de Competência foi conhecido, declarando competente para apreciação da demanda o Juízo de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju/SE, nos termos do acórdão de f. 77/86.

Finalmente, transcorrido o incidente processual acerca da competência do Juízo, manifestação do autor sobre o laudo psicossocial e juntada de novos documentos, realizou-se a audiência de instrução aos 29 de outubro de 2010, com a tomada de depoimento do autor e oitiva de testemunhas. Ao final, o Requerente pugnou pela expedição de ofício ao Hospital Universitário Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro, com o intuito de que fosse remetido laudo detalhado da evolução dos tratamentos psicológico, psiquiátrico e cirúrgico do Agravante. Foi remetido laudo medido, atestando que o Agravante foi diagnosticado com Transtorno de Identidade do Gênero (DSM-IV 302) e Transtorno de Identidade Sexual (CID F64.0).

Novo laudo psicológico foi encartado aos autos, às f. 143/144, sobre qual se manifestou o Agravante às f. 150/151. Trouxe aos autos, certificado de extensão de curso universitário emitido com o nome social e um atestado médico, redigido nos seguintes termos:

**ATESTADO MÉDICO**

Atesto, a pedido da própria, que Adriano dos Santos (Adriana Lohana) está inscrita no programa de cirurgia de transgenitalismos do Hospital Pedro Ernesto da UERJ fazendo acompanhamento psicológico, psiquiátrico, urológico e endocrinológico, devendo ser submetida à cirurgia a partir de julho de 2012.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2011.

Prof. Miguel Chalub

Perito Associado

O Ministério Público intimado a emitir parecer final, discorreu acerca do tema, transcreveu decisões que autorizam a mudança de nome, mesmo sem a realização de cirurgia e, finalmente, opinou favoravelmente a retificação do registro civil do Requerente no tocante ao nome, passando a constar ADRIANA LOHANA DOS SANTOS E contraditoriamente, manifestou-se desfavoravelmente a alteração do registro civil quanto ao

178  
2

gênero, devendo permanecer o sexo masculino, podendo ocorrer alteração, segundo o *parquet*, após a conclusão do processo de transgenitalização.

Sem que a parte autora, ora Agravante, lançasse suas considerações finais, o Douto Juízo emitiu o despacho ora guerreado, negando-se, sobretudo, decidir quanto ao direito do Agravante, condicionando à decisão do Estado a um fato futuro, sem data precisa para realização e, enquanto isso, o Agravante é submetido ao escárnio público, tornando-se imperioso o posicionamento do Estado-Juiz quanto à matéria, julgando-a totalmente ou parcialmente procedente ou, ainda, improcedente, não podendo a negativa da prestação jurisdicional perpetuar-se *ad infinitum*.

**DO MÉRITO RECURSAL – DO EFEITO SUSPENSIVO**  
**DA NEGATIVA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

**I. DO EFEITO SUSPENSIVO**

O presente recurso deve ser recebido em seu efeito suspensivo, visando à suspensão da decisão do Juízo *a quo*, impondo-lhe impulsionar o feito, sem a submissão a fato futuro e sem data precisa para ocorrência, no caso, a cirurgia de transgenitalização. A negativa da prestação jurisdicional acarretará danos irreparáveis ao Agravante, que ficará ainda preso ao escárnio público, ao ridículo, por ostentar uma aparência feminina, embora conste no registro civil um prenome masculino.

A decisão a ser reformada, além de não ter atendido o anseio do Agravante, contrariou o parecer do Ministério Público, que opinou pela alteração do prenome, consagrando a dignidade da pessoa humana, princípio basilar inserido na Carta Magna, mormente nos dias atuais.

179  
e

## II. DA NEGATIVA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL – DEMORA NO ANDAMENTO DO FEITO – OFENSA A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

O Agravante refuta veementemente o despacho exarado aos autos, uma vez que o Juízo condicionou a entrega do bem da vida à realização da cirurgia de transgenitalização, com comprovação de mudança de sexo, acompanhada de laudo médico.

Ora, para o reconhecimento da nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, é imprescindível a demonstração da recusa do julgador em se manifestar sobre questões relevantes à solução da controvérsia, no caso em tela, o Juízo simplesmente decidiu por não solucionar na demanda, condicionando-a a fato futuro, sem precisão da ocorrência, enquanto o Agravante fica a deriva, submetido a todo tipo de vexame, como o que se submeteu nas dependências do próprio Fórum da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju/SE, quando foi impedido de adentrar no recinto por portar trajes femininos, enquanto no documento do Registro Civil constava o nome Adriano, do sexo masculino, tendo gerado uma ação indenizatória em face do Estado de Sergipe tombada sob o nº 201010300773, estando concluso para julgamento, após a manifestação do Ministério Público, nos seguintes termos:

[...]

Inicialmente, é válido destacar que a exigência de comparecer aos Foruns e Tribunais trajando vestimentas condizentes com a formalidade do local existe, porém não da forma que foi colocada ao requerente, que conforme depoimento das testemunhas, trajava vestimenta adequada a pessoa do sexo feminino, porém sem desprezar o limite do bem senso. A jurisprudência firmou entendimento nesse sentido:

DIREITO CONSTITUCIONAL - TRANSEXUALISMO - (...) - PRINCÍPIO DA IGUALDADE E PROIBIÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO POR MOTIVO DE SEXO - DISCRIMINAÇÃO POR MOTIVO DE GÊNERO - DIREITOS FUNDAMENTAIS DE LIBERDADE, LIVRE DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE, PRIVACIDADE E RESPEITO À DIGNIDADE HUMANA - DIREITO À SAÚDE - FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO - (...) A proibição constitucional de discriminação por motivo de sexo protege heterossexuais, homossexuais, transexuais e travestis, sempre

180  
2

que a sexualidade seja o fator decisivo para a imposição de tratamentos desfavoráveis. 3 - A proibição de discriminação por motivo de sexo compreende, além da proteção contra tratamentos desfavoráveis fundados na distinção biológica entre homens e mulheres, proteção diante de tratamentos desfavoráveis decorrentes do gênero, relativos ao papel social, à imagem e às percepções culturais que se referem à masculinidade e à feminilidade. 4 - O princípio da igualdade impõe a adoção de mesmo tratamento aos destinatários das medidas estatais, a menos que razões suficientes exijam diversidade de tratamento, recaindo o ônus argumentativo sobre o cabimento da diferenciação. (...) 5 - O direito fundamental de liberdade, diretamente relacionado com os direitos fundamentais ao livre desenvolvimento da personalidade e de privacidade, concebendo os indivíduos como sujeitos de direito ao invés de objetos de regulação alheia, protege a sexualidade como esfera da vida individual livre da interferência de terceiros, afastando imposições indevidas sobre transexuais, mulheres, homossexuais e travestis. 6 - A norma de direito fundamental que consagra a proteção à dignidade humana requer a consideração do ser humano como um fim em si mesmo, ao invés de meio para a realização de fins e de valores que lhe são externos e impostos por terceiros, são inconstitucionais, portanto, visões de mundo heterônomas, que imponham aos transexuais limites e restrições indevidas (...) (TRF-4ª R - AC 2001 71 00 026279-9 - 3ª T - Rel. Des. Fed. Roger Raupp Rios - DJe 22 08.2007 )

No caso dos autos, o autor foi indevidamente impedido de participar da audiência, permaneceu constrangido por tempo desnecessário, uma vez que, poderia o sargento ter averiguado o teor da exigência contida na portaria, culminando aquela ação num equívoco desastroso, tendo em vista que até os dias do ajuizamento desta, aquela audiência adiada ainda não havia sido realizada.

O fato é que a demora na solução daquela lide, bem como o ato discriminatório direcionado ao requerente causaram-lhe humilhação e constrangimento inquestionáveis, perpetrado pelo agente estatal, estando presentes, assim, os requisitos necessários para a configuração do dever do Estado de indenizar, quais sejam - o dano e o nexo causal entre este e o fato ensejador de sua ocorrência.

Face o exposto, opina o Ministério Público pela PROCEDÊNCIA do pedido autoral.

É o parecer.

Aracaju (SE), 20 de abril de 2011.

**HENRIQUE RIBEIRO CARDOSO**  
Promotor de Justiça Titular

181  
2

Assim, para se evitar infortúnios gerados pela transexualidade inerente ao Agravante, a exemplo do que foi narrado alhures, impõe-se que o Juízo impulsione o feito, decida no estado em que se encontra por se encontrar a questão pronta e madura, não impondo ao Agravante a dor da espera, ainda mais quando se vive a mercê da discriminação de modo continuado. Sem deixar de olvidar a morosidade do Judiciário, uma vez que a demanda se manteve sobrestada por quase um ano enquanto se decidia sobre o conflito negativo de competência do Juízo.

Nesse diapasão, o Agravante roga a Egrégia Turma que reforme a decisão do Juízo *a quo*, deixando de causar-lhe mais danos e desesperança nos homens, na Justiça.

#### DA CONCLUSÃO

Diante o exposto, requer o Agravante a este Egrégio Tribunal de Justiça, por sua colenda Câmara Cível, que conheça o presente recurso, para, de imediato outorgar o efeito suspensivo proporcionado pelo art. 527, III do CPC, visando a suspensão do despacho exarado pelo Juízo *a quo*, e, a título de tutela antecipada recursal, determine o impulsionamento do feito no sentido de ser exarada uma decisão definitiva, julgando o feito totalmente ou parcialmente procedente ou, improcedente até, extirpando a condição imposta de prolação da decisão até realização da cirurgia de transgenitalização, com a consequente mudança do sexo, comprovada por laudo médico.


Seja, ao final, provido o recurso para reformar a decisão que suspendeu o andamento do feito, determinando a Colenda Câmara o impulsionamento do feito, no sentido de ser exarada uma decisão definitiva, com julgamento totalmente ou parcialmente procedente ou, improcedente, até, extirpando a condição imposta na r. decisão de prolação da decisão definitiva até realização da cirurgia de transgenitalização, com a consequente mudança do sexo, comprovada por laudo médico, a fim de garantir a dignidade da pessoa humana.

182  
e

extirpando as situações vexatórias, exposição ao ridículo e situações discriminatórias, que o Agravante reiteradamente submete-se, até mesmo quando se deslocou ao Poder Judiciário, como explicitado.

Nesses termos,  
Pede deferimento.

Aracaju/SE, 14 de novembro de 2011.



THENISSON SANTANA DÓRIA  
OAB/SE 1.512

JÚLIO CARRERA CORREIA  
OAB/SE 4.327



Estado de Sergipe  
PODER JUDICIÁRIO  
6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA  
Av. Serafim Bonfim, nº 440 – Bairro Santos Dumont - Aracaju/SE - Telefax  
(79) 3226-3817

### CERTIDÃO

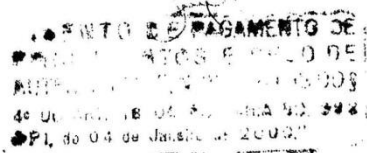
Eu, *Adriana A. Vaz de Andrade*, Escrivã do  
Cartório da 6ª Vara Privativa de Assistência  
Judiciária da Comarca de Aracaju, Capital do  
Estado de Sergipe, na forma da Lei, etc...

**CERTIFICO QUE** a pedido verbal de pessoa interessada, dando busca nos livros e registros existentes neste Cartório, a meu cargo, foi constatada a existência do processo Nº. 200930600618, *AÇÃO DE Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil*, movida por *ADRIANO DOS SANTOS*. Processo com decisão disponibilizada no DJ eletrônico de 03/11/2011, sendo considerado publicado no primeiro dia útil seguinte, nos seguintes termos: “*R. Hoje Havendo a necessidade de comprovação da mudança de sexo para alteração do Registro Civil, aguarde-se a realização da cirurgia de transgenitalização e Relatório Médico, comprovando-a. Estando nos autos, as informações, intime-se o Ministério Público.*”

**O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.**

Aracaju, 09 de novembro de 2011.

**Adriana A. Vaz de Andrade**  
ESCRIVÃ





**PROTOCOLO JUDICIAL DO 2º GRAU**  
Praça Fausto Cardoso, 112, Térreo, Aracaju-SE – Fones: 3226-3145/3218(Fax)

**CERTIDÃO**

Recebi uma petição com **12** laudas, acompanhada de **170** folhas  
com documentos, referente ao processo nº **200930600618**.

( ) Com preparo; (X) Sem preparo; () Em FAX

Aju, 14/11/2011.

Ciente.

Sup. Prot. J. do 2º Grau

Advogado/Agravante


000/159.512.



185  
C**CONCLUSÃO**

Nesta data faço os autos conclusos a MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju/SE.

Aracaju, 18 de 11 de 2011.

  
Técnica Judiciária

176



PODER JUDICIÁRIO  
SEXTA VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE ARACAJU-SE  
Rua Serafim Bomfim, nº 440 - Santos Dumont.

**Processo nº 200930600618**


R. Hoje

Mantenho o despacho retro. Aguarde-se.

Aracaju/Se, 01 de dezembro de 2011.

  
**AÍDL OLIVEIRA TEIXEIRA**  
Juíza de Direito

2

| DATA  |
|---|
| <b>Recebi estes autos da MM. Juíza de Direito.</b>                                  |
| Aracaju, 06 de 12 de 2011.  |
|  |
| <b>Técnico(a) Judiciário(a)</b>   |

ACQUISITION FORN: 15FEB2012 11:33 000000123 4444

ADRIANO DOS SANTOS, SOCIALMENTE E INTIMAMENTE RECONHECIDA  
ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS, já qualificada, por seu advogado ao final assinado,  
nos autos da AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL, processo em epígrafe, vem,  
perante Vossa Excelência, por força do trânsito em julgado do agravo de instrumento  
interposto pela Requerente, conforme acórdão ora acostado e, ante a vasta  
documentação carreada aos autos, assim como parecer emitido pelo Ministério Público  
Estadual; pedir se digne Vossa Excelência de julgar o feito no estado em que se  
encontra, ao tempo em que, reitera todos os termos da exordial.

188

Ainda, em atenção aos princípios da celeridade processual e instrumentalidade das formas, embora não intimada para tal fim, a Requerente apresenta suas **RAZÕES FINAIS**, nos termos subseqüentes:

A Autora, promoveu a **AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL**, pugnando, em apertada síntese, que lhe fosse deferida a retificação do Registro Civil das Pessoas Naturais e Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato do Termo Sede da Comarca de Aquidabã/SE, a fim de fazer constar na certidão de nascimento como sendo o seu prenome **ADRIANA LOHANNA** e o seu sexo (gênero) **FEMININO**. Considera-se transexual, não obstante as características biológicas e o nome masculino de registro; desde a adolescência, psicológica e corporalmente sente-se como sendo do sexo feminino. É reconhecida socialmente pelo prenome acima referido, Adriana Lohanna, daí o seu procurador e advogado habilitado, em respeito a dignidade humana a considera exatamente como ela se sente, um ser do sexo feminino.

Acostou aos autos, junto a vestibular, Certidão de Nascimento e comprovantes de inscrição no Registro Geral e no Cadastro de Pessoas Físicas. Na primeira assentada, ocorrida aos 04 de setembro de 2009, f. 21, o eminente Juízo determinou a realização de estudo psicossocial, bem como concedeu o prazo de 20 dias para que a parte autora acostasse os documentos que entendesse como necessários ao deslinde do feito.

Desse modo, foram colacionados pelo Requerente, ora Agravante, às f. 22, os seguintes documentos:

- a. Relatório de Avaliação Psicológica expedido pelo Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia (f. 24/26);
- b. Requerimento/solicitação de Intervenção Cirúrgica de Transgenitalização (f. 27);
- c. Relação de Avaliações e Atividades Acadêmicas aplicadas aos alunos do Agravante, com o uso do nome social - ADRIANA LOHANA (f. 29/34);
- d. Notas fiscais emitidas em favor do Agravante, contendo no nome social (f. 35);

189

e. Correspondência endereçada ao Requerente, sob o nome social (f. 36v.).

O laudo psicossocial foi encartado aos autos às f. 43/46, merecendo destaque, salientando-se que o original não possui grifos, o subseqüente:

Parte da comunidade em que Adriana vive não aceita sua transexualidade, muitos ainda a reconhecem como Adriano. Entretanto, a Requerente adquiriu todos os aparatos femininos, inclusive os comportamentais, tendo por principais constrangimentos o nome constante em seus documento (sic) e seu órgão sexual, aos quais repele veementemente.

[...] É pertinente para a saúde biopsicossocial do Sr. Adriano que o mesmo possa modificar o registro civil.

Destarte, do ponto de vista psicossocial, não há dúvida em relação à forma como a Requerente se percebe, sua transexualidade é definida pelos traços e hábitos femininos.

Propriá, 30 de outubro de 2009.

CLAUDIA ALMEIDA OLIVEIRA

CRISTIANE MARIA GUEDES FONTES

ASSISTENTE SOCIAL CRESS 1151

PSICÓLOGA CRP 03/05327

Na assentada do dia 03 de novembro de 2009, (f. 47), o Juízo a indagou acerca do atual domicílio e pro força disso, de ofício, se considerou incompetente para prosseguir com a instrução, ao tempo em que remeteu o feito para a Comarca de Aquidabã, atual domicílio da Autora. Após parecer do Ministério Público (f. 50), o Juízo da Comarca de Aquidabã suscitou o conflito negativo de competência, nos termos da decisão de f. 51/52. Prestada as informações pelo Juízo Suscitado (f. 59/60), emitido parecer pelo Ministério Público (f. 73/75), finalmente o Conflito Negativo de Competência foi conhecido, declarando competente para apreciação da demanda o Juízo de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju/SE, nos termos do acórdão de f. 77/86.



Finalmente, transcorrido o incidente processual acerca da competência do Juízo, manifestação da autora sobre o laudo psicossocial e juntada de novos documentos, realizou-se a audiência de instrução aos 29 de novembro de 2011, com a tomada de depoimento da autora e oitiva de testemunhas. Ao final, a Requerente pugnou pela expedição de ofício ao Hospital Universitário Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro, com o intuito de que fosse remetido laudo detalhado da evolução dos tratamentos psicológico, psiquiátrico e cirúrgico. Foi remetido laudo médico, atestando que a Requerente foi diagnosticada com Transtorno de Identidade do Gênero (DSM-IV 302) e Transtorno de Identidade Sexual (CID F64.0).

Novo laudo psicológico foi encartado aos autos, às f. 143/144, sobre qual se manifestou a Autora às f. 150/151. Trouxe aos autos, certificado de extensão de curso universitário emitido com o nome social e um atestado médico, redigido nos seguintes termos:

**ATESTADO MÉDICO**

Atesto, a pedido da própria, que Adriano dos Santos (Adriana Lohana) está inscrita no programa de cirurgia de transgenitalismos do Hospital Pedro Ernesto da UERJ, fazendo acompanhamento psicológico, psiquiátrico, urológico e endocrinológico, devendo ser submetida à cirurgia a partir de julho de 2012.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2011.

Prof. Miguel Chalub

Perito Associado

O Ministério Público intimado a emitir parecer final, discorreu acerca do tema, transcreveu decisões que autorizam a mudança de nome, mesmo sem a realização de cirurgia e, finalmente, opinou favoravelmente a retificação do registro civil da Requerente no tocante ao nome, passando a constar **ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS**. E, contraditoriamente, manifestou-se desfavoravelmente a alteração do registro civil quanto ao gênero, devendo permanecer o sexo masculino, podendo ocorrer alteração, segundo o *parquet*, após a conclusão do processo de transgenitalização.



Sem que a parte autora lançasse suas considerações finais, o Douto Juízo emitiu despacho, no sentido de que o feito somente seria julgado após a cirurgia de adequação de sexo, condicionando a decisão do Estado a um fato futuro, sem data precisa para realização e, enquanto isso, a Requerente é submetida ao escárnio público, tornando-se imperioso o posicionamento do Estado-Juiz quanto à matéria, julgando-a totalmente ou parcialmente procedente ou, ainda, improcedente, não podendo a negativa da prestação jurisdicional perpetuar-se *ad infinitum*.

Interposto agravo de Instrumento, o Douto Relator, em decisão monocrática, negou seguimento ao Recurso, data máxima vênica de maneira equivocada.

No entanto, após a interposição de **AGRAVO REGIMENTAL, tombado sob o nº 2011221243**, o Douto Desembargador emitiu a seguinte decisão monocrática:

“Trata-se de Agravo Regimental interposto por ADRIANO DOS SANTOS, irredignado com a decisão proferida por esta Relatoria, que negou seguimento ao Recurso de Agravo de Instrumento nº 2593/2011, em decisão de fls. 185/187.

Esta Relatoria negou seguimento ao mencionado recurso, interposto para combater a decisão proferida nos autos de ação de retificação de registro civil que, suspendendo o andamento da ação, condicionou a alteração no registro civil do agravante à realização de transgenitalização, ou seja, após a necessária comprovação da mudança de sexo. A decisão de origem foi mantida, considerando-se que o julgado se pautou com o pensar que predomina nesta Corte sobre a matéria.

Inconformado, o agravante interpôs o presente agravo regimental, argumentando que a decisão agravada teria incorrido em supressão de instância, posto que apenas teria sido postulado o regular prosseguimento do processo, uma vez que a decisão de origem teria condicionado o andamento do feito a evento futuro e sem data prevista (realização de cirurgia de transgenitalização). Soma o argumento de que os Tribunais de outros Estados, especialmente a Corte Gaúcha, possuem entendimento no sentido de admitir a retificação do registro civil, antes mesmo da realização de cirurgia necessária à mudança biológica do sexo. Requer o provimento do recurso, visando a que o feito de origem tenha regular prosseguimento, independentemente da realização de cirurgia.

É o relatório.  
DECIDO.

É cediço que o Diploma Processual Civil, em seu art. 557, §1, autoriza a possibilidade de exercício do juízo de retratação das decisões proferidas monocraticamente pelo Relator, assim disciplinando:

**Art. 557 (...)**

**§ 1º Da decisão caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento.**  
(grifo nosso).

Da análise dos autos, extrai-se que, de fato, o pleito do agravo de instrumento cingia-se a determinar o regular prosseguimento do feito na origem, eis que, segundo determinação do julgador de origem, o mesmo deveria ficar suspenso até à realização da cirurgia de transgenitalização.

Em melhor análise sobre a matéria delimitada no âmbito recursal, vislumbro assistir razão ao recorrente.

Analisando a questão sob a ótica da suspensão do processo enxergo que a situação vivenciada implica em afronta ao princípio Constitucional da celeridade processual, além de ter efeitos práticos de negativa de prestação jurisdicional.

Dessa forma, na hipótese sob julgamento, não poderia o julgador de origem determinar o sobrestamento do feito por período indeterminado, sem que haja previsão legal para tanto, materializando na prática a absurda hipótese de o processo nunca ser julgado, caso a cirurgia não venha a ser realizada.

No caso vivenciado, observa-se que não se trata de suspensão do processo em virtude da dependência de prova a ser produzida, mormente porque o feito já se encontra devidamente instruído, reunindo, sob o meu entendimento, condições de julgamento imediato.

Nesse contexto, não poderia o julgador de origem negar ao jurisdicionado a resposta do Estado ao pedido formulado, impondo condição incerta de acontecimento para que o processo tenha regular prosseguimento.

**Isto posto, com supedâneo no art. 527, §1º do CPC, exerço juízo de retratação, para reformar a decisão monocrática proferida, e dar provimento ao agravo de instrumento correspondente, determinando o regular prosseguimento do processo de origem (200930600618), independentemente da realização da cirurgia de transgenitalização.**

Intimem-se."

Assim, cabe ao Juízo prolatar a decisão, o que desde já requer a Requerente.





Por conseguinte, imperioso frisar que diversos Tribunais possuem entendimento no sentido de que a retificação independe da realização de cirurgia.

Neste mesmo sentido:

RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALISMO. ALTERAÇÃO E PRENOME INDEPENDENTEMENTE DA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO. DIREITO À IDENTIDADE PESSOAL E À DIGNIDADE. CONFIRMAÇÃO DE SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. ACOLHIMENTO DE PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SEGUNDO GRAU.

*A demonstração de que as características físicas e psíquicas do indivíduo, que se apresenta como mulher, não estão em conformidade com as características que o seu nome masculino representa coletiva e individualmente são suficientes para determinar a sua alteração.*

*A distinção entre transexualidade e travestismo não é requisito para a efetivação do direito à dignidade.*

*Tais fatos autorizam, mesmo sem a realização da cirurgia de transgenitalização, a retificação do nome da requerente para conformá-lo com a sua identidade social.*

NEGARAM PROVIMENTO.

APELAÇÃO CÍVEL OITAVA CÂMARA CÍVEL Nº 70030772271 COMARCA DE SÃO LEOPOLDO

APELAÇÃO. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALISMO. TRAVESTISMO. ALTERAÇÃO DE PRENOME INDEPENDENTEMENTE DA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO. DIREITO À IDENTIDADE PESSOAL E À DIGNIDADE. CONFIRMAÇÃO DE SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. ACOLHIMENTO DE PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SEGUNDO GRAU. A demonstração de que as características físicas e psíquicas do indivíduo, que se apresenta como mulher, não estão em conformidade com as características que o seu nome masculino representa coletiva e individualmente são suficientes para determinar a sua alteração. A distinção entre transexualidade e travestismo não é requisito para a efetivação do direito à dignidade. Tais fatos autorizam, mesmo sem a

194


*realização da cirurgia de transgenitalização, a retificação do nome da requerente para conformá-lo com a sua identidade social. Pronta indicação de dispositivos legais e constitucionais que visa evitar embargo de declaração com objetivo de prequestionamento. REJEITADAS AS PRELIMINARES, NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70022504849, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 16/04/2009)*

Assim, para se evitar infortúnios gerados pela transexualidade inerente à Autora, a exemplo do que foi narrado alhures, impõe-se que o Juízo de 1º grau impulse o feito, decida no estado em que se encontra por se encontrar a questão pronta e madura, não impondo à Requerente a dor da espera, ainda mais quando se vive a mercê da discriminação de modo continuado. Sem deixar de olvidar que a demanda se manteve sobrestada por quase um ano enquanto se decidia sobre o conflito negativo de competência do Juízo.

Nesse diapasão, a Autora reitera todos os termos da inicial, ao tempo em que requer a **PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS** sucessivamente lançados.

Termos pelos quais,  
Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, terça-feira, 14 de fevereiro de 2012.

  
Thenisson Santana Dória  
OAB/SE n.º 1.512

**CONCLUSÃO**

Nesta data faço os autos conclusos a MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju/SE.

Aracaju, 16 de 02 de 2012.

Técnica Judiciária

195  
2

196  
e

PODER JUDICIÁRIO


**SEXTA VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE ARACAJU-SE**  
Rua Serafim Bomfim, nº 440 - Santos Dumont.


**Processo 200930600618**

R. Hoje

Certifique o Cartório o trânsito em julgado do  
citado agravo regimental, bem como a parte dispositiva  
do referido Acórdão, juntando fotocópia deste aos autos.  
Após, volvam-se os autos conclusos.

Aracaju/Se, 28 de fevereiro de 2012.

  
**Aidil Oliveira Teixeira**  
**Juíza de Direito**

|   |
|---|
| <b>DATA</b>   |
| <p>Recebi estes autos da MM. Juíza de Direito.</p> <p>Aracaju, 05 de 03 de 2012.</p>  |
| <p><br/> <b>Técnico(a) Judiciário(a)</b></p> |

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Page 1 of 2

## Consulta a Processos do 2º Grau por Número

Processo: 2011220363

## Dados do Processo

| Número                    | Recurso     | Órgão Julgador         | Ação                          | Situação       |
|---------------------------|-------------|------------------------|-------------------------------|----------------|
| 2011220363                | 2593/2011   | 2ª CÂMARA CÍVEL        | Agravo de Instrumento         | JULGADO        |
| Escrivania                | Distribuido | Procedência            | Relator                       | Processo Orige |
| 2ª                        | em          | 6ª Vara Privativa de   | DES. RICARDO MÚCIO SANTANA DE | 200930600618   |
| Grupo                     | em          | Assistência Judiciária | ABREU LIMA                    |                |
| IV                        | 16/11/2011  | de Aracaju             | <b>Membro</b>                 |                |
| Segredo                   | Julgamento  |                        | DESA. MARILZA MAYNARD SALGADO |                |
| Justiça                   | 16/11/2011  |                        | DE CARVALHO                   |                |
| SIM                       |             |                        | <b>Membro</b>                 |                |
|                           |             |                        | DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO    |                |
| Número Único              |             |                        |                               |                |
| 0010423-09.2011.8.25.0000 |             |                        |                               |                |

## Assuntos

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Recurso - Efeitos

## Processos Dependentes

2011221243

## Partes do Processo

| Tipo      | Nome   | Representante da Parte                         |
|-----------|--------|--|
| Agravante | A.D.S. | Advogado(a): THENISSON SANTANA DORIA - 1512/SE |
| Agravado  | N.C.   |  |

## Movimentos do Processo

| Data       | Movimento                      | Descrição   | Localização        | Diário da Justiça |
|------------|--------------------------------|---|--------------------|-------------------|
| 12/01/2012 | Remessa                        | {Remessa >> Definitiva}<br>ARQUIVADO NA CAIXA Nº 1314   | Arquivo Judiciário | Não               |
| 12/01/2012 | Arquivado                      | {Arquivamento >> Definitivo}<br>ARQUIVADO NA CAIXA No. 1314   | Escrivania         | Não               |
| 12/01/2012 | Transitado em Julgado          | {Trânsito em julgado}<br>CERTIDÃO   | Escrivania         | Não               |
| 29/11/2011 | Juntada                        | {Juntada >> Petição}<br>{Agravamento Regimental}  | Escrivania         | Não               |
| 29/11/2011 | Outras Informações             | Foi Distribuido um(a) AGRAVO REGIMENTAL (C. Cível) com o Nº 2011221243 vinculado a este processo  | Escrivania         | Não               |
| 28/11/2011 | Entrega de Documento Protocolo | Entregue via Sistema de Protocolo Integrado em 25/11/2011 e recebido pelo cartório/Secretaria {Nro protocolo 2011250536}  | Escrivania         | Não               |
| 17/11/2011 | Recebimento                    | {Recebimento}   | Escrivania         | Não               |
| 16/11/2011 | Termo de Entrega               |   | Escrivania         | Não               |
| 16/11/2011 | Decisão Monocrática            | {Julgamento >> Com Resolução do Mérito >> Negação de seguimento}<br>Ex positis, conheço do presente recurso e nego-lhe seguimento, na forma do art. 557, caput do | Des. Relator       | 17/11/2011        |

<https://www.tjse.jus.br/tjnet/consultas/internet/respnumproc2.wsp?tmp.npro=2011220363>

14/3/2012

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Page 2 of 2

198  
2

|            |                  |  |              |     |
|------------|------------------|--|--------------|-----|
|            |                  | CPC, posto que o mesmo contraria a jurisprudência deste TRIBUNAL. Aracaju, 16/11/2011 Intimem-se.  |              |     |
|            |                  | Decisão Monocrática na Íntegra ...   |              |     |
| 16/11/2011 | Recebimento      | {Recebimento}  | Des. Relator | Não |
| 16/11/2011 | Termo de Entrega |  | Des. Relator | Não |
| 16/11/2011 | Distribuição     | Processo registrado e autuado nesta data. Recurso distribuído para o(a) Relator(a) DES. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA, referente ao protocolo nº 2011111403011, do dia 14/11/2011 às 17:57:58 horas. | Protocolo    | Não |

[Imprimir](#)
[Email](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Page 1 of 4

199  
2

**Estado de Sergipe**  
**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe**  
**Praça Fausto Cardoso, 112 - Centro, Aracaju/Se**

**Dados do Processo**

| Número     | Recurso      | Órgão Julgador   | Ação                                     | Situação |
|------------|--------------|--|--|----------|
| 2011220363 | 2593/2011    | 2ª. CÂMARA CÍVEL                                       | AGRAVO DE INSTRUMENTO                    | JULGADO  |
| Escrivania | Distribuição | Procedência  | Relator                                  |          |
| 2.ª        | 16/11/2011   | 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária de Aracaju | DES. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA |          |
| Caixa      | Julgamento   | Revisor  | Membro                                   |          |
| 1314       | 16/11/2011   | DESA. MARILZA MAYNARD SALGADO DE CARVALHO              | DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO               |          |

**Partes do Processo**

Agravante A.D.S.

Advogado(a): THENISSON SANTANA DORIA - 1512/SE

Agravado N.C.

Trata-se de Recurso de Agravo de Instrumento interposto por ANDIRANO DOS SANTOS em face de decisão proferida nos autos da ação de retificação de registro civil, tombada sob o nº 200930600618, que condicionou a alteração no registro civil do agravante à realização de transgenitalização, ou seja, após a necessária comprovação da mudança de sexo.

Em suas razões recursais, assevera a parte recorrente que o julgador de origem teria condicionado a retificação do registro a fato futuro e sem data precisa para ocorrência, significando a suspensão do processo em negativa da prestação jurisdicional, além de ofender a dignidade da pessoa humana. Aduz que o registro civil masculino propicia infortúnios incalculáveis diante da transexualidade vivenciada, pugnando pela concessão de efeito suspensivo e, ao final, que seja dado provimento ao Agravo.

**É o relatório.****Decido.**

Devidamente instruído com os documentos necessários, recebo o presente Recurso de Agravo na sua modalidade por instrumento, por entender que se trata de decisão teoricamente suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, conforme dispõe o art. 522 do CPC.

Analisando detidamente os autos, vejo que não merece agasalho a pretensão do recorrente, muito embora, entenda que não deva ser fácil conviver

300  
e

com tal situação, diante do preconceito social.

Todavia, inexistente legislação a amparar o pleito recursal. É sabido, que se encontra em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 70-B, de 1995, que propõe alterar o art. 58, da Lei de Registros Públicos, permitindo a retificação do nome e estado sexual com a averbação do termo transexual no registro de nascimento e carteira de identidade, desde que haja sido realizada a cirurgia de modificação do sexo.

Inobstante ainda esteja aludido projeto em tramitação a moderna jurisprudência já tem se posicionado neste sentido, qual seja, admissão da retificação do registro civil quando já foi realizada a cirurgia de ablação do sexo originário.

Para corroborar o alegado, trago à baila algumas decisões de nossos tribunais pátrios:

**Apelação Cível - Ação de retificação de registro civil - Transexualismo - Alteração do prenome e do sexo constante no registro civil - Possibilidade de modificação - Solução que atende ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana - Manutenção da R. Sentença, com observação. Nega-se provimento ao recurso, com observação. (Apelação Cível nº 994.03.022680-0 - Mirassol/TJSP, Relator(a): Christine Santini, Data do julgamento: 23/02/2011).**

**APELAÇÃO CÍVEL. TRANSEXUALISMO. ALTERAÇÃO DO GÊNERO/SEXO NO REGISTRO DE NASCIMENTO. DEFERIMENTO. Tendo o autor/apelante se submetido a cirurgia de " redesignação sexual ", não apresentando qualquer resquício de genitália masculina no seu corpo, sendo que seu "fenótipo é totalmente feminino ", e, o papel que desempenha na sociedade se caracteriza como de cunho feminino, cabível a alteração não só do nome no seu registro de nascimento mas também do sexo, para que conste como sendo do gênero feminino. Se o nome não corresponder ao gênero/sexo da pessoa, à evidência que ela terá a sua dignidade violada. Precedentes. Apelação provida. (SEGredo DE JUSTIÇA) (Apelação Cível Nº 70022952261, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Ataídes Siqueira Trindade, Julgado em 17/04/2008).**

No caso em tela, não tendo o apelante se submetido a cirurgia denominada neovaginoplastia, nem havendo qualquer erro de fato ou de direito no registro civil, não há como conceder seu pleito.

Registre-se, que não há que se falar em ofensa à dignidade da



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Page 3 of 4

201  
e

peessoa humana, consoante alegado pelo recorrente. Ao revés, haveria sobredita ofensa se o nome não correspondesse ao sexo da pessoa. Da análise dos autos, observa-se, entretanto que o nome do requerente condiz com seu estado físico, posto que incontroverso que o demandante ainda não se submeteu a cirurgia de modificação do sexo.

Não se vislumbro, portanto, situação fática consolidada a autorizar a retificação do registro público. Entendo que a referida autorização faria com que o sexo jurídico e o nome do requerente, apesar de se conformar ao seu estado psicológico, destoasse de seu atual estado físico. Desse modo, com vistas à segurança jurídica, eventual modificação do nome e do estado sexual deve corresponder ao conjuntamente ao seu perfil psicológico e físico, e não apenas ao psicológico.

Assim já decidiu recentemente esta Corte a esse respeito:

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL - TRANSEXUAL - NÃO REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE NEOVAGINOPLASTIA - IMPOSSIBILIDADE - NÃO OCORRÊNCIA DE ERRO NO REGISTRO - INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA - NOME QUE CONDIZ COM O ESTADO FÍSICO - APELO CONHECIDO E IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.** Hodiernameamente admite-se a alteração do registro de nascimento relativamente ao sexo e ao nome quando for realizada cirurgia de redesignação sexual. APELAÇÃO CÍVEL Nº 0157/2011, 1ª Vara Privativa de Assistência Judiciária de Aracaju, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, DES. ROBERTO EUGENIO DA FONSECA PORTO, RELATOR, Julgado em 14/04/2011)

Assim sendo, observa-se que a decisão proferida pelo Juízo *a quo* encontra-se coerente com a situação fática, cabendo a esta Relatoria, nos termos do que disciplina o art. 557, *caput* do CPC adiante transcrito, negar provimento ao Recurso, posto que em conformidade com o posicionamento pacificado nesta Corte:

**Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.** (destaque acrescido).

***Ex positis*, conheço do presente recurso e nego-lhe seguimento, na forma do art. 557, *caput* do CPC, posto que o mesmo contraria a jurisprudência deste TRIBUNAL.**

Aracaju, 16/ 11 /2011

**Intimem-se.**

202  
e**CERTIDÃO**

Certifico que o Agravo de Instrumento nº 2011220363 fora julgado, tendo sua decisão transitada julgado, conforme resenha e cópia da decisão juntada aos autos. O referido é verdade.

Aracaju, 14 de março de 2012.

*Técnica Judiciária*

**CONCLUSÃO**

Nesta data faço os autos conclusos a MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju/SE.

Aracaju, 14 de março de 2012.

*Técnica Judiciária*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**SEXTA VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE ARACAJU-SE**  
Rua Serafim Bomfim, nº 440 - Santos Dumont.

**Processo 200930600618**


R. Hoje

Observo que na Certidão de fl. 202 foi atestado o trânsito em julgado do Agravo de Instrumento e não do Regimental. Assim sendo, cumpre-se o Cartório com a determinação de fl. 196 que diz respeito ao Agravo Regimental nº 20112211243.

Após, volvam-se os autos conclusos.

Aracaju/Se, 15 de maio de 2012.

  
**Aídi Oliveira Teixeira**  
**Juíza de Direito**

|   |
|---|
| <b>DATA</b>   |
| <p>Recebi estes autos da MM. Juíza de Direito.</p> <p>Aracaju, 21 de 05 de 2012.</p>  |
| <p><br/> <b>Técnico(a) Judiciário(a)</b></p> |

004

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA COMARCA DE ARACAJU, ESTADO DE SERGIPE.

PROC. Nº 200930600618

ADRIANO DOS SANTOS, SOCIALMENTE E INTIMAMENTE RECONHECIDA ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS, já qualificada, por seu advogado ao final assinado, nos autos da AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL, processo em epígrafe, vem, perante Vossa Excelência, tendo em vista a não prolação de decisão, encartar aos autos RELATÓRIO expedido pelo Perito Psiquiatra do Hospital Universitário Pedro Ernesto, Prof. Miguel Chalub, no qual declara o preenchimento das condições necessárias à cirurgia de transgenitalismo pela parte interessada, previstas na Resolução nº 1.958 de 12 de agosto de 2010, ou seja:

- a. Tem diagnóstico médico de transexualismo;
- b. Apresenta desconforto com o sexo anatômico natural;
- c. Exibe o desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;
- d. O distúrbio permanece de forma contínua e consistente por mais de dois anos;
- e. Há ausência de outros transtornos mentais.




204

Nesse diapasão, a fim de subsidiar a decisão de Vossa Excelência, requer a juntada do respectivo documento reiterando, igualmente, o pedido de **PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS** delineados na vestibular.

Termos pelos quais,  
Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, terça-feira, 24 de abril de 2012.

  
**Thenisson Santana Dória**  
OAB/SE n.º 1.512



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO  
UNIDADE DOCENTE-ASSISTENCIAL DE PSIQUIATRIA

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2012.

Levo ao conhecimento que o paciente Adriano dos Santos (Adriana Lohanna), RG: 3.114.395-4 SSP/SE, apresenta as condições previstas na Resolução nº 1.958 de 12 de agosto de 2010 do Conselho Federal de Medicina, publicada no Diário Oficial da União de 03 de setembro de 2010, que dispõe sobre cirurgia de transgenitalismo, ou seja:

- a) Tem o diagnóstico médico de transexualismo;
- b) Apresenta desconforto com o sexo anatômico natural;
- c) Exibe o desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;
- d) O distúrbio permanece de forma contínua e consistente por mais de dois anos;
- e) Há ausência de outros transtornos mentais.

Prof. Miguel Chalub  
Perito Psiquiatria  
Matrícula UERJ nº 1593-3  
CREMERJ - 52.10016-7

MIGUEL CHALUB  
Professor Associado  
UERJ - Matrícula 1593-3  
CREMERJ 52.10016-7

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Page 1 of 2

## Consulta a Processos do 2º Grau por Número

Processo: 2011221243

| Dados do Processo         |                |                  |   |                 |
|---------------------------|----------------|------------------|---|-----------------|
| Número                    | Recurso        | Órgão Julgador   | Ação                                      | Situação        |
| 2011221243                | 0722/2011      | 2ª. CÂMARA CÍVEL | Agravo Regimental                         | JULGADO         |
| Escrivania                | Distribuído em |                  | Relator                                   | Vinculado ao nº |
| 2.ª                       | 29/11/2011     |                  | DES. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA  | 2011220363      |
| Grupo                     | IV             |                  | Membro                                    |                 |
| Segredo                   | 05/12/2011     |                  | DESA. MARILZA MAYNARD SALGADO DE CARVALHO |                 |
| Justiça                   |                |                  | Membro                                    |                 |
| SIM                       |                |                  | DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO                |                 |
| Número Único              |                |                  |   |                 |
| 0011037-14.2011.8.25.0000 |                |                  |   |                 |

| Assuntos   |  |
|--|--|
| DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Recurso - Efeitos |  |

| Partes do Processo |        |  |
|--------------------|--------|--|
| Tipo               | Nome   | Representante da Parte                       |
| Agravante          | A.D.S. | Advogado(a): JÚLIO CARRERA CORREIA - 4327/SE |
| Agravado           | N.C.   |  |

| Movimentos do Processo |                       |  |              |                   |
|------------------------|-----------------------|--|--------------|-------------------|
| Data                   | Movimento             | Descrição  | Localização  | Diário da Justiça |
| 12/01/2012             | Outras Informações    | VIDE MOVIMENTO NO PROCESSO PRINCIPAL DE Nº 2011220363.   | Escrivania   | Não               |
| 12/01/2012             | Transitado em Julgado | {Trânsito em julgado} CERTIDÃO   | Escrivania   | Não               |
| 06/12/2011             | Recebimento           | {Recebimento}  | Escrivania   | Não               |
| 05/12/2011             | Termo de Entrega      |  | Escrivania   | Não               |
| 05/12/2011             | Decisão Monocrática   | {Julgamento >> Com Resolução do Mérito >> Provimento (art. 557 do CPC)}<br>Nesse contexto, não poderia o julgador de origem negar ao jurisdicionado a resposta do Estado ao pedido formulado, impondo condição incerta de acontecimento para que o processo tenha regular prosseguimento. Isto posto, com supedâneo no art. 527, §1º do CPC, exerço juízo de retratação, para reformar a decisão monocrática proferida, e dar provimento ao agravo de instrumento correspondente, determinando o regular prosseguimento do processo de origem (200930600618), independentemente da realização da cirurgia de transgenitalização. Intimem-se. | Des. Relator | 06/12/2011        |
| 05/12/2011             | Despacho              | Decisão Monocrática na Íntegra ...<br>{Despacho >> Mero Expediente}  | Des. Relator | Não               |

[https://www.tjse.jus.br/tjnet/consultas/internet/respnumproc2.wsp?TMP\\_NPRO=20112212...](https://www.tjse.jus.br/tjnet/consultas/internet/respnumproc2.wsp?TMP_NPRO=20112212...) 21/5/2012

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Page 2 of 2

|            |                  | Em mesa.  |                         |     |
|------------|------------------|---|-------------------------|-----|
|            |                  |   | Despacho na Íntegra ... |     |
| 30/11/2011 | Recebimento      | {Recebimento}   | Des. Relator            | Não |
| 29/11/2011 | Termo de Entrega | Movimento automático gerado pelo sistema  | Des. Relator            | Não |
| 29/11/2011 | Conclusão        | {Conclusão}   | Des. Relator            | Não |
| 29/11/2011 | Recebimento      | {Recebimento}   | Escrivania              | Não |
| 29/11/2011 | Termo de Entrega |   | Escrivania              | Não |
| 29/11/2011 | Distribuição     | Processo registrado e autuado nesta data. Recurso distribuído para o(a) Relator(a) DES. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA | Protocolo               | Não |



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Page 1 of 2 <sup>209</sup><sub>e</sub>

**Estado de Sergipe**  
**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe**  
**Praça Fausto Cardoso, 112 - Centro, Aracaju/Se**

**Dados do Processo**

| Número     | Recurso      | Órgão Julgador  | Ação                                     | Situação                   |
|------------|--------------|-----------------|--|----------------------------|
| 2011221243 | 0722/2011    | 2ª.CÂMARA CÍVEL | AGRAVO REGIMENTAL (C. Cível)             | JULGADO                    |
| Escrivania | Distribuição | Procedência     | Relator                                  |                            |
| 2.ª        | 29/11/2011   |                 | DES. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA |                            |
|            | Julgamento   |                 | Revisor                                  | Membro                     |
|            | 05/12/2011   |                 | DESA. MARILZA MAYNARD                    | DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO |

**Partes do Processo**

Agravante A.D.S.

Advogado(a): JÚLIO CARRERA CORREIA - 4327/SE

Agravado N.C.

Trata-se de Agravo Regimental interposto por ADRIANO DOS SANTOS, irressignado com a decisão proferida por esta Relatoria, que negou seguimento ao Recurso de Agravo de Instrumento nº 2593/2011, em decisão de fls. 185/187.

Esta Relatoria negou seguimento ao mencionado recurso, interposto para combater a decisão proferida nos autos de ação de retificação de registro civil que, suspendendo o andamento da ação, condicionou a alteração no registro civil do agravante à realização de transgenitalização, ou seja, após a necessária comprovação da mudança de sexo. A decisão de origem foi mantida, considerando-se que o julgado se pautou com o pensar que predomina nesta Corte sobre a matéria.

Inconformado, o agravante interpôs o presente agravo regimental, argumentando que a decisão agravada teria incorrido em supressão de instância, posto que apenas teria sido postulado o regular prosseguimento do processo, uma vez que a decisão de origem teria condicionado o andamento do feito a evento futuro e sem data prevista (realização de cirurgia de transgenitalização). Soma o argumento de que os Tribunais de outros Estados, especialmente a Corte Gaúcha, possuem entendimento no sentido de admitir a retificação do registro civil, antes mesmo da realização de cirurgia necessária à mudança biológica do sexo. Requer o provimento do recurso, visando a que o feito de origem tenha regular prosseguimento, independentemente da realização de cirurgia.

**É o relatório.****DECIDO.**

É cediço que o Diploma Processual Civil, em seu art. 557, §1, autoriza a

[https://www.tjse.jus.br/tjnet/consultas/internet/termo\\_despacho2.wsp?TMP.NPRO=20112...](https://www.tjse.jus.br/tjnet/consultas/internet/termo_despacho2.wsp?TMP.NPRO=20112...) 21/5/2012

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Page 2 of 2 <sup>210</sup>

possibilidade de exercício do juízo de retratação das decisões proferidas monocraticamente pelo Relator, assim disciplinando:

**Art. 557 (...)**

**§ 1º Da decisão caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento.**  
(grifo nosso).

Da análise dos autos, extrai-se que, de fato, o pleito do agravo de instrumento cingia-se a determinar o regular prosseguimento do feito na origem, eis que, segundo determinação do julgador de origem, o mesmo deveria ficar suspenso até à realização da cirurgia de transgenitalização.

Em melhor análise sobre a matéria delimitada no âmbito recursal, vislumbro assistir razão ao recorrente.

Analisando a questão sob a ótica da suspensão do processo enxergo que a situação vivenciada implica em afronta ao princípio Constitucional da celeridade processual, além de ter efeitos práticos de negativa de prestação jurisdicional.

Dessa forma, na hipótese sob julgamento, não poderia o julgador de origem determinar o sobrestamento do feito por período indeterminado, sem que haja previsão legal para tanto, materializando na prática a absurda hipótese de o processo nunca ser julgado, caso a cirurgia não venha a ser realizada.

No caso vivenciado, observa-se que não se trata de suspensão do processo em virtude da dependência de prova a ser produzida, mormente porque o feito já se encontra devidamente instruído, reunindo, sob o meu entendimento, condições de julgamento imediato.

Nesse contexto, não poderia o julgador de origem negar ao jurisdicionado a resposta do Estado ao pedido formulado, impondo condição incerta de acontecimento para que o processo tenha regular prosseguimento.

**Isto posto, com supedâneo no art. 527, §1º do CPC, exerço juízo de retratação, para reformar a decisão monocrática proferida, e dar provimento ao agravo de instrumento correspondente, determinando o regular prosseguimento do processo de origem (200930600618), independentemente da realização da cirurgia de transgenitalização.**

Intimem-se.

Imprimir

**CERTIDÃO/CONCLUSÃO**

Certifico que o Agravo Regimental nº 2011221243 transitou em julgado, conforme resenha em anexo, e ainda face a petição de fls. 204/206, faço conclusão dos autos.

Aracaju, 22 de maio de 2012.

*[Assinatura]*  
**Técnica Judiciária**

[SENTENÇA]



PODER JUDICIÁRIO  
SEXTA VARA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE ARACAJU-SE  
Rua Serafim Bomfim, s/n - Santos Dumont.

**PROCESSO Nº 200930600618**  
**AUTOR(A): ADRIANO DOS SANTOS**  
**AÇÃO: RETIFICAÇÃO DE NOME**

### SENTENÇA

ADRIANO DOS SANTOS propôs a presente Ação de Retificação de Registro Civil de Nascimento, sob o fundamento de, apesar de ter sido registrado com nome masculino, desde o ingresso na adolescência, comporta-se, psíquica e estruturalmente, nos perfis de um ser do sexo feminino.

Identificando-se como transexual, requer a transmutação do seu sexo legal, civil ou jurídico, de masculino para feminino, alterando, por sua vez, seu prenome para 'ADRIANA LOHANNA'.

Fundamenta, a princípio, seu pedido no Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde (CID-10 F64.0), em doutrina, legislação e jurisprudência.

A inicial (fls.02/09) foi instruída com documentos (fls. 10/13).

À fl. 21, a audiência de instrução foi suspensa e foi determinado por este Juízo o estudo psicossocial do caso.

Às fls. 22/36, a parte demandante juntou Relatório de Avaliação Psicológica expedida pelo Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia; Requerimento/solicitação de Intervenção Cirúrgica para Transgenitalização; Relação de Provas e Atividades Acadêmicas, bem como notas fiscais e comprovantes de endereço com uso de nome social (Adriana Lohanna).

O Laudo Psicossocial realizado por ordem deste Juízo foi juntado às fls. 43/46.

Em continuidade à audiência de instrução e julgamento, este Juízo declarou a incompetência para julgar o presente feito, por residir na Comarca de Aquidabã/SE (fl.47). Ocorre que, suscitado o conflito negativo de competência (fls.51/52), o Egrégio Tribunal de Justiça, por meio do Acórdão nº 6036/2010, de relatoria da Desembargadora Suzana Maria Carvalho Oliveira, declarou esta Vara Privativa como competente para processar e julgar o feito (fls.79/86).

Às fls. 96/105, a parte suscitante juntou guias médicas; laudo de avaliação de transgenitalização; solicitação de exames para adaptação de Genitália, dentre outros.

Às fls. 123/127, avista-se que, em sequência da audiência de instrução e julgamento, foi tomado o depoimento pessoal da parte requerente e de testemunhas.

À fl. 131, foi juntado o Laudo Médico constituído pelo Hospital Universitário Pedro Ernesto – Serviço de Urologia – da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Por sua vez, à fl. 143, observa-se o Relatório de Avaliação Psicológica confeccionado pelo Centro de Referência em Direitos Humanos e Prevenção e combate à Homofobia.

Às fls. 150/155, a parte requerente manifestou-se acerca do laudo e apresentou outros documentos.

Instado a opinar, o órgão do Ministério Público ofereceu parecer favorável à retificação do registro civil da parte demandante no tocante ao nome, e desfavorável quanto à mudança do gênero, para que permaneça o sexo masculino, o qual poderá ser alterado após a conclusão da cirurgia de transgenitalização. (fls. 159/167)

Este Juízo, em decisão exarada à fl. 164, determinou a suspensão do presente feito a fim de que se aguardasse a realização da citada cirurgia, ante a necessidade de comprovação de mudança de sexo para alteração do Registro Civil.

Verifica-se à fl. 170 que, em face daquela decisão, a parte requerente interpôs o recurso de agravo de instrumento. Frise-se que inexistiu retratabilidade da decisão (fl. 187).

Em decisão monocrática proferida no Agravo de Instrumento (Processo nº 2011220363), agora, pelo Desembargador



223

Relator Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima, foi negado provimento (fls.199/201).

Ocorre que contra a referida decisão, a parte requerente interpôs Agravo Regimental (Processo nº 2011221243), oportunidade em que o Excelentíssimo Desembargador exerceu o juízo de retratação e determinou o regular prosseguimento do processo.(fls. 208/210).

É O RELATÓRIO. DECIDO.

*Ab initio*, cumpre destacar que, por força da decisão proferida nos autos do Agravo Regimental nº 0722/2011 (Processo nº 2011221243) o Desembargador Relator determinou o julgamento do presente feito neste Juízo de Origem, por entender que a causa encontra-se madura, mesmo ante o teor art. 515,§3º, do CPC.

Avista-se ainda por meio do relatório acima que inexistiu no presente caso negativa de prestação jurisdicional e, em razão do princípio do livre convencimento motivado, o sobrestamento do feito foi determinado para que a derradeira prova – comprovação da cirurgia de neovaginoplastia - fosse colacionada aos autos para apreciação de fato do direito da parte autora, tendo em vista principalmente a função social da tutela jurisdicional.

No caso, observa-se que a suspensão não se deu por prazo indeterminado, pois, conforme Atestado Médico juntado à fl. 152, a cirurgia pela qual à parte autora se submeterá será agendada a partir de julho próximo.

Entretanto, após esta premissa, quanto ao mérito do pedido, muito bem trilhou seu raciocínio o Desembargador Relator quando do julgamento do referido Agravo de Instrumento (fls.199/201), razão pela qual evitando tautologia desnecessária, colaciono:

"(...)Analisando detidamente os autos, vejo que não merece agasalho a pretensão do recorrente, muito embora, entenda que não deva ser fácil conviver com tal situação, diante do preconceito social.

Todavia, inexistente legislação a amparar o pleito recursal. É sabido, que se encontra em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 70-B, de 1995, que propõe alterar o art. 58, da Lei de Registros Públicos, permitindo a retificação do nome e estado sexual com a averbação do termo transexual no registro de nascimento e carteira de identidade, desde que haja sido realizada a cirurgia de modificação do sexo.



Inobstante ainda esteja aludido projeto em tramitação a moderna jurisprudência já tem se posicionado neste sentido, qual seja, admissão da retificação do registro civil quando já foi realizada a cirurgia de ablação do sexo originário.

Para corroborar o alegado, trago à baila algumas decisões de nossos tribunais pátrios:

Apelação Cível - Ação de retificação de registro civil - Transexualismo - Alteração do prenome e do sexo constante no registro civil - Possibilidade de modificação - Solução que atende ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana - Manutenção da R. Sentença, com observação. Nega-se provimento ao recurso, com observação. (Apelação Cível nº 994.03.022680-0 - Mirassol/TJSP, Relator(a): Christine Santini, Data do julgamento: 23/02/2011).

APELAÇÃO CÍVEL. TRANSEXUALISMO. ALTERAÇÃO DO GÊNERO/SEXO NO REGISTRO DE NASCIMENTO. DEFERIMENTO. Tendo o autor/apelante se submetido a cirurgia de " redesignação sexual ", não apresentando qualquer resquício de genitália masculina no seu corpo, sendo que seu "fenótipo é totalmente feminino ", e, o papel que desempenha na sociedade se caracteriza como de cunho feminino, cabível a alteração não só do nome no seu registro de nascimento mas também do sexo, para que conste como sendo do gênero feminino. Se o nome não corresponder ao gênero/sexo da pessoa, à evidência que ela terá a sua dignidade violada. Precedentes. Apelação provida. (SEGREDO DE JUSTIÇA) (Apelação Cível Nº 70022952261, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Ataídes Siqueira Trindade, Julgado em 17/04/2008).

No caso em tela, não tendo o apelante se submetido a cirurgia denominada neovaginoplastia, nem havendo qualquer erro de fato ou de direito no registro civil, não há como conceder seu pleito.

Registre-se, que não há que se falar em ofensa à dignidade da pessoa humana, consoante alegado pelo recorrente. Ao revés, haveria sobredita ofensa se o nome não correspondesse ao sexo da pessoa. Da análise dos autos, observa-se, entretanto que o nome do requerente condiz com seu estado físico, posto que incontroverso que o demandante ainda não se submeteu a cirurgia de modificação do sexo.



224  
2

Não se vislumbro, portanto, situação fática consolidada a autorizar a retificação do registro público. Entendo que a referida autorização faria com que o sexo jurídico e o nome do requerente, apesar de se conformar ao seu estado psicológico, destoasse de seu atual estado físico. Desse modo, com vistas à segurança jurídica, eventual modificação do nome e do estado sexual deve corresponder ao conjuntamente ao seu perfil psicológico e físico, e não apenas ao psicológico.

Assim já decidiu recentemente esta Corte a esse respeito:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL - TRANSEXUAL - NÃO REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE NEOVAGINOPLASTIA - IMPOSSIBILIDADE - NÃO OCORRÊNCIA DE ERRO NO REGISTRO - INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA - NOME QUE CONDIZ COM O ESTADO FÍSICO - APELO CONHECIDO E IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. Hodiernamente admite-se a alteração do registro de nascimento relativamente ao sexo e ao nome quando for realizada cirurgia de redesignação sexual. APELAÇÃO CÍVEL Nº 0157/2011, 1ª Vara Privativa de Assistência Judiciária de Aracaju, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, DES. ROBERTO EUGENIO DA FONSECA PORTO, RELATOR, Julgado em 14/04/2011)

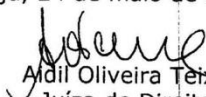
Assim sendo, observa-se que a decisão proferida pelo Juízo a quo encontra-se coerente com a situação fática, cabendo a esta Relatoria, nos termos do que disciplina o art. 557, caput do CPC adiante transcrito, negar provimento ao Recurso, posto que em conformidade com o posicionamento pacificado nesta Corte:(...)"

ISTO POSTO, com base na Lei 6.015/73 e por tudo mais que dos autos constam, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral.

Sem custas, em face do benefício da gratuidade processual.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Aracaju, 24 de maio de 2012

  
Adil Oliveira Teixeira  
Juíza de Direito



225  
e

## DATA

Nesta data foram recebidos os presentes autos  
nesta secretaria:

Aracaju, 28 / 05 / 2012.

Técnico(a) Judiciário(a)

## CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que nesta data  
intimei o/a(s) representante(s) da  
Defensoria Pública da decisão retro.

Bela. Adriana A. Vaz de Andrade  
Escrivã

## CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que nesta data  
intimei o (a) representante do Ministério  
Público da decisão retro.

Bela. Adriana A. Vaz de Andrade  
Escrivã

## TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico e dou fé que transcorreu o prazo legal  
sem que houvesse interposição de recurso sobre a  
decisão retro proferida.

Aracaju, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012.

Bela. Adriana A. Vaz de Andrade  
Escrivã

## CERTIDÃO

Certifico que nesta data arquivo os presentes  
autos na caixa nº \_\_\_\_.

Aracaju, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012.

Técnico(a) Judiciário(a)

Ciente em 30/05/2012.  
peem  
pp.

[RECURSO DE APELAÇÃO]



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

**Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 6ª Vara Privativa de  
Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju/SE**

**Processo nº 200930600618  
Ação de Retificação de Registro Civil**

O Ministério Público do Estado de Sergipe, representado pela Promotora de Justiça infra assinada, oficiando perante esse D. Juízo, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., nos autos da **Ação de Retificação de Registro Civil** demandada por **ADRIANO DO SANTOS**, já qualificado nos autos, com supedâneo nos artigos 188, 499, parágrafo segundo, 513 e seguintes, todos do Código de Processo Civil, e Súmula nº 99, do Superior Tribunal de Justiça, por não se conformar com os termos da veneranda decisão exarada no dia 24/05/2012 que julgou **IMPROCEDENTE** o os pedidos da parte, fundamentando, exclusivamente, na não realização da cirurgia de transgenitalização. Assim, contra tal decisório vem interpor

*[Assinatura]*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

recurso de **APELAÇÃO** à Superior Instância, com as inclusas razões de seu inconformismo, para que delas tome conhecimento e a elas dê provimento, após regular processamento.

N. Termos,  
Espera Acolhida.

Aracaju/SE, 06 de junho de 2012.

*Amr*  
**Ana Cláudia Machado Costa Moraes**  
**Promotora de Justiça**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

**RAZÕES DE APELAÇÃO**

**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA,**

**COLENDIA CÂMARA CÍVEL,**

**DOUTA PROCURADORIA,**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**, representado pela Promotora de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, vem oferecer suas **RAZÕES**, com arrimo no art. 513, do Código de Processo Civil, em atenção à **APELAÇÃO** interposta em peça inclusa, face seu inconformismo com a respeitável decisão encartada através do movimento gerado em 24/05/2012, nos autos do processo em epígrafe, que extinguiu com resolução de mérito, julgando improcedente *in totum* os pedidos autoriais, nos seguintes termos:

**I – DA LEGITIMAÇÃO PARA RECORRER**

Impende observar, de início, a expressa legitimidade do Órgão Ministerial em provocar o reexame da decisão atacada, uma vez que,

*peça*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

mesmo na condição de *custos legis*, mostra-se imperiosa a sua concreta atuação na defesa do império da **Ordem Jurídica**, mormente em ações de estado, quando intervém em razão da natureza da lide, e do interesse público que norteia as ações de Registro Público, regulamentadas pela Lei 6.015/73, *ex vi* do disposto nos arts. 499, caput e parágrafo segundo, e 82, II, do Diploma Processual Civil.

Nesse sentido é também o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, cuja Súmula de nº 99 assim estabelece, *in verbis*:

“O Ministério Público tem legitimidade para recorrer no processo em que oficiou como fiscal da lei, ainda que não haja recurso da parte”.

**II – DA SUMA DOS FATOS**

Versam os autos sobre **AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL COM ALTERAÇÃO DE SEXO E PRENOME** ajuizada por ADRIANO DOS SANTOS, devidamente qualificado pelas razões fáticas e de direito a seguir delineadas:

Narra a exordial que o Requerente, nasceu em 28 de agosto do ano de 1986, na Cidade de Propriá/Sergipe, tendo sido registrado como do sexo masculino, vez que possuía todas as características biológicas.

*pen*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

No entanto, aduz ser transexual, na medida em que, mesmo possuindo características biológicas e nome masculinos, identifica-se, desde a adolescência, psicológica e estruturalmente, com sendo do sexo feminino, sendo reconhecido no ambiente social em que vive como ADRIANA LOHANA.

Afirma ainda que, o transexualismo, atualmente, já é classificado pela Organização Mundial de Saúde como uma doença correspondente ao CID-10 F64.

Às fls. 22/37, a Requerente peticionou acostando diversos documentos, dentre os quais cópia da solicitação para intervenção cirúrgica de transgenitalização (fl. 27).

Em seguida, às fls. 43/46, foi juntado laudo psicossocial, concluindo não haver dúvidas quanto a transexualidade da Requerente.

Na audiência realizada no dia 03 de novembro de 2009, constatou-se que a parte autora reside no Município de Aquidabã, sendo os autos remetidos àquele Juízo que, por sua vez, também se julgou incompetente, conforme decisão constante à fl. 51.

Diante do conflito de competência instaurado, os autos foram remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Sergipe que, julgando o

*pm*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

conflito procedente, declarou competente a 6ª Vara Privativa da Comarca de Aracaju para julgar o presente feito, conforme consta no acórdão de fls. 78/86.

Assim, foi designada audiência de instrução e julgamento, sendo tomado o depoimento da parte autora e a oitiva de duas testemunhas que confirmaram, em suma, ser o Sr. Adriano dos Santos reconhecido como mulher pela sociedade.

Às fls. 131, foi juntado laudo médico da Universidade do Estado do Rio de Janeiro atestando que Adriano dos Santos está em acompanhamento pelo Serviço de Urologia em razão de ser portador de Transtorno de Identidade do Gênero (DSM-IV 302) e Transtorno de Identidade Sexual (CID F64.0), tendo interesse em submeter-se a cirurgia de transgenitalização.

Em seguida, às fls. 143/144, foi acostado relatório da avaliação psicológica da parte autora realizado pelo Centro de Referência em Direitos Humanos Prevenção e Combate à Homofobia do Estado de Sergipe, o qual, expressamente, concluiu ser necessária “uma intervenção que possibilite a coerência entre a maneira como a paciente se enxerga, comporta-se e é tratada pelas pessoas do seu convívio social.”

Por fim, o Requerente peticionou informando que se encontra em acompanhamento psicológico, psiquiátrico, urológico e endocrinológico para realização da cirurgia de transgenitalização que deverá

*[Assinatura]*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

ocorrer a partir do mês de julho de 2012, conforme se observa na petição de fls. 150/151 e nos documentos de fls. 152/153.

Às fls. 159/167, foi emitido, por este *Parquet*, parecer favorável quanto a alteração do nome registral da parte autora, fazendo-se constar prenome feminino, e desfavorável a alteração do gênero no registro civil, o que deveria ser requerido após a realização da cirurgia de transgenitalização.

Apesar da emissão de tal parecer, o Juízo *a quo* determinou que a parte comprovasse a realização da cirurgia de transgenitalização, decisão esta que, em razão da insatisfação, foi agravada pela parte autora, conforme consta na petição e documentos de fls. 170/184.

Em seguida, o referido agravo de instrumento foi conhecido e negado provimento através de uma decisão monocrática do relator nos termos do art. 557 do CPC.

Diante de tal improvimento, o Requerente juntou laudo do Hospital Universitário Pedro Ernesto atestando que o Sr. Adriano dos Santos se enquadraria nas condições previstas na Resolução nº 1.958/2010 do Conselho Federal de Medicina, estando, pois, diagnosticado com transexualismo.

232  
2

*flm*





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Após, restando incontroversa a não realização da cirurgia, a MM. Juíza a quo julgou improcedente os pedidos do autor, vez que não foi realizada a cirurgia de alteração de sexo, conforme se observa às fls. 211/214.

**III - DO MÉRITO**

Na exordial, o Requerente alega que o nome masculino **ADRIANO** não retrata a sua identidade social que é feminina, tendo sido juntado diversos documentos que comprovam a utilização do nome social de **Adriana Lohana**, como por exemplo certificado de participação em congresso (fl. 154/155), provas aplicadas aos seus alunos (fls. 29/34) e nota fiscal (fl. 35).

Nesse sentido, afirma ainda que sua aparência é de mulher e que todas as pessoas de seu convívio lhe tratam como tal, sendo um grande constrangimento toda vez que tem que se identificar pelo seu nome registral. Tais afirmações foram corroboradas pelas testemunhas, **JOSÉ ALDEMIR DA SILVA** e **JOSA BARROS LIMA**, ouvidas na instrução processual quando declararam, respectivamente:

“que conhece Adriana há 04 anos da cidade de Aquidabã onde moram e todos os dias viajam juntos para a cidade de Propriá em virtude de cursos que ambos fazem na cidade; que na verdade conheceu Adriana no transporte para a cidade de Propriá e sempre a vê em festa na cidade e sempre se apresentando da mesma forma; que Adriana ensina em rede pública de ensino; que na comunidade a requerente é conhecida como “Lohana Fashion”; que acredita que o apelido é devido o próprio nome que a requerente adota; que a requerente se relaciona com homens amorosamente, que não sabe

133  
2

per



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

informar se atualmente a requerente tem algum companheiro. Dada a palavra ao advogado da autora, as perguntas respondeu: que até onde sabe a requerente não tem nenhum conflito com a família. Dada a palavra a representante do Ministério Público, as perguntas feitas respondeu: que ouviu falar por comentários locais que o requerente sempre teve comportamento feminino, inclusive desde a infância; que sempre viu a requerente com aspecto feminino; que o requerente sempre fala que deseja ser mulher e o depoente já viu falar de estar sendo preparado uma cirurgia para mudança de sexo, inclusive a notícia saiu em jornal escrito na cidade de Aracaju”

“que conhece Adriana há uns 12 anos quando passou a viver em Aquidabã, tendo de início apenas contato mais profissional porque de vez em quando consertava o computador do requerente, depois passou a ter conhecimento mais próximo quando começou a frequentar a mesma faculdade; que desde esse primeiro contato o depoente já visualizou o requerente do mesmo modo em que se apresenta hoje, sempre o conhecendo com aspecto feminino; na época conhecia com o nome “Fashion” e posteriormente ao ingressar na faculdade foi que o requerente informou se chamar “Lohana Fashion”; que a sociedade aceita plenamente o requerente como mulher não havendo qualquer tipo de discriminação a respeito e inclusive a própria família do depoente nem sabe que o sexo do requerente é masculino; que soube que o requerente trabalhava ensinando; que na faculdade todos também a vêem como mulher; que. Dada a palavra ao advogado do autor, as perguntas feitas respondeu: que quando conheceu o requerente ele era adolescente; que já ouviu falar pelo próprio requerente que esta pretende realizar uma cirurgia de mudança de sexo porque se sente mulher e quer realizar o seu desejo; que a família do requerente não possui qualquer rejeição a este inclusive a genitora o apoia em todos os sentidos; que nunca ouviu falar de qualquer incidente de ter a mãe do requerente queimado suas coisas; que todos só relacionamentos amorosos da requerente era sempre com homens; que a requerente nunca expressou qualquer conflito quanto a sua sexualidade.”

A parte Autora juntou laudo médico atestando ser portador de Transtorno de Identidade do Gênero (DSM-IV 302) e de Transtorno de Identidade Sexual (CID F64.0), sendo este caracterizado como:

“um desejo imenso de viver e ser aceito como membro do sexo oposto, usualmente acompanhado por uma sensação de desconforto ou impropriedade de seu próprio sexo anatômico e o desejo de se

*pbm*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

submeter a tratamento hormonal e cirurgia, para seu corpo ficar tão congruente quanto possível com o sexo preferido.”

Diante das alegações suscitadas e dos pedidos constantes na peça inicial, pode-se perceber que a questão cinge-se a dois pontos distintos: a retificação do registro civil quanto ao prenome e a retificação quanto ao sexo, devendo tais questões serem analisadas separadamente, haja vista não existir relação de dependência entre elas, já que não há impedimento para procedência de um e improcedência de outro.

A dinâmica dos tempos hodiernos reserva-nos diversas situações ainda não previstas no sistema jurídico, dada a velocidade da evolução da sociedade, não acompanhada pelos legisladores em suas prognoses.

Atualmente, o sexo não é visto apenas na sua acepção morfológica, posto que :

“a medicina admite ser o sexo uma conjugação de elementos que deve manter harmonia entre si, sendo eles o elemento biológico, o elemento psicológico e o elemento comportamental do indivíduo. Logo, para o diagnóstico completo e exato da sexualidade, importante atentar ao seu aspecto plurivetorial: o sexo biológico – formado pelo sexo morfológico, sexo genético e sexo endócrino –, o sexo psíquico e o sexo civil”<sup>1</sup> (colocar rodapé pag. 232;233)

Desta feita, a identidade sexual não deve se limitar única e exclusivamente a aquela estabelecida no nascimento pela aparência externa,

<sup>1</sup> DIAS, Maria Berenice. União Homoafetiva: o preconceito & a justiça. 4 ed. - São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009, p. 232 e 233.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

posto que "o sexo civil ou jurídico deve espelhar e coincidir com o sexo vivido socialmente pela pessoa."<sup>2</sup>

Logo, há algum tempo era inimaginável, tanto fisicamente, quanto socialmente, a radical mudança de sexo através de cirurgia. Mas, devido a evolução da medicina nesta seara, tal procedimento é plenamente possível.

Assim, sob o aspecto filosófico-constitucional a análise da adequação da sexualidade passa, necessariamente, pelo princípio da dignidade da pessoa humana, o qual informa, nas palavras de KANT<sup>3</sup>, que "*o homem, e, duma maneira geral, todo o ser racional, existe como fim em si mesmo, não só como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade*".

Nesse sentido, a tradição sociocrático-cristã, que sempre se sustentou na depreciação da vida e desprezo ao corpo, deve ser superada, para que possam ser erigidos, nos dizeres de NIETZSCHE<sup>4</sup>, "*valores voltados para o florescimento e intensificação da vida humana*".

Por isso, exige-se do jurista contemporâneo, em relação a sexualidade, soluções que respeitem a dignidade da pessoa humana, superando-se uma visão embaçada pelo preconceito.

<sup>2</sup> Idem, p. 232.

<sup>3</sup> KANT, I., Immanuel - Fundamentação da Metafísica dos Costumes, p. 68.

<sup>4</sup> NIETZSCHE, Friedrich. A TRANSVALORAÇÃO DOS VALORES.

*Deu*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Sob o aspecto sócio-psicológico, o transexual deseja uma mudança para que possa haver uma adaptação entre o seu sexo biológico e o psico-social. Trata-se de uma busca daquele que,

“em razão desse sentimento de inadequação, vive na infelicidade, pois não se aceita como pessoa do sexo em que nasceu e a sociedade que não o aceita por apresentar uma identidade sexual e características distintas de seu sexo biológico”<sup>5</sup>.

Assim, para que tal descompasso se ajuste, o transexual tem direito a submeter-se a cirurgia de readequação sexual, independentemente de autorização judicial. O Conselho Federal de Medicina, inclusive, editou a resolução de n. 1.652/02 que autoriza a realização de cirurgias de mudanças de sexo, em caso de transexualismo comprovado.

A jurisprudência que, outrora já se encontrou dividida, havendo entendimento no sentido da impossibilidade de retificação do registro por motivo de erro essencial em relação ao transexual, hoje encontra-se pacificada. Prevalece o entendimento no sentido de que se permita a redesignação do estado sexual e do nome, sem qualquer referência ao status anterior da pessoa. O Superior Tribunal de Justiça atualmente pronunciou-se nesse sentido:

“A Turma entendeu que, no caso, o transexual operado, conforme laudo médico anexado aos autos, convicto de pertencer ao sexo feminino, portando-se e vestindo-se como tal, fica exposto a situações vexatórias ao ser chamado em público pelo nome masculino, visto que a intervenção cirúrgica, por si só, não é capaz de evitar constrangimentos. Assim, acentuou que a interpretação

<sup>5</sup> GRUNEICH, Danielle Fermiano dos Santos. Direitos sociais, transexualidade e princípio da dignidade da pessoa humana: uma análise interdisciplinar in <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=166>.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

conjugada dos arts. 55 e 58 da Lei de Registros Públicos confere amparo legal para que o recorrente obtenha autorização judicial a fim de alterar seu prenome, substituindo-o pelo apelido público e notório pelo qual é conhecido no meio em que vive, ou seja, o pretendido nome feminino. Ressaltou-se que não entender juridicamente possível o pedido formulado na exordial, como fez o Tribunal a quo, significa postergar o exercício do direito à identidade pessoal e subtrair do indivíduo a prerrogativa de adequar o registro do sexo à sua nova condição física, impedindo, assim, a sua integração na sociedade. Afirmou-se que se deter o julgador a uma codificação generalista, padronizada, implica retirar-lhe a possibilidade de dirimir a controvérsia de forma satisfatória e justa, condicionando-a a uma atuação judicante que não se apresenta como correta para promover a solução do caso concreto, quando indubitável que, mesmo inexistente um expresse preceito legal sobre ele, há que suprir as lacunas por meio dos processos de integração normativa, pois, atuando o juiz supplendi causa, deve adotar a decisão que melhor se coadune com valores maiores do ordenamento jurídico, tais como a dignidade das pessoas". REsp 737.993-MG, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 10/11/2009.

Como se pode perceber o fundamento autorizador da mudança de sexo, alteração do nome e do registro civil é de ordem constitucional, pois, através da tutela jurisdicional e da intervenção cirúrgica, busca-se assegurar ao transexual a preservação de sua dignidade, adequando a vida do indivíduo, na medida do possível, a sua condição de ser e sentir.

Todavia, o caso em apreço apresenta uma peculiaridade relevante, qual seja, o Requerente ainda não ter se submetido a cirurgia de transgenitalização, fato este que não apresenta um empecilho para alteração do nome registral, conforme se observa nos julgados abaixo transcritos:

**Ementa:** APELAÇÃO. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALISMO. TRAVESTISMO. ALTERAÇÃO DE PRENOME INDEPENDENTEMENTE DA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO. DIREITO À IDENTIDADE PESSOAL E À DIGNIDADE. A demonstração de

pm



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

239  
o

que as características físicas e psíquicas do indivíduo, que se apresenta como mulher, não estão em conformidade com as características que o seu nome masculino representa coletiva e individualmente são suficientes para determinar a sua alteração. A distinção entre transexualidade e travestismo não é requisito para a efetivação do direito à dignidade. Tais fatos autorizam, mesmo sem a realização da cirurgia de transgenitalização, a retificação do nome da requerente para conformá-lo com a sua identidade social. DERAM PROVIMENTO. (Apelação Cível Nº 70030504070, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 29/10/2009)

**Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. ALTERAÇÃO DO NOME E AVERBAÇÃO NO REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALIDADE. CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO. O fato de o apelante ainda não ter se submetido à cirurgia para a alteração de sexo não pode constituir óbice ao deferimento do pedido de alteração do nome. Enquanto fator determinante da identificação e da vinculação de alguém a um determinado grupo familiar, o nome assume fundamental importância individual e social. Paralelamente a essa conotação pública, não se pode olvidar que o nome encerra fatores outros, de ordem eminentemente pessoal, na qualidade de direito personalíssimo que constitui atributo da personalidade.** Os direitos fundamentais visam à concretização do princípio da dignidade da pessoa humana, o qual, atua como uma qualidade inerente, indissociável, de todo e qualquer ser humano, relacionando-se intrinsecamente com a autonomia, razão é autodeterminação de cada indivíduo. Fechar os olhos a esta realidade, que é reconhecida pela própria medicina, implicaria infração ao princípio da dignidade da pessoa humana, norma esculpida no inciso III do art. 1º da Constituição Federal, que deve prevalecer à regra da imutabilidade do prenome. Por maioria, proveram em parte. (SEGREDO DE JUSTIÇA) (Apelação Cível Nº 70013909874, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Maria Berenice Dias, Julgado em 05/04/2006)

**Ementa: REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALIDADE. PRENOME E SEXO. ALTERAÇÃO. POSSIBILIDADE. AVERBAÇÃO À MARGEM.** 1. O fato da pessoa ser transexual e exteriorizar tal orientação no plano social, vivendo publicamente como mulher, sendo conhecido por apelido, que constitui prenome feminino, justifica a pretensão, já que o nome registral é compatível com o sexo masculino. 2. Diante das condições peculiares da pessoa, o

239  
o



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

240

seu nome de registro está em descompasso com a identidade social, sendo capaz de levar seu usuário a situação vexatória ou de ridículo, o que justifica plenamente a alteração. 3. Deve ser averbado que houve determinação judicial modificando o registro, sem menção à razão ou ao conteúdo das alterações procedidas, resguardando-se, assim, a publicidade dos registros e a intimidade do requerente. 4. Assim, nenhuma informação ou certidão poderá ser dada a terceiros, relativamente às alterações nas certidões de registro civil, salvo ao próprio interessado ou no atendimento de requisição judicial. Recurso provido. (SEGredo DE JUSTIÇA) (Apelação Cível Nº 70018911594, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 25/04/2007)

Vale destacar que, a retificação do registro de nascimento do indivíduo tem como base legal o artigo 55 da Lei de Registros Públicos, o qual prescreve ser vedado o emprego de prenome que exponha seu portador ao ridículo.

No caso em apreço, particularmente, pode-se constatar que o nome constante no registro civil da parte autora não corresponde a sua aparência física, o que lhe causa constrangimento e consequente aviltamento de sua dignidade, além de um sentimento de total inadaptação.

Ademais, destaca que o Requerente encontra-se em processo de realização da cirurgia de transgenitalização por meio do Hospital Universitário Pedro Ernesto, localizado no Rio de Janeiro, e que tal procedimento requer tempo, principalmente, quando não é realizado pela rede privada de assistência médica.

241





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Logo, considerando que a Ação de Retificação já perdura há mais de três anos e que neste lapso temporal a cirurgia ainda não foi realizada, acredita-se que a situação atual não pode perdurar, pois, desta forma, estar-se-ia prolongando os conflitos decorrentes de uma situação patológica já comprovada por profissionais da área médica devidamente qualificados.

Ora Douto Julgadores, perlustrando os autos, observa-se de forma clara e incontroversa que já restou comprovado ser o Sr. Adriano dos Santos portador de Transtorno de Identidade de Gênero (DSM-IV 302) e Transtorno de Identidade Sexual (CID F64.0), como também ser reconhecido pela sociedade sergipana como Adriana Lohanna, o que dá ensejo a uma discrepância entre seu nome registral masculino e o seu nome social feminino, já que este é a forma como se vê e se apresenta para a sociedade.

Vale ainda ressaltar que a decisão monocrática do Agravo de Instrumento tombado sob o nº 2011221243 utilizada como fundamento para a decisão da MM. Juíza a quo, apresenta-se incoerente na medida em que, apesar de afirmar que o nome da pessoa deve corresponder ao seu estado físico, nega provimento pela falta de realização de cirurgia.

Caros Julgadores, será que o estado físico do indivíduo deve ser representado única e exclusivamente pelo aparelho reprodutor? Ou será que o estado físico deve ser interpretado e entendido como um conjunto

*249*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

de fatores, tal como forma de se vestir, reconhecimento da sociedade, identificação pessoal?

Nesse sentido, para apaziguar os malefícios ocasionados pelo tempo necessário para realização da cirurgia de transgenitalização com os efeitos que o citado transtorno acarreta ao portador, este Órgão Ministerial, com supedâneo nos arts. 82, I e o artigo 246, requer seja reformada em parte a sentença exarada pelo Juízo *a quo*, que julgou improcedente o pedido de retificação civil, haja vista a existência clara de *erro in judicando*, devendo-se proceder a devida retificação do registro civil do Requerente apenas no tocante ao nome do Autor, que passará a constar **ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS**, mantendo-se, entretanto, a referida decisão no que tange a alteração do gênero pelos motivos acima esposados.

Ressalta-se, por oportuno, que tal modificação deve ser feita apenas no livro de registros, não podendo conter nas certidões do registro público competente referência de que a aludida alteração se oriunda de decisão judicial para que se evite situações constrangedoras e discriminatórias.

Nestes termos,

Pede e Aguarda Provimento.

Aracaju/SE, 08 de junho de 2012.

*AMC Moraes*

**Ana Cláudia Machado Costa Moraes**  
**Promotora de Justiça**

243

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 6.ª VARA  
PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA COMARCA DE ARACAJU – ESTADO  
DE SERGIPE

Processo n.º 200930600618

ADRIANO DOS SANTOS, SOCIALMENTE E INTIMAMENTE RECONHECIDA  
COMO ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS, já qualificado nos autos da Ação de  
RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL, processo acima epigrafado, vem, mui respeitosamente, à  
presença de Vossa Excelência, inconformado com a r. sentença de f., que julgou  
IMPROCEDENTE os pedidos elencados na vestibular, intentar o presente RECURSO  
DE APELAÇÃO nos termos do artigo 513 do Código de Processo Civil, e no prazo do  
artigo 508, com amparo nas razões anexas, requerendo, ainda, a juntada das mesmas  
aos autos.

(79) 3214-5015  
Rua Santa Luzia nº 834, Bairro São José, Aracaju/SE 49015-190  
www.doriaccarrera.adv.br

244

Finalmente, exercido o juízo admissibilidade e preenchidos os requisitos intrínsecos e extrínsecos necessário à admissão do Recurso de Apelação, pede que Vossa Excelência proceda com a remessa dos autos à Corte *ad quem*, a fim de ser processado e julgado o presente remédio recursal.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, segunda-feira, 11 de junho de 2012.

  
**Thenisson Santana Dória**  
**OAB/SE 1.512**

245  
e

PROCESSO n.º 200930600618  
APELANTE : ADRIANO DOS SANTOS

### RAZÕES DA APELAÇÃO

Eméritos Desembargadores,

Colendo Tribunal,

**DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA  
NÃO EFETIVAÇÃO DO PREPARO**

O Recorrente, de logo, ressalta à Corte que não fora efetivado o recolhimento do valor relativo ao preparo, requisito essencial ao conhecimento do recurso de apelação, uma vez que o presente feito foi proposto na Vara de Assistência Judiciária Gratuita da Comarca de Aracaju, Estado de Sergipe, com concessão, por conseguinte, do benefício da justiça gratuita.

Assim, como a r. decisão ratificou a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, o recorrente nesta oportunidade, pugna pelo regular processamento e conhecimento da matéria trazida á baila.

**BREVE SÍNTESE DOS FATOS**

O Apelante promoveu a **AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL**, pugnando, em apertada síntese, que lhe fosse deferida a retificação do Registro Civil das Pessoas

~~Naturais e Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato do Termo Sede da Comarca~~

(79) 3214-5015  
Rua Santa Luzia nº 834, Bairro São José, Aracaju/SE 49015-390  
www.doriaecarrera.adv.br

246  
e

de Aquidabã/SE, a fim de fazer constar na certidão de nascimento como sendo o seu prenome **ADRIANA LOHANA** e o seu sexo (gênero) **FEMININO**. Considera-se transexual, não obstante as características biológicas e nome masculinos. Identifica-se, desde a adolescência, psicológica e corporalmente, como sendo do sexo feminino. É reconhecida socialmente pelo prenome acima referido, Adriana Lohana.

Acostou aos autos, junto a vestibular, Certidão de Nascimento e comprovantes de inscrição no Registro Geral e no Cadastro de Pessoas Físicas. Na primeira assentada, ocorrida aos 04 de setembro de 2009, f. 21, o eminente Juízo determinou a realização de estudo psicossocial, bem como concedeu o prazo de 20 dias para que a parte autora acostasse os documentos que entendesse como necessários ao deslinde do feito.

Desse modo, foram colacionados pelo Requerente, ora Apelante, às f. 22, os seguintes documentos:

- a. Relatório de Avaliação Psicológica expedido pelo Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia (f. 24/26);
- b. Requerimento/solicitação de Intervenção Cirúrgica de Transgenitalização (f. 27);
- c. Relação de Avaliações e Atividades Acadêmicas aplicadas aos alunos do Apelante, com o uso do nome social - ADRIANA LOHANA (f. 29/34);
- d. Notas fiscais emitidas em favor do Apelante, contendo no nome social (f. 35);
- e. Correspondência endereçada ao Requerente, sob o nome social (f. 36v.).

O laudo psicossocial foi encartado aos autos às f. 43/46, merecendo destaque, salientando-se que o original não possui grifos, o subsequente:

Parte da comunidade em que Adriana vive não aceita sua transexualidade, muitos ainda a reconhecem como Adriano. Entretanto, a Requerente adquiriu todos os aparatos femininos, inclusive os comportamentais, tendo por principais constrangimentos o nome constante em seus documento (sic) e seu órgão sexual, aos quais repele veementemente.



(79) 3214-5015  
Rua Santa Luzia nº 834, Bairro São José, Aracaju/SE 49015-490  
www.doriaecarrera.adv.br

247  
e

[...] É pertinente para a saúde biopsicossocial do Sr. Adriano que o mesmo possa modificar o registro civil.

Destarte, do ponto de vista psicossocial, não há dúvida em relação à forma como a Requerente se percebe, sua transexualidade é definida pelos trejeitos e hábitos femininos.

Propriá, 30 de outubro de 2009.

CLAUDIA ALMEIDA OLIVEIRA  
FONTES

ASSISTENTE SOCIAL  
CRESS 1151

CRISTIANE MARIA GUEDES

PSICÓLOGA  
CRP 03/05327

Na assentada do dia 03 de novembro de 2009, (f. 47), indagado o Apelante acerca do atual domicílio, o Juízo, de ofício, se considerou incompetente para prosseguir com a instrução, ao tempo em que remeteu o feito para a Comarca de Aquidabã, atual domicílio do Apelante. Após parecer do Ministério Público (f. 50), o Juízo da Comarca de Aquidabã suscitou o conflito negativo de competência, nos termos da decisão de f. 51/52. Prestada as informações pelo Juízo Suscitado (f. 59/60), emitido parecer pelo Ministério Público (f. 73/75), finalmente o Conflito Negativo de Competência foi conhecido, declarando competente para apreciação da demanda o Juízo de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju/SE, nos termos do acórdão de f. 77/86.

Finalmente, transcorrido o incidente processual acerca da competência do Juízo, manifestação do autor sobre o laudo psicossocial e juntada de novos documentos, realizou-se a audiência de instrução aos 29 de novembro de 2011, com a tomada de depoimento do autor e oitiva de testemunhas. Ao final, o Requerente pugnou pela expedição de ofício ao Hospital Universitário Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro, com o intuito de que fosse remetido laudo detalhado da evolução dos tratamentos psicológico, psiquiátrico e cirúrgico do Apelante. Foi remetido laudo medido, atestando que o Apelante foi diagnosticado com Transtorno de Identidade do Gênero (DSM-IV 302) e Transtorno de Identidade Sexual (CID F64.0).

248  
e

Novo laudo psicológico foi encartado aos autos, às f. 143/144, sobre qual se manifestou o Apelante às f. 150/151. Trouxe aos autos, certificado de extensão de curso universitário emitido com o nome social e um atestado médico, redigido nos seguintes termos:

**ATESTADO MÉDICO**

Atesto, a pedido da própria, que Adriano dos Santos (Adriana Lohana) está inscrita no programa de cirurgia de transgenitalismos do Hospital Pedro Ernesto da UERJ, fazendo acompanhamento psicológico, psiquiátrico, urológico e endocrinológico, devendo ser submetida à cirurgia a partir de julho de 2012.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2011.

Prof. Miguel Chalub  
Perito Associado

O Ministério Público intimado a emitir parecer final, discorreu acerca do tema, transcreveu decisões que autorizam a mudança de nome, mesmo sem a realização de cirurgia e, finalmente, opinou favoravelmente a retificação do registro civil do Requerente no tocante ao nome, passando a constar ADRIANA LOHANA DOS SANTOS. E, contraditoriamente, manifestou-se desfavoravelmente a alteração do registro civil quanto ao gênero, devendo permanecer o sexo masculino, podendo ocorrer alteração, segundo o *parquet*, após a conclusão do processo de transgenitalização.

Sem que a parte autora, ora Apelante, lançasse suas considerações finais, o Douto Juízo emitiu o despacho condicionando à decisão do Estado a um fato futuro, sem data precisa para realização e, enquanto isso, o Apelante permaneceria, como até hoje se encontra submetido ao escárnio público, tornando-se imperioso o posicionamento do Estado-Juiz quanto à matéria, julgando-a totalmente ou parcialmente procedente ou, ainda, improcedente, não podendo a negativa da prestação jurisdicional perpetuar-se *ad infinitum*.

Interposto agravo de Instrumento, o Douto Relator, em decisão monocrática, negou seguimento ao Recurso, data máxima vênia de maneira equivocada.

(79) 3214-5015  
Rua Santa Luzia nº 834, Bairro São José, Aracaju/SE 49015-690  
www.doriaccarrera.adv.br



249  
e

No entanto, após a interposição de **AGRAVO REGIMENTAL, tombado sob o nº 2011221243**, o Douto Desembargador emitiu a seguinte decisão monocrática:

"Trata-se de Agravo Regimental interposto por ADRIANO DOS SANTOS, irredigido com a decisão proferida por esta Relatoria, que negou seguimento ao Recurso de Agravo de Instrumento nº 2593/2011, em decisão de fls. 185/187.

Esta Relatoria negou seguimento ao mencionado recurso, interposto para combater a decisão proferida nos autos de ação de retificação de registro civil que, suspendendo o andamento da ação, condicionou a alteração no registro civil do agravante à realização de transgenitalização, ou seja, após a necessária comprovação da mudança de sexo. A decisão de origem foi mantida, considerando-se que o julgado se pautou com o pensar que predomina nesta Corte sobre a matéria.

Inconformado, o agravante interpôs o presente agravo regimental, argumentando que a decisão agravada teria incorrido em supressão de instância, posto que apenas teria sido postulado o regular prosseguimento do processo, uma vez que a decisão de origem teria condicionado o andamento do feito a evento futuro e sem data prevista (realização de cirurgia de transgenitalização). Soma o argumento de que os Tribunais de outros Estados, especialmente a Corte Gaúcha, possuem entendimento no sentido de admitir a retificação do registro civil, antes mesmo da realização de cirurgia necessária à mudança biológica do sexo. Requer o provimento do recurso, visando a que o feito de origem tenha regular prosseguimento, independentemente da realização de cirurgia.

**É o relatório.**

**DECIDO.**

É cediço que o Diploma Processual Civil, em seu art. 557, §1, autoriza a possibilidade de exercício do juízo de retratação das decisões proferidas monocraticamente pelo Relator, assim disciplinando:

**Art. 557 (...)**

**§ 1º Da decisão caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento.**  
(grifo nosso).

Da análise dos autos, extrai-se que, de fato, o pleito do agravo de instrumento cingia-se a determinar o regular prosseguimento do feito na origem, eis que, segundo determinação do julgador de origem, o mesmo deveria ficar suspenso até à realização da cirurgia de transgenitalização.

Em melhor análise sobre a matéria delimitada no âmbito recursal, vislumbro assistir razão ao recorrente.

Analisando a questão sob a ótica da suspensão do processo enxergo que a situação vivenciada implica em afronta ao princípio Constitucional da celeridade processual, além de ter efeitos práticos de negativa de prestação jurisdicional.

250

Dessa forma, na hipótese sob julgamento, não poderia o julgador de origem determinar o sobrestamento do feito por período indeterminado, sem que haja previsão legal para tanto, materializando na prática a absurda hipótese de o processo nunca ser julgado, caso a cirurgia não venha a ser realizada.

No caso vivenciado, observa-se que não se trata de suspensão do processo em virtude da dependência de prova a ser produzida, mormente porque o feito já se encontra devidamente instruído, reunindo, sob o meu entendimento, condições de julgamento imediato.

Nesse contexto, não poderia o julgador de origem negar ao jurisdicionado a resposta do Estado ao pedido formulado, impondo condição incerta de acontecimento para que o processo tenha regular prosseguimento.

**Isto posto, com supedâneo no art. 527, §1º do CPC, exerço juízo de retratação, para reformar a decisão monocrática proferida, e dar provimento ao agravo de instrumento correspondente, determinando o regular prosseguimento do processo de origem (200930600618), independentemente da realização da cirurgia de transgenitalização.**

Intimem-se."

Nesse diapasão, o Eg. Tribunal, por meio do relator do Agravo Retido, firmou posicionamento no sentido de considerar a matéria madura e pronta ao julgamento.

Finalmente, proferida a r. decisão, o Juízo de Primeiro Grau julgou IMPROCEDENTE o pleito autoral, razão por que se interpõe o presente Recurso de Apelação.

**DA OFENSA À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA – DA NULIDADE DA R. DECISÃO  
PELA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO**

Além da demora na concessão da tutela jurídica, mesmo que julgada improcedente a demanda, o Apelante está a amargar um tratamento diferenciado, desigual, preconceituoso, discriminatório e, sobretudo, que ofende à dignidade da pessoa humana, uma vez que legalmente não logrou êxito no intento de ter ratificado o ~~tratamento que lhe é reconhecido socialmente e, também, intimamente.~~

(79) 3214-5015  
Rua Santa Luzia nº 834, Bairro São José, Aracaju/SE 49015-890  
www.doriaccarrera.adv.br

251

Dia após dia, o Apelante floresce como gênero feminino, prestes a realizar a cirurgia de transgenitalização, sem que o Estado reconheça tal situação, impondo-lhe condição contrária à própria natureza.

Ademais, a r. decisão, contrariando a delicadeza e cuidado que o tema merece, prestou-se, tão somente, a repetir a decisão do relator do agravo de instrumento, para ao final, julgar improcedente a demanda, sem que qualquer fundamentação jurídica, sociológica, médica fosse aventada, gerando nulidade processual insanável, conforme o art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, desde já suscitada.

**DO POSICIONAMENTO DOS TRIBUNAIS – POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO  
DO NOME E DO REGISTRO INDEPENDENTEMENTE DE CIRURGIA DE  
TRANSGENITALIZAÇÃO**

Em razões dos fatos narrados, imperioso frisar que diversos Tribunais possuem entendimento no sentido de que a retificação independe da realização de cirurgia, o que caracteriza a divergência jurisprudencial, de logo suscitada, senão vejamos:

**RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALISMO. ALTERAÇÃO E PRENOME INDEPENDENTEMENTE DA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO. DIREITO À IDENTIDADE PESSOAL E À DIGNIDADE. CONFIRMAÇÃO DE SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. ACOLHIMENTO DE PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SEGUNDO GRAU.**

A demonstração de que as características físicas e psíquicas do indivíduo, que se apresenta como mulher, não estão em conformidade com as características que o seu nome masculino representa coletiva e individualmente são suficientes para determinar a sua alteração.

A distinção entre transexualidade e travestismo não é requisito para a efetivação do direito à dignidade.

Tais fatos autorizam, mesmo sem a realização da cirurgia de transgenitalização, a retificação do nome da requerente para conformá-lo com a sua identidade social.

**NEGARAM PROVIMENTO.**

**APELAÇÃO CÍVEL OITAVA CÂMARA CÍVEL Nº 70030772271 COMARCA DE SÃO LEOPOLDO**

**APELAÇÃO. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALISMO. TRAVESTISMO. ALTERAÇÃO DE PRENOME**

(79) 3214-5015

Rua Santa Luzia nº 834, Bairro São José, Aracaju/SE 49015-990  
www.doriaecarrera.adv.br

252

INDEPENDENTEMENTE DA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO. DIREITO À IDENTIDADE PESSOAL E À DIGNIDADE. CONFIRMAÇÃO DE SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. ACOLHIMENTO DE PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SEGUNDO GRAU. A demonstração de que as características físicas e psíquicas do indivíduo, que se apresenta como mulher, não estão em conformidade com as características que o seu nome masculino representa coletiva e individualmente são suficientes para determinar a sua alteração. A distinção entre transexualidade e travestismo não é requisito para a efetivação do direito à dignidade. Tais fatos autorizam, mesmo sem a realização da cirurgia de transgenitalização, a retificação do nome da requerente para conformá-lo com a sua identidade social. Pronta indicação de dispositivos legais e constitucionais que visa evitar embargo de declaração com objetivo de prequestionamento. REJEITADAS AS PRELIMINARES, NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70022504849, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 16/04/2009)

#### CONCLUSÃO

Finalmente, por tais fundamentos, requer seja o presente apelo **CONHECIDO** e **PROVIDO** no sentido de que essa Augusta Corte declare a nulidade da sentença *a quo*, pela ausência de fundamentação. E, ultrapassado o pedido preliminar, requer a reforma do julgado no sentido de julgar provido o presente Recurso de Apelação, autorizando o Apelante a registrar o prenome como **ADRIANA LOHANNA** e, também que faça consta no registro da pessoa natural o gênero **FEMININO**, tudo por ser de plena

**JUSTIÇA !**

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, segunda-feira, 11 de junho de 2012.



Thenisson Santana Dória

OAB/SE 1.512

**CERTIDÃO/CONCLUSÃO**

Certifico que os recursos de apelações retro são tempestivos, razão pela qual faço conclusão

Aracaju, 12 de junho de 2012.

*[Assinatura]*  
**Técnica Judiciária**

259  
e**Processo nº 200930600618**

R.Hoje.

Recebo os recursos em razão da  
tempestividade, **subam** os autos ao Egrégio Tribunal de  
Justiça, com as **homenagens de estilo**.

Cumpra-se.

Aracaju, 21 de junho de 2012

**Sérgio Fortuna de Mendonça**  
Juiz Substituto

1

|   |
|---|
| <b>DATA</b>   |
| Recebi estes autos da MM. Juíza de Direito.<br>Aracaju, <u>22</u> de <u>06</u> de 2012. |
| <b>Técnico(a) Judiciário(a)</b>   |

JUSTIÇA GRATUITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
 Juízo de Direito 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária de Aracaju  
 Av. Serafim Bomfim, 440, (PRÉDIO DO SESI)  
 Bairro - Santos Dumont Cidade - Aracaju



201230603615

OFÍCIO Nº: 828/2012

Aracaju, 22 de junho de 2012

PROCESSO.....: 200930600618

NATUREZA.....: Retificação

Requerente...: ADRIANO DOS SANTOS Advogado(a): THENISSON SANTANA DORIA - 1512/SE

.....

Prezado(a) Senhor(a),

Através do presente, ( ) DETERMINO ou ( ) SOLICITO que seja cumprida a finalidade abaixo transcrita:

**Finalidade:** Face o recurso de apelação, encaminhado, em anexo, os autos acima epigrafados para ser distribuído para uma das escrivãs deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Na resposta ao presente, favor mencionar o número deste processo.

Atenciosamente,

Adriana Aparecida Vaz de Andrade  
 Escrivão(a)/ Chefe de Secretaria, de ordem

MD03000

DISTRIBUIDOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Endereço: PRACA FAUSTO CARDOSO 112  
 Bairro: CENTRO  
 Cidade: ARACAJU  
 UF: SE  
 CEP: 49010-080



256

Ofício Circular nº 24/2009

Aracaju, 03 de março de 2009

Senhores Magistrados (as),

Conforme é do conhecimento de Vossas Excelências, desde 29 de setembro de 2008 este Tribunal de Justiça iniciou a implantação das novas Tabelas de Classes, Assuntos e Movimentos processuais, determinadas pela Resolução 46/2007 do Conselho Nacional de Justiça.

Durante os treinamentos com os servidores do 1º grau, em setembro e novembro de 2008, para esclarecer sobre as novas orientações resultantes das mudanças trazidas pela implantação das Tabelas Processuais, foi informado que para remeter os processos para o 2º grau seria necessário proceder à reclassificação dos processos e o cadastramento dos assuntos, tudo conforme novas Tabelas Processuais.

Entretanto, após três meses de implantadas as alterações, muitos casos continuam chegando ao 2º grau sem assuntos cadastrados e, em muitos casos, sem movimento de remessa.

Sendo assim, tendo em vista a grande quantidade de processos que não foram distribuídos ao 2º grau sem a reclassificação e o cadastramento de assuntos, informamos a Vossas Excelências que os processos enviados fora dos moldes exigidos, bem como os processos com movimento de remessa, serão devolvidos às Secretarias de origem para que sejam regularizados e, posteriormente, reenviados para a Distribuição do 2º grau.

Atenciosamente,

*Ivana Rocha Melo Rezende*  
**Ivana Rocha Melo Rezende**  
 Secretária Judiciária





**Poder Judiciário**  
**Estado de Sergipe**

#### RECEBIMENTO

Foram-me, hoje, entregues estes autos

Aju, 02/07/2012.

Chefe da Central de Protocolo do 2º Grau

#### DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO

Nesta data, foram estes autos (X) Distribuídos/( ) Redistribuídos,  
sendo a seguinte composição:

**RELATOR(A): DES. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA**

( ) 1ª Câm. Cível; (X) 2ª Câm. Cível; Grupo IV  
( ) Câm. Criminal; ( ) Câm. Cív. Reunidas; ( ) Trib. Pleno  
( 3a. Escrivania )

Aju, 02/07/2012.

Chefe da Central de Protocolo do 2º Grau

#### TERMO DE ENTREGA

Faço entrega desses autos ao(a) Exmo(a) Sr(a)

Desembargador(a) Relator(a)

Aju, 02/07/2012.

Chefe da Central de Protocolo do 2º Grau

*Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe*

221

Encaminhem-se os autos à Douta  
Procuradoria de Justiça.

**Aracaju, 03/07/2012.**




**RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA**  
Desembargador Relator

Escritório  
25/03/2013  
ESTJ

#### TERMO DE RECEBIMENTO

Recebi estes autos nesta data  
Aracaju, 04 de 03 de 2013

  
Técnico Judiciário

#### TERMO DE VISTA

Faço esses autos com vista ao Exmo. Sr.  
Procurador Geral de Justiça.

Aracaju, 04 de 03 de 2013

  
Técnico Judiciário

01  
VOLUME(S)  
     APENSO(S)



ESTADO DE SERGIPE  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
CARTÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

#### TERMO DE RECEBIMENTO

Aos 06 de 07 de 2012, neste Cartório da Procuradoria Geral de Justiça, foram-me entregues estes autos e para constar lavrei este termo.

  
**Selma Suely Farias dos Santos**  
COORDENADORA DO CARTÓRIO

#### TERMO DE VISTA

*Faço vista destes autos ao Exmo. Senhor Procurador de Justiça*

**Dr. JOSENIAS FRANÇA DO NASCIMENTO**

09 de 07 de 2012

  
**Selma Suely Farias dos Santos**  
COORDENADORA DO CARTÓRIO

Eminente Desembargador(a)  
Devolvo o presente processo com  
o incluso parecer digitado em  
folha(s), de um só lado.

Em, 02/08/2012

  
**Josenias França do Nascimento**  
Procurador de Justiça

#### TERMO DE RECEBIMENTO

Processos Recebidos do Gabinete do(a) Procurador(a) de Justiça  
Com apenso \_\_\_\_\_ n° \_\_\_\_\_

03 de 08 de 2012

  
**Selma Suely Farias dos Santos**  
COORDENADORA DO CARTÓRIO

#### TERMO DE REMESSA

Aos 06 de 08 de 2012 nesta Procuradoria Geral de Justiça remeto  
estes autos para os fins necessários do Senhor Escrivão do Tribunal de Justiça, e  
para constar lavrei este termo.

  
**Selma Suely Farias dos Santos**  
COORDENADORA DO CARTÓRIO

**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) DESEMBARGADOR(A) RELATOR(A) DA COLETA  
\_\_\_\_\_ CÂMARA \_\_\_\_\_ DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE.

EMINENTE DESEMBARGADOR(A) RELATOR (A):

DEVOLVO O PRESENTE PROCESSO COM O PARECER EM ANEXO.

RECURSO AP 5751/2012

Aracaju, 03 de AGO de 2012.

Josénias França do Nascimento  
Procurador de Justiça



**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 5751/2012.**

**PROCEDÊNCIA: 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária de Aracaju.**

**APELANTES: Ministério Público do Estado de Sergipe e Adriano dos Santos.**

**RELATOR: Des. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA.**

**APELAÇÃO CÍVEL – RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL – NOME E SEXO – TRANSEXUALISMO – ALTERAÇÃO DE PRENOME INDEPENDENTEMENTE DA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO – POSSIBILIDADE - DIREITO À IDENTIDADE PESSOAL E À DIGNIDADE.** *O fato de o apelante ainda não ter se submetido à cirurgia para a alteração de sexo não pode constituir óbice ao deferimento do pedido de alteração do nome. A insatisfação com a própria identidade, representada pelo nome, o descompasso entre o que se é de fato e o que vem representado através do nome, impede a pessoa de viver com dignidade e fomenta um sentimento de total inadaptção. – PELO PROVIMENTO DOS RECURSOS.*

**PARECER**

Tratam os presentes autos de Apelação Cível interposta pelo **Ministério Público do Estado de Sergipe e Adriano dos Santos** nos autos de **AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL**, tendo em vista sentença definitiva prolatada pelo **Juízo de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária de Aracaju**, que julgou improcedente a pretensão capitaneada na exordial, consoante decisão avistável **às fls. 222/224**.

As razões dos recursos do MP Estadual (fls. 226/242) e do próprio Autor (fls. 243/252) pugnam pela **reforma in totum** do julgado monocrático, argumentando, ambos no mesmo sentido, que seja deferida a retificação de Registro Civil do Autor para que possa constar o nome de **Adriana Lohana dos Santos** ao invés de Adriano dos

**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Santos, tendo em vista que o nome masculino não retrata sua identidade social e é causa de graves constrangimentos, já que se trata de transexual. Assevera que sua aparência é de mulher e que todas as pessoas do seu convívio lhe tratam como tal, e, ainda, que está prestes a realizar a cirurgia de transgenitalização. Por fim, sustenta a violação do princípio constitucional da dignidade humana e cita jurisprudências sobre a possibilidade de alteração do nome e do registro, independentemente, de cirurgia de transgenitalização.

Despacho do primeiro grau visto à **fls. 254**, recebendo a irresignação.

Este é o relato da fase recursal.

**OPINAMOS**

Os recursos devem ser conhecidos porque presentes os pressupostos de admissibilidade.

De início, salienta-se que o assunto em debate é bastante controvertido, tanto do ponto de vista social como jurídico, tendo já sido enfrentado por esta Procuradoria na **Apelação Cível nº 0157/2011**, mas que agora adotamos entendimento diverso daquele ali expressado.

Entendemos que, inobstante a enorme gama de ilações e ponderações a respeito do assunto, temos que o tema em comento encontra amparo legal e constitucional.

O apelante é transexual e pretende alterar sua documentação, adequando-a à realidade sexual vivenciada, qual seja, a de ser uma mulher. Atualmente, conta 25 anos de idade e, desde 2009, está em processo terapêutico no Centro de Referência em Direitos Humanos Prevenção e Combate à Homofobia.

A magistrada de primeiro grau julgou improcedente o pedido de alteração de registro civil, sob o argumento de que o recorrente ainda não tinha realizado a cirurgia de transgenitalização. A irresignação de ambos os recursos são pela possibilidade da alteração do nome e sexo no Registro Civil independentemente de cirurgia.



## PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Os documentos acostados aos autos pelo Hospital Universitário

Pedro Ernesto do Rio de Janeiro atestam o diagnóstico de transexualidade, bem como a submissão do apelante ao tratamento exigido pelo Conselho Federal de Medicina, a fim de que possa realizar a cirurgia de transgenitalização (fls. 131), **estando agendada para o presente mês - Julho de 2012**, conforme atestado médico de fls. 152. Com isso, extrai-se que o recorrente cumpriu todos os quesitos técnicos recomendados pelo Conselho Federal de Medicina – Resolução 1.652 de maio de 2002.

Cláudio Moojem Abuchaim, Ana Luiza Galvão Abuchaim e outros assim definem o transexualismo:

*"Significa que há uma transposição na correlação do sexo anatômico e psicológico, ou seja, a pessoa tem o corpo de um sexo porém sente-se como pertencente ao sexo oposto. O tratamento psicológico se faz necessário para entender a alteração apresentada e apenas em alguns casos específicos será indicada a cirurgia de alteração do sexo, a qual só se faz após cuidadosa avaliação psicológica e física da pessoa". (ABUCHAIM, Cláudio Moojen, *Transtorno de Identidade de Gênero - Transexualismo*. Disponível em [www.abcdocorposalutar.com.br](http://www.abcdocorposalutar.com.br), acesso em 01.03.2004).*

Os psiquiatras e psicólogos fazem esse diagnóstico através de vários contatos e conversas com o paciente, para determinar corretamente seus sentimentos.

*"Por isso é importante diferenciar o transexualismo do tranvestismo/travestismo e homossexualidade. No tranvestismo a pessoa não sente que sua identidade de gênero está trocada (por exemplo, homem com corpo de homem sentindo-se homem), mas usa roupas do sexo oposto com objetivo de ter prazer erótico, para se excitar. Apenas em casos em que a pessoa passa a se vestir como mulher a maior parte do tempo e ter dúvidas e sofrimento em relação a sua identidade de gênero é que se deve pensar que possa haver transexualismo latente. Já no homossexualismo, a pessoa também se sente adequada quanto à determinação de seu sexo (tem corpo de homem, sente-se homem), porém tem atração afetiva e erótica por outra pessoa do mesmo sexo que ela" (Transcrição do mesmo trabalho acima citado).*





## PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Em suma, o transexualismo refere-se a uma crise de identidade sexual onde o indivíduo possui cromossomos, genitais e hormônios de um sexo, mas tem a certeza, a convicção íntima que pertence ao outro sexo. Muitos estudos relatam que a infelicidade causada por essa insatisfação leva à tentativas de automutilação e suicídio.

Desenvolvendo toda essa caminhada de conceitos e soluções para a espécie no campo científico, não podemos imaginar que o Direito e a Justiça cerrem os olhos para o tema. Há que ter uma solução.

O requerente nasceu homem e assim foi registrado em razão da aparência física. Logo, a experimentar a vida, desde tenra idade, mostrou-se mulher. Suas atitudes sempre foram de mulher, conforme apurado em depoimento do Autor e testemunhas às fls. 124/127.

A insatisfação com a própria identidade, representada pelo nome, o descompasso entre o que se é de fato e o que vem representado através do nome, impede a pessoa de viver com dignidade e fomenta um sentimento de total inadaptabilidade. Ele (Recorrente) quer sentir-se bem e conformado com a sua condição social expressada através do nome e tudo o que ele representa coletiva e individualmente.

Não há negar que a identidade social e psicológica é base para essa busca, uma vez que a finalidade do pedido de retificação do seu nome e sexo teve o escopo de compatibilizá-lo socialmente com sua situação de transexual, visando afastar de vez as situações constrangedoras que, não raro, a impedem de ter uma vida que se aproxime do que se convencionou como normal. Diante das peculiaridades da situação posta nos autos, temos que merece reforma a sentença a quo.

### DA DESNECESSIDADE DA CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO PARA MUDANÇA DO PRENOME.

O sexo da pessoa humana é normalmente determinado de acordo com quatro referenciais de análise: **os cromossomos, as gônadas (ovários ou testículos), os hormônios e as características sexuais, primárias ou secundárias.** Os dois primeiros não podem ser substituídos - **mas as gônadas podem ser retiradas** -, os dois últimos sim. Enquanto os hormônios podem ser



### PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

alterados com relativa facilidade, as características sexuais, mais especificamente as secundárias, apresentam alguma complexidade: o grande desafio é o de lograr êxito, em termos de aparência e correto funcionamento, na alteração anatômica da genitália. Nesse particular, enquanto a alteração do gênero masculino para o feminino, apesar de difícil, tem sido realizada com maior frequência, o contrário tem se mostrado particularmente complexo, não só em termos de aparência, como em relação ao regular funcionamento.

Ora, se os cromossomos determina normalmente o sexo de uma pessoa, e estes não podem ser substituídos, então, mesmo sendo realizada a cirurgia de transgenitalização, não ocorrerá mudança no sexo da pessoa, se for do gênero masculino permanecerá com o sexo masculino. Pergunta-se, então, porque exigir-se para a mudança do prenome, que o pretendente tenha que se submeter ao processo cirúrgico, se com a sua realização, a pessoa se do gênero masculino permanecerá com o mesmo gênero.

Então, o fato de o Apelante ainda não ter se submetido à cirurgia para a alteração de sexo não pode constituir óbice ao deferimento do pedido em comento.

#### REFLEXOS DA "MUDANÇA DE SEXO" NO REGISTRO PÚBLICO

Numa visão tradicionalista, seria possível afirmar que o prenome, ressalvadas as exceções contempladas em lei, é, em linha de princípio, imutável: o sexo, por sua vez, assumiria características inatas, não podendo ser alcançado por meras alterações de aparência. Entendimento dessa natureza, como soa evidente, não se harmoniza com o necessário respeito à dignidade humana, da qual se desprendem todos os direitos que protegem e viabilizam a expansão da individualidade física e psíquica inerente a qualquer ser humano.

A inalterabilidade do prenome, como se percebe pela sistemática legal, é meramente relativa; deve se ajustar às exceções expressamente previstas na Lei de Registros Públicos e àquelas que se desprendam da Constituição, que informa e serve de fundamento de validade para toda a ordem jurídica. Ao "mudar de sexo" a pessoa inaugura uma nova fase de sua personalidade, daí decorrendo a imperiosa necessidade de que seja re-individualizada perante si e seus pares. Não há



### PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

dignidade se a pessoa tem renegado o seu *eu* e é impedida, por razões de ordem patológica, a se integrar ao *nós*, vale dizer, ao ambiente social. Nesse contexto, a autorização judicial para a mudança do prenome decorreria diretamente do princípio da dignidade da pessoa humana, no qual está ínsita a proteção da personalidade individual. À alteração do gênero sexual estendem-se os mesmos argumentos, o que torna igualmente necessária a alteração do sexo originariamente inserido no registro civil, que não mais se harmoniza com a realidade.

A proposição, no entanto, não é tão simples quanto aparenta ser. Há, ainda, duas outras questões a serem enfrentadas. A primeira consiste em identificar se a cirurgia de transgenitalização é requisito necessário à alteração do prenome e do sexo ou se é possível que uma pessoa que fisicamente ostente as características de um homem, mas que, no plano psíquico, se sinta uma mulher, possa igualmente alterá-los. A segunda diz respeito à necessidade, ou não, de ser inserida alguma observação no registro a respeito da situação anterior da pessoa.

Em prol da possibilidade de alteração do prenome e do sexo mesmo nas situações em que não tenha sido previamente realizada a cirurgia de transgenitalização, argumenta-se que a verdade registral não pode desconsiderar que o transexual vive sob uma evidente contradição entre a forma de seus genitais externos e os aspectos psicológicos que integram a sua personalidade. Ao prestigiar o sexo morfológico e ignorar os aspectos inerentes ao pensamento e ao comportamento da pessoa, o registro civil incorreria em erro, não retratando a verdadeira identidade sexual. Nesse caso, deveria prevalecer o entendimento pessoal do indivíduo em relação ao próprio sexo ou, de modo mais exato, o diagnóstico médico como transexual. O sexo, assim, acompanharia o psíquico, não o físico.

Em que pese tratar-se de entendimento bem intencionado e que se preocupa com aspectos inerentes à personalidade individual, não cremos que pessoa biologicamente normal e pertencente a um gênero sexual bem definido possa ser transposta para outro com embasamento, único e exclusivo, em seus transtornos psíquicos. Entendimento diverso, em verdade, terminaria por fazer que o próprio registro civil fosse acometido dos mesmos males do transexualismo: retrataria o que se sente, não o que é visto na realidade, o que certamente afrontaria a sua funcionalidade, conduzindo-o ao descrédito.



## PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Em princípio, o prenome é imutável. Todavia, esta regra tem sido relativizada em decorrência de avanços da ciência médica e mudança de comportamento da sociedade como um todo

Com efeito, a Constituição Federal de 1988 traz como um dos princípios fundamentais a **dignidade da pessoa humana** (art. 1.º, III).

Tal tutela constitucional foi recepcionada no novo Código Civil, ao dispor sobre o Direito da Personalidade, nos artigos 11 a 21. O direito da personalidade representa todos os direitos subjetivos da pessoa humana, todos os direitos de natureza civil que derivam da pessoa – da condição humana.

E o princípio fundamental que informa o Direito da Personalidade é o **princípio da dignidade da pessoa humana**, amparado pela proteção internacional dos Direitos Humanos (**Corte Internacional de Direitos Humanos – CIDH**). Como já se disse alhures, o princípio da dignidade humana é a base para a sociedade desenvolvida.

Sobre o tema em comento, merecem transcrição os ensinamentos de **Ingo Wolfgang Sarlet**:

*"[...] Na feliz formulação de Jorge Miranda, o fato de os seres humanos (todos) serem dotados de razão e consciência representa justamente o denominador comum a todos os homens, expressando em que consiste a sua igualdade. Também o Tribunal Constitucional da Espanha, inspirado igualmente na Declaração universal, manifestou-se no sentido de que "a dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que leva consigo a pretensão ao respeito por parte dos demais.*

*Nesta mesma linha situa-se a doutrina de Günter Dürig, considerado um dos principais comentadores da Lei Fundamental da Alemanha da segunda metade do*



## PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

*século XX. Segundo este renomado autor, a dignidade da pessoa humana consiste no fato de que "cada ser humano é humano por força de seu espírito, que o distingue da natureza impessoal e que o capacita para, com base em sua própria decisão, tomar-se consciente de si mesmo, de auto determinar sua conduta, bem como de formatar a sua existência e o meio que o circunda" (In Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988, Livraria do Advogado editora, 2001, p. 43/44).*

O Direito da Personalidade serve para proteger e promover a dignidade da pessoa, considerando a dignidade no sentido mais amplo, qual seja, como um valor que não tem preço, que não pode ser substituído, que é único, que é individual.

Ser digno é ter direito ao livre desenvolvimento da personalidade, é o direito de ser único, é ter o "direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome" (art. 16 do Código Civil em vigor).

Se o nome não corresponder ao gênero/sexo da pessoa, à evidência que ela terá a sua dignidade aviltada, desprezada, violada.

Por fim, vale ressaltar que deve constar na certidão apenas que existe averbação decorrente de determinação judicial alterando o registro, mas sem fazer qualquer menção à razão determinante dessa alteração do registro civil, nem acerca de quais alterações foram procedidas, resguardando-se, desta forma, tanto a publicidade dos registros, como também do direito de intimidade do requerente.

Nesse sentido, colaciono julgados:

**91148792 - APELAÇÃO. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALISMO. TRAVESTISMO. ALTERAÇÃO DE PRENOME INDEPENDENTEMENTE DA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO. DIREITO À IDENTIDADE PESSOAL E À DIGNIDADE. A**

**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

*demonstração de que as características físicas e psíquicas do indivíduo, que se apresenta como mulher, não estão em conformidade com as características que o seu nome masculino representa coletiva e individualmente são suficientes para determinar a sua alteração. A distinção entre transexualidade e travestismo não é requisito para a efetivação do direito à dignidade. Tais fatos autorizam, mesmo sem a realização da cirurgia de transgenitalização, a retificação do nome da requerente para conformá-lo com a sua identidade social. DERAM PROVIMENTO. (TJRS; AC 70030504070; Canoas; Oitava Câmara Cível; Rel. Des. Rui Portanova; Julg. 29/10/2009; DJERS 06/11/2009; Pág. 90)*

**61848286 - APELAÇÃO. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALISMO. TRAVESTISMO. ALTERAÇÃO DE PRENOME INDEPENDENTEMENTE DA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO. DIREITO À IDENTIDADE PESSOAL E À DIGNIDADE. CONFIRMAÇÃO DE SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. ACOLHIMENTO DE PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SEGUNDO GRAU.** *A demonstração de que as características físicas e psíquicas do indivíduo, que se apresenta como mulher, não estão em conformidade com as características que o seu nome masculino representa coletiva e individualmente são suficientes para determinar a sua alteração. A distinção entre transexualidade e travestismo não é requisito para a efetivação do direito à dignidade. Tais fatos autorizam, mesmo sem a realização da cirurgia de transgenitalização, a retificação do nome da requerente para conformá-lo com a sua identidade social. Pronta indicação de dispositivos legais e constitucionais que visa*



## PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

*evitar embargo de declaração com objetivo de prequestionamento. REJEITADAS AS PRELIMINARES, NEGARAM PROVIMENTO, UNÂNIME. (TJRS; AC 70022504849; Caxias do Sul; Oitava Câmara Cível; Rel. Des. Rui Portanova; Julg. 16/04/2009; DOERS 24/04/2009; Pág. 65)*

Resta verificar quais os efeitos das alterações promovidas no registro público em relação às informações preexistentes. Observa-se, de logo, que a opção pela coexistência de ambas terminaria por gerar mal maior que aquele que se buscou combater. Afinal, o indivíduo, longe de pacificar os seus conflitos intrínsecos, terminaria por vê-los perpetuados no próprio registro público, que assegura a permanência e a publicidade da informação. No extremo oposto, tem-se que a pura e simples supressão das informações preexistentes, apresentaria dois inconvenientes: (1º) retrataria, como se subsistente desde o nascimento, uma situação que somente surgiu em momento posterior, após a cirurgia de transgenitalização; (2º) comprometeria a segurança jurídica e a legítima confiança que a sociedade costuma depositar sobre o registro público.

Na medida em que o registro público deve retratar a realidade, não é aceitável seja justamente ele a inviabilizar o acesso à informação de que a pessoa, durante parte de sua vida, foi conhecida por nome diverso e considerada pertencente a gênero sexual distinto do atual. Entre o nascimento e a morte, pontos de partida e de chegada da existência humana, há toda uma dinâmica de relações que situam a pessoa no contexto social e permitem o seu reconhecimento; quando tais relações assumem relevância social, passam a ser encartadas no registro público. Nessa linha, considerar originário o que foi adquirido é mentira incompatível com a *ratio essendi* do registro. Uma forma de preservar a funcionalidade do registro e não ressuscitar o abalo psíquico que sempre atormentou o transexual é nele inserir a observação de que os campos w e x, vale dizer, aqueles referentes ao prenome e ao sexo, foram alterados por força de decisão judicial, proferida pelo órgão jurisdicional y, no processo z. Embora não se negue que certamente se obteria maior transparência com a anotação do designativo "transexual", cremos que os efeitos deletérios em muito superariam os malefícios a serem obtidos. Afinal, além de estigmatizar o indivíduo, que ostentaria uma marca visível ao olhar mais desatento, ainda romperia com o modelo binário de gênero sexual, dando azo ao surgimento de um *tertium*



### PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

*genus*, o que certamente intensificaria a discriminação. O mesmo se diga em relação a outras "técnicas" mais sutis, mas igualmente discriminatórias, como "feminino cirúrgico" ou "masculino construído".

Ainda que num primeiro exame sejamos levados a crer que o prenome e o sexo do indivíduo somente digam respeito a ele, essa conclusão não resiste a uma reflexão mais acurada. Essas informações, conquanto inicialmente ambientadas na intimidade de cada qual, dela se desprendem e assumem relevância coletiva ao constataremos que podem gerar reflexos sobre a vida e o patrimônio de terceiros. É plenamente factível que terceiros de boa-fé se relacionem com o indivíduo única e exclusivamente por acreditarem que ele pertence a um dado sexo; essas pessoas, à evidência, têm o direito de saber se tal pertença é inata ou adquirida. O exemplo mais sugestivo é o daqueles que pretendam contrair núpcias com pessoas que "mudaram de sexo". Seria admissível negar-lhes o direito de saber que o futuro cônjuge possuía nome diverso e, legalmente, ostentava o mesmo sexo que o seu? Toda pessoa tem um passado, que pode ser abonador ou desabonador, o que certamente deve ser objeto de avaliação por parte daqueles que com ele pretendem se relacionar. O total silêncio do registro, no entanto, simplesmente inviabilizaria o acesso, por parte de outros particulares, de uma considerável parcela da vida do antigo transexual.

Não bastassem os argumentos de ordem sentimental ou de pura opção pessoal, ainda merece referência a constatação de que o casamento com o outrora transexual, em regra, tomará inviável a reprodução, isto porque o novo órgão genital raramente alcançará um padrão ótimo de funcionamento. A questão em nada se assemelha à da mulher estéril, como pensou o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cujo acórdão foi corretamente reformado pelo Superior Tribunal de Justiça; afinal, o fato de a mulher não poder procriar é mera contingência, não descaracterizando os seus contornos intatos; por outro lado, no outrora transexual que, na aparência, se transmutou de homem em mulher, tem-se uma limitação imanente.

A solução simplista de afirmar que aquele que se sentir enganado sempre poderá pleitear, no prazo decadencial de três anos, face ao erro essencial em relação à identidade do cônjuge, a anulação do casamento, não se afeiçoa ao imperativo respeito aos demais valores constitucionais envolvidos. Esses valores principiam pela pessoa do outro cônjuge, pois também ele possui uma dignidade a ser respeitada, o que inclui o direito de expandir a sua personalidade ao





### PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

lado da pessoa que melhor se ajuste aos seus sentimentos, à sua maneira de vida e aos seus referenciais de certo e errado. O Estado não pode manter-se ao lado da malícia e do engodo.

A exemplo do princípio da dignidade humana, também o direito a informação possui estatura constitucional. Nos exatos termos do art. 5º, XIV, da Constituição de 1988, "*é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional*". Conquanto deva coexistir com as hipóteses de sigilo, o direito à informação há de prevalecer nas situações que, não dizendo respeito, única e exclusivamente, à intimidade alheia e à subsistência do Estado, possam gerar reflexos diretos na esfera jurídica dos demais componentes do grupamento.

Na medida em que o registro reflete um referencial de informação e de publicidade, estando necessariamente lastreado nos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, será necessária a averbação, à margem do registro, de observação informando que as alterações foram promovidas por força de ordem judicial.

*Ex positis*, somos pelo **CONHECIMENTO** dos recursos e, *no mérito*, pelo seus *provimentos*, para reformar a sentença a quo no sentido de que seja alterado o registro civil do recorrente, modificando-se o prenome de **ADRIANO** para **ADRIANA LOHANA** e o gênero masculino para feminino, pelas razões externadas em linhas anteriores.

É o parecer, s.m.j.

Aracaju, 02 de Agosto de 2012.


JOSENIAS FRANÇA DO NASCIMENTO  
PROCURADOR DE JUSTIÇA



### TERMO DE RECEBIMENTO

Recebi estes autos nesta data.

Aracaju, 06 de 08 de 2012.

  
Técnico Judiciário

### TERMO DE CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a).  
Desembargado(a):

☒ Relator(a)

☐ Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe.

Aracaju, 06 de agosto de 2012.

Bela, Maria Kátia Nunes Ribeiro Lima  
Escrevente da 3ª Escrivania do TJSE

\_\_\_\_ VOLUME(S)  
\_\_\_\_ APENSO(S)

*Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe*269  
~**Apelação Cível 5751/2012**

R. Hoje.

Em face da existência de Atestado Médico, acostado às fls. 152, cujo conteúdo informa a probabilidade de o requerente se submeter à cirurgia de mudança de sexo em julho de 2012; e tendo em vista que a realização desta modifica por completo o contexto do presente recurso, intime-se o autor para informar se o procedimento cirúrgico já fora realizado.

Após, volvam-me os autos conclusos.

Intimem-se.



**DES. Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima**

**Relator**

270  
m

Fls.

**DATA**

Recebi estes autos.

Aracaju, 06 de 09 de 20 12.

Escrevente/Técnico da 3ª Escrivania do Cartório do TJ/SE

**CERTIDÃO**

**CERTIFICO** que, foi disponibilizado no site do Diário da Justiça Eletrônico ([www.diario.tj.se.gov.br](http://www.diario.tj.se.gov.br)), 10 de 09 de 20 12, ( ) 2ª, ( ) 3ª, ( ) 4ª, ( ) 5ª, ( ) 6ª - feira, a(o):  
 (x) Decisão/ Despacho  
 ( ) Ato Ordinatório  
 ( ) Outros: \_\_\_\_\_  
 visto(a) às fls.: 269, do presente feito, sendo considerado publicado' no primeiro dia útil posterior, nos termos da Lei 11.280/2007 e da Resolução nº 007/2007, do TJ/SE.

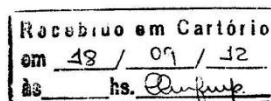
O referido é verdade e dou fé

Aracaju, 11 de 09 de 20 12.

  
**Bela. Maria Kátia Nunes Ribeiro Lima**  
 Escrevente na 3ª Escrivania do Cartório do TJ/SE

271  
re

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA REVISORA, DOUTORA  
MARILZA MAYNARD SALGADO DE CARVALHO



Processo n.º 2012214127

ADRIANO DOS SANTOS, intimamente e socialmente reconhecida como ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS, já qualificado nos autos da Ação de Retificação de Registro Civil, em fase recursal, processo em epígrafe, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por conduto de seu procurador abaixo firmado, em atenção ao despacho de f., afirmar, inicialmente, que até a presente data NÃO FORA REALIZADO O PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DE ADEQUAÇÃO DE SEXO, como se infere dos recentes laudos médicos ora encartados.

Atendida a determinação de Vossa Excelência, reitera os termos do Recurso de Apelação proposto, pugnando pela reforma da decisão de piso.

Termos pelos quais,  
Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, sexta-feira, 14 de setembro de 2012.

  
THENISSON SANTANA DÓRIA  
OAB/SE n.º 1.512

PROTOCOLADO INTERBOCO TISE 17/SET/2012 15:23 000001105

272  
m

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO  
RECEITUÁRIO

(ADRIANO DOS SANTOS)  
NOME ADRIANA LOHANNIO DOS SANTOS REG. 1755533  
SERVIÇO URLOGIA SALA \_\_\_\_\_  
RECEITA Nº \_\_\_\_\_

LAUDO

DECLARO QUE A PACIENTE ACMA ENCONTROU-SE  
EM PLANEJAMENTO AMBULATORIAL (TRANSSEXUALIDADE)  
NETO SERVIÇO, EM PREPARO PARA REALIZAÇÃO  
DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO

Eduardo Coutinho  
Médico  
CRM 32.86235-6

MÉDICO

DATA 26/06/12

0003-0043

273  
*re*

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO  
UNIDADE DOCENTE-ASSISTENCIAL DE PSIQUIATRIA

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2012.

Levo ao conhecimento que o paciente Adriano dos Santos (Adriana Lohanna), RG: 3.114.395-4 SSP/SE, apresenta as condições previstas na Resolução nº 1.958 de 12 de agosto de 2010 do Conselho Federal de Medicina, publicada no Diário Oficial da União de 03 de setembro de 2010, que dispõe sobre cirurgia de transgenitalismo, ou seja:

- a) Tem o diagnóstico médico de transexualismo;
- b) Apresenta desconforto com o sexo anatômico natural;
- c) Exibe o desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;
- d) O distúrbio permanece de forma contínua e consistente por mais de dois anos;
- e) Há ausência de outros transtornos mentais.

*[Handwritten signature]*  
Prof. Miguel Chalub  
Perito Psiquiatria  
Matricula UERJ n.º 1593-3  
CREMERJ - 52.10016-7

MIGUEL CHALUB  
Professor Associado  
UERJ - Matrícula 1593-3  
CREMERJ 52-10016-7

274  
m3ª Escrivania  
ESTL OP

## TERMO DE CONC LUSÃO

Faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Desembargado(a):

☒ Relator(a).☐ Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe.

Aracaju, 18 de 09 de 20 12

Bela. Maria Kátia Nunes Ribeiro Lima  
Escrivã da 3ª Escrivania do TJSE01 VOLUME(S)  
— APENSO(S)



*Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe***APELAÇÃO CÍVEL nº 5751/2012**

**PROCESSO n.º - 2012214127**  
**PROCEDÊNCIA - 6ª V. Priv. de Assistência Judiciária de Aracaju**  
**APELANTE - Ministério Público**  
**APELANTE - A. D. S.**  
**ADVOGADO - Bel. Thenisson Santana Dória**  
**RELATOR - RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Apelação interposta por ADRIANO DOS SANTOS, nos autos da ação de retificação de assento de nascimento que move, contra a sentença de fls. 222/224 que julgou improcedente o pedido.

Sustenta o autor na apelação (fls. 243/252) que é portador de transtorno de identidade de gênero, apesar de ter nascido homem. Com o passar dos anos, adquiriu hábitos e postura características do sexo feminino.

Aduz que sofre grandes constrangimentos quando precisa se identificar em locais públicos, diante dessa contradição entre a identidade formal (documentos) e a aparente (social).

Refere que a desarmonia apresentada pela apelante entre o sexo biológico e o psicológico influencia muito no seu cotidiano, sofrendo constrangimentos de toda ordem.

Alude que a prova documental comprova que o apelante possui aparência feminina, tendo sido juntados laudos psiquiátricos e psicológicos nesse sentido. Diz que seu nome (masculino) está em

*Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe*

desacordo com seu fenótipo, já que sua aparência corresponde à de um homem.

Assevera que o fato de não ter se submetido ao procedimento cirúrgico não tem o condão de afastar sua pretensão, porque a mesma possui a aparência externa feminina, e se sente mulher.

Requer o provimento da apelação, para que seja julgado procedente seu pedido, para alternar o nome e sexo da apelante.

O Ministério Público, na condição de *custus legis* recorre da sentença monocrática do mesmo modo, pugnando pela reforma para que seja deferida a retificação do nome do autor uma vez que ele é portador de Transtorno de Identidade do Gênero e de Transtorno de Identidade Sexual, tudo isso confirmado pelas testemunhas que convivem com o mesmo. Ao final pugna pela alteração apenas no tocante ao nome do autor no registro civil sem, contudo, alterar-lhe o gênero disposto no mesmo.

A Procuradoria de Justiça, através do eminente Procurador Dr. Josenias França do Nascimento, emitiu parecer pelo conhecimento e provimento de ambas as apelações.

É o relatório.

Ao Revisor.

Aracaju/Se, 20/09/2012.

**Desembargador Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima**

**Relator**

Fls.

710  
711  
712

Designo pauta para a próxima sessão desimpedida.

Aracaju, 21 . 09 . 2012.

  
**IOLANDA SANTOS GUIMARÃES**  
Juíza em substituição/Revisora

#### DATA

Nesta data, recebi os presentes autos.

Aracaju/SE, 21 . 09 . 2012.

  
**BRUNO MATOS DE SOUZA**  
Subsecretário da 2ª Câmara Cível em exercício

#### INCLUSÃO EM PAUTA

Processo incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 01 . 10 . 2012, sendo esta encaminhada ao Departamento de Divulgação do TJSE para publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

Aracaju, 24 . 09 . 2012.

  
**BRUNO MATOS DE SOUZA**  
Subsecretário da 2ª Câmara Cível em exercício



PODER JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE SERGIPE  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE**  
Sessão Ordinária realizada no dia 01/10/2012

**2a. CÂMARA CÍVEL**

Presidência do Exmo. Sr.  
DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO  
Presentes os Exmos. Srs.  
DR(A) IOLANDA SANTOS GUIMARÃES (em substituição a(o) DESA. MARILZA  
MAYNARD SALGADO DE CARVALHO)  
DES. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA  
VAGA DE DESEMBARGADOR (DES. JOSÉ ALVES)

Procurador de Justiça: DRA. MARIA HELENA FERNANDES DE BARROS

Subsecretária(o): BEL(A) BRUNO MATOS DE SOUZA

**JULGAMENTO**

**APELAÇÃO CÍVEL**

ESCRIVANIA.....: 3a.  
No. DO PROCESSO.....: 2012214127  
**No. DO FEITO.....: 5751/2012**  
PROCEDÊNCIA.....: 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária de  
Aracaju  
GRUPO.....: IV - 2a. CÂMARA CÍVEL  
RELATOR.....: DES. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA  
REVISOR.....: DR(A) IOLANDA SANTOS GUIMARÃES (em substituição a(o)  
DESA. MARILZA MAYNARD SALGADO DE CARVALHO)  
MEMBRO.....: DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO  
PROCURADOR.....: DR. JOSENIAS FRANÇA DO NASCIMENTO  
APELANTE.....: MINISTERIO PUBLICO  
ADRIANO DOS SANTOS  
ADVOGADO.....: THENISSON SANTANA DORIA - OAB: 1512/SE  
APELADO.....: MINISTERIO PUBLICO  
ADRIANO DOS SANTOS  
ADVOGADO.....: THENISSON SANTANA DORIA - OAB: 1512/SE

**JULGAMENTO:**

**Retirado de pauta pelo Relator.**

ARACAJU, 01 DE OUTUBRO DE 2012

**BRUNO MATOS DE SOUZA**  
SUBSECRETÁRIO DA 2a. CÂMARA CÍVEL

Designo pauta para a próxima sessão  
desimpedida.


Aracaju, 23/10/2012

  
**DES. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA**  
**RELATOR**

**DATA**

Nesta data, recebi os presentes autos.

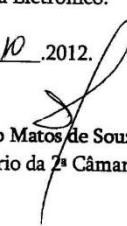
Aracaju/SE, 23. 10. 2012.

  
p/ Bruno Matos de Souza  
Subsecretário da 2ª Câmara Cível

**INCLUSÃO EM PAUTA**

Processo incluído na pauta da sessão de  
julgamento do dia 30. 10. 2012,  
sendo esta encaminhada ao Departamento  
de Divulgação do TJSE para publicação no  
Diário da Justiça Eletrônico.

Aracaju, 23. 10. 2012.

  
p/ Bruno Matos de Souza  
Subsecretário da 2ª Câmara Cível



PODER JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE SERGIPE  
Sessão Ordinária realizada no dia 30/10/2012

## 2a. CÂMARA CÍVEL

Presidência do Exmo. Sr.  
DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO  
Presentes os Exmos. Srs.  
DR(A) IOLANDA SANTOS GUIMARÃES (em substituição a(o) DESA. MARILZA MAYNARD  
SALGADO DE CARVALHO)  
DES. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA  
DES. JOSÉ DOS ANJOS

Procurador de Justiça: DR. FABIO VIEGAS MENDONÇA DE ARAUJO

Subsecretária(o): BEL(A) BRUNO MATOS DE SOUZA

## JULGAMENTO

### APELAÇÃO CÍVEL

ESCRIVANIA.....: 3a.  
No. DO PROCESSO.....: 2012214127  
No. DO FEITO.....: 5751/2012  
PROCEDÊNCIA.....: 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária de Aracaju  
GRUPO.....: IV - 2a. CÂMARA CÍVEL  
RELATOR.....: DES. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA  
REVISOR.....: DR(A) IOLANDA SANTOS GUIMARÃES (em substituição a(o) DESA. MARILZA MAYNARD SALGADO DE CARVALHO)  
MEMBRO.....: DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO  
PROCURADOR.....: DR. JOSENIAS FRANÇA DO NASCIMENTO  
APELANTE.....: MINISTERIO PUBLICO  
ADRIANO DOS SANTOS  
ADVOGADO.....: THENISSON SANTANA DORIA - OAB: 1512/SE  
APELADO.....: MINISTERIO PUBLICO  
ADRIANO DOS SANTOS  
ADVOGADO.....: THENISSON SANTANA DORIA - OAB: 1512/SE

### JULGAMENTO:

Relatado o processo, fez uso da palavra o Dr. Thenisson Santana Doria - OAB/SE 1512/SE, patrono da parte requerente/recorrente, pugnando pelo conhecimento e provimento do recurso, nos termos das razões constantes nos autos. À unanimidade, foi o recurso autoral conhecido e provido. Por igual número de votos, foi o apelo interposto pelo Ministério Público conhecido e parcialmente provido, nos termos do voto do Relator.

ARACAJU, 30 DE OUTUBRO DE 2012

BRUNO MATOS DE SOUZA  
SUBSECRETÁRIO DA 2a. CÂMARA CÍVEL

[REFORMULAÇÃO DA SENTENÇA]

***Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe***

254

Pedido: 1645912/2

**APELAÇÃO CÍVEL nº 5751/2012**

**PROCESSO n.º - 2012214127**  
**PROCEDÊNCIA** - 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária de Aracaju  
**APELANTE** - M.P.  
**APELANTE** - A. D. S.  
**ADVOGADO** - Bel. Thenisson Santana Dória  
**RELATOR** - **RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA**

**E M E N T A**

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. Pedido realizado por transexual - Inclusão de prenome feminino no registro civil - Cabimento. A incoincidência da identidade do transexual provoca desajuste psicológico, não se podendo falar em bem-estar físico, psíquico ou social. Assim, o direito à adequação do registro é uma garantia à saúde, e a negatividade modificação afronta imperativo constitucional, revelando severa violação aos direitos humanos. Sentença reformada. Recurso do autor conhecido e provido. Recurso do Ministério Público conhecido e parcialmente provido. Decisão unânime.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Grupo IV, da Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, à unanimidade, conhecer dos recursos, para, no mérito DAR PROVIMENTO ao recurso do autor e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso do Ministério Público, nos termos e voto do Relator.

Aracaju/SE, 30 de outubro de 2012.

  
**DES. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA**  
**RELATOR**

*Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe*



O Ministério Público, na condição de *custus legis*, recorre da sentença monocrática do mesmo modo, pugnando pela sua reforma para que seja deferida a retificação do nome do autor, uma vez que o mesmo é portador de Transtorno de Identidade do Gênero e de Transtorno de Identidade Sexual, tudo isso confirmado pelas testemunhas que convivem com o mesmo.

A Procuradoria de Justiça, através do eminente Procurador Dr. Josenias França do Nascimento, emitiu parecer pelo conhecimento e provimento de ambas as apelações.

É o relatório.

Decido.





## *Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe*

### **RELATÓRIO**

Cuidam os autos de Apelações Cíveis interpostas por ADRIANO DOS SANTOS e pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE, contra a sentença de fls. 222/224 que julgou improcedente o pedido nos autos da Ação de Retificação de Assento de Nascimento.

Sustenta o autor na apelação (fls. 243/252) que, apesar de ter nascido homem, é portador de transtorno de identidade de gênero (DSM -IV 302) e Transtorno de Identidade Sexual (CID F64.0). Afirma que o mesmo se identifica, desde a adolescência, psicologicamente e corporalmente com o sexo feminino e, em razão disso, com o passar dos anos, adquiriu hábitos e postura características do gênero.

Aduz que sofre grandes constrangimentos quando precisa se identificar em locais públicos, diante dessa contradição entre a identidade formal (documentos) e a aparente (social).

Refere que a desarmonia apresentada entre o sexo biológico e o psicológico influencia muito no seu cotidiano, sofrendo constrangimentos de toda ordem.

Alude o apelante que a prova documental comprova, além da sua aparência feminina, o seu lado psicológico completamente alterado, tendo sido juntados laudos psiquiátricos e psicológicos nesse sentido. Diz que seu nome (masculino) está em desacordo com seu fenótipo, já que sua aparência corresponde à de uma mulher.

Assevera que o fato de não ter se submetido ao procedimento cirúrgico não tem o condão de afastar sua pretensão, porque a mesma possui a aparência externa feminina, e se sente mulher.

Requer o provimento da apelação, para que seja julgado procedente seu pedido, alterando-se nome e sexo no seu registro civil.

### *Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe*

27/11/2012

A mesma Desembargadora, em recente entendimento estabeleceu em relação à aludida matéria: " *Para a Medicina Legal, não se pode mais considerar o conceito de sexo fora de uma apreciação plurivetorial, resultante de fatores genéticos, somáticos, psicológicos e sociais. A Psicologia define a sexualidade humana como uma combinação de vários elementos: o sexo biológico (o sexo que se tem), as pessoas por quem se sente desejo (a orientação sexual), a identidade sexual (quem se acha que é) e o comportamento ou papel sexual. Como os fatos acabam se impondo ao Direito, a rigidez do registro identificatório da identidade sexual não pode deixar de curvar-se à pluralidade psicossomática do ser humano.*"

No caso em pauta, assim como em muitos transexuais, Adriano(a) nasce após duas crianças anteriores mortas, de sexo masculino e tem um tio materno homossexual que é terrivelmente segregado pela família. Portanto, sua história precede seu nascimento na espera e no lugar que lhe foi reservado no inconsciente de seus pais, formando assim, bases importantes na construção da psicosexualidade. Nos parece que a impossibilidade de fazer o luto dos primeiros filhos perdidos foi a lógica que desencadeou o futuro de Adriana-transexual. Diante das infelizes circunstâncias, além de um pai alcoolista e uma mãe submetida aos seus caprichos e maus tratos, os processos psíquicos que permitiriam a requerente construir o sentimento de identidade sexual em acordo com seu sexo anatômico foram bloqueados por identificações primárias obstruídas pelas perdas anteriores.

Adriana relata que só começou a se sentir "gente" quando sua irmã, dois anos mais nova nasceu e começaram a enfeitá-la: a partir daí sente-se menina "como ela". Ou seja, para pertencer psiquicamente à família encontra uma identificação do lado feminino. Só que o desdobramento desse ser psíquico feminino lhe causou estragos irreparáveis na primeira infância e a partir de então, seu desejo de ser uma menina ficou escondido, para ser aceita no seio da família, na escola e na comunidade. Para Adriana, ainda futuro transexual, a posição de não responder a representação narcísica do desejo dos pais equivaleria a não existir para estes últimos, a não se constituir como sujeito desejante. A mãe, com a cumplicidade do pai, não

## *Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe*

### **VOTO**

Tratam-se de Apelações Cíveis interpostas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE, bem como por ADRIANO DOS SANTOS nos autos da ação de retificação de assento de nascimento que move, contra a sentença de fls. 222/224, que julgou improcedente a demanda.

Pugna o autor pela alteração do seu registro civil no que se refere ao seu nome, e ao sexo constante no seu registro de nascimento de masculino para feminino, já que é portador de Transtorno de Identidade de Gênero, ou seja, Transexualidade, tendo características físicas do sexo femininas e se comportando na sociedade como tal. Afirma que a sua documentação está em total descompasso a sua aparência com os seus documentos, o que lhe acarreta grandes constrangimentos quando necessita se identificar em locais públicos, pois todos a vêem como "mulher".

Em razão disso, vem a juízo pleitear sua mudança de Adriano para Adriana Lohana.

Pois bem, o transexualismo, definido como patologia pela Classificação Internacional de Doenças<sup>1</sup>, *consiste em uma anomalia da identidade sexual, em que o indivíduo se identifica psíquica e socialmente com o sexo oposto ao que lhe fora determinado pelo registro civil. O transexual não aceita seu sexo biológico, buscando na cirurgia de redesignação sexual o fim de todo aquele sofrimento causado pela incoincidência entre sua identidade sexual física e psíquica. Essa angústia não se resume no fato de a sociedade o encarar como indivíduo do outro sexo, mas se agrava quando o próprio transexual não consegue conciliar seu corpo à sua mente: ele se olha no espelho e vê algo que repudia, que reprova.*

Em tempos passados, a definição do sexo da pessoa se dava unicamente por meio da genitália. Tal entendimento não se coaduna com as necessidades hodiernas, haja vista a designação do sexo ser analisada sob o prisma plurivetorial e não univetorial, como menciona Maria Berenice Dias (2006, p.120).

---

<sup>1</sup> CID – 10 F64.0  
AC 5751\_2012  
09

*Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe*

73/15  
f8

***deve ser a convicção do sujeito, a certeza delirante, que confirmaria uma psicose, ou seja, um desejo não limitado pela lei paterna.(fl.66)"***

Nestes termos, Maria Berenice Dias<sup>2</sup>, se manifesta:

"A incoincidência da identidade do transexual provoca desajuste psicológico, não se podendo falar em bem-estar físico, psíquico ou social. Assim, o direito à adequação do registro é uma garantia à saúde, e a negatividade modificação afronta imperativo constitucional, revelando severa violação aos direitos humanos."

Deve-se, portanto, garantir a todos, indistintamente, a dignidade, princípio de maior amplitude no texto constitucional e sustentáculo de interpretação de todo ordenamento jurídico. Para os transexuais, a cirurgia de mudança de sexo e a retificação do nome e designação sexual são elementos intrínsecos ao direito de ser feliz como condição de uma vida digna.

Cabe, pois, ao ordenamento jurídico, o papel de garantir ao indivíduo transexual a sua plena inserção na sociedade em que vive por meio do respeito sua à identidade sexual, como um dos aspectos do direito à saúde, mediante autorização judicial para o procedimento cirúrgico de transgenitalização e a retificação do registro civil com mudança do prenome ao sexo desejado e mudança da designação do sexo, estes últimos independentemente da realização da cirurgia.

Dessa forma, reputo necessário o deferimento do pleito de mudança no registro pelos seguintes motivos:

- a) Não existe qualquer dúvida quanto ao diagnóstico do CID 10: F64.0, traduzindo: transexualismo, verificado pela história que precede o sujeito e suas experiências infantis e na adolescência;
- b) A requerente tem sua vida estruturada, equilibrada e organizada do ponto de vista econômico, social, afetivo e agora, familiar, como uma "mulher" normal

<sup>2</sup> DIAS, Maria Berenice. **União homossexual: o preconceito e a justiça**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. p. 124.  
AC 5751\_2012  
09



### *Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe*

conseguia aceitar uma criança diferente da que de seus sonhos – aquela que antes mesmo de nascer já possuía um lugar na sua economia psíquica – então, durante todo o período da escola primária, rasgava as roupas que a filha vestia; recebia denuncia dos vizinhos que Adriana estava dançando ou se comportando como uma menina e compactuava com as sessões de espancamentos que o pai lhe deferia (uma vez apanhou de facão). No ginásio, Adriana encontrou sua “sobrevivência psíquica” na Igreja e na dedicação extrema aos estudos o refugio que precisava: ao tempo em que podia exercer seu celibato (sem se interessar pelas meninas), havia uma senhora religiosa, D Neném, que dava acolhida e conforto para seu drama e incentivou seu lado criativo ( “Fashion” – como passou a ser seu apelido). Ou seja, de uma não-existência familiar, a solução radical encontrada pelo transexual seria uma identidade sexual em desacordo com a anatomia, o que a livra da ameaça de uma psicose, depressão grave ou mesmo tentativas de suicídio para cumprir o vaticínio determinado pelo inconsciente paterno. Tanto assim que, Adriana só consegue assumir integralmente sua forma feminina quando o pai sofre parada cardíaca e perde as funções cognitivas, não mais reconhecendo ninguém, o que possibilita ser “olhada” pelo seu pai como uma das cinco filhas, sem mais saber se tinha um filho homem e onde ele estava...Essa situação de demência do pai permitiu a mãe de Adriana estudar e hoje se tornou muito próxima dela pela necessidade de aprender, galgar conhecimento e enfim tornar-se independente do marido que lhe cassou o direito de ter uma identidade além do lar.

Aprofundando o tema ora em debate, acrescento trecho de obra de autoria da Dra. Alba Abreu Lima “Psicologia Jurídica: Lugar de Palavras Ausentes, na qual explana:

***O transexual quer mudar seu sexo anatômico e denuncia o “erro da anatomia” que lhe deu uma alma feminina em um corpo de homem (ou o inverso). Para Babette, há uma certeza: quer abdicar da submissão fálica através de um significante novo que irá mudar seus “documentos”.***

***O critério a ser utilizado pelo psicólogo perito para definir a mudança de sexo e de documentos requerida na Justiça***

*Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe*

231  
et

masculino para feminino Controvérsia adstrita à alteração do sexo jurídico no assento de nascimento Admissibilidade Cirurgia autorizada diante da necessidade de adequação do sexo morfológico e psicológico Concordância do Estado com a cirurgia que não se compatibiliza com a negativa de alteração do sexo originalmente inscrito na certidão. Evidente, ainda, o constrangimento daquele que possui o prenome ?MELLANYE CHRISTINE?, mas que consta no mesmo registro como sendo do sexo masculino. Ausência de prejuízos a terceiros. Sentença que determinou averbar nota a respeito do registro anterior. Decisão mantida Recurso improvido. (TJ/SP Apelação Cível 0627715-81.2008.8.26.0100 . Relator Des. Salles Rossi. Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Privado. Julgamento. 23/05/2012)

APELAÇÃO. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALISMO. TRAVESTISMO. ALTERAÇÃO DE PRENOME INDEPENDENTEMENTE DA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO. DIREITO À IDENTIDADE PESSOAL E À DIGNIDADE. A demonstração de que as características físicas e psíquicas do indivíduo, que se apresenta como mulher, não estão em conformidade com as características que o seu nome masculino representa coletiva e individualmente são suficientes para determinar a sua alteração. A distinção entre transexualidade e travestismo não é requisito para a efetivação do direito à dignidade. Tais fatos autorizam, mesmo sem a realização da cirurgia de transgenitalização, a retificação do nome da requerente para conformá-lo com a sua identidade social. DERAM PROVIMENTO. (Apelação Cível Nº 70030504070, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 29/10/2009)

Em face do exposto, com a fundamentação e argumentos ora demonstrados, conheço dos recursos para DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso do autor e DAR PROVIMENTO ao recurso do Ministério Público, reformando-se a sentença fustigada e autorizando a mudança no registro civil em relação ao nome de Adriano dos Santos para Adriana Lohana dos Santos,



### *Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe*

Seu pedido de se chamar Adriana Lohanna dos Santos é justo e deve ser atendido, pois não se trata de um pedido aberrante, uma vez que seu prenome **Adriana** tem um compasso familiar (as outras irmãs são: Aline, Amanda: Adriele e Adriene) e o segundo prenome **Lohanna**, foi escolhido no curso de Serviço Social, junto a uma professora da Universidade que lhe deu todo o apoio quando foi extremamente segregada e impedida de utilizar o banheiro feminino, tendo dado início à sua luta pelo direito de existir como cidadã.

Outras Tribunais seguem o mesmo entendimento:

REGISTRO CIVIL. ALTERAÇÃO DE PRENOME E SEXO DA REQUERENTE EM VIRTUDE DE SUA CONDIÇÃO DE TRANSEXUAL. ADMISSIBILIDADE. HIPÓTESE EM QUE PROVADA, PELA PERÍCIA MULTIDISCIPLINAR, A DESCONFORMIDADE ENTRE O SEXO BIOLÓGICO E O SEXO PSICOLÓGICO DA REQUERENTE. REGISTRO CIVIL QUE DEVE, NOS CASOS EM QUE PRESENTE PROVA DEFINITIVA DO TRANSEXUALISMO, DAR PREVALÊNCIA AO SEXO PSICOLÓGICO, VEZ QUE DETERMINANTE DO COMPORTAMENTO SOCIAL DO INDIVÍDUO. ASPECTO SECUNDÁRIO, ADEMAIS, DA CONFORMAÇÃO BIOLÓGICA SEXUAL, QUE TORNA DESPICIENDA A PRÉVIA TRANSGENITALIZAÇÃO. OBSERVAÇÃO, CONTUDO, QUANTO À FORMA DAS ALTERAÇÕES QUE DEVEM SER FEITAS MEDIANTE ATO DE AVERBAÇÃO COM MENÇÃO À ORIGEM DA RETIFICAÇÃO EM SENTENÇA JUDICIAL. RESSALVA QUE NÃO SÓ GARANTE EVENTUAIS DIREITOS DE TERCEIROS QUE MANTIVERAM RELACIONAMENTO COM A REQUERENTE ANTES DA MUDANÇA, MAS TAMBÉM PRESERVA A DIGNIDADE DA AUTORA, NA MEDIDA EM QUE OS DOCUMENTOS USUAIS A ISSO NÃO FARÃO QUALQUER REFERÊNCIA. DECISÃO DE IMPROCEDÊNCIA AFASTADA. RECURSOS PROVIDOS, COM OBSERVAÇÃO. (TJ/SP. Apelação Cível 0008539-56.2004.8.26.0505. Órgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Privado. Data de julgamento 18/10/2012.Relator: Des. Vitor Guglielmi)

RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL (ASSENTO DE NASCIMENTO) Transexualismo (ou disforia de gênero) - Sentença que autorizou a modificação do prenome

*Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe*

bem como alterando-se o gênero de masculino para feminino, sem necessariamente, haver a averbação no assentamento.

É como voto.

Aracaju/Se, em 30/10/2012.

  
**DES. Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima**

**Relator**



Fls. 285  
EJA**CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, foi publicado o acórdão na Subsecretaria da 2ª Câmara Cível.

Aracaju/SE, 5 de novembro de 2012.

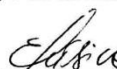


**p / Bruno Matos de Souza**  
Subsecretário da 2ª Câmara Cível - em exercício

**ENTREGA**

Nesta data, foram entregues estes autos à respectiva Escrivania.

Aracaju/SE, 5 de novembro de 2012



**Técnica Judiciária**

**RECEBIMENTO**

Nesta data, recebi os presentes autos da 2ª. Câmara Cível.

Aracaju/SE, 05. 11. 2012



**Escrivão(ã)/Técnico(a) Judiciário(a)**

**CERTIDÃO**

Certifico e dou fé, que a conclusão do acórdão retro foi veiculado no Diário da Justiça Eletrônico do dia 06. 11. 2012, disponibilizado na mesma data na internet ([www.diario.tj.se.gov.br](http://www.diario.tj.se.gov.br)),

Aracaju/SE, 07. 11. 2012



**Escrivão(ã)**

**PROCESSO 2º GRAU Nº 2012214127**

**AUTOS ORIGINAIS: 200930600618**

PROCEDÊNCIA: 6ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA COMARCA DE ARACAJU – ESTADO DE SERGIPE  
APELANTE: ADRIANO DOS SANTOS E MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS (ADRIANO DOS SANTOS), já qualificada, por seu advogado ao final assinado, nos autos da AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO, vem, por conduto de seus advogados abaixo firmados, à preclara presença de Vossa Excelência, opor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO POR ERRO MATERIAL**, pelos substratos fáticos e de direito expostos nas razões em anexo.

*Prima facie*, a Embargante parabeniza ao Judiciário Sergipano, em especial aos E. Desembargadores da 2ª Câmara Cível que, com brilhantismo e a competência de sempre, alçou ao patamar máximo, como sempre deveria estar, o princípio da dignidade da pessoa humana.

(79) 3214-5015  
Rua Santa Luzia nº 834, Bairro São José, Aracaju/SE 49015-190  
www.doriaccarrera.adv.br

287  
x

Por conseguinte, os presentes Embargos possuem como único intuito sanar erro material na grafia do nome "Lohanna" que, conforme exposto na exordial e nas demais peças que compõem o caderno processual é grafado com 2 (duas) letras "n", "Lohanna".

Assim, serve o presente, tão somente para completar a prestação jurisdicional, para que, quando da retificação do nome, a Embargante não venha a ter problemas, devendo o nome "Lohanna" ser grafado com 2 (duas) letras "n".

Neste desiderato, pugna pelo acolhimento do presente Embargos de Declaração para sanar erro material quanto a grafia do nome "Lohanna", sendo este grafado com 2 (duas) letras "n", autorizando, por consequência, a mudança no registro civil em relação ao nome de Adriano dos Santos para Adriana Lohanna dos Santos (duas letras "n"), bem como alterando-se o gênero de masculino para feminino, sem necessariamente, haver a averbação no assentamento.

Termos pelos quais,  
Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, segunda-feira, 12 de novembro de 2012.

THENISSON SANTANA DÓRIA  
OAB/SE 1.512

JULIO CARRERA CORREIA  
OAB/SE 4.327

288  
r  
3ª  
Escritório  
3ª  
TJSE

### TERMO DE CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a).  
Desembargado(a):

☒ Relator(a)

☐ Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe.

Aracaju, 14 de 11 de 2012.

Bela. Maria ~~Katia~~ Nunes Ribeiro Lima  
Escrevente da 3ª Escrivania do TJSE

01 VOLUME(S)  
- APENSO(S)

*Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe*

284

**Embargos de Declaração nº 3598/2012**  
**Processo nº 2012223774**

Em mesa.

Aracaju, 26/ 11 /2012

  
**RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA**  
**Desembargador Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE SERGIPE  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE**

Sessão Ordinária realizada no dia 27/11/2012

**2a. CÂMARA CÍVEL**

Presidência do Exmo. Sr.  
DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO  
Presentes os Exmos. Srs.  
DR(A) IOLANDA SANTOS GUIMARÃES (em substituição a(o) DESA. MARILZA MAYNARD  
SALGADO DE CARVALHO)  
DES. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA  
DES. JOSÉ DOS ANJOS

Procurador de Justiça: DR. JOSENIAS FRANÇA DO NASCIMENTO

Subsecretária(o): BEL(A) BRUNO MATOS DE SOUZA

**JULGAMENTO**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (C.Cível)

ESCRIVANIA.....: 3a.  
No. DO PROCESSO.....: 2012223774  
No. DO FEITO.....: 3598/2012  
GRUPO.....: IV - 2a. CÂMARA CÍVEL  
RELATOR.....: DES. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA  
MEMBRO.....: DR(A) IOLANDA SANTOS GUIMARÃES (em substituição a(o)  
DESA. MARILZA MAYNARD SALGADO DE CARVALHO)  
MEMBRO.....: DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO  
EMBARGANTE.....: ADRIANO DOS SANTOS  
ADVOGADO.....: THENISSON SANTANA DORIA - OAB: 1512/SE  
EMBARGADO.....: MINISTERIO PUBLICO

JULGAMENTO:

Em vista da ausência momentânea da Juíza Convocada Iolanda Santos Guimaraes, foi a mesma substituída pelo Des. José dos Anjos. À unanimidade, foi conhecido e provido.

ARACAJU, 27 DE NOVEMBRO DE 2012

  
BRUNO MATOS DE SOUZA  
SUBSECRETÁRIO DA 2a. CÂMARA CÍVEL EM EXERCÍCIO

## Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

9291

**Acórdão 17923/2012**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO nº - 3598/2012  
 PROCESSO nº - 2012223774  
 EMBARGANTE - A . D . S.  
 ADVOGADO - THENISSON SANTANA DORIA  
 EMBARGADO - M . P  
 RELATOR - RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA

### EMENTA

**Processo Civil - Embargos de Declaração - Ação De Retificação de Registro Civil - Erro material constante no dispositivo do acórdão recorrido em relação à grafia do nome da autora (Objeto da ação de origem). Recurso Conhecido e provido para sanar o equívoco existente.**

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os integrantes do Grupo IV, da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, por unanimidade, conhecer do recurso, para lhe dar provimento, em conformidade com o relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Aracaju, 27/ 11 /2012.

  
**RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA**  
**Desembargador Relator**

## Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

292  
B9

### RELATÓRIO

ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS (ADRIANO DOS SANTOS)  
opôs os presentes Embargos de Declaração em face do Acórdão nº  
16459/2012, proferido nos autos da Apelação Cível nº 5751/2012,  
visando a questionar a existência de erro material na decisão  
combatida.

A decisão embargada autorizou a mudança no registro civil  
em relação ao nome de Adriano dos Santos para Adriana Lohana dos  
Santos, bem como alterando-se o gênero de masculino para feminino,  
sem necessariamente, haver a averbação no assentamento.

Todavia, por equívoco material, faltou na grafia do nome  
''Lohana'', conforme consta do dispositivo da decisão, uma letra  
''n'', já que o certo seria ''Lohanna'', nos termos em que postulado  
na petição inicial.

Limita-se, portanto, o presente recurso a reparar o  
mencionado erro material.

**É o relatório.**

**Decido.**



## Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

8293

### VOTO

O recurso foi tempestivamente interposto, merecendo, portanto, o seu conhecimento.

Não são necessárias maiores digressões para se concluir que assiste razão à parte recorrente.

De fato, por erro material, observa-se que faltou na grafia do nome 'Lohana' uma letra 'n', vez que o certo seria 'Lohanna'.

Sabe-se que o nome atribuído à pessoa é um dos principais direitos incluídos na categoria de direitos personalíssimos ou da personalidade, sendo o elemento que distingue uma pessoa das demais, juntamente com outros atributos da personalidade, dentro da sociedade.

Assim, deve ser corrigido o erro material existente, a fim de que o nome da parte recorrente seja corretamente grafado, da forma em que pretendida.

Pelo exposto, **conheço** do recurso para lhe **dar provimento**, no sentido de que se autorize a mudança no registro civil em relação ao nome de Adriano dos Santos para Adriana Lohanna dos Santos, mantida a autorização para se alterar o gênero de masculino para feminino, sem, necessariamente, haver a averbação do assentamento.

É como voto.

Aracaju, 21/11/2012.

  
**RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA**  
**Desembargador Relator**

Fls. 294

**CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, foi publicado o acórdão na Subsecretaria da 2ª Câmara Cível.


Aracaju/SE, 3 de dezembro de 2012.

  
p / **Bruno Matos de Souza**  
Subsecretário da 2ª Câmara Cível - em exercício

**ENTREGA**

Nesta data, foram entregues estes autos à respectiva Escrivania.


Aracaju/SE, 3 de dezembro de 2012

  
Técnica Judiciária

**RECEBIMENTO**

Nesta data, recebi os presentes autos da 2ª. Câmara Cível.

Aracaju/SE, 03.12.2012

  
Escrivão(a)/Técnico(a) Judiciário(a)

**CERTIDÃO**

Certifico e dou fé, que a conclusão do acórdão retro foi veiculado no Diário da Justiça Eletrônico do dia 04.12.2012, disponibilizado na mesma data na internet ([www.diario.tj.se.gov.br](http://www.diario.tj.se.gov.br)),

Aracaju/SE, 03.12.2012

  
Escrivão(a)



ESTADO DE SERGIPE  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
CARTÓRIO

592

TERMO DE RECEBIMENTO

Aos 07/12 de 2012, neste Cartório da Procuradoria Geral de Justiça, foram-me entregues estes autos e para constar lavrei este termo.

  
**Selma Suely Farias dos Santos**  
COORDENADORA DO CARTÓRIO

TERMO DE CONCLUSÃO

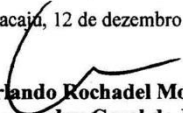
Aos 07/12 de 2012 nesta Procuradoria Geral de Justiça, faço estes autos conclusos ao Exmº Senhor **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, e para constar lavrei este termo.

  
**Selma Suely Farias dos Santos**  
COORDENADORA DO CARTÓRIO

Apelação Cível nº 5751/2012

Devolvemos os presentes autos com a ciência da decisão de fls. 291/293.

Aracaju, 12 de dezembro de 2012.

  
**Orlando Rochadel Moreira**  
Procurador-Geral de Justiça

TERMO DE RECEBIMENTO

Processos Recebidos do Gabinete do (a) Procurador (a) Geral de Justiça com apenso     , nº

13 de 12 de 2012

  
**Selma Suely Farias dos Santos**  
COORDENADORA DO CARTÓRIO

TERMO DE REMESSA


Aos 13 de 12 de 2012 nesta Procuradoria Geral de Justiça remeto estes autos para os fins necessários do Senhor Escrivão do Tribunal de Justiça, e para constar lavrei este termo.

  
**Selma Suely Farias dos Santos**  
COORDENADORA DO CARTÓRIO

**TRÂNSITO EM JULGADO E REMESSA**

Certifico e dou fé que decorreu o prazo legal sem que houvesse interposição de recurso. Remeto os presentes autos em definitivo ao juízo da(o) comarca/distrito judiciário de origem.

Aracaju, 15 de fevereiro de 2013.

  
Bela. Maria Nunes Ribeiro Lima  
Diretora de Secretaria

01 volume(s)  
— apenso(s)

297  
e**ATO ORDINATÓRIO**

Intime-se a parte autora através de seu patrono da descida dos autos e para, querendo, manifestar-se prazo de 05 dias.

Aracaju, 26 de fevereiro de 2013.

  
**Técnico Judiciário**

278  
2


EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 6.ª VARA  
PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA CIDADE DE ARACAJU/SE.

Processo n.º 200930600618

ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS, já qualificada nos autos da Ação de Retificação de Registro Civil, processo em epígrafe, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por conduto de seu procurador abaixo firmado, em atenção ao despacho exarado às f., requer se digne Vossa Excelência expedir o **MANDADO DE AVERBAÇÃO** no assentamento do registro civil, a ser encaminhado ao escrivão competente nos termos do acórdão proferido nos referidos autos, anexando-o ao mandado a ser expedido a fim de servir de orientação ao competente cartório, inclusive.

Termos pelos quais,  
Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, sexta-feira, 01 de março de 2013.

  
Thenisson Santana Dória  
OAB/SE n.º 1.512

299  
2

# CARTA DE SENTENÇA

Passado a favor de : ADRIANO DOS SANTOS

Extraído dos autos : 200930600618

Aracaju, 05 de Março de 2013.

---

Resolvi em 07/03/13

e



Processo nº : 200930600618

Ação : RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL

### Carta de Sentença

A Dra. Aidil Oliveira Teixeira, Juíza de Direito da 6ª Vara Privativa de Assistência Judiciária desta Comarca de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, na forma da Lei, etc...

**FAZ SABER** a todos os Senhores Ministros de Tribunais, Desembargadores, Juizes e demais pessoas da Justiça a quem o conhecimento deste haja de pertencer, que por este Juízo e Secretaria se processaram aos termos da Ação epigrafada, requerida por **ADRIANO DOS SANTOS** a qual tendo seguido regularmente os trâmites legais, foi afinal julgada por Sentença prolatada ao(s) 27 (vinte sete) do mês de Novembro do ano de dois mil e treze (2013), já transitada em julgado. E, como o(a) Sr(a). **Adriano dos Santos**, pediu verbalmente, que lhe fosse passado a competente Carta de Sentença, como adiante se vê e dos respectivos autos se mostra ter o seu princípio pela autuação adiante e nos quais foram processados os atos que se seguem, constantes de cópias xerox devidamente autenticadas, fls. 02/09, 12, 275/284, 290/294 e 295, fazendo parte da presente **Carta de Sentença**, requer a todas as pessoas da Justiça em princípio declaradas, que atendam ao que nela se contém e declara. Nada mais se contém nos referidos autos, que deva ser transcrito ou xerocopiado. **CUMPRASE** Dada e passada nesta Capital de Aracaju, Estado de Sergipe, ao(s) 05 (cinco) dia(s) do mês de março do ano de dois mil e treze (2013). Eu, Bela. Adriano Aparecida Vaz de Andrade, Escrivã, que o fiz digitar.


  
**AIDIL OLIVEIRA TEIXEIRA**  
Juíza de Direito



## Autorização

Sirvo-me do presente expediente, eu, Adriana Lohanna dos Santos, portadora do RG. 3.114.395-4 SSP/SE e CPF: 014.200.075-21, para autorizar o Senhor Gladston Oliveira dos Passos a ter acesso, bem como se necessário obter cópia dos processos de nº 200930600618 , 201010300773, 2012214127, 201217923. Sendo tal autorização dada para o mesmo no sentido de ter acesso aos referidos processos para fins acadêmicos.

Aracaju – SE, 05 de Novembro de 2013

  
Adriana Lohanna dos Santos  
Assistente Social  
CRESS/SE 2928 - 18ª Região

Adriana Lohanna dos Santos

CPF.: 014.200.075-21